



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – DCH I
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDO DE LINGUAGENS

CLESE MARY PRUDENTE CORREIA

**BAHIA DE TODOS OS CANTOS E RECANTOS: MARCAS IDENTITÁRIAS E
CULTURAIS NA TOPONÍMIA DA BAHIA**

Salvador
2017

CLESE MARY PRUDENTE CORREIA

**BAHIA DE TODOS OS CANTOS E RECANTOS: MARCAS IDENTITÁRIAS E
CULTURAIS NA TOPONÍMIA DA BAHIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagens do Departamento de Ciências Humanas – Campus I, da Universidade do Estado da Bahia – UNEB, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Profa. Dra. Celina Márcia de Souza Abbade

Salvador
2017

FICHA CATALOGRÁFICA

Biblioteca Professor Edvaldo Machado Boa Ventura – UNEB – Campus I

Correia, Clese Mary Prudente

Bahia de todos os cantos e recantos: marcas identitárias e culturais na toponímia da Bahia / Clese Mary Prudente Correia. – Salvador, 2017.
246f. : il.

Orientadora: Celina Márcia de Souza Abbade.

Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado da Bahia. Departamento de Ciências Humanas. Campus I. Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagens, 2017.

Contêm referências e apêndice.

1. Onomástica – Toponímia - Bahia. 2. Nomes geográficos - Bahia. 3. Toponímia - Bahia. I. Abbade, Celina Márcia de Souza. II. Universidade do Estado da Bahia. Departamento de Ciências Humanas. Campus I.

CDD : 918.8142

TERMO DE APROVAÇÃO

CLESE MARY PRUDENTE CORREIA

BAHIA DE TODOS OS CANTOS E RECANTOS: MARCAS IDENTITÁRIAS E CULTURAIS NA TOPONÍMIA DA BAHIA

Dissertação aprovada em 22/03/2017, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Estudos de Linguagens do Departamento de Ciências Humanas – Campus I, da Universidade do Estado da Bahia – UNEB.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. CELINA MÁRCIA DE SOUZA ABBADE - UNEB
Orientadora

Profa. Dra. CARLA REGINA DE SOUZA FIGUEIREDO - UEMS
Examinadora convidada

Profa. Dra. MARIA DA CONCEIÇÃO REIS TEIXEIRA - UNEB
Examinadora interna

*Ao meu pai, que, antes de se tornar saudade,
me ensinou a amar os livros e os versos.*

AGRADECIMENTOS

À minha mãe, por me mostrar, em sua simplicidade, que a sabedoria não se limita aos espaços acadêmicos.

À minha família, pelas possibilidades de aprendizagem e crescimento na jornada da vida.

À Fabiana Prudente, pelo apoio e incentivo ao aprimoramento constante de minha formação acadêmica.

À minha orientadora Celina Márcia Abbade, pela amizade sincera e por acreditar que, apesar das primaveras, a mente ainda guarda a consciência e o brilho de um sol de verão.

À amiga e colega Marta Gomes, pelos preciosos momentos de descontração e pelas descobertas compartilhadas.

À Profa. Conceição Reis Teixeira, pelo olhar criterioso durante o exame de qualificação.

Às Profas. Carla Regina de Souza Figueiredo, Aparecida Negri Isquerdo e Maria Cândida Seabra, pelos proveitosos direcionamentos que tornaram menos inseguros os meus passos pelos caminhos da Toponímia.

Aos amigos e colegas do NEL, pela cumplicidade no caminhar tímido pelo mundo da pesquisa toponímica.

A todos do PPGEL, funcionários, professores, colegas e coordenadores, pelo convívio saudável e generoso acolhimento.

Meus mais sinceros agradecimentos!

*Um dia – faz muito tempo, muito tempo –
achei que era imperativo fazer um poema sobre a Bahia,
mãe de nós todos, amante crespa de nós todos.
Mas eu nunca tinha visto, sentido, pisado, dormido, amado a
Bahia.*

*Ela era para mim um desenho no atlas,
onde nomes brincavam de me chamar:*

*Boninal,
Gentio do Ouro,
Palmas do Monte Alto,
Quijingue,
Xiquexique,
Andorinha.*

– Vem... me diziam os nomes, ora doces.

– Vem! ora enérgicos ordenavam.

Não fui.

*Deixei fugir a minha mocidade,
deixei passar o espírito de viagem
sem o qual é vão percorrer as sete partidas do mundo.
Ou por outra, comecei a viajar por dentro, à minha maneira.*

Ainda carece fazer poema sobre a Bahia?

Não.

*A Bahia ficou sendo para mim
poema natural
respirável
bebível
comível
sem necessidade de fonemas.*

*Carlos Drummond de Andrade
(O poema da Bahia que não foi escrito, 1999)*

CORREIA, Clese Mary Prudente. *Bahia de todos os cantos e recantos: marcas identitárias e culturais na toponímia da Bahia*. f. 246. il. 2017. Dissertação (Mestrado) – Departamento de Ciências Humanas – Campus I, Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens, Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2017.

RESUMO

Entre os diversos campos de estudos linguísticos, a Onomástica – ramo da Lexicologia que estuda os nomes próprios de pessoas (antropônimos) e de lugares (topônimos) – representa uma fonte de estudo da língua e sua relação com o patrimônio cultural de um povo. Considerando que, em sua formação, além de influências etimológicas, semânticas e linguísticas, um topônimo recebe influências externas, originárias de condições geográficas, históricas, políticas, religiosas e sociais, registrando assim os contatos linguísticos e culturais entre os povos, identifica-se, através do estudo toponímico, a relação existente entre o léxico de uma língua e a cultura do povo que a fala. Desse modo, compreendendo a língua como manifestação de cultura e evidenciando seu caráter histórico e identitário analisa-se, pelo exercício do trabalho lexicológico, os 169 topônimos dos municípios do estado da Bahia inseridos nos volumes XX e XXI da *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*, publicada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2 de julho de 1958, a fim de comprovar que traços de identidade e de cultura são neles conservados, podendo contribuir para a preservação da memória da região. Para a análise do *corpus*, utilizou-se a taxionomia proposta por Dick (1990) para um trabalho toponímico, registrando-se os dados coletados em fichas lexicográfico-toponímicas, organizadas de acordo com a segmentação do Estado em Territórios de Identidade, regionalização proposta pelo Governo da Bahia e que busca envolver o sentimento de pertencimento e de identidade dos moradores de cada região. A análise desenvolvida indica a relação dos topônimos com o ambiente cultural em que estão inseridos e permite verificar os aspectos que envolvem a língua, a cultura e a identidade das regiões analisadas.

PALAVRAS-CHAVE: Onomástica. Toponímia. Municípios baianos. Fichas lexicográfico-toponímicas. Territórios de Identidade.

CORREIA, Clese Mary Prudente. *All corners of Bahia: identity and cultural marks in Bahia Toponymy*. p. 246. il. 2017. Thesis (MA) – Departamento de Ciências Humanas – Campus I, Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens, Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2017.

ABSTRACT

Among linguistic study fields, Onomastics – branch of Lexicology that deals with personal names (anthroponyms) and place names (toponyms) – constitutes a source of language study in relation to the cultural heritage of a people. Apart from etymological, semantic and linguistic influences, a toponym receives, in its formation, external influences from geographical, historical, political, religious and social conditions. So, because linguistic and cultural contacts between groups of speakers could be impressed in these onomastic signs, a toponymic study can help to identify the relationship between the lexicon of a language and the culture of the people who speaks it. Thus, understanding the language as a manifestation of culture and highlighting its identity and historical character, it is analyzed, through a lexicological work, the names of 169 Bahia municipalities contained in XX and XXI volumes of the *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros* (EMB), published by *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística* (IBGE) on July 2nd 1958, in order to show that toponyms can preserve traces of identity and culture and they can contribute to the preservation of a place memory. For the analysis of the *corpus*, it was used the taxonomy proposed by Dick (1990) for a toponymic work, and the data collected were registered into lexicographic-toponymic files, organized according to the State segmentation in Identity Territories, a form of regionalization proposed by Bahia state government which involves the belonging and identity sense of each region residents. The developed analysis indicates a relationship between the place names and the cultural environment in which they are inserted and it allows to check the aspects involving language, culture and identity of the examined regions.

KEY-WORDS: Onomastics. Toponymy. Bahia Municipalities. Lexicographic-toponymic files. Identity Territories.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 –	Volumes XX e XXI da EMB	44
FIGURA 2 –	Mapa político das Mesorregiões do estado da Bahia	48
FIGURA 3 –	Mapa dos Territórios de Identidade do estado da Bahia	50
FIGURA 4 –	Localização do TI 01	171
FIGURA 5 –	Cacto xiquexique (<i>Pilosocereus gounellei</i>)	172
FIGURA 6 –	Localização do TI 02	173
FIGURA 7 –	Carrancas do Rio São Francisco	174
FIGURA 8 –	Localização do TI 03	175
FIGURA 9 –	Morro do Pai Inácio, Parque Nacional da Chapada Diamantina	176
FIGURA 10 –	Localização do TI 04	177
FIGURA 11 –	Secagem do sisal (<i>Agave sisalana</i>)	178
FIGURA 12 –	Localização do TI 05	179
FIGURA 13 –	Cacaueiro (<i>Theobroma cacao</i>)	180
FIGURA 14 –	Localização do TI 06	181
FIGURA 15 –	Prédio da Câmara Municipal de Valença	182
FIGURA 16 –	Localização do TI 07	183
FIGURA 17 –	Índios Pataxó (Parque Nacional do Descobrimento)	184
FIGURA 18 –	Localização do TI 08	185
FIGURA 19 –	Serra do Ouro (Iguaí)	186
FIGURA 20 –	Localização do TI 09	187
FIGURA 21 –	Foz do Rio Jiquiriçá	188
FIGURA 22 –	Localização do TI 10	189
FIGURA 23 –	Lago de Sobradinho	190
FIGURA 24 –	Localização do TI 11	191
FIGURA 25 –	Flor do angico-branco (<i>Anadenanthera falcata</i>)	192
FIGURA 26 –	Localização do TI 12	193
FIGURA 27 –	Barragem do Zabumbão no Rio Paramirim (Paramirim)	193
FIGURA 28 –	Localização do TI 13	194
FIGURA 29 –	Lagoa Manoel Caculé (Caculé)	195
FIGURA 30 –	Localização do TI 14	196
FIGURA 31 –	Palmeira macajuba (<i>Acrocomia aculeata</i>)	197

FIGURA 32 –	Localização do TI 15	198
FIGURA 33 –	Vaqueiros	199
FIGURA 34 –	Localização do TI 16	200
FIGURA 35 –	Igreja Matriz de Santo Antônio (Jacobina)	201
FIGURA 36 –	Localização do TI 17	202
FIGURA 37 –	Ruínas do arraial de Canudos	203
FIGURA 38 –	Localização do TI 18	204
FIGURA 39 –	Dunas de Mangue Seco	205
FIGURA 40 –	Localização do TI 19	206
FIGURA 41 –	Centro comercial “Feiraguai” (Feira de Santana)	207
FIGURA 42 –	Localização do TI 20	208
FIGURA 43 –	Chegada da bandeira do Divino Espírito Santo (Poções)	209
FIGURA 44 –	Localização do TI 21	210
FIGURA 45 –	Procissão da Irmandade da Boa Morte (Cachoeira)	211
FIGURA 46 –	Localização do TI 22	213
FIGURA 47 –	Festejos na Vila Junina (Jequié)	214
FIGURA 48 –	Localização do TI 23	215
FIGURA 49 –	Terno de Reis (Correntina)	216
FIGURA 50 –	Localização do TI 24	217
FIGURA 51 –	Usina Hidrelétrica de Itaparica (Luiz Gonzaga)	218
FIGURA 52 –	Localização do TI 25	219
FIGURA 53 –	Palmeira pindobaçu (<i>Attalea Speciosa</i>)	220
FIGURA 54 –	Localização do TI 26	221
FIGURA 55 –	Lavagem do Bonfim (Salvador)	222
FIGURA 56 –	Localização do TI 27	223
FIGURA 57 –	Marco do Descobrimento (Porto Seguro)	224

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 –	Identificação percentual dos topônimos em relação à natureza	156
GRÁFICO 2 –	Identificação numérica dos topônimos de natureza física em relação à taxionomia	157
GRÁFICO 3 –	Identificação numérica dos topônimos de natureza antropocultural em relação à taxionomia	158
GRÁFICO 4 –	Identificação numérica dos topônimos em relação à origem	159
GRÁFICO 5 –	Identificação numérica dos topônimos em relação à estrutura morfológica	166
GRÁFICO 6 –	Identificação percentual dos topônimos em relação à estrutura morfológica	167

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 –	Identificação dos topônimos de origem portuguesa e indígena	160
QUADRO 2 –	Identificação dos topônimos em relação à origem e à taxionomia	163
QUADRO 3 –	Resumo dos dados coletados referentes aos topônimos do TI 01	172
QUADRO 4 –	Resumo dos dados coletados referentes aos topônimos do TI 02	175
QUADRO 5 –	Resumo dos dados coletados referentes aos topônimos do TI 03	177
QUADRO 6 –	Resumo dos dados coletados referentes aos topônimos do TI 04	179
QUADRO 7 –	Resumo dos dados coletados referentes aos topônimos do TI 05	181
QUADRO 8 –	Resumo dos dados coletados referentes aos topônimos do TI 06	183
QUADRO 9 –	Resumo dos dados coletados referentes aos topônimos do TI 07	185
QUADRO 10 –	Resumo dos dados coletados referentes aos topônimos do TI 08	187
QUADRO 11 –	Resumo dos dados coletados referentes aos topônimos do TI 09	188
QUADRO 12 –	Resumo dos dados coletados referentes aos topônimos do TI 10	190
QUADRO 13 –	Resumo dos dados coletados referentes aos topônimos do TI 11	192
QUADRO 14 –	Resumo dos dados coletados referentes aos topônimos do TI 12	194
QUADRO 15 –	Resumo dos dados coletados referentes aos topônimos do TI 13	196
QUADRO 16 –	Resumo dos dados coletados referentes aos topônimos do TI 14	198
QUADRO 17 –	Resumo dos dados coletados referentes aos topônimos do TI 15	200
QUADRO 18 –	Resumo dos dados coletados referentes aos topônimos do TI 16	201
QUADRO 19 –	Resumo dos dados coletados referentes aos topônimos do TI 17	204
QUADRO 20 –	Resumo dos dados coletados referentes aos topônimos do TI 18	206
QUADRO 21 –	Resumo dos dados coletados referentes aos topônimos do TI 19	208
QUADRO 22 –	Resumo dos dados coletados referentes aos topônimos do TI 20	210
QUADRO 23 –	Resumo dos dados coletados referentes aos topônimos do TI 21	212
QUADRO 24 –	Resumo dos dados coletados referentes aos topônimos do TI 22	214
QUADRO 25 –	Resumo dos dados coletados referentes aos topônimos do TI 23	216
QUADRO 26 –	Resumo dos dados coletados referentes aos topônimos do TI 24	218
QUADRO 27 –	Resumo dos dados coletados referentes aos topônimos do TI 25	220
QUADRO 28 –	Resumo dos dados coletados referentes aos topônimos do TI 26	222
QUADRO 29 –	Resumo dos dados coletados referentes aos topônimos do TI 27	224

LISTA DE ABREVIATURAS

abrev. - abreviatura
afric. - africano
agl. - aglutinação
alt. - alteração
ampl. - ampliação
ant. - antigo
ar. - árabe
arc. - arcaico
art. - artigo
aum. - aumentativo
cf. - conferir
comp. - composto
der. - derivado
dim. - diminutivo
ed. - edição
esp. - espanhol
ex. - exemplo
exp. - explicação
fr. - francês
germ. - germânico
gr. - grego
guar. - guarani
hebr. - hebraico
hisp. - hispânico
i. e. - isto é
ita. - italiano
km - quilômetro
lat. - latim
lus. - lusitano
med. - medieval
n. - número

p. - página

pl. - plural

port. - português

s.m. - substantivo masculino

séc. - século

suf. - sufixo

tup. - tupi

v. - volume

LISTA DE SIGLAS

ATB - Atlas Toponímico do Brasil
ATEMIG - Atlas Toponímico do Estado de Minas Gerais
ATEMS - Atlas Toponímico do Estado do Mato Grosso do Sul
ATEPAR - Atlas Toponímico do Estado do Paraná
ATESP - Atlas Toponímico do Estado de São Paulo
ATIT - Atlas Toponímico do Estado do Tocantins
ATITO - Atlas Toponímico de Origem Indígena do Estado do Tocantins
ATOBAH - Atlas Toponímico da Bahia
EMB – Enciclopédia dos Municípios Brasileiros
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário
NEL - Núcleo de Estudos Lexicais
PTDRS - Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável
PTDS - Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável
SDT - Secretaria de Desenvolvimento Territorial
SEI - Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia
SIPAC - Sistema de Informações do Patrimônio Cultural da Bahia
TI - Territórios de Identidade
UEL - Universidade Estadual de Londrina
UFBA - Universidade Federal da Bahia
UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais
UFMS - Universidade Federal do Mato Grosso do Sul
UFTO - Universidade Federal do Tocantins
UNEB - Universidade do Estado da Bahia
USP - Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	18
2	LÉXICO, TOPONÍMIA E CULTURA: CONSTRUINDO RELAÇÕES E IDENTIDADES	23
2.1	O léxico como traço de identidade	23
2.2	A Toponímia e o ato de nomear o espaço	26
2.3	O signo toponímico: entre a arbitrariedade e a motivação	27
2.4	A nomeação do espaço e a realidade brasileira: as categorias taxionômicas	29
2.4.1	CATEGORIAS DE NATUREZA FÍSICA	29
2.4.2	CATEGORIAS DE NATUREZA ANTROPOCULTURAL	30
2.5	O desenvolvimento dos estudos toponímicos no Brasil e na Bahia	31
3	TOPONÍMIA E HISTÓRIA: A CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA SOCIAL NAS TERRAS DA BAHIA	35
3.1	Os contatos etno-culturais	35
3.1.1	O PORTUGUÊS: O EUROPEU COLONIZADOR	36
3.1.2	O INDÍGENA: O “DONO” DA TERRA	39
3.1.3	O AFRICANO: A MÃO DE OBRA ESCRAVA	42
3.2	A EMB: uma obra de vanguarda para o estudo dos municípios brasileiros	43
3.3	A organização dos municípios da Bahia em Territórios de Identidade	48
4	A MEMÓRIA TOPONÍMICA: APRESENTANDO OS DADOS COLETADOS	56
4.1	As fichas lexicográfico-toponímicas	56
4.1.1	TI 01: IRECÊ	59
4.1.2	TI 02: VELHO CHICO	61
4.1.3	TI 03: CHAPADA DIAMANTINA	65
4.1.4	TI 04: SISAL	71
4.1.5	TI 05: LITORAL SUL	75
4.1.6	TI 06: BAIXO SUL	81
4.1.7	TI 07: EXTREMO SUL	85

4.1.8	TI 08: MÉDIO SUDOESTE DA BAHIA	87
4.1.9	TI 09: VALE DO JQUIRIÇÁ	90
4.1.10	TI 10: SERTÃO DO SÃO FRANCISCO	97
4.1.11	TI 11: BACIA DO RIO GRANDE	101
4.1.12	TI 12: BACIA DO PARAMIRIM	104
4.1.13	TI 13: SERTÃO PRODUTIVO	105
4.1.14	TI 14: PIEMONTE DO PARAGUAÇU	110
4.1.15	TI 15: BACIA DO JACUÍPE	113
4.1.16	TI 16: PIEMONTE DA DIAMANTINA	116
4.1.17	TI 17: SEMIÁRIDO NORDESTE II	118
4.1.18	TI 18: LITORAL NORTE E AGRESTE BAIANO	122
4.1.19	TI 19: PORTAL DO SERTÃO	129
4.1.20	TI 20: VITÓRIA DA CONQUISTA	132
4.1.21	TI 21: RECÔNCAVO	136
4.1.22	TI 22: MÉDIO RIO DE CONTAS	144
4.1.23	TI 23: BACIA DO RIO CORRENTE	146
4.1.24	TI 24: ITAPARICA	148
4.1.25	TI 25: PIEMONTE NORTE DO ITAPICURU	149
4.1.26	TI 26: METROPOLITANO DE SALVADOR	151
4.1.27	TI 27: COSTA DO DESCOBRIMENTO	154
5	A MEMÓRIA PRESERVADA: ANALISANDO E DISCUTINDO OS RESULTADOS	156
5.1	A natureza: o homem e o meio ambiente	156
5.2	A classificação taxionômica e a causa nominativa	157
5.3	A origem dos nomes e os agentes da nomeação	159
5.4	A estrutura morfológica dos topônimos	165
5.5	Bahia de todos os cantos: as marcas identitárias nos signos toponímicos	167
5.5.1	TI 01	171
5.5.2	TI 02	173
5.5.3	TI 03	175
5.5.4	TI 04	177
5.5.5	TI 05	179

5.5.6	TI 06	181
5.5.7	TI 07	183
5.5.8	TI 08	185
5.5.9	TI 09	187
5.5.10	TI 10	189
5.5.11	TI 11	191
5.5.12	TI 12	193
5.5.13	TI 13	194
5.5.14	TI 14	196
5.5.15	TI 15	198
5.5.16	TI 16	200
5.5.17	TI 17	202
5.5.18	TI 18	204
5.5.19	TI 19	206
5.5.20	TI 20	208
5.5.21	TI 21	210
5.5.22	TI 22	213
5.5.23	TI 23	215
5.5.24	TI 24	217
5.5.25	TI 25	219
5.5.26	TI 26	221
5.5.27	TI 27	223
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	225

REFERÊNCIAS

APÊNDICE – QUADRO DOS MUNICÍPIOS EM ORDEM ALFABÉTICA

1 INTRODUÇÃO

Entender cultura como um aspecto fundamental da condição humana, e considerar, como Vaz (1966, p. 5), que as obras culturais atestam “a essência e o sentido da sua presença no mundo: a presença de um sujeito que compreende, transforma e significa”, torna lógica e coerente a tarefa de construir uma relação entre língua, léxico e cultura. Isso porque, considerada como elemento territorial e cultural de um povo, a língua é um bem comum a todos e, através dela, o homem transmite o que viu, aprendeu, conheceu, sentiu ou experimentou a outras gerações.

Eis aí o motivo do notável poeta mineiro não cantar a Bahia: ele “nunca tinha visto, sentido, pisado, dormido, amado a Bahia”¹. Para ele, a Bahia era um desenho no atlas, onde nomes brincavam de lhe chamar: Boninal, Gentio do Ouro, Palmas do Monte Alto, Quijingue, Xiquexique, Andorinha. Tão somente nomes. Para este trabalho, no entanto, esses nomes, “ora doces, ora enérgicos”, constituem-se em objetos de estudo. Nomes de lugares que, em um processo metonímico, incorporam as características do espaço que nomeiam. E a Bahia não é só “um desenho no atlas”, mas o espaço nomeado.

E quantas lembranças permanecem adormecidas por trás desses signos nada arbitrários, repletos de sonoridade, à espera de quem possa despertá-las! A lembrança da pátria dos navegadores portugueses que exploravam os “mares nunca dantes navegados”, presente em Alcobça e Belmonte. A fé e a ideologia religiosa que impregnava a mentalidade do homem europeu à época da colonização, fortemente presentes em todos os “São” e “Santo” da Bahia. A indispensável presença da água em Irecê e o deslumbramento com as belezas da nova terra em Mundo Novo.

Com a preocupação em realizar a catarse afetiva proposta por Bachelard (1996) para que a admiração não substitua o conhecimento, e evitando a satisfação imediata da curiosidade, é importante destacar que, embora a descrição dos aspectos culturais de uma região constitua-se uma tarefa árdua que pressupõe método e estudo dedicado, a pesquisa toponímica torna-se um estudo instigante, pois envolve saberes geográficos, linguísticos, históricos, culturais e sociais, além de um olhar atento e crítico, tendo em vista a existência de informações que se interpenetram e exigem uma interpretação por parte do pesquisador.

¹ ANDRADE, Carlos Drummond de. O poema da Bahia que não foi escrito. In: *Amar se aprende amando: poesia de convívio e de humor*. 22. ed. Rio de Janeiro: Record, 1999.

Nessa perspectiva, compreendendo a língua como manifestação da cultura de um povo e evidenciando seu caráter histórico e identitário, determinou-se como objetivos desta pesquisa:

- i. Organizar os topônimos dos municípios da Bahia, presentes nos volumes XX e XXI da *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros* (doravante EMB), publicados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2 de julho de 1958, seguindo a segmentação do Estado em Territórios de Identidade (TI);
- ii. Classificar os topônimos de acordo com a taxionomia sugerida por Dick (1990) para um trabalho toponímico;
- iii. Sistematizar em fichas lexicográfico-toponímicas as informações relativas a dados históricos, morfológicos, etimológicos e motivacionais referentes ao *corpus* estudado;
- iv. Realizar a análise dos dados, relacionando-os ao ambiente cultural em que estão inseridos;
- v. Verificar os aspectos culturais que envolvem a língua e a identidade das regiões analisadas evidenciados nos signos toponímicos, reconhecendo neles suas marcas identitárias.

O *corpus* analisado neste estudo é composto pelos 169 topônimos dos municípios existentes na Bahia no ano de 1958, data de publicação da obra base. É importante destacar, no entanto, que esse *corpus* já foi utilizado como objeto do estudo toponímico desenvolvido por Ramos (R., 2008), com o título *Toponímia dos Municípios Baianos: descrição, história e mudanças*. Tomando por referência a divisão do Estado vigente em 2000, o autor apresenta um enfoque histórico e linguístico-histórico dos nomes atribuídos a cada município, desde o seu surgimento, detectando os principais tipos de mudança e suas possíveis causas, a classificação taxionômica e os processos de constituição mórfica, apontando também as diferentes origens de cada topônimo em momentos históricos definidos: 1827, 1890, 1940, 1970 e 2000 (*ibidem*).

Embora envolva o mesmo *corpus*, a pesquisa aqui desenvolvida, centrada nos pressupostos teóricos da Lexicologia, busca atender a objetivos diferentes daqueles alcançados por Ramos. Reconhecendo que o léxico se constitui em “um arquivo que armazena e acumula as aquisições culturais representativas de uma sociedade, refletindo percepções e experiências multisseculares de um povo” (SEABRA, 2006a, p. 1953), nesta

pesquisa, relacionam-se os signos toponímicos aos Territórios de Identidade² em que estão inseridos, buscando comprovar que traços de identidade e de cultura são neles conservados, podendo contribuir para a preservação da memória da região. A opção pela EMB foi motivada pela necessidade de delimitação do *corpus*, tendo em vista a impossibilidade de serem analisados, neste trabalho monográfico, os atuais 417 topônimos de municípios da Bahia.

O resultado do trabalho é apresentado em seis seções, considerando a introdução e as considerações finais:

Na **Seção 1 – Introdução** – apresentam-se, além da síntese de cada seção, os objetivos que nortearam a pesquisa e a justificativa para a escolha da *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros* como obra base do *corpus* estudado.

A **Seção 2 – Léxico, toponímia e cultura: construindo relações e identidades** – analisa, com base nos estudos lexicológicos, a relação entre língua, cultura e identidade, buscando comprovar que o estudo do ato de nomear não se limita à análise linguística do léxico. Vai além: realiza-se no âmbito social, histórico e cultural, uma vez que, conhecer a história dos nomes significa também resgatar a memória de um povo, seus valores, seus costumes e suas crenças, aspectos fundamentais para a construção de sua identidade cultural.

Ressaltando a importância do ato de nomear como um processo ligado a causas motivacionais que estabelecem um vínculo de identidade entre o designativo escolhido, o lugar nomeado e o povo que nele habita, analisa-se, nessa seção, a relação entre a Toponímia e a construção da identidade cultural e apresentam-se as características do signo toponímico como efetivamente motivado, comparando-o com o signo linguístico arbitrário, conforme definido por Saussure (1995 [1916]).

Concluindo a seção, faz-se uma exposição dos princípios básicos da taxionomia³ vinculada à motivação toponímica, proposta por Dick (1990) para a realidade brasileira, identificando categorias de natureza antropocultural, relacionadas a aspectos sociais, históricos e culturais, e de natureza física, ligadas ao ambiente físico. Além disso, discorre-se sobre o desenvolvimento dos estudos toponímicos no Brasil e na Bahia.

A **Seção 3 – Toponímia e história: a construção da memória social nas terras da Bahia** – promove uma viagem na história para identificar as camadas do tapete onomástico que recobre o território baiano, resultantes do contato entre as línguas dos grupos étnicos predominantes durante o período de colonização do Brasil: o estrato português, o estrato

² Segmentação do espaço proposta pelo Governo da Bahia em 2010 e que será detalhadamente analisada na seção 3.3.

³ Apesar de Houaiss (2001) considerar a variante gráfica *taxionomia* inadequada e aconselhar o uso de *taxonomia*, optou-se por *taxionomia* por ser a mais utilizada em trabalhos acadêmicos relacionados à Toponímia.

indígena e o estrato africano. Apresenta-se ainda nessa seção a *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*, editada pelo IBGE entre 1957 e 1964, na qual se inserem os 169 topônimos estudados. Nos volumes XX e XXI, referentes aos municípios baianos, são indicados dados relativos a aspectos geográficos – localização, altitude, área, acidentes geográficos, clima, riquezas naturais, atividade econômica e política, meios de transporte e comunicações –, além de uma série de informações sobre a história de cada município e de sua população. Em virtude da desconsideração aos grupos étnicos africano e indígena na formação do povo e da cultura baiana, contesta-se a posição da obra, vista na época como inovadora no contexto histórico-geográfico do Brasil. Concluindo, apresenta-se a segmentação da Bahia proposta pelo Governo do Estado em vinte e sete Territórios de Identidade, a partir da especificidade de cada região e com base no sentimento de pertencimento, destacando-se o repertório lexical, relacionado à dimensão sociocultural, como fator de identificação territorial.

Na **Seção 4 – A memória toponímica: apresentando os dados coletados** – expõem-se as fichas lexicográfico-toponímicas dos 169 municípios baianos, *corpus* da pesquisa. Com base nas informações presentes nos volumes XX e XXI da EMB e sistematizando os dados coletados, as fichas apresentam os seguintes itens: município, localização, taxionomia, origem, estrutura morfológica e aspectos históricos importantes para a compreensão dos dados analisados.

A **Seção 5 – A memória preservada: analisando e discutindo os resultados** – apresenta, através de gráficos, os dados quantitativos coletados nas fichas toponímicas e desenvolve a análise, levando em conta os aspectos referentes à natureza, motivação, origem e forma dos designativos que compõem o *corpus* da pesquisa. Quanto à natureza, verifica-se que a visão da terra se sobrepõe à presença e ação do homem na região pesquisada, enquanto que a análise do aspecto motivacional, por sua vez, evidencia os estímulos que os denominadores do espaço receberam da paisagem.

Discute-se, também, nesta seção, o equilíbrio encontrado entre o número de topônimos de origem portuguesa e indígena, resultado que se contrapõe ao registrado em outras regiões do Brasil, onde os designativos de origem portuguesa se sobrepõem a outras etimologias. Além disso, verificam-se os processos de formação dos nomes, classificando-os como simples, compostos ou híbridos. Concluindo esta seção, busca-se identificar as características identitárias e culturais de cada um dos vinte e sete Territórios de Identidade da Bahia preservadas nos signos toponímicos, com o propósito de estabelecer relações entre a língua, o espaço, a cultura e o processo de nomeação.

Na **Seção 6 – Considerações Finais** – enumeram-se algumas considerações resultantes da análise desenvolvida na pesquisa, comprovando que os designativos de lugar podem ser considerados como mais um elemento para a reconstituição do passado e para a compreensão do presente, e que “estudar o léxico de uma língua é abrir possibilidades de conhecer a história social do povo que a utiliza” (ABBADE, 2011, p. 1332). A viagem pelos caminhos da Bahia realizada através dos topônimos de seus municípios reconhece que, ao registrar os contatos linguísticos e culturais entre os povos, os locativos constituem-se testemunhos da história e da cultura de sua gente, e, como marcas de sua identidade, precisam ser preservados.

2 LÉXICO, TOPONÍMIA E CULTURA: CONSTRUINDO RELAÇÕES E IDENTIDADES

Começar pelas palavras talvez não seja coisa vã. As relações entre os fenômenos deixam marcas no corpo da linguagem.

Alfredo Bosi⁴

2.1 O léxico como traço de identidade

Eis aí uma boa forma de começar: pelas palavras. Afinal todos os fenômenos vivenciados pelo homem em suas experiências sociais estão nelas gravados. Nas palavras ele deixa os seus costumes, os seus valores, as suas tradições, as suas marcas. Portanto, começar pelo estudo do léxico, refletindo sobre a sua importância como repositório da memória de uma comunidade, é o caminho escolhido para relacionar língua e cultura e entender o processo de nomeação do espaço e construção da identidade.

A relação do homem com o mundo é intermediada pela linguagem, e as palavras correspondem, segundo Antunes (2012), à representação linguística das categorias cognitivas que são por ele construídas nessa relação ao longo de sua existência. Entendendo o léxico como o inventário dos itens linguísticos com o qual o homem expressa essas categorias, a autora o considera como uma espécie de “memória representativa” das matrizes cognitivas construídas pelo homem, “uma memória dinâmica, em movimento constante, que se vai reformulando passo a passo, assim como as manifestações culturais que ele expressa” (*ibidem*, p. 28).

Desse modo, instável e variável como o mundo, o léxico, influenciado por fatores socioculturais, constitui-se em um conjunto aberto e em constante renovação, sendo considerado o nível de realização mais extralinguístico e aberto, em comparação com a sintaxe, a morfologia e a fonologia, que apresentam possibilidades limitadas de mudança. No entanto, embora as mudanças sociais e históricas possam interferir nos significados das palavras, criar novos itens ou suprimir outros, a constante renovação do léxico ocorre a partir de uma base estável e definida, o que o torna, como afirma Antunes (*ibidem*), um componente ao mesmo tempo sistemático e aberto. Nesse sentido, Biderman (2001) reconhece que

⁴ BOSI, Alfredo. *Dialética da Colonização*. 4. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. p. 11.

O léxico de uma língua natural pode ser identificado como o patrimônio vocabular de uma dada comunidade linguística ao longo de sua história. Assim, para as línguas de civilização, esse patrimônio constitui um tesouro cultural abstrato, ou seja, uma herança de signos lexicais herdados e de uma série de modelos categoriais para gerar novas palavras (BIDERMAN, 2001, p. 12).

Essa herança de signos lexicais, no entanto, não serve apenas à função de atribuir nomes e rotular as coisas. Mesmo porque a língua não é um espelho que reflete fielmente o mundo. Ela tem um papel ativo na aquisição do conhecimento, relacionando-se, como sustenta Biderman (*ibidem*), com a cognição da realidade e constituindo-se em uma forma de registrar o conhecimento, que, ao ser nomeado, pode ser socializado e integrado à cultura coletiva.

Assim, profundamente vinculado à cultura de um povo, o léxico é considerado por Sapir (1961) como o nível de realização da língua que mais reflete o ambiente físico e social dos seus falantes. Segundo Sapir, responsável pela delimitação do campo de estudo da Etnolinguística,

O léxico completo de uma língua pode se considerar, na verdade, como o complexo inventário de todas as ideias, interesses e ocupações que aqambarcam a atenção da comunidade; e, por isso, se houvesse à nossa disposição um tesouro assim cabal da língua de uma dada tribo, poderíamos daí inferir, em grande parte, o caráter do ambiente físico e as características culturais do povo considerado (SAPIR, 1961, p. 45).

Nessa perspectiva, ainda com a certeza de que começar pelas palavras é um bom começo, considera-se necessário situar a concepção de cultura que será utilizada neste trabalho. Defendendo a ideia de que para compreender o seu sentido atual é fundamental a reconstituição de sua genealogia, ou seja, como a palavra foi formada, a sua origem e evolução semântica, Cuche (2002) esclarece que, originária do latim, a palavra *cultura* teve o seu conteúdo semântico gradativamente alterado conforme o movimento natural da língua. Inicialmente indicando um estado – o cuidado dispensado ao campo ou ao gado – passou, por um processo metonímico, a indicar uma ação – o fato de cultivar a terra –, seguindo-se, por metáfora, da cultura da terra à cultura do espírito.

Afirma ainda Cuche (*ibidem*) que, em busca de um conceito científico de cultura, coube a Edward Tylor dar ao termo uma dimensão coletiva, entendendo-a como a expressão da totalidade da vida social do homem e considerando todos os humanos como seres de cultura. A Franz Boas coube a pluralização da palavra, ao se dedicar ao estudo “das culturas” e não “da cultura”, em uma tentativa de pensar a diferença. Para Boas, “cada cultura é dotada de um ‘estilo’ particular que se exprime através da língua, das crenças, dos costumes, [...].

Este estilo, este ‘espírito’ próprio a cada cultura influi sobre o comportamento dos indivíduos” (*ibidem*, p. 45).

A estreita relação de interdependência entre língua e cultura é reconhecida por diferentes estudiosos da língua. Para Sapir (1961, p. 26), “a língua é, antes de tudo, um produto cultural, ou social, e assim deve ser entendida.” Para ele, transmitir a cultura é uma das funções da língua e, no entanto, ela mesma é marcada pela cultura. Para Mattoso Câmara, a língua é um microcosmo da cultura. “Tudo que esta última possui se expressa através da língua; mas também a língua em si mesma é um dado cultural” (CÂMARA, 1965, p.18).

Reconhecendo-se assim que língua e cultura são conceitos interligados e que o léxico, como parte integrante da cultura e da história de um grupo social, expressa a forma como os atores deste grupo se relacionam com o mundo, considera-se essa dimensão da língua como um aspecto importante na constituição da identidade cultural de uma comunidade. Ou seja, entendendo que a identidade se constrói a partir da cultura que, por sua vez, se expressa através de referenciais linguísticos, pode-se identificar, no léxico de uma região, características identitárias do povo que nela habita.

Para perceber como essa interação entre léxico e identidade acontece, é preciso primeiramente delimitar o sentido de identidade. Considerado como um conceito demasiadamente complexo e muito pouco compreendido na ciência social contemporânea, Hall (2005) reconhece que a identidade é formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais o sujeito é representado ou interpelado nos sistemas culturais que o rodeia, não existindo, desse modo, uma identidade fixa e permanente. “O sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos” (*ibidem*, p. 13).

Concordando com o fato de que a identidade está em constante elaboração, Cuche (2002, p. 182) entende essa construção como “uma relação que opõe um grupo aos outros grupos com os quais está em contato”. Tendo por base a diferença cultural, a identidade permite que o indivíduo se localize em um sistema social e seja localizado socialmente. “É ao mesmo tempo inclusão e exclusão” (*ibidem*, p. 177).

Para Rajagopalan (2013), a ideia de que uma identidade é definida em oposição a outras se torna evidente ao referir-se à linguagem adâmica, isto é, à forma como Adão é levado a nomear os animais criados por Deus.

Ao dar um nome ‘próprio’ a cada animal, distinguindo-o dos demais bichos, o primeiro homem estava dando largada, sob o olhar do Todo-Poderoso, à prática de *identificar* cada um com base naquilo que cada um *não* compartilhava com seus pares (RAJAGOPALAN, 2013, p. 71, grifo do autor).

Desse modo, considerando as características identitárias como traços não permanentes que individualizam o sujeito, e o ato de nomear como uma forma de identificar e individualizar a realidade, entende-se que, ao nomear um espaço, o homem o diferencia dos demais, tornando-o localizável e único.

2.2 A Toponímia e o ato de nomear o espaço

O ato de dar nomes insere-se no campo de estudo da Onomástica, área da Lexicologia que se dedica às lexias que individualizam seres (Antroponímia) e lugares (Toponímia). Constituídos de elementos linguísticos capazes de preservar fatos culturais de uma área geográfica, os signos onomásticos representam uma fonte de estudo da língua e sua relação com o patrimônio cultural de um povo. Como afirma Dick (2007),

A Onomástica é muito mais do que um mero fator auxiliar do agir e do viver individual ou coletivo; é indício de rumos tomados pelos falares ao longo dos períodos históricos, de comportamentos presentes no cotidiano e de atitudes morais ou operosas valorizadas pela população (DICK, 2007, p. 144).

Derivada das palavras gregas τόπος, "lugar", e ὄνομα, "nome", significando, portanto, "nome de lugar", a Toponímia tem como objeto de estudo o topônimo e se constitui na parte da Onomástica voltada para a análise de aspectos etimológicos, morfológicos, semânticos e motivacionais dos nomes de lugares, ou designativos geográficos, de acidentes físicos (rios, riachos, morros, baías, ilhas etc.) e humanos (cidades, aldeias, vilas, povoados etc.).

Por ser um signo onomástico, ao se deslocar do sistema lexical e assumir caráter denominativo, o topônimo conecta-se ao lugar representado e o seu processo de identificação deixa de ser mediado pelo sentido e passa a ser remetido diretamente para o referente. Conforme a afirmação de Dick (2007, p. 144), por um “processo metonímico de interpretação, o designativo toponímico que é, conceitualmente, um signo de língua, com forma expressiva e um conteúdo unívoco ou biunívoco, passa a incorporar, ele próprio, as características do espaço que nomeia”.

Entende-se assim, como defende Seabra (2006b), que uma palavra, ao ser levada à função de nome próprio, passa a pressupor a existência de um nomeador e um nomeado, ou seja, de representações externas. Tal processo permite que o nome seja cristalizado, o que faz com que possa ser transmitido às gerações posteriores, às vezes, sem sofrer alterações. Por essa razão, Dick (1990) considera a Toponímia como a crônica de um povo, ao gravar o presente para o conhecimento das gerações futuras.

Tendo em vista que o espaço é nomeado de acordo com a escolha e intencionalidade de seu nomeador, que seleciona o nome com base em sua experiência de mundo, sua cultura, seu saber e sua ideologia, acredita-se, como Seabra (*ibidem*), que os signos toponímicos refletem o léxico regional e se constituem, assim, marcas identitárias e culturais importantes de uma comunidade.

2.3 O signo toponímico: entre a arbitrariedade e a motivação

Definindo a língua como um sistema estruturado de signos existentes independentemente dos falantes e do contexto social, Saussure⁵ percebia a organização e a formação desse sistema a partir do encontro entre significante (a imagem acústica) e significado (o conceito), entidades psíquicas indissociáveis que constituem o signo linguístico. Segundo esse linguista, “a entidade linguística só existe pela associação do significante e do significado; se se retiver apenas um desses elementos, ela se desvanece; em lugar de um objeto concreto, tem-se uma pura abstração” (SAUSSURE, 1995 [1916], p. 119).

Ao estabelecer a arbitrariedade como a causa motivadora da origem dos signos, e conseqüentemente, do sistema linguístico, Saussure considerava a inexistência de uma relação preestabelecida entre o conceito e a imagem acústica, ou seja, entre o significado e o significante. O termo *arbitrário*, segundo Souza (2006), sempre foi associado semanticamente à ideia de livre escolha, o que permite a suposição de que o significado depende da escolha de quem fala. Saussure, no entanto, por não entender arbitrário no sentido de “livre”, propôs o sinônimo *imotivado*:

A palavra *arbitrário* [...] não deve dar a ideia de que o significado dependa da livre escolha do que fala [...] queremos dizer que o significante é *imotivado*, isto é, arbitrário em relação ao significado, com o qual não tem nenhum laço natural na realidade (SAUSSURE, 1995 [1916], p. 83, grifo do autor).

A ausência de motivação do signo linguístico explica, assim, o fato de que cada língua utiliza significantes diferentes para um mesmo conceito (*livro, book, livre, Buch, liber*). Desse modo, pode-se entender o signo linguístico, sob a perspectiva saussuriana, como uma convenção social reconhecida pelos falantes de uma língua.

Os signos onomásticos, no entanto, envolvem, obrigatoriamente, os referentes que destacam. Mais especificamente em relação à Toponímia, sabe-se que o ato de dar nomes aos lugares, por estar ligado a aspectos motivacionais importantes dos valores sociais, políticos,

⁵ Os estudos desenvolvidos por Ferdinand Saussure foram publicados por seus discípulos em 1916, três anos após sua morte, na obra *Curso de Linguística Geral*, que estabeleceu a Linguística como ciência.

culturais da comunidade, estabelece uma forte relação de identidade entre a designação escolhida e o espaço designado. Como afirma Seabra (2006b),

Os nomes de lugares designam, de uma maneira única, um espaço físico que corresponde a um conjunto de descrições ou, se quisermos, que é identificável por um determinado conjunto de propriedades que só a ele dizem respeito. Na maioria das vezes, essa nomeação se dá quando um lugar é “batizado” por uma pessoa ou por um grupo no início de seu povoamento e esse batismo passa a fazer parte da cadeia de acontecimentos que levou o denominador a associar o espaço físico ao nome, transmitindo-o, em seguida, aos membros de uma comunidade linguística (SEABRA, 2006b, p. 1956).

O ato de “batizar” um espaço pressupõe, assim, uma escolha de um determinado nome, dentre as várias possibilidades sêmicas, com o objetivo não apenas de identificação do lugar, mas também de indicação precisa de seus aspectos físicos ou antropoculturais. Além de influências etimológicas, semânticas e linguísticas, a ação de designar localidades recebe então influências externas, originárias de condições geográficas, históricas, políticas, religiosas, culturais, sociais que estabelecem um vínculo de identidade entre o termo escolhido e o lugar nomeado.

Desse modo, ainda que em termos de língua o signo selecionado seja um designativo vocabular comum e arbitrário, a funcionalidade do seu emprego como designativo toponímico transforma-o, no ato do batismo, em essencialmente motivado, o que, segundo Dick (1990, p. 38), é uma das principais características do topônimo, evidenciada na “intencionalidade que anima o denominador” e na própria “origem semântica da denominação”.

Entende-se assim que, diferente da ausência de relação preexistente entre o significado e o significante no signo linguístico, defendida por Saussure, o signo toponímico tem como uma das suas características mais marcantes a motivação semântica, ou seja, o fato de o lugar não receber um nome de modo aleatório, acidental, mas sim marcado por pretensões ideológicas ou políticas, por traços culturais ou físicos que atuam como elementos fundamentais para a relação quase metonímica entre um lugar, representação do todo, e o seu nome, a representação da parte.

Considerando, no entanto, que, além de testemunhar a história de uma cultura, a Toponímia muitas vezes sobrevive a ela, é possível que signos linguísticos semanticamente motivados, quando escolhidos como designativos de um lugar, percam, com o tempo, essa motivação e se tornem termos de significação arbitrária, sem relação com o espaço agora designado. Isso acontece, por exemplo, quando um local recebe o nome de uma espécie de planta muito comum na região e que, pela ação de processos de exploração descontrolada, entra em extinção, deixando de ser reconhecida pela população local e perdendo o seu sentido

original. Nesse caso, como defende Claval (2014, p. 210), “o papel da toponímia linguística é reencontrá-lo”.

2.4 A nomeação do espaço e a realidade brasileira: as categorias taxionômicas

Entendendo a dificuldade de conceituação da Toponímia como disciplina autônoma, tendo em vista os entraves na delimitação do seu campo de trabalho e caracterização do seu objeto específico, Dick (1992) reconhece a incidência de estudos na área envolvendo o levantamento dos nomes geográficos de uma determinada região, acompanhado de um estudo etimológico e de explicações da realidade através de fatos históricos ou sociais.

Tendo em vista que tais explicações se tornam dependentes do trabalho e da interpretação dos pesquisadores, Dick propôs um sistema classificatório para atender às exigências da pesquisa e permitir uma aferição objetiva de causas motivadoras dos designativos geográficos. Na visão da autora, a taxionomia proposta evita a necessidade de constantes recuos ao passado para a verificação do significado do topônimo, tendo em vista que este seria fornecido pela interpretação linguística de seus elementos formadores.

Composto por vinte e sete taxes que refletem a diversidade da realidade brasileira, o modelo taxionômico proposto oferece a possibilidade de classificação dos topônimos conforme uma variedade de significação, na medida em que eles podem ser analisados com base em suas origens externas (físicas) ou subjetivas (antropoculturais). Desse modo, considerando a possibilidade de ampliação de acordo com a necessidade do pesquisador e o contexto onde o topônimo a ser pesquisado está inserido, a taxionomia toponímica proposta por Dick estabelece duas ordens de consequência no seu sistema classificatório: taxionomias de natureza física e taxionomias de natureza antropocultural, apresentadas a seguir, com exemplos coletados do *corpus* analisado e da pesquisa desenvolvida por Dick (1990).

2.4.1 CATEGORIAS DE NATUREZA FÍSICA

Das vinte e sete taxes que compõem o sistema taxionômico de Dick, onze se referem a elementos do ambiente físico:

- a) Astrotopônimos: relativos aos corpos celestes em geral. Ex. Estrela do Norte (SP);
- b) Cardinotopônimos: relativos às posições geográficas em geral. Ex. Entre Rios (BA);
- c) Cromotopônimos: relativos à escala cromática. Ex. Una (BA);

- d) Dimensiotopônimos: relativos às dimensões dos acidentes geográficos. Ex. Alto Rio Doce (MG);
- e) Fitotopônimos: relativos aos vegetais. Ex. Mucuri (BA);
- f) Geomorfotopônimos: relativos às formas topográficas. Ex. Ilhéus (BA);
- g) Hidrotopônimos: relativos a acidentes hidrográficos em geral. Ex. Rio de Contas (BA);
- h) Litotopônimos: relativos aos minerais e à constituição do solo. Ex. Itaberaba (BA);
- i) Meteorotopônimos: relativos a fenômenos atmosféricos. Ex. Brumado (BA);
- j) Morfotopônimos: relativos às formas geométricas. Ex. Curva Grande (AM);
- k) Zootopônimo: relativos aos animais. Ex. Guanambi (BA).

2.4.2 CATEGORIAS DE NATUREZA ANTROPOCULTURAL

Em relação aos aspectos sociais, históricos e culturais, identificam-se as seguintes taxes:

- a) Animotopônimos: relativos à vida psíquica, à cultura espiritual. Ex. Vitória da Conquista (BA);
- b) Antropotopônimos: relativos aos nomes próprios individuais. Ex. Miguel Calmon (BA);
- c) Axiotopônimos: relativos aos títulos e dignidades que acompanham nomes próprios individuais. Ex. Conde (BA);
- d) Corotopônimos: relativos a nomes de cidades, países, estados, regiões e continentes. Ex. Alcobaça (BA);
- e) Cronotopônimos: relativos aos indicadores cronológicos representados pelos adjetivos novo(a), velho(a). Ex. Nova Soure (BA);
- f) Dirrematopônimos: constituídos de frases ou enunciados linguísticos. Ex. Busca Vida (BA);
- g) Ecotopônimos: relativos às habitações em geral. Ex. Casa Nova (BA);
- h) Ergotopônimos: relativos aos elementos da cultura material. Ex. Caravelas (BA);
- i) Etnotopônimos: relativos aos elementos étnicos isolados ou não (povos, tribos, castas). Ex. Maracás (BA);
- j) Hierotopônimos: relativos a nomes sagrados de crenças diversas, a efemérides religiosas, às associações religiosas e aos locais de culto. Ex. Salvador (BA). Podem ser subdivididos em: hagiotopônimos: nomes de santos, ou santas, do

hagiológico católico romano. Ex. Santo Antonio de Jesus (BA); e mitotopônimos: relativos a entidades mitológicas. Ex. Coaraci (BA);

- k) Historiotopônimos: relativos aos movimentos de cunho histórico, a seus membros e às datas comemorativas. Ex. Euclides da Cunha (BA);
- l) Hodotopônimos: relativos às vias de comunicação urbana ou rural. Ex. Encruzilhada (BA);
- m) Numerotopônimos: relativos aos adjetivos numerais. Ex. Três Corações (MG);
- n) Poliotopônimos: constituídos pelos vocábulos vila, aldeia, cidade, povoação, arraial. Ex. Arraial D'Ajuda (BA);
- o) Sociotopônimos: relativos às atividades profissionais, aos locais de trabalho e aos pontos de encontro da comunidade, aglomerados humanos. Ex. Feira de Santana (BA).
- p) Somatotopônimos: empregados em relação metafórica à parte do corpo humano ou do animal. Ex. Carrancas (SP).

2.5 O desenvolvimento dos estudos toponímicos no Brasil e na Bahia

Embora o ato de nomear o espaço faça parte da história do homem desde os mais remotos tempos, os estudos toponímicos sistematizados iniciam-se no século XIX com os trabalhos do geógrafo e historiador francês Auguste Longnon na *École pratique des hautes études* e no *Collège de France*. A obra *Les noms de lieu de la France*, publicada postumamente, em 1920, com o resultado de suas pesquisas no campo da geografia histórica, é considerada referência para os estudos dos nomes de lugares. Retomando as pesquisas onomásticas de Longnon, o linguista francês Albert Dauzat, adepto da geografia linguística, publicou, em 1928, *Les nomes de lieux*, obra que impulsionou os estudos toponímicos na França e que serve de base para os trabalhos toponímicos em todo o mundo.

No Brasil, os estudos na área da Toponímia não tiveram a difusão esperada e ainda são, para muitos, mero diletantismo, curiosidade ou passatempo, como afirmou Carvalhinhos (2008). Segundo a autora, apenas a Universidade de São Paulo possui como disciplina do curso de graduação de Letras, com o nome *Toponímia Geral e do Brasil* desde, pelo menos, a década de 1960. É importante destacar também que a disciplina já era ministrada junto à cadeira de *Etnografia e Língua Tupi*, vinculada ao curso de Geografia e História, desde 1934. Nos cursos de Letras das demais instituições do país, a Toponímia, como parte da

Onomástica, está incluída na disciplina *Lexicologia*, ministrada em alguns cursos de graduação e de pós-graduação em Linguística.

Os estudos toponímicos no Brasil, como algo mais que uma lista de nomes indígenas com possibilidade de significados etimológicos, começaram a trilhar os caminhos que hoje se materializam nas pesquisas científicas em desenvolvimento com a Tese de Doutorado da Profa. Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick, defendida em 1980. Além de apresentar fundamentos teóricos e metodológicos, o trabalho, considerado por Drumond (1990, p. 12) como “um dos mais importantes já elaborados no Brasil sobre o assunto”, adaptou os estudos de Dauzat à realidade brasileira, criando uma categorização taxionômica que reflete o modo como o homem brasileiro nomeou os seus acidentes e tornando a motivação toponímica fundamental para a compreensão de como a natureza do nome e a realidade geográfica e sócio-histórica se relacionam. Nessa perspectiva, Carvalhinhos (2002-2003) defende que

Os atuais estudos onomásticos no Brasil vêm justamente resgatando a história social contida nos nomes de uma determinada região, partindo da etimologia para reconstruir os significados e, posteriormente, traçar um panorama motivacional da região em questão, como um resgate ideológico do denominador e preservação do fundo de memória (CARVALHINHOS, 2002-2003, p. 142).

Atualmente existem centros de estudos toponímicos na Universidade de São Paulo (USP), implantado pela Profa. Maria Vicentina do Amaral Dick; na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), pela Profa. Maria Cândida Trindade Costa de Seabra; e na Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS), pela Profa. Aparecida Negri Isquerdo. Dentre os trabalhos em desenvolvimento na área, destacam-se os projetos de Atlas Toponímicos que seguem a metodologia sugerida por Dick e o modelo do Atlas Toponímico do Brasil (ATB) e do Atlas Toponímico do Estado de São Paulo (ATESP): o Atlas Toponímico do Estado de Minas Gerais (ATEMIG), em desenvolvimento na UFMG; o Atlas Toponímico do Estado do Mato Grosso do Sul (ATEMS), em desenvolvimento na UFMS; o Atlas Toponímico do Estado do Paraná (ATEPAR), em desenvolvimento na Universidade Estadual de Londrina (UEL); o Atlas Toponímico do Estado do Tocantins (ATIT) e o Atlas Toponímico de Origem Indígena do Estado do Tocantins (ATITO), em desenvolvimento na Universidade Federal do Tocantins (UFTO) (CARVALHO, 2014).

Sobre a toponímia baiana, encontram-se poucos registros de trabalhos. Dentre os disponibilizados para consulta, citam-se:

- i. De 2008, a Tese de Doutorado *Toponímia dos Municípios Baianos: descrição, história e mudanças*⁶, de Ricardo Tupiniquim Ramos, pelo Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia, UFBA (RAMOS, R., 2008).
- ii. De 2008, a Dissertação de Mestrado *Iconicidade toponímica na Chapada Diamantina: estudo de caso*⁷, de Carlos Eduardo de Oliveira, pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, USP (OLIVEIRA, 2008).
- iii. De 2012, a Dissertação de Mestrado *O léxico toponímico das comunidades rurais de Santo Antônio de Jesus: uma análise semântica e sociocultural*⁸, de Lana Cristina Santana de Almeida, pelo Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia, UFBA (ALMEIDA, 2012).
- iv. De 2014, a Dissertação de Mestrado *Topônimos no Sul da Bahia: nomeações dos municípios originados da Capitania Hereditária de São Jorge dos Ilhéus (1950 a 1960)*⁹, de Harmensz Van Rin Moraes de Assis, pelo Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia, UFBA (ASSIS, 2014).
- v. De 2015, a Dissertação de Mestrado *Guia de Ruas, (Bairros) e Mistérios: A Toponímia como Elemento Identitário em Bahia de Todos os Santos*¹⁰, de Analídia dos Santos Brandão, pelo Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens do Departamento de Ciências Humanas (Campus I – Salvador) da Universidade do Estado da Bahia, UNEB (BRANDÃO, 2015).

Além de trabalhos acadêmicos desenvolvidos e em desenvolvimento nesta área em várias instituições de ensino superior do Estado, destaca-se o projeto de Atlas Toponímico da Bahia¹¹ (ATOBAH), registrado no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ), e que se encontra em fase inicial de desenvolvimento no NEL – Núcleo de Estudos Lexicais, grupo de pesquisa vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens – Departamento de Ciências Humanas – Campus I, da Universidade do Estado

⁶ Disponibilizada parcialmente para consulta por *e-mail*, pelo próprio autor.

⁷ Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8139/tde-31032009-171949/pt-br.php>>. Acesso em 31 jul. 2015.

⁸ Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/15540>>. Acesso em 31 jul. 2015.

⁹ Disponível em: <<http://www.ppglinc.lettras.ufba.br/sites/ppglinc.lettras.ufba.br/files/Disserta%C3%A7%C3%A3o-Harmensz%20Assis.pdf>>. Acesso em 31 jul. 2015.

¹⁰ Disponível em: <http://www.ppgel.uneb.br/wp/wp-content/uploads/2015/04/brandao_analidia.pdf>. Acesso em 31 jul. 2015.

¹¹ O espelho do Projeto ATOBAH pode ser visualizado na página eletrônica. Disponível em: <<http://dgp.cnpq.br/dgp/espelholinha/0436410516092832340071>>. Acesso em 31 jul. 2015.

da Bahia, UNEB, e coordenado pela Profa. Dra. Celina Márcia de Souza Abbade. Entre seus pesquisadores, o grupo conta com estudantes e docentes do doutorado, do mestrado e da graduação, os quais já apresentam pesquisas bibliográficas e documentais concluídas e em desenvolvimento, dentre as quais se insere o presente trabalho, tomando por base bancos de dados do IBGE, cartas geográficas, obras literárias e documentos históricos.

Considerando que a elaboração de um atlas toponímico, conforme projetado pela Profa. Vicentina Dick, envolve a leitura da cartografia oficial, o ATOBAH, uma proposta de variante regional do Atlas Toponímico do Brasil, busca identificar e classificar, seguindo a metodologia utilizada pelos projetos desenvolvidos nos centros de estudos da USP, UFMG e UFMS, tanto os aglomerados humanos (municípios, vilas, aldeamentos, distritos, povoados, comunidades quilombolas) quanto os acidentes físicos (rios, riachos, cachoeiras, lagos, lagoas, ilhas, serras, morros, montanhas) de cada Mesorregião do Estado inscritos na cartografia estadual, complementados com fontes secundárias e pesquisas de campo. Nessa perspectiva, a construção do Atlas Toponímico da Bahia, nos moldes daqueles que se encontram em desenvolvimento no Brasil, insere a Bahia no mapa dos estudos toponímicos brasileiros e possibilita que a proposta nacional iniciada pela Profa. Maria Vicentina Dick seja realmente efetivada.

3 TOPONÍMIA E HISTÓRIA: A CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA SOCIAL NAS TERRAS DA BAHIA

3.1 Os contatos etno-culturais

*Nós nunca entendeu essa história manca:
Sangue índio, suor preto e as igreja, branca.*

Emicida¹²

Considerando que o ato de nomear é essencialmente humano, as relações entre o homem e o espaço geográfico expressas nos designativos toponímicos revelam muito de uma determinada população e/ou área geográfica. É impossível, então, pensar a Toponímia desvinculada de outras ciências, pois, como reconhece Dick (1992, p. 23), “a distribuição quantitativa e qualitativa dos topônimos, em uma área determinada, transformam-na em objeto de estudo para historiadores, geógrafos e linguistas”.

Nessa perspectiva, o estudo da toponímia brasileira, complementado por saberes de outras áreas do conhecimento científico, especialmente da História e da Geografia, permite identificar três principais estratos linguísticos na sua formação, resultantes do contato entre as línguas¹³ dos grupos étnicos predominantes durante o período de colonização do Brasil: o estrato português, do colonizador europeu, o estrato indígena, dos primitivos habitantes das terras brasileiras, e o estrato africano, da mão de obra traficada de várias partes do continente durante a diáspora negra.

Do contato entre as línguas faladas por essas três diferentes etnias, resultou a variante brasileira da língua portuguesa, e as marcas dessa realidade linguística estão presentes na toponímia, ainda que em proporções diferentes. A análise desse período inicial da formação étnica e línguo-cultural do povo brasileiro reconhece a função dos designativos de lugar como testemunhos do contato entre as principais peças do mosaico que se constitui o povo e a cultura do Brasil.

¹² EMICIDA. 8. In: *Álbum Sobre Crianças, Quadris, Pesadelos e Lições de Casa*. 2016. Disponível em: <<http://emicida.lyrics.com.br/letras/2756267/>> . Acesso em 10 jan 2017.

¹³ Não se constitui objetivo desta análise especificar as diversas famílias linguísticas dos primitivos habitantes das terras brasileiras nem diferenciar os grupos linguísticos dos africanos traficados para a Bahia no período colonial.

3.1.1 O PORTUGUÊS: O EUROPEU COLONIZADOR

*Ó mar salgado, quanto do teu sal
São lágrimas de Portugal!
Por te cruzarmos, quantas mães choraram,
Quantos filhos em vão rezaram!
Quantas noivas ficaram por casar
Para que fosses nosso, ó mar!*

Fernando Pessoa¹⁴

Quando percebeu que o seu futuro não estava no comércio terrestre, Portugal descobriu que navegar era mais que preciso: era imperativo. Em conflito com a Espanha, governada por inimigos (os reis católicos Fernando de Aragão e Isabel de Castela), e com o Mediterrâneo inteiramente dominado pelos italianos (venezianos e genoveses) que monopolizavam o comércio das especiarias, aos portugueses só restavam os caminhos do mar, do desconhecido Oceano Atlântico, o Mar Tenebroso.

A tarefa de transformar o pequeno país de pescadores no pioneiro nas navegações dos séculos XV e XVI, contudo, exigiu não somente grandes investimentos de capital vindos da burguesia e também da nobreza, interessadas nos lucros que esse negócio poderia gerar, mas também muito trabalho, planejamento e lágrimas. O desenvolvimento das técnicas de navegação para superar os obstáculos encontrados nas grandes viagens oceânicas; o aperfeiçoamento da cartografia, dos estudos astronômicos e de instrumentos já conhecidos, como a bússola e o astrolábio, e a construção de embarcações resistentes e leves, passaram a ser o foco do mais importante centro de estudos náuticos da Europa: a Escola de Sagres, liderada pelo príncipe D. Henrique, o Navegador, filho mais novo do monarca português D. João I (OJEDA; PETTA, 2003).

A saída inicial para o avanço do comércio marítimo lusitano foi a exploração da costa africana mais próxima. Mas a África era apenas o começo. A verdadeira riqueza estava nas Índias e para dominar esse rico mercado e eliminar os intermediários muçulmanos, descobrir um caminho direto para chegar ao Oriente passou a ser o grande alvo da expansão marítima portuguesa, o que aconteceu em 1415, com a chegada de Vasco da Gama às Índias, epopeia eternizada em *Os Lusíadas*, obra poética do escritor português Luís Vaz de Camões.

O caráter mercantil foi certamente o principal estimulador da vocação naval portuguesa, complementado pela vontade de submeter infieis e converter gentios, “dilatando a

¹⁴ PESSOA, Fernando. Mar Português. In *Mensagem*. 10. ed. Lisboa: Ática, 1972 [1934]. p. 70.

Fé, o Império, e as terras viciosas.”¹⁵ Como afirma Ramos (F., 2008, p. 12), “não podemos esquecer que, quando começaram a cruzar os mares, os portugueses estavam em busca de especiarias e cristãos”. Nesse sentido, a Cruz de Cristo em vermelho nas velas brancas das embarcações retomava os princípios das Cruzadas e os ideais cristãos, resumidos na frase de Jesus aos apóstolos: *Vos estis Lux mundi*.¹⁶

Embora a informação de que Pedro Álvares Cabral “descobriu” o Brasil em 22 de abril de 1500 seja contestada por historiadores, a chegada do almirante português à “Terra Brasilis”¹⁷ em 1500 representa a posse oficial das terras pela coroa portuguesa e o início da modificação da paisagem brasileira. Ainda segundo Ramos (*ibidem*), existem possibilidades de descobrimento (ou “achamento”, como preferem os portugueses) pelos navegadores Bartolomeu Dias (1488) e Vasco da Gama (1497) que só não foi anunciado porque havia um entrave diplomático entre Espanha e Portugal. Com a parte jurídica acertada por meio do Tratado de Tordesilhas, coube a Pedro Álvares Cabral tão somente oficializar o “achado”.

De acordo com a carta de Pero Vaz de Caminha, escrivão da armada de Cabral, ao rei de Portugal, dom Manuel, relatando a “descoberta” da nova terra, o primeiro contato dos portugueses com os nativos em terras brasileiras foi considerado pacífico e amistoso, mas acompanhado de muita estranheza para ambas as partes.

Para os que chegavam, o mundo em que entravam era a arena dos seus ganhos, em ouro e glórias, [...] Para os índios que ali estavam, nus na praia, o mundo era um luxo de se viver, [...] Este foi o primeiro efeito do encontro fatal que ali se dera. Ao longo das praias brasileiras de 1500, se defrontaram, pasmos de se verem uns aos outros tal qual eram, a selvageria e a civilização. Suas concepções, não só diferentes mas opostas, do mundo, da vida, da morte, do amor, se chocaram cruamente (RIBEIRO, 2008, p. 44).

As duas culturas eram muito diferentes e pertenciam a mundos completamente distintos. Os europeus, que explicavam o mundo de acordo com os pressupostos religiosos, viram-se impossibilitados de enquadrar no seu universo o que acabavam de conhecer.

Não era apenas a existência de uma nova terra, que a religião não sabia explicar e que, para alguns, era o paraíso, e, para outros, local de perdição; o elemento de maior impacto foi a descoberta de uma parcela da humanidade cuja existência e modo de vida eram difíceis de classificar no sistema de valores europeus. O universo indígena de crenças ligadas às forças da natureza e a ausência da noção de pecado quebravam regras milenares que ordenavam a cultura europeia (OJEDA; PETTA, 2003, p. 72).

¹⁵ CAMÕES, Luis Vaz de. *Os Lusíadas*, Canto I. 1556. Disponível em: <http://www.lpm.com.br/livros/Imagens/os_lusiadas.pdf>. Acesso em 20 mar. 2016.

¹⁶ “Vós sois a luz do mundo.”

¹⁷ Denominação presente em mapa de 1519, de autoria de Pedro Reinell e Lopo Homem, o *Atlas Miller*, atualmente na Biblioteca Nacional de Paris.

O colonizador europeu conseguiu recuperar-se desse choque cultural inicial e levar adiante a tarefa de exploração e colonização das terras encontradas, processo esse que resultou na extinção quase total da população nativa e em grande desestruturação cultural e econômica dos sobreviventes. Com a imposição cultural europeia, o “encontro de culturas” tornou-se então um “desencontro de culturas”, um verdadeiro etnocídio, definido por Cuche (2002, p. 123) como “a destruição sistemática da cultura de um povo” e que remete “à realidade de operações sistemáticas de erradicação cultural e religiosa nas populações indígenas para fins de assimilação na cultura e na religião dos conquistadores”.

Como afirma Gersem Luciano (2006, p. 18), os povos nativos “não contavam com uma experiência prévia de intensas relações interétnicas e com os impactos provocados pela violência dos agentes de colonização, que foram por demais severos”. Conforme Coelho e Giménez (2005), nesse contexto, cada grupo étnico teve uma reação diferente:

Os de índole guerreira combateram até a morte, como alguns jê, tehuelche e iroquês. Os menos combativos reagiram fugindo e se embrenhando pelas matas ou se direcionando para o sertão, como os kiriri. Outros se adaptaram através da miscigenação, como os tupi, comprometendo sua identidade como nação (COELHO; GIMÉNEZ, 2005, p.16).

A cultura europeia desconsiderou a ocupação política já existente no território “achado” e impôs novas fronteiras sem respeitar aquelas historicamente definidas pelos índios. A começar pela denominação *índio* atribuída pelos colonizadores aos habitantes da terra, que, segundo Ojeda e Petta (2003, p. 71), “além de refletir a visão do colonizador, generaliza e uniformiza grupos nacionais diferentes, apagando as especificidades de cada nação”, demonstra um profundo e total desrespeito à diversidade nacional e cultural dos habitantes da terra. As diferentes concepções com relação à terra transformaram os indígenas em um obstáculo para o projeto dos desbravadores de apropriação efetiva do território.

Os desbravadores eram portadores de concepções de propriedade, de homem e de mundo, diversas e antagônicas às concepções indígenas. Para estes, a terra era propriedade ou posse comunal, e não individual. Frequentemente, o território indígena era mais domínio que propriedade, sancionado por costumes e tradições ligados à origem de grupo, aos seus antepassados ao passo que a terra, para o desbravador, reveste-se de um caráter privado e tem um significado econômico voltado para o mercado, bem como um significado social e político associado a interesses de prestígio e de poder (PTDS-BACIA DO RIO CORRENTE, 2010, p. 29).

Além de concepções diferentes com relação à posse da terra, na perspectiva eurocêntrica, que considerava a cultura indígena como sendo inferior, os portugueses acreditavam em sua função divina e salvadora de propagar o santo nome de Cristo e seus

ensinamentos entre os povos pagãos, tarefa desempenhada com louvor pelos missionários evangelizadores, com destaque para a Companhia de Jesus, cujos jesuítas se desdobraram a semear a lei de Cristo: transmitiram a fé cristã, construíram magníficas igrejas e abriram escolas (MARTINS, 1998). Além disso, fundaram aldeias, vilas e cidades, ensinaram a língua portuguesa e também assimilaram a cultura desses povos. Em um processo necessário ao seu trabalho evangelizador, aprenderam e difundiram a língua tupi, modificada pelo convívio com a língua portuguesa e utilizada como *língua geral*¹⁸ para a comunicação com os nativos.

Essa missão religiosa também se fez presente no processo de instalação de uma nova nomenclatura geográfica, evidenciada na renomeação dos acidentes reconhecidos. Como sustenta Dick (1988),

Parece que para ele [o colonizador português] não importava a nomeação particular e legítima dos autóctones. Primeiro, porque isto não deveria fazer parte de suas preocupações, depois porque ele estava diante de um povo que desconhecia, em suas reações e sentimentos, a quem ele, o conquistador, viera para dominar. Não apenas pela superioridade numérica, mas pela força de suas tradições e pelo poder de seu verbo (DICK, 1988, p. 84).

Assim, entre encontros e desencontros culturais, violências e conflitos entre colonizadores e nativos, em cenários de destruição, exploração e extermínio, a paisagem brasileira começou a ser modificada oficialmente em 1500, quando a primeira camada toponímica, a original, predominantemente descritiva, começou a ser sobreposta por nomes exclusivamente portugueses, como se até então “a terra fosse um grande vazio onomástico” (ANTUNES; CARVALHINHOS, 2007, p. 144), fazendo surgir uma nova camada toponímica.

3.1.2 O INDÍGENA: O “DONO” DA TERRA

*Antes que o homem aqui chegasse
As terras brasileiras
Eram habitadas e amadas
Por mais de três milhões de índios
Proprietários felizes
Da Terra Brasilis*

*Jorge Ben Jor*¹⁹

¹⁸ A língua tupi-guarani classificava-se em três grupos essenciais: o amazônico, também chamado de *nheengatu*, o tupi usado no litoral, denominado *língua geral*, e o guarani ou *abaneenga*, que era falado na área meridional. (DIÉGUES JUNIOR, 1980).

¹⁹ BEN JOR, Jorge. *Todo dia era dia de índio*. Disponível em: <<http://www.letras.com.br/baby-do-brasil/todo-dia-era-dia-de-indio>>. Acesso em 15 jun. 2016.

A região que hoje constitui o estado da Bahia, local de chegada dos primeiros portugueses ao Brasil no ano de 1500, era habitada até então por populações de nativos, especialmente os tupinambás, mais belicosos, ao norte, e os tupiniquins, mais amistosos, ao sul, pertencentes à grande família tupi, tronco tupi-guarani. A colonização portuguesa praticamente aniquilou esses primeiros habitantes, não somente através de guerras, massacres, escravidão e doenças, mas também do ponto de vista cultural, pela ação da catequese e da intensa e forçada miscigenação com outras etnias, em uma demonstração de desrespeito pela cultura dos habitantes da terra.

No dia 21 de abril foram notados os primeiros indícios de terra, avistada no dia seguinte, 22 de abril de 1500. Os portugueses haviam chegado a **Pindorama**²⁰, como os índios denominavam a sua terra. Como não vieram para saber o que os índios pensavam ou queriam, rebatizaram a terra de **Vera Cruz** (OJEDA; PETTA, 2003, p. 67-68, grifo dos autores).

Seja por desconsideração à cultura dos habitantes primitivos, por desconhecimento das denominações preexistentes ou por determinação da metrópole, a ação de renomear as terras recém-descobertas pelos colonizadores europeus se configura, segundo Dick (1992), em um processo de superposição toponímica, ou seja, a mudança no nome de um lugar. Dentre os vários fatores responsáveis por esse processo, destaca-se aquele resultante da invasão de outros povos, que se configura em uma forma simbólica de demarcar o domínio sobre um território, procedimento esse reconhecido desde a antiguidade, como esclarece Kantor (2009).

Desde a antiguidade, os cerimoniais de posse incluíam o estabelecimento de uma nova toponímia a cada nova conquista. Igualmente no Novo Mundo, os conquistadores e as coroas outorgavam-se o direito de nomear as terras descobertas, invocando o princípio romano da *res nullius*: terras não ocupadas não constituíam direito de propriedade, assim como novos territórios ou ilhas deviam pertencer aos seus primeiros ocupantes (KANTOR, 2009, p. 2).

Seguindo os padrões determinados pela coroa portuguesa e pela ideologia religiosa que impregnava a mentalidade do homem europeu na época, a substituição dos topônimos indígenas por outros de origem portuguesa obedecia, como afirma Nascentes (1960, p. 103), a uma imposição oficial, “para fazer desaparecer o topônimo aborígene” e “dissimular a origem indígena dos povoados”, ou para “impedir que o idioma dos indígenas continuasse a suplantar o dos colonizadores”.

Para entender como marcas da cultura indígena conseguiram sobreviver a essa tentativa de aniquilamento imposta pelo colonizador europeu, é importante ressaltar que, no

²⁰ *Pindó-rama*, a região ou o país das palmeiras. (SAMPAIO, 1914).

processo inicial de colonização, a cultura, a língua e os conhecimentos indígenas foram fatores determinantes. Conhecedores do ambiente e das técnicas de sobrevivência no clima e natureza rudes da selva e do sertão, era comum a participação de nativos do litoral e mamelucos²¹ nas expedições colonizadoras. Além de ensinar o caminho, eles eram responsáveis pela coleta de frutos, ervas e raízes necessárias à alimentação do grupo e pelo uso da "medicina" com base em recursos da flora e da fauna.

Outro fator que determinava a presença de nativos nas expedições colonizadoras era o fato de que as línguas indígenas tinham um tronco geral que tornava mais fácil a compreensão entre as tribos, permitindo assim o encontro com grupos do interior. Nesse aspecto, além da presença de indígenas nas expedições, os portugueses foram forçados a aprender as línguas aborígenes para facilitar a convivência com os nativos e a consequente colonização do território. Também os missionários jesuítas que chegaram ao Brasil no começo de 1549 precisaram conhecer as línguas indígenas para catequizar as tribos e disseminar os valores europeus.

O contato com o colonizador e com outros grupos provocou modificações profundas na cultura dos povos indígenas²². A intensa mestiçagem cultural, promovida principalmente pelo movimento das entradas e bandeiras (séc. XVII e XVIII), fez com que a língua geral fosse difundida por todo o território colonizado:

As *bandeiras* quase que só fallavam o tupi. E se por toda a parte onde penetravam estendiam os domínios de Portugal, não lhe propagavam, todavia, a língua, [...] Recebiam então um nome tupi as regiões que se iam descobrindo e o conservavam pelo tempo adiante, ainda que nellas jámais tivesse habitado uma tribu de raça tupi (SAMPAIO, 1914, p. 42, grifo do autor).

Somente a partir da segunda metade do século XVIII a língua portuguesa conseguiu suplantiar as línguas indígenas e se tornar o idioma oficial, *status* garantido através do decreto do Marquês de Pombal, datado de 17 de agosto de 1758, que não só declarou o português a língua oficial, mas também proibiu o uso da língua geral em todo o território. Entretanto, um grande legado indígena já havia sido deixado no léxico, especialmente nas designações da flora, da fauna, dos acidentes geográficos e das povoações, ressaltando a preocupação descritiva dos primeiros habitantes em relação à identificação precisa do espaço, o que poderia, muitas vezes, significar a sobrevivência.

²¹ Mestiço resultante da união do europeu com a mulher índia.

²² Como consequência dessa ação devastadora, das 1.200 a 1.500 línguas indígenas existentes no Brasil quando Pedro Álvares Cabral chegou a Porto Seguro, somente cerca de 180 ainda são faladas hoje, com média de 200 falantes por língua (RODRIGUES, 2002 *apud* ANTUNES; CARVALHINHOS, 2007).

3.1.3 O AFRICANO: A MÃO DE OBRA ESCRAVA

*Era um sonho dantesco... o tombadilho
Que das luzernas avermelha o brilho.
Em sangue a se banhar.
Tinir de ferros... estalar de açoite...
Legiões de homens negros como a noite,
Horrendos a dançar...*

Castro Alves²³

Segundo Bueno (2003, p. 112), “esta é uma nação erguida por seis milhões de braços escravos – e sobre três milhões de cadáveres”. Durante mais de trezentos anos os porões dos navios negreiros trouxeram para o Brasil mais de três milhões de africanos em uma viagem sem volta. Segundo o historiador, um em cada cinco não sobrevivia à viagem, e os que conseguiam chegar não viviam mais do que sete anos, em média, em decorrência das condições de trabalho: jornada de até dezoito horas diárias, maus-tratos frequentes, péssimas condições de alojamento e alimentação. Por isso, a escravidão africana tem sido considerada como um dos grandes holocaustos da humanidade, identificada por Pinsky (1988) como o “holocausto negro”.

Embora não tenham sido os criadores da prática de escravizar outros povos, quase tão velha quanto a própria humanidade, a rede de tráfico de escravos estabelecida pelos portugueses em meados do século XVI entre a Europa, a África e a América, constituiu-se em um negócio organizado e lucrativo. Utilizando a cachaça e o tabaco como mercadoria de troca (BUENO, 2003), brasileiros e portugueses se tornaram os maiores e mais eficientes traficantes de escravos africanos da história, com postos de captura e troca espalhados por quase toda a África negra.

De acordo com Castro (2001), durante os quase três séculos de tráfico, são identificados quatro ciclos, tendo por base a região da África de onde as “peças” eram capturadas: ciclo da Guiné (Séc. XVI), provenientes de toda a costa atlântica ocidental africana, que vai do Senegal até o Golfo de Benin, na Nigéria; ciclo do Congo-Angola (Séc. XVII), quase todos do grupo banto (congós, angolãos, benguelas); ciclo da Costa da Mina (Séc. XVIII), principalmente povos sudaneses (iorubás, jejes, minas, hauças); ciclo da Baía de Benin, Angola e Contra-Costa (Séc. XIX), marcado pela persistência do tráfico ainda que ilegal.

²³ ALVES, Castro. Navio Negreiro. In *Obras Completas*, 1869. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bv000068.pdf>>. Acesso em 20 abr. 2016.

A ausência de documentos²⁴ não permite que se estabeleça com precisão o número de africanos traficados para o Brasil no mais perverso processo de imigração dirigida que o mundo presenciou. No entanto, pode-se, sem dúvida, afirmar que, dos engenhos de açúcar às minas de ouro e diamante, do plantio de café e algodão à produção de fumo de corda, esse grande contingente de indivíduos formou o alicerce da economia e da cultura brasileira e tornou o Brasil um dos maiores países mestiços do mundo. Mais do que as mãos e os pés dos senhores de engenho, os escravos foram “os olhos e os braços dos donos de minas; os pastores dos rebanhos e as bestas de carga; os ombros, as costas e as pernas que fizeram andar a Colônia e, mais tarde, o Império” (BUENO, 2003, p.118-119).

Conforme Tavares (2001), a Bahia recebeu grandes levas de africanos em todos os quatro ciclos, pertencentes às mais diferentes nações (povos), sendo os Iorubá, Ewe, Jeje, Fula, Tapa, Hauça, Arda e Calabare os mais conhecidos. Entretanto, fosse qual fosse a sua área geográfica de origem, sua nação, seu falar, sua cultura, o africano escravizado era considerado uma mercadoria, tendo enriquecido todos os grandes comerciantes da cidade de Salvador que participaram do comércio de exportação e importação no século XVIII e boa parte do XIX. A discriminação, a má remuneração do trabalho braçal e as dívidas sociais com os descendentes das populações africanas escravizadas são, segundo Vicentino e Dorigo (2010), as cicatrizes deste nefasto sistema escravista na história contemporânea brasileira.

3.2 A EMB: uma obra de vanguarda para o estudo dos municípios brasileiros

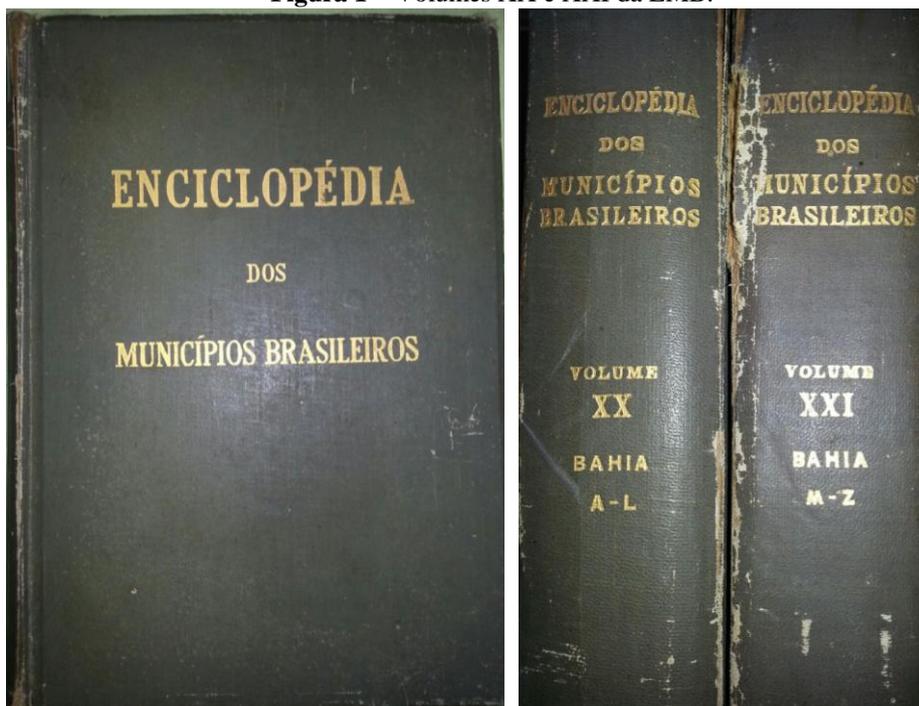
Obra elaborada pelo IBGE, a *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*, considerada por Cardoso (2014) como de vanguarda no estudo dos municípios brasileiros e no mapeamento do território nacional, representa um retrato do Brasil no período entre 1957 e 1960 sob o ponto de vista histórico-geográfico e socioeconômico. É composta de duas partes principais: a primeira apresenta as regiões geográficas do país no seu aspecto geral, e a segunda, informações específicas de cada município, em um total de 36 volumes amplamente ilustrados por fotografias e quase 3.000 mapas.²⁵

²⁴ O despacho do Ministro das Finanças do 1º governo republicano, Ruy Barbosa, de 14 de dezembro de 1890, determinando a queima de todos os livros e documentos referentes à escravidão existentes no ministério, para evitar assim os pedidos de indenização por parte dos escravocratas, é responsável também pela falta de documentação estatística sobre esse triste período da história do Brasil (BUENO, 2003).

²⁵ Em 2000 o IBGE promoveu uma edição em CD-ROM fac-similar da obra original. Essa edição, em 18 volumes, recupera a publicação impressa, que se encontrava esgotada por mais de 30 anos, para atender à crescente demanda dos usuários por informações municipais.

Segundo Abrantes (2014), os dados apresentados na EMB foram coletados em expedições geográficas realizadas pelo IBGE²⁶ no período entre 1941 e 1968 em todas as unidades da federação. Ainda segundo a autora, essas atividades de campo foram essenciais no cumprimento da missão do Instituto – revelar informações sobre a população brasileira e o território nacional – e tinham como objetivo identificar aspectos da realidade brasileira até então desconhecidos; construir um corpo de conhecimentos geográficos sobre o Brasil; e subsidiar os projetos do governo federal para reconhecimento do território brasileiro.

Figura 1 – Volumes XX e XXI da EMB.



Fonte: a autora (2016).

Os volumes XX e XXI (**Figura 1**), referentes aos municípios baianos, são apresentados pelo Governador do Estado à época, Antônio Balbino de Carvalho Filho, que ressalta a seriedade e a competência dos autores do trabalho e o caráter rigorosamente científico da obra.

Vivemos a época das massas e este livro, feito sob rigoroso método científico, tem a vantagem de alcançar o duplo objetivo de ser um trabalho para muitas cátedras entregues ao estudo dos povos e das civilizações e de transmitir ao povo, no mesmo passo, uma visão conjunta da vida nacional nos limites dos núcleos municipais que informam a vida brasileira (CARVALHO FILHO, 1958, v. XX, p. 12).

²⁶ O IBGE foi formado em 1938, da união do Conselho Nacional de Estatística – CNE – e do Conselho Nacional de Geografia – CNG –, e sob o efeito da modernização e centralização dos instrumentos de informação estatística do Estado Novo (ABRANTES, 2007).

Considerando a obra, tida como de vanguarda, como um “estudo sistematizado da história, da geografia, da economia e da sociologia da nossa terra”, Carvalho Filho (*ibidem*, p. 12) assegura que a EMB representa o resultado do extraordinário esforço de especialistas e eruditos. No entanto, a análise da linguagem utilizada nos volumes XX e XXI apresenta uma visão muito próxima do pensamento dos conquistadores do período das Grandes Navegações (séculos XV e XVI), valorizando a postura do colonizador europeu e a ação salvadora dos jesuítas, ao mesmo tempo em que desvaloriza as culturas nativa e africana.

O uso de determinadas lexias para a caracterização dos colonizadores portugueses, como *heroicos navegadores, destemidos aventureiros, bravos bandeirantes*, [autores de] *trabalho perseverante e construtivo*; e do trabalho de catequese desenvolvido pelos padres missionários, considerado como *verdadeiro estoicismo, espírito de sacrifício, influência amiga e benfazeja*, [ação de] *abnegados sacerdotes, nobres missionários, figuras paternais, intrépidos bandeirantes de almas*, permitem considerar os autores da EMB apoiadores do método de colonização por exploração e da política colonial de reunir os indígenas em missões na tentativa de convertê-los ao catolicismo e se apropriarem de sua força de trabalho, liberando suas terras para as frentes de ocupação, que avançavam em direção ao interior.

Belicosos, aguerridos, selvagens, domesticados: as lexias que identificam os nativos justificam essa ação predatória da metrópole portuguesa e o quase total aniquilamento das populações indígenas, evidenciando a visão europeia dominante na época da colonização do país, a qual considerava os indígenas mais animais do que seres humanos. Além disso, as poucas referências à população africana (*pretos escravos*) reforçam o silenciamento em relação ao grande contingente de indivíduos traficados para o país e sua importância na formação da cultura e do povo brasileiro.

Para efeito de comprovação, apresentam-se a seguir, com grifo nosso nas lexias destacadas, exemplos presentes nos volumes XX e XXI da EMB:

CACULÉ: Em 1860, Dona Rosa Prates, proprietária do antigo domínio da fazenda "Jacaré", doou ao Santíssimo Coração de Jesus um terreno, onde deveria ser erigida uma capela sob a invocação desse orago. Possuindo aquela *ilustre senhora* elevado número de *pretos escravos*, promoveu o progresso da região pela exploração ampla da agricultura e da pecuária, incentivando o povoamento (IBGE, 1958, v. XX, p. 105).

CAIRU: Em 1535 Francisco Romero, lugar-tenente de Jorge de Figueiredo Correia, deu início à colonização da Capitania dos Ilhéus, a braços com terríveis assaltos dos *selvagens*, notadamente dos aimorés, sem lhes poder oferecer decisiva reação. Homens *rijos*, talhados à feição dos rochedos de Sagres, plasmados à fúria do mar grosso e *fiéis à predestinação heroica do navegador*, sentindo o malogro da colonização, envolvidos em sangue, fogo, desesperos e desastres, dirigem-se com suas famílias ao arquipélago que hoje constitui o município de Cairu. Aí se

estabeleceram certamente movidos pela amenidade do clima, franco ancoradouro, aspecto gracioso e dominante da ilha, marcando a primeira penetração do território do município (*ibidem*, p. 114).

CONDE: O território onde hoje está situado o município de Conde era habitado primitivamente pelos *aguerridos tupinambás*. No governo de Mem de Sá, os padres jesuítas, chefiados por Luís da Gran, ali chegaram em missão de catequese, ministrando os ensinamentos da doutrina cristã e pacificando com *verdadeiro estoicismo e espírito de sacrifício* os valentes índios tupinambás. Os jesuítas adquiriram, em 1621, vasta área de terras, por sesmaria e concessão de Garcia d'Ávila, as quais lhes foram definitivamente doadas, em testamento, no ano de 1650. Verificou-se então, a aproximação de indígenas de tribos vizinhas, já *domesticados*, que para ali se transferiram (*ibidem*, p. 185).

CONDEÚBA: Nos primórdios do século dezoito, a região de Condeúba, circundada pela Serra Geral, começou a ser explorada pelos portugueses, que principiavam a conhecer a imensa riqueza existente no subsolo brasileiro. As margens do rio Gavião, em 1720, eram habitadas e dominadas pelos índios botocudos, que ali encontravam fáceis meios de subsistência na pesca e na caça. Com a aproximação dos primeiros civilizados, os *selvagens* procuravam afastar-se da região, tentando antes amedrontá-los com o terror das suas flechas, sem que, todavia nada conseguissem por esses meios belicosos (*ibidem*, p. 188).

JAGUARARI: Com o descobrimento das terras do Brasil, partiram para o seu interior várias bandeiras, levando ao gentio as luzes da civilização cristã, marcando para a nova terra o início de uma era de trabalho. *Destemidos aventureiros*, na ânsia incontida de novos descobrimentos, embrenhavam-se através das densas matas dos sertões da Bahia, em demanda às margens do rio São Francisco, ou à procura das minas de ouro de Jacobina (*ibidem*, p. 358).

MARACÁS: A primeira penetração no território do município de Maracás se deu em 1659, quando *bravos bandeirantes portugueses*, subindo o rio Paraguaçu e tomando o rumo da Serra Geral, deram combate aos indígenas e assentaram residência na região, povoando-a (*ibidem*, v. XXI, p. 24).

MATA DE SÃO JOÃO: O povoamento e colonização do município deveu-se aos colonos que acompanharam Garcia d'Ávila, chegados ao Brasil com a caravana de Tomé de Sousa, em 1549, quando reinava em Portugal D. João 111. O local onde está situada a florescente cidade de Mata de São João pertencia a Garcia d'Ávila, a quem o Brasil e, particularmente, a Bahia, são devedores de boa parcela de sua grandeza e progresso. Do *trabalho perseverante e construtivo dos colonos portugueses* surgiu a comunidade. À semelhança do que ocorreu com a maioria das localidades do Brasil, a nascente povoação experimentou a *influência benfazeja* dos jesuítas, os quais, na sublime missão de catequese, semeavam em *terreno árido* os princípios salutareos da doutrina cristã, que, anos depois, graças aos ingentes esforços daqueles *heróis da fé*, germinou, nascendo daí a cidade ordeira de nossos dias, como árvore frondosa e acolhedora, numa demonstração viva do quanto pode a vontade de vencer (*ibidem*, p. 36).

NOVA SOURE: Deve-se a fundação do município de Nova Soure à ação de *abnegados sacerdotes* da Companhia de Jesus de Santo Inácio de Loiola. Na obra de catequese que empreendeu, dando pouca ou quase nenhuma importância a sua valiosa vida, o *nobre missionário* embrenhava-se pela selva adentro, e onde deparasse a *taba selvagem*, aí armava a tenda, que a um só tempo era cenóbio, escola, residência e templo. Despertando nos silvícolas a curiosidade e interesse pela sua *figura paternal*, o jesuíta pôde pouco a pouco reuni-los em volta de si. Os que dele se acercavam sentiam a *sua influência amiga* tão imediata que não ousavam

afastar-se. Em breve tempo o rodeavam, sentados, o cacique, o pajé e demais elementos da tribo, todos ouvindo e entendendo a *linguagem pacífica* do Amor e da Caridade. Foi assim que esses *intrépidos bandeirantes de almas*, armados da fé e da cruz de Cristo, conseguiram cativar a amizade e a confiança dos índios cariris, que habitavam a região, reunindo numa única, as cinco aldeias que encontraram (*ibidem*, p. 86).

É provável que exemplos como esses tenham levado Carvalho Filho a afirmar que o homem que nasceu na Bahia e que habita as suas terras, “seja, no fundo, por nascimento, por formação, por hábito e por espírito, um descendente direto do heroico e bravo campônio da península ibérica e das Gálias do século XIII, que o Cristianismo plasmou” (*ibidem*, p. 14-15). Em seu texto introdutório, não há nenhuma referência às outras duas etnias formadoras do povo e da cultura baiana: o índio nativo e o africano escravizado.

Apesar de fazer referências às três peças do mosaico étnico brasileiro, o menosprezo pelas culturas indígena e africana, bem como pela população mestiça da Bahia, é evidenciado no prefácio do volume XX, de autoria de Jurandyr Pires Ferreira, presidente do IBGE à época. Tendo em vista que é função desse gênero textual apresentar a obra, trazendo explicações sobre o seu conteúdo, fica evidente a visão étnico-cultural que seria desenvolvida nos volumes analisados, tanto nas escolhas lexicais utilizadas ao fazer referência aos “cultos indo-africanos, seus costumes e suas festas”, considerados como *tradições bizarras, fetichismos, superstições, lendas e credices*, quanto ao apoderar-se do pensamento do filósofo positivista, de influência francesa, Raimundo Teixeira Mendes, sobre a composição étnica do Brasil, emitida em 1880²⁷, para referir-se às características do povo baiano em 1958.

O velho Teixeira Mendes, estudando a composição étnica de nossa raça, encontra as três características da mescla brasileira: a inteligência do branco, o sentimento do negro e a atividade do índio. Sem dúvida, a preponderância da segunda se manifesta no povo baiano, onde a tradição da escravatura veio fixar mais essa fantasia dolente da alma, na exteriorização do seu folclore e na forma gongórica de seus poetas (FERREIRA, 1958, v. XX, p. 10-11)

Tal visão etnocêntrica e preconceituosa, evidenciada no prefácio da obra, confirma o pensamento de Shwarcz (*apud* OLIVEIRA, 2005, p. 24-25) com relação à função dos Institutos Históricos Geográficos, criados logo após a independência política do país: criar uma história brasileira ou dar um passado ao país, cumprindo irrefletidamente o lema de que “para lembrar é preciso muito esquecer”.

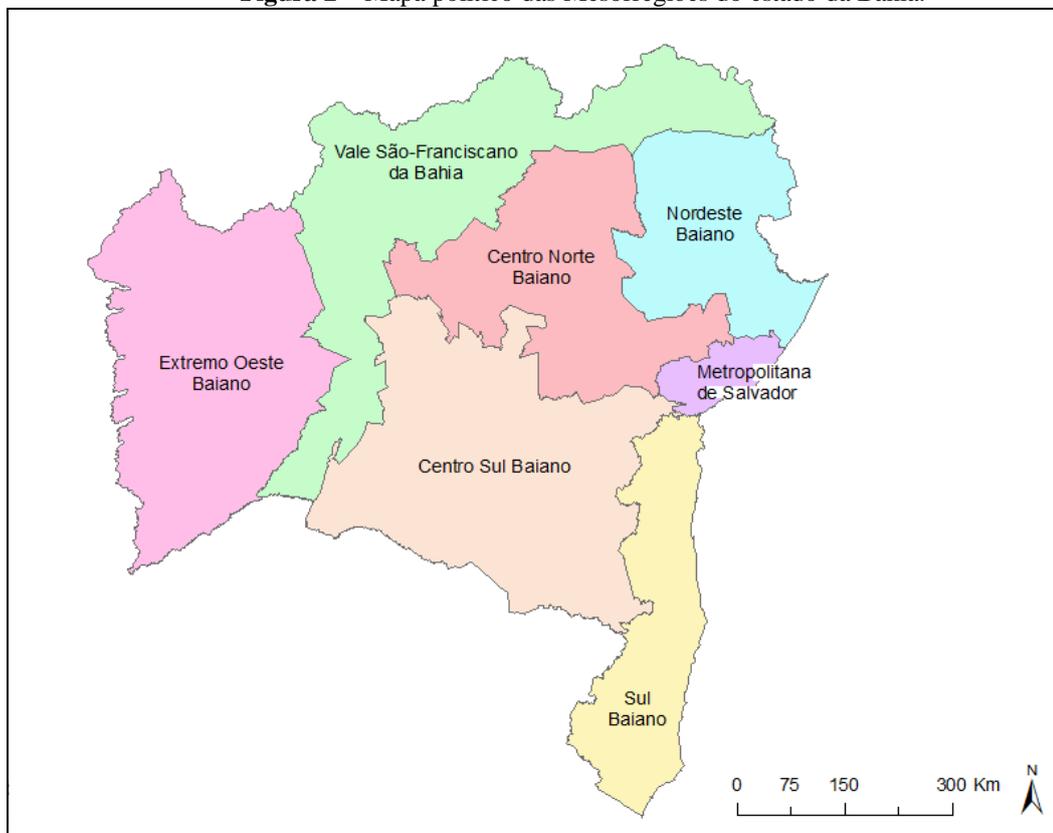
²⁷ Discurso comemorativo do tricentenário de morte de Luís de Camões (MENDES, 1880 *apud* LACERDA, 2014).

3.3 A organização dos municípios da Bahia em Territórios de Identidade

Localizado na região Nordeste do Brasil e ocupando uma área de 567.295 km², o estado da Bahia, quinto do país em extensão territorial (BAHIA, 2001), limita-se a leste com o Oceano Atlântico, a nordeste com os estados de Sergipe e Alagoas, ao norte com Pernambuco e Piauí, a oeste com Goiás e Tocantins e ao sul com Minas Gerais e Espírito Santo. Assim como todos os outros estados brasileiros, está politicamente dividido em municípios, contando atualmente com 417, tendo o último processo de municipalização ocorrido no ano 2000.

Considerando aspectos socioeconômicos e para fins estatísticos de estudo, o IBGE, através da Resolução da Presidência n. 11, de 5 de junho de 1990 (IBGE, 1990), instituiu a divisão do território brasileiro em Mesorregiões Geográficas, contando a Bahia com sete Mesorregiões, apresentadas na **Figura 2**.

Figura 2 – Mapa político das Mesorregiões do estado da Bahia.



Fonte: BAIXAR MAPAS, [199-].

No entanto, o mosaico de variedades sociais, culturais, econômicas e ambientais que se configura o estado da Bahia, resultante do rico e variado processo de formação de seu povo, entendido como produto da miscigenação entre nativos habitantes do Brasil pré-colonial,

africanos escravizados de variadas nações e imigrantes europeus colonizadores, deu origem a diferentes formas e padrões de uso e ocupação do espaço que não são contempladas na divisão socioeconômica do IBGE.

Se fôssemos resumir a Bahia em uma única palavra, esta seria diversidade. A Bahia é rica e plural em seus vários aspectos: social, cultural, econômico e ambiental. O estado ocupa uma área maior que a França; possui quatro dos sete biomas²⁸ existentes no país; cinco tipos de clima; e uma população de 14,1 milhões de habitantes, caracterizada pela miscigenação étnica, religiosa e cultural dos povos africanos, europeus e indígenas (JUNCAL; XAVIER, 2009, p. 34).

Nesse sentido, utilizando como fundamento o conceito utilizado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), através da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), para o Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (PDSTR), o Governo da Bahia, através do Decreto 12.354, de 26.08.2010, tomando por base a especificidade de cada região e o sentimento de pertencimento, propôs a divisão do espaço em territórios de identidade. Conforme apresentado no art. 1.º, § 1.º do referido Decreto, cada território de identidade constitui-se em um

Agrupamento identitário municipal formado de acordo com critérios sociais, culturais, econômicos e geográficos e reconhecido pela sua população como o espaço historicamente construído ao qual pertence, com identidade que amplia as possibilidades de coesão social e territorial (BAHIA, 2010, p. 28).

Para estabelecer os limites dos territórios, respeitando a diversidade de manifestações culturais que os caracterizam, os propositores dessa segmentação defendem que a identidade é influenciada tanto por alterações históricas, geográficas, biológicas, quanto pelas instituições, e a consideram como um “fator de aglutinação, que reconhece e valoriza a diversidade, facilita a mediação de interesses e contribui para a coesão de princípios e para a convergência” (OLIVEIRA; PERAFÁN, 2013, p. 11). Reconhecendo território como expressão política organizada de espaços locais, regionais, estaduais, nacionais, os autores o identificam como:

[...] um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, caracterizado por critérios multidimensionais, tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições, e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade, coesão social, cultural e territorial (OLIVEIRA; PERAFÁN, 2013, p.15).

²⁸ Considerando o conceito de bioma (áreas biogeográficas) e os fatores relacionados, alguns autores identificam seis ou sete biomas no Brasil. Na esquematização do IBGE (2004), o Brasil tem seu território ocupado por seis biomas terrestres – Amazônia, Caatinga, Cerrado, Mata Atlântica, Pantanal e Pampa – e um bioma marinho.

Nessa perspectiva, Monteiro e Serpa (2011) afirmam que, ao determinar o aspecto cultural como eixo central, a nova regionalização da Bahia reconhece um conceito humanista de região, considerada por Corrêa (*apud* MONTEIRO; SERPA, 2011)

Como foco de identificação, sendo ‘definida como um conjunto específico de relações culturais entre um grupo e lugares particulares’, uma ‘apropriação simbólica de uma porção do espaço por um determinado grupo’ e, assim, ‘um elemento constituinte de uma identidade’ (CORRÊA *apud* MONTEIRO; SERPA, 2011, p. 152).

Adotando a dimensão territorial desenvolvida pela SDT/MDA como estratégia de desenvolvimento do Estado, o Decreto do Governo agrupou os 417 municípios atuais inicialmente em 26 e atualmente em 27 Territórios de Identidade (**Figura 3**), carregados de elementos que constroem suas identidades e reforçam seus laços de união e ações coletivas.

Figura 3 – Mapa dos Territórios de Identidade do estado da Bahia.



Fonte: BAHIA, 2012.

Estão contidos nessa segmentação os seguintes municípios, cujos topônimos fazem parte do *corpus* desta pesquisa:

TI 01 - IRECÊ²⁹

Gentio do Ouro, Irecê, Xique-Xique.

TI 02 - VELHO CHICO

Barra, Bom Jesus da Lapa, Brotas de Macaúbas, Carinhanha, Oliveira dos Brejinhos, Paratinga, Riacho de Santana.

TI 03 - CHAPADA DIAMANTINA

Andaraí, Barra da Estiva, Ibitiara, Lençóis, Morro do Chapéu, Mucugê, Palmeiras, Piatã, Rio de Contas, Seabra, Utinga.

TI 04 - SISAL

Conceição do Coité, Itiúba, Monte Santo, Queimadas, Santaluz, Serrinha, Tucano.

TI 05 - LITORAL SUL

Canavieiras, Coaraci, Ibicaraí, Ilhéus, Itabuna, Itacaré, Itajuípe, Maraú, Ubaitaba, Una, Uruçuca.

TI 06 - BAIXO SUL

Aratuípe, Cairu, Camamu, Ituberá, Jaguaripe, Nilo Peçanha, Taperoá, Valença.

TI 07 - EXTREMO SUL

Alcobaça, Caravelas, Mucuri, Prado.

TI 08 - MÉDIO SUDOESTE DA BAHIA

Ibicui, Iguai, Itambé, Itapetinga, Macarani, Potiraguá.

TI 09 - VALE DO JIQUIRIÇÁ

Amargosa, Brejões, Itaquara, Itiruçu, Jaguaquara, Jiquiriçá, Laje, Maracás, Mutuípe, Santa Inês, São Miguel das Matas, Ubaíra.

TI 10 - SERTÃO DO SÃO FRANCISCO

Casa Nova, Curaçá, Juazeiro, Pilão Arcado, Remanso, Sento Sé, Uauá.

²⁹ Monteiro e Serpa (2011) questionam o fato dos Territórios de Identidade Irecê e Vitória da Conquista adotarem o nome do município polo e da identidade dessas regiões serem definidas a partir do papel de centralidade que esses municípios exercem no contexto regional.

TI 11 - BACIA DO RIO GRANDE

Angical, Barreiras, Cotegipe, Ibipetuba (atual Santa Rita de Cássia).

TI 12 - BACIA DO PARAMIRIM

Macaúbas, Paramirim.

TI 13 - SERTÃO PRODUTIVO

Brumado, Caculé, Caetité, Guanambi, Ituaçu, Livramento do Brumado (atual Livramento de Nossa Senhora), Palmas de Monte Alto, Urandi.

TI 14 - PIEMONTE DO PARAGUAÇU

Itaberaba, Macajuba, Mundo Novo, Piritiba, Ruy Barbosa, Santa Terezinha.

TI 15 - BACIA DO JACUÍPE

Baixa Grande, Ipirá, Mairi, Riachão do Jacuípe, Serra Preta.

TI 16 - PIEMONTE DA DIAMANTINA

Jacobina, Miguel Calmon, Saúde.

TI 17 - SEMIÁRIDO NORDESTE II

Antas, Cícero Dantas, Cipó, Euclides da Cunha, Jeremoabo, Nova Soure, Paripiranga, Ribeira do Pombal.

TI 18 - LITORAL NORTE E AGRESTE BAIANO

Acajutiba, Alagoinhas, Catu, Conde, Entre Rios, Esplanada, Inhambupe, Itapicuru, Jandaíra, Mata de São João, Pojuca, Rio Real.

TI 19 - PORTAL DO SERTÃO

Conceição da Feira, Coração de Maria, Feira de Santana, Ipirá, Santo Estevão, São Gonçalo dos Campos.

TI 20 - VITÓRIA DA CONQUISTA

Condeúba, Encruzilhada, Jacaraci, Poções, Tremedal, Vitória da Conquista.

TI 21 - RECÔNCAVO

Cachoeira, Castro Alves, Conceição do Almeida, Cruz das Almas, Maragogipe, Muritiba, Nazaré, Santo Amaro, Santo Antonio de Jesus, São Felipe, São Félix, São Francisco do Conde, São Sebastião do Passe, Sapeaçu.

TI 22 - MÉDIO RIO DE CONTAS

Boa Nova, Ipiaú, Jequié, Ubatã.

TI 23 - BACIA DO RIO CORRENTE

Correntina, Santa Maria da Vitória, Santana.

TI 24 - ITAPARICA

Chorrochó, Glória.

TI 25 - PIEMONTE NORTE DO ITAPICURU

Campo Formoso, Jaguarari, Pindobaçu, Senhor do Bonfim.

TI 26 – METROPOLITANO DE SALVADOR

Camaçari, Itaparica, Salvador.

TI 27 - COSTA DO DESCOBRIMENTO

Belmonte, Porto Seguro, Santa Cruz Cabrália.

Para a concretização dessa segmentação, destaca-se que, na proposta metodológica apresentada pela SDT (SISTEMA..., 2011), com o propósito de reconhecer as diversas identidades que podem caracterizar um território, foram analisados alguns fatores próximos às realidades territoriais, dentre os quais se destacam:

- **Ambiente:** atributos relativos aos recursos naturais, áreas de proteção, patrimônio natural e problemas ambientais.
- **Colonização:** processo de ocupação territorial.
- **Economia:** processos produtivos, polos de desenvolvimento, geração de emprego e da estrutura econômica local.
- **Etnia:** interferência dos grupos que agem baseados em suas crenças e perfis étnicos.
- **Dimensão sociocultural:** história, valores, visões compartilhadas, significados, códigos, ícones, tradições e culturas populares.

Na dimensão sociocultural insere-se a língua, mais precisamente o repertório lexical da região, pois, como afirma Antunes (2012, p. 47), “as palavras têm a cor, o cheiro, o gosto da terra em que circulam, da casa em que habitam” e, mais que qualquer outra dimensão linguística, constituem-se marcas de pertencimento e referência de identidade. Ilustra-se essa

afirmação com o trabalho desenvolvido por Abbade (2010), que envolve o levantamento do vocabulário sisaleiro do município de Conceição do Coité, inserido no TI 4 – Sisal.

Com o objetivo de resgatar a história e a cultura da região, Abbade (*ibidem*) coletou lexias relacionadas à atividade econômica predominante: a cultura do sisal, que, “muito mais do que um meio de sobrevivência, era uma identidade para as pessoas que dele tiravam o seu sustento” (*ibidem*, p. 1765). Observa-se que o processo de colheita e tratamento do sisal requer o trabalho de homens e mulheres, adultos e crianças, em atividades específicas para o gênero e a faixa etária.

Uma criança de cinco anos puxa o cabresto do jumento, para que as mães ou irmãos mais velhos construam a carga de palha sobre o lombo do animal. Quando já alcança as ancas do jumento, por volta dos sete ou oito anos, deve ter autonomia para carregar sozinha a palha. Após os dez anos, a criança já pode cortar a palha, uma atividade das mais requisitadas, que dá mais credibilidade. Ser um bom cortador é sinônimo de emprego garantido. Após esse processo a palha cortada é levada pelo carregador, tarefa também das crianças ou mulheres, até as proximidades do motor. A tarefa agora fica a cargo do cevador, que vai cevar o sisal para extrair a fibra. Essa atividade demanda muita força física e é realizada pelos homens. O procedimento é muito perigoso e responsável por inúmeras triturações de braços durante o processo de sevagem. Ainda existe o *resideiro* que vai fazer a limpeza das máquinas (*ibidem*, p. 1766, grifo nosso).

Algumas das lexias coletadas são praticamente desconhecidas em outros territórios, como “*resideiro*”, ou ali expressam significados específicos (aquele “que vai fazer a limpeza das máquinas”) compartilhados apenas pela população da região, o que pode ser comprovado no campo lexical dos trabalhadores do sisal, apresentado na pesquisa.

Agente de compra, exp. O intermediário que comercializa a fibra bruta ou aquele que beneficia em sua bateadeira para depois entregá-la à indústria ou ao exportador.

Bagaceiro, s.m. É o trabalhador que retira da máquina os resíduos do desfibramento – esta atividade pode envolver uma ou duas pessoas.

Cambiteiro, s.m. Quem recolhe os feixes e os transporta até a máquina, no dorso de asininos ou muares.

Cortador, s.m. É aquele que colhe as folhas das plantas, cortando-as com um instrumento denominado foice; o número de pessoas envolvidas nesta atividade pode variar de uma a três.

Desfibrador, s.m. É o proprietário do motor.

Enfeixador, s.m. O trabalhador que amarra as folhas em forma de feixes que serão transportados até a máquina de desfibramento.

Exportador, s.m. Aquele que exporta o produto.

Fibreiro, s.m. Quem faz o abastecimento da máquina com as folhas e pela recepção das fibras, que são pesadas com umidade – esta atividade poderá ser realizada por uma ou duas pessoas.

Lavador, s.m. Quem lava, seca e armazena a fibra.

Puxador, s.m. É o responsável pela operacionalização da máquina – esta atividade envolve uma ou duas pessoas.

Resideiro, s.m. Quem vai fazer a limpeza da máquina.

(*ibidem*, p. 1769)

Concordando com Roland Barthes (*apud* ANTUNES, 2012, p. 28) ao afirmar que “nunca posso falar senão recolhendo aquilo que se arrasta na língua”, constata-se que o exemplo apresentado reforça a percepção do léxico de uma língua como fator de identificação territorial, pois, ao expressar o conhecimento construído pelo homem em sua experiência social, o vocabulário recolhido pela pesquisa, referente às atividades que envolvem o cultivo do sisal, evidencia o perfil sociocultural do povo que habita o TI 04.

Comprova-se assim o ponto de vista do geógrafo Milton Santos (2005) ao defender que, na configuração do território, o papel do lugar é determinante. Na visão de Santos, o lugar constitui-se no “espaço vivido, isto é, de experiência sempre renovada, o que permite, ao mesmo tempo, a reavaliação das heranças e a indagação sobre o presente e o futuro” (*ibidem*, p.114).

4 A MEMÓRIA TOPONÍMICA: APRESENTANDO OS DADOS COLETADOS

As invasões passam, os costumes modificam-se ou desaparecem, as condições físicas do solo variam, e, contudo os nomes lá ficam muitas vezes, como marcos esquecidos, como sentinelas do passado, a revelar grande número de fatos que de outro modo nos seriam inteiramente desconhecidos.

José Leite de Vasconcelos³⁰

4.1 As fichas lexicográfico-toponímicas

Os dados coletados na pesquisa, contendo informações referentes aos aspectos etimológicos, morfológicos, motivacionais, históricos e culturais dos topônimos que compõem o *corpus* analisado, foram registrados, para fins de sistematização, em fichas lexicográfico-toponímicas, adaptadas do modelo sugerido por Dick (2004 *apud* SEABRA, 2006a), que apresentam um conjunto estruturado de informações sobre cada topônimo estudado. Em seguida à explicitação dos campos que as compõem, são apresentadas as 169 fichas elaboradas, organizadas em ordem alfabética a partir de cada um dos 27 Territórios de Identidade.

TOPÔNIMO:		TAXIONOMIA:	
ACIDENTE:			
LOCALIZAÇÃO			
ORIGEM:			
ESTRUTURA MORFOLÓGICA:			
HISTÓRICO:			
INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS:			

³⁰ VASCONCELOS, 1931 *apud* LIMA, 2012, p. 7.

TOPÔNIMO: neste campo, identificam-se os designativos dos municípios da Bahia presentes na obra base pesquisada, a *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*, volumes XX e XXI. Nos casos em que houve alteração toponímica após a publicação da obra, optou-se por indicar o novo topônimo em nota ao final da ficha, como é o caso de (80) Ibipetuba, atualmente Santa Rita de Cássia, e (88) Livramento do Brumado, atualmente Livramento de Nossa Senhora. A numeração antecedendo o topônimo indica a ordem de apresentação das fichas.

TAXIONOMIA: registra-se a classificação seguindo o modelo teórico-metodológico proposto por Dick (1990, 1992) para um trabalho toponímico, o qual prevê 27 taxes, identificadas como de natureza antropocultural, relacionadas a aspectos sociais, históricos e culturais, como, por exemplo, (05) Bom Jesus da Lapa, classificado como hierotopônimo, relativo a nomes sagrados; e de natureza física, relacionadas ao ambiente físico, como (10) Riacho de Santana, um hidrotopônimo, referente a acidentes hidrográficos em geral. Embora se vislumbrasse a possibilidade de classificação de alguns topônimos em mais de uma taxe, optou-se por apresentar apenas uma, aquela que, conforme a interpretação desta pesquisadora, mais significativamente os identifica.

ACIDENTE: classificado em humanos, relacionados aos lugares construídos pelo homem, e físicos, à geografia da região. Considerando que o *corpus* da pesquisa é composto de topônimos de municípios, este campo será na sua totalidade classificado como acidente humano, acompanhado da informação “município”, entre parênteses.

LOCALIZAÇÃO: identifica-se a posição geográfica do município, considerando a divisão do Estado em Territórios de Identidade (TI): TI 01 - Irecê; TI 02 - Velho Chico; TI 03 - Chapada Diamantina; TI 04 - Sisal; TI 05 - Litoral Sul; TI 06 - Baixo Sul; TI 07 - Extremo Sul; TI 08 - Médio Sudoeste; TI 09 - Vale do Jiquiriçá; TI 10 - Sertão do São Francisco; TI 11 - Bacia do Rio Grande; TI 12 - Bacia do Paramirim; TI 13 - Sertão Produtivo; TI 14 - Piemonte do Paraguaçu; TI 15 - Bacia do Jacuípe; TI 16 - Piemonte da Diamantina; TI 17 - Semiárido Nordeste II; TI 18 - Litoral Norte e Agreste Baiano; TI 19 - Portal do Sertão; TI 20 - Vitória da Conquista; TI 21 - Recôncavo; TI 22 - Médio Rio de Contas; TI 23 - Bacia do Rio Corrente; TI 24 - Itaparica; TI 25 - Piemonte Norte do Itapicuru; TI 26 - Metropolitano de Salvador; TI 27 - Costa do Descobrimento (cf. Mapa p. 50).

ORIGEM: indica-se a procedência dos topônimos, classificando-os como de origem portuguesa, considerando essa língua como o meio através do qual os nomes foram trazidos pelos primeiros colonizadores, ainda que, originalmente, apresentem etimologias diversas, incorporadas ao português em período anterior ao início da colonização do Brasil, como (105) Antas; indígena, como (16) Mucugê; africana, como (84) Caculé; ou híbrida, como (100) Riachão do Jacuípe; todos acompanhados dos étimos, ou prováveis étimos, que os originaram.

ESTRUTURA MORFOLÓGICA: indica-se a composição dos topônimos, classificando-os em: elemento específico simples, quando se constitui de apenas uma palavra, como (04) Barra, ainda que resultem de formas derivadas por sufixação, como (27) Serrinha, ou por composição, como (26) Santaluz; elemento específico simples híbrido, quando é formado por um só elemento, porém com mais de um estrato linguístico, como (72) Juazeiro; elemento específico composto, quando apresenta mais de um elemento formador, todos de mesma etimologia, como (73) Pilão Arcado; e elemento específico composto híbrido, quando é constituído de mais de um elemento de diferentes procedências, como (06) Brotas de Macaúbas. Com relação aos topônimos indígenas, optou-se por considerar como elementos específicos simples todos os que se constituem de uma só palavra, ainda que, tendo em vista o caráter aglutinante da língua, sejam formados de mais de um radical, identificados na seção ORIGEM, como é o caso de (82) Paramirim. Destaca-se também que a classificação dos topônimos híbridos em simples e compostos representa uma complementação da equipe do ATEMS ao modelo de classificação morfológica proposto por Dick (1992).

HISTÓRICO: indicam-se as alterações sofridas pelo topônimo ao longo do tempo, tomando por base as informações presentes na obra estudada e em dados do IBGE, como no seguinte exemplo: (85) Caetité < Vila Nova do Príncipe < Caiteté ~ Caitaté, em que < indica a substituição total ou parcial de um topônimo por outro, e ~ indica uma variação no mesmo topônimo, nesse caso, resultante de um fenômeno vocálico.

INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS: apresentam-se informações acerca da história e de outros aspectos do topônimo, presentes na obra estudada e, em notas ao final do campo, de outras fontes pesquisadas, especialmente aquelas que justificam a classificação toponímica indicada.

4.1.1 TI 01: IRECÊ

(01) TOPÔNIMO:	Gentio do Ouro	TAXIONOMIA:	Etnotopônimo
ACIDENTE:	Humano/município		
LOCALIZAÇÃO:	TI 01		
ORIGEM:	Portuguesa. GENTIO , do lat. <i>gentilitās -ātis</i> , ‘grande quantidade de gente’; OURO , do lat. <i>aurum -ī</i> , ‘metal precioso amarelo’ (CUNHA, 2013).		
ESTRUTURA MORFOLÓGICA:	Elemento específico composto		
HISTÓRICO:	Gentio do Ouro < Santo Inácio < Santo Inácio do Assuruá < Assuruá < Gameleira do Assuruá Etnotopônimo<hagiotopônimo<hagiotopônimo<geomorfotopônimo<fitotopônimo		
INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS:	Os primitivos habitantes da região foram indígenas de ramificação da nação tupi. Influenciados pelas histórias a respeito da existência de montanhas de prata, os exploradores para lá se dirigiram e, não encontrando essas minas, estabeleceram-se em diversos pontos das serranias. Em 1836, com a descoberta de minas de ouro e diamantes, chegaram outros contingentes de exploradores. Em 1890, o povoado foi elevado à categoria de vila, com o nome de <i>Gameleira do Assuruá</i> , pelo ato estadual de 09-07-1890. Pela lei estadual n. 2.017, de 02-08-1927, o município de <i>Gameleira de Assuruá</i> passou a denominar-se <i>Assuruá</i> , que em tupi significa ‘baía, enseada’. Pelo decreto n. 7.479, de 08-07-1931, é extinto o município, sendo seu território anexado ao município de Xique-Xique. Pelo decreto n. 8.546, de 15-07-1933, é restabelecido o município. Pelo decreto-lei estadual n. 10.724, de 30-03-1938, o município de <i>Assuruá</i> passou a denominar-se <i>Santo Inácio do Assuruá</i> . Pelo decreto-lei estadual n. 11.089, de 30-11-1938, o município de <i>Santo Inácio do Assuruá</i> passou a denominar-se simplesmente <i>Santo Inácio</i> . Pela lei estadual n. 628, de 30-12-1953, a sede do município de <i>Santo Inácio</i> é transferida para o distrito de <i>Gentio do Ouro</i> , em referência à descoberta das minas de ouro e à afluência de muita gente para explorá-las (IBGE, 1958, v. XX).		

(02) TOPÔNIMO:	Irecê	TAXIONOMIA:	Hidrotopônimo
ACIDENTE:	Humano/município		
LOCALIZAÇÃO:	TI 01		
ORIGEM:	Indígena. Y-R’ECÊ , em tup. ant., ‘por causa da água’ (GREGÓRIO, 1980). Navarro (2013) considera incorreto o nome criado artificialmente para significar “pela água”. Segundo esse autor, deveria ser “y rupi” e não “y resé”.		
ESTRUTURA MORFOLÓGICA:	Elemento específico simples		
HISTÓRICO:	Irecê < Caraíba Hidrotopônimo<etnotopônimo		
INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS:	No final do século XIX, grande seca atingiu o sertão baiano, resultando no êxodo de muitas famílias do município de Macaúbas. Algumas pessoas estabeleceram-se no lugar chamado Mundo Novo		

	<p>e iniciaram uma povoação, que progrediu e, em 1871, foi denominada América Dourada, em homenagem aos pioneiros. Seis anos depois, outro período de seca ocasionou nova retirada. Estabeleceram-se no local do atual município, fundando o povoado <i>Caraíba</i>, que em tupi significa ‘homens brancos’. Com as periódicas faltas d’água, os tanques cavados iam secando, o que proporcionava apreensões entre aquela gente perseguida pela seca. Um curioso, porém, perfurou o solo e encontrou água, fato que veio garantir o florescimento do arraial. Foi criado o distrito de <i>Caraíba</i>, ao qual se integrava o povoado de América Dourada. Com a criação do município, o topônimo <i>Caraíba</i> foi mudado, pela lei estadual n. 1.896, de 02-08-1926, para <i>Irecê</i>, proposto pelo indianista Theodoro Sampaio em alusão à descoberta de água subterrânea, fato que veio garantir o florescimento do arraial que deu origem ao município. Pelos decretos estaduais n. 7.455, de 23-06-1931 e 7.479, de 08-07-1931, o município foi extinto, sendo seu território anexado a Morro do Chapéu, como simples distrito. Elevado novamente à categoria de município com a denominação de <i>Irecê</i>, pelo decreto n. 8.452, de 31-05-08-1933 (IBGE, 1958, v. XX).</p>
--	--

(03) TOPÔNIMO:	Xique-Xique	TAXIONOMIA:	Fitotopônimo
ACIDENTE:	Humano/município		
LOCALIZAÇÃO:	TI 01		
ORIGEM:	Indígena. De acordo com Theodoro Sampaio e Antenor Nascentes, é de origem onomatopaica tapuia, ‘chocalho’, o mesmo que ganzá (HOUAISS, 2001).		
ESTRUTURA MORFOLÓGICA:	Elemento específico composto		
HISTÓRICO:	Xique-Xique ~ Chique-Chique Fitotopônimo		
INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS:	<p>Por volta da década de 1540, sertanistas à procura de ouro iniciaram o desbravamento do Vale do São Francisco, formando-se fazendas à margem direita do rio. Na segunda metade do século XVI, iniciou-se o arraial <i>Xique-Xique</i>, nome decorrente da grande quantidade de cactos denominados "xiquexique", encontrada pelos primeiros habitantes, na ilha do Miradouro. Mais tarde, foi construída a capela de Senhor do Bonfim em terra firme, à margem da Ipoeira, na Fazenda “Praia”, formando-se novo núcleo populacional. Os habitantes da ilha do Miradouro foram-se transferindo para o local. O distrito foi criado com a denominação de <i>Chique-Chique</i>, em 1714 e elevado à categoria de vila com a denominação de <i>Chique-Chique</i>, pelo decreto de 06-07-1832, desmembrada do município de Sento Sé. Pela Lei Estadual n. 2.082, de 13-06-1928, a vila foi elevada à cidade com a denominação de <i>Chique-Chique</i>. Pelo decreto-lei estadual n. 141, de 31-12-1943, retificado pelo decreto estadual n. 12978, de 01-06-1944, o município de <i>Chique-Chique</i> passou a grafar <i>Xique-Xique</i> (IBGE, 1958, v. XXI).</p> <p>NOTA: Segundo Ramos (R., 2008), em 2002, por decisão da Câmara Municipal, o topônimo passou a ser grafado Xiquexique. No entanto, nas páginas eletrônicas do IBGE e da Prefeitura Municipal, o topônimo ainda conserva o hífen.</p>		

4.1.2 TI 02: VELHO CHICO

(04) TOPÔNIMO:	Barra	TAXIONOMIA:	Hidrotopônimo
ACIDENTE:	Humano/município		
LOCALIZAÇÃO:	TI 02		
ORIGEM:	Portuguesa. Do radical lat. de origem pré-romana <i>barr-</i> , ‘foz de rio ou de riacho’ (CUNHA, 2013).		
ESTRUTURA MORFOLÓGICA:	Elemento específico simples		
HISTÓRICO:	Barra < Barra do Rio Grande < Cidade Florescente da Barra do Rio Grande < Barra do Rio Grande do Sul < São Francisco das Chagas da Barra do Rio Grande do Sul Hidrotopônimo<hidrotopônimo<poliotopônimo<hidrotopônimo<hagiotopônimo		
INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS:	A região era primitivamente habitada pelos índios acroás, e o povoamento iniciou-se por volta de 1670, com a instalação da Fazenda “Barra do Rio Grande”, devido ao fato do Rio Grande fazer a sua "barra", isto é, desembocar no caudaloso Rio São Francisco, no local. Em 1680, religiosos franciscanos erigiram a capela de São Francisco, ficando o local conhecido por <i>São Francisco das Chagas da Barra do Rio Grande do Sul</i> . Elevado à categoria de freguesia com a denominação de <i>Barra do Rio Grande do Sul</i> , pela provisão de 05-12-1752. Pela resolução régia de 01-12-1852, foi elevado à categoria de vila com a denominação de <i>Barra do Rio Grande</i> . Elevado à condição de cidade, sob a denominação de <i>Cidade Florescente da Barra do Rio Grande</i> , pela lei provincial n. 1.320, de 16-06-1873, foi alterado para <i>Barra do Rio Grande</i> em 1911. Por decretos n. 7.455, de 23-06-1931 e 7.479, de 08-07-1931, o topônimo foi simplificado para <i>Barra</i> (IBGE, 1958, v. XX).		

(05) TOPÔNIMO:	Bom Jesus da Lapa	TAXIONOMIA:	Hierotopônimo
ACIDENTE:	Humano/município		
LOCALIZAÇÃO:	TI 02		
ORIGEM:	Portuguesa. BOM , do lat. <i>bōnus -a</i> , ‘benévolo, benigno’ (CUNHA, 2013, p. 96); JESUS , do hebr. <i>Ieshu</i> , forma contraída de <i>Ieshua</i> ‘Javé é salvação’ (GUÉRIOS, 1981); LAPA , do lat. lus. <i>lapa</i> , der. do pré-céltico <i>lappa</i> ‘pedra’ (CUNHA, 2013).		
ESTRUTURA MORFOLÓGICA:	Elemento específico composto		
HISTÓRICO:	Bom Jesus da Lapa < Lapa < Bom Jesus da Lapa < Bom Jesus Hierotopônimo<litotopônimo<hierotopônimo<Hierotopônimo		
INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS:	O desbravamento do território iniciou-se no final do século XVII. Penetrando no sertão baiano, os bandeirantes instalaram muitas fazendas de gado, entre elas a Fazenda “Morro” que originou o povoado <i>Bom Jesus</i> . Todavia, o povoamento só tomou impulso com a chegada ao local, em 1681, do português Francisco Mendonça		

	<p>Mar que, despojando-se de todos os bens, saiu caminhando pelo sertão, conduzindo uma imagem do Senhor Bom Jesus, até encontrar uma aldeia de índios tapuias, situada entre o morro e o rio. Instalando-se na gruta mais oculta, Mendonça Mar foi encontrado por garimpeiros, que espalharam a notícia da existência de um homem santo que habitava uma gruta. Daí em diante, o morro passou a ser ponto de afluência de peregrinos e aventureiros que ali se estabeleceram, formando o povoado. Conhecido pelo seu santuário, o arraial de <i>Bom Jesus da Lapa</i> foi elevado à vila, com a denominação de <i>Bom Jesus da Lapa</i>, pelo ato de 18-08-1890 ou pelo ato de 18-09-1890, desmembrado de Urubu, e elevado à condição de cidade com a denominação de <i>Bom Jesus da Lapa</i>, pela lei estadual n. 1682, de 31-08-1923. Pelos decretos n. 7.455, de 23-06-1931 e 7.479, de 08-07-1931, o município de <i>Bom Jesus da Lapa</i> passou a denominar-se simplesmente <i>Lapa</i> e, pelo decreto estadual n. 9.571, de 22-06-1935, o município de <i>Lapa</i> voltou a denominar-se <i>Bom Jesus da Lapa</i> (IBGE, 1958, v. XX).</p>
--	--

(06) TOPÔNIMO:	Brotas de Macaúbas	TAXIONOMIA:	Hierotopônimo
ACIDENTE:	Humano/município		
LOCALIZAÇÃO:	TI 02		
ORIGEM:	Hibridismo. BROTAS , corruptela de Grota , do ita. <i>gròtta</i> , ‘abertura produzida pela enchente na ribanceira, vale profundo’ (CUNHA, 2013); MAKAÏUBA , em tup. ant., ‘variação de palmeira’ (NAVARRO, 2013).		
ESTRUTURA MORFOLÓGICA:	Elemento específico composto híbrido		
HISTÓRICO:	Brotas de Macaúbas < Brotas < Vila Agrícola de Nossa Senhora de Brotas de Macaúbas < Macaúbas Hierotopônimo<hierotopônimo<poliotopônimo< fitotopônimo		
INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS:	<p>O município deve a sua origem ao aparecimento de jazidas carboníferas e auríferas em seu solo, quando das primeiras penetrações, em 1792. Por causa de sua localização na zona fisiográfica da Chapada Diamantina, região mineralógica por excelência, despertou e atraiu a ambição dos bandeirantes. Nasceu então um povoado que foi elevado à freguesia com o nome de <i>Macaúbas</i>, em virtude da abundância de uma espécie de palmeira, que os índios denominavam "macaúba" ou "macaíba", atualmente em extinção, e tendo como padroeira Nossa Senhora das Brotas. Em 1878, pela Lei Provincial n. 256, de 17-03-1847, foi denominado <i>Vila Agrícola de Nossa Senhora de Brotas de Macaúbas</i>. Em 1931, simplificou-se o topônimo para <i>Brotas</i>, pelos decretos leis estaduais n. 7.455, de 23-06-1931 e 7.479, de 08-07-1931, e posteriormente, em 1943, pelo Decreto-Lei Estadual n. 141, de 31-12-1943, para <i>Brotas de Macaúbas</i> (IBGE, 1958, v. XX).</p> <p>NOTA: O culto a Nossa Senhora das Brotas foi trazido ao Brasil pelos primeiros agricultores e pecuaristas e depois pelos missionários que divulgaram os patronos de suas comunidades religiosas (CARVALHO, 2014).</p>		

(07) TOPÔNIMO:	Carinhanha	TAXIONOMIA:	Zootopônimo
ACIDENTE:	Humano/município		
LOCALIZAÇÃO:	TI 02		
ORIGEM:	Indígena. <i>ŪAKARY-AÎ-A</i> , em tup. ant., ‘acaris dentados’ (NAVARRO, 2013). <i>Acari</i> , peixe da família dos Loricariídeos, também conhecido como cascudo (HOUAISS, 2001).		
ESTRUTURA MORFOLÓGICA:	Elemento específico simples		
HISTÓRICO:	Carinhanha Zootopônimo		
INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS:	Os habitantes primitivos desse território foram os índios caiapós, os quais tinham aldeia localizada nas terras onde hoje se encontra o município. Por volta de 1712, começaram os choques entre os bandeirantes e os nativos, do que resultou prolongada e encarniçada luta. Vencida a resistência dos índios, os colonizadores estabeleceram na região, às margens do Rio Carinhanha, uma base de operações, que posteriormente veio a ser centro de intercâmbio entre a Bahia e Minas Gerais. No ano de 1813 a povoação formada logrou a categoria de freguesia, sob a invocação de São José de Carinhanha, sendo criado o distrito com a denominação de <i>Carinhanha</i> . Elevada à categoria de vila, pelo decreto de 06-07-1832, desmembrada do município de Barra do Rio Grande. A elevação da vila de <i>Carinhanha</i> à categoria de cidade deu-se por força da Lei estadual n. 762, de 17-08-1909 (IBGE, 1958, v. XX).		

(08) TOPÔNIMO:	Oliveira dos Brejinhos	TAXIONOMIA:	Hierotopônimo
ACIDENTE:	Humano/município		
LOCALIZAÇÃO:	TI 02		
ORIGEM:	Portuguesa. OLIVEIRA , do lat. <i>ōlīva -ae</i> , ‘árvore da azeitona’, sobrenome port.; BREJINHOS , dim. de Brejo , ‘pântano’, de origem controvertida (CUNHA, 2013).		
ESTRUTURA MORFOLÓGICA:	Elemento específico composto		
HISTÓRICO:	Oliveira dos Brejinhos < Brejinho Grande da Oliveira Hierotopônimo < geomorfotopônimo		
INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS:	<p>Pouco se conhece das primeiras penetrações no território hoje integrado pelo município. Já em 1865, na Fazenda “Brejinho” (ou Brejo, segundo uns) foi erguida uma capela sob a invocação de Nossa Senhora da Oliveira (ou das Oliveiras), que foi elevada à categoria de freguesia pela Lei provincial n. 1.980, de 25-06-1880. Há uma fonte que informa haver a freguesia sido criada em 1865, porém o mais aceitável é que date a sua criação de 1880, tendo sido desmembrada da freguesia de Santo Antônio do Urubu (Paratinga). Foi o arraial de <i>Brejinho Grande da Oliveira</i> elevado à categoria de vila e criado o município de <i>Oliveira dos Brejinhos</i> pelo Ato n. 405, de 01-06-1891, desmembrado do município de Urubu, sendo instalado a 17-08- 1891 (IBGE, 1958, v. XXI).</p> <p>NOTA: O culto a Nossa Senhora da Oliveira foi trazido ao Brasil pelos primeiros agricultores e pecuaristas (CARVALHO, 2014).</p>		

(09) TOPÔNIMO:	Paratinga	TAXIONOMIA:	Hidrotopônimo
ACIDENTE:	Humano/município		
LOCALIZAÇÃO:	TI 02		
ORIGEM:	Indígena. <i>PARÁ-TING-A</i> , em tup. ant., ‘rio claro’ (NAVARRO, 2013).		
ESTRUTURA MORFOLÓGICA:	Elemento específico simples		
HISTÓRICO:	Paratinga < Rio Branco < Urubu < Santo Antônio do Urubu de Cima < Urubu de Cima Hidrotopônimo<hidrotopônimo<zootopônimo<hagiotopônimo<zootopônimo		
INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS:	No início do século XVIII, já existia uma aldeia à margem direita do São Francisco, o qual era denominado pelo gentio de “Paratinga”. A localidade chamava-se então <i>Urubu de Cima</i> . O comércio de gado, a abundância de peixe no Rio São Francisco, a fertilidade das terras e outros fatores naturais fizeram crescer a povoação até que, em 1718, pelo alvará régio de 11-04-1718, com foros de distrito, foi elevada à freguesia com o nome de <i>Santo Antônio do Urubu de Cima</i> . Por Ordem régia datada de 1746, foi elevado à categoria de vila com a denominação de <i>Santo Antônio do Urubu de Cima</i> , e à condição de cidade com a denominação de <i>Urubu</i> , pela lei estadual n. 177, de 27-06-1897. Em 1912, a Lei 884, datada de 29 de maio do mesmo ano, mudou o nome do município para <i>Rio Branco</i> . Pelo decreto-lei estadual n. 141, de 31-12-1943, retificado pelo decreto estadual n. 12.978, de 01-01-1944, o município de <i>Rio Branco</i> tomou a denominação de <i>Paratinga</i> (IBGE, 1958, v. XXI).		

(10) TOPÔNIMO:	Riacho de Santana	TAXIONOMIA:	Hidrotopônimo
ACIDENTE:	Humano/município		
LOCALIZAÇÃO:	TI 02		
ORIGEM:	Portuguesa. RIACHO , forma der. de Rio , do lat. <i>rīvrus -ī</i> , ‘curso de água natural’; SANTANA , forma comp. de Santa , do lat. <i>sanctus -a -um</i> , ‘tornado sagrado’ (CUNHA, 2013, p. 565; 580) e Ana , do hebr. <i>Hannah</i> , ‘graça, clemência, mercê’; sobrenome port. de origem religiosa (GUÉRIOS, 1981).		
ESTRUTURA MORFOLÓGICA:	Elemento específico composto		
HISTÓRICO:	Riacho de Santana Hidrotopônimo		
INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS:	A primeira penetração no território do município realizou-se por volta de 1695, nas margens do Rio Boqueirão, a 14 quilômetros da atual cidade, onde havia uma pequena aldeia de índios canindés. Em 1758, exploradores acorreram ao local após a descoberta de minas de salitre na região e fundaram o arraial <i>Riacho de Santana</i> no território de Monte Alto. Em 1861, a Resolução Provincial n. 871, de 12 de setembro, elevou a capela de Nossa Senhora do Rosário à categoria de freguesia. Dezessete anos depois, foi o arraial <i>Riacho de Santana</i> elevado à categoria de vila pela Lei provincial n. 1.826, de 13-08-1878, que também criou o município com território desmembrado de Monte Alto (IBGE, 1958, v. XXI).		

4.1.3 TI 03: CHAPADA DIAMANTINA

(11) TOPÔNIMO:	Andaraí	TAXIONOMIA:	Zootopônimo
ACIDENTE:	Humano/município		
LOCALIZAÇÃO:	TI 03		
ORIGEM:	Indígena. <i>ANDYRÁ-Y</i> , em tup. ant., ‘rio dos morcegos’ (NAVARRO, 2013).		
ESTRUTURA MORFOLÓGICA:	Elemento específico simples		
HISTÓRICO:	Andaraí Zootopônimo		
INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS:	<p>O território do município foi primitivamente habitado ou visitado pelos índios cariris. A penetração inicial ocorreu por volta de 1845 e visava à busca de minas de ouro e diamante. Criou-se então a povoação de <i>Andaraí</i>, que foi crescendo com a vinda de indivíduos de outras classes, a criação do comércio local e a construção da capela. Presume-se que a designação <i>Andaraí</i> tenha sido inspirada pela abundância de água e pela presença de morcegos nas grandes lapas existentes na região. A Lei provincial n. 1.811, de 11-06-1878, criou o distrito de paz de <i>Andaraí</i> e o elevou a sede de paróquia. A povoação foi elevada à categoria de vila, pela Resolução provincial n. 2.444, de 19 de maio do mesmo ano, e o território elevou-se a município do mesmo nome. Não havendo sido conseguida a canonização da freguesia, criada anteriormente em 18-05-1888, a Lei imperial n. 2.584 a ratificou sob a invocação de Nossa Senhora da Glória. O Ato de 28-04-1891 concedeu foros de cidade à sede do município (IBGE, 1958, v. XX).</p>		

(12) TOPÔNIMO:	Barra da Estiva	TAXIONOMIA:	Hidrotopônimo
ACIDENTE:	Humano/município		
LOCALIZAÇÃO:	TI 03		
ORIGEM:	Portuguesa. BARRA , do radical lat. de origem pré-romana <i>barr-</i> , ‘foz de rio ou de riacho’; ESTIVA , do ita. <i>stiva</i> , ‘a primeira porção de carga do navio’ (CUNHA, 2013).		
ESTRUTURA MORFOLÓGICA:	Elemento específico composto		
HISTÓRICO:	Barra da Estiva < Jussiape < Barra da Estiva < Capão Hidrotopônimo<fitotopônimo<hidrotopônimo<fitotopônimo		
INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS:	<p>A região era primitivamente habitada pelos índios tapajós. Em 1880, começando a luta pela exploração do solo, os colonizadores deram o nome de <i>Capão</i> (moita, touceira) e, posteriormente, <i>Barra da Estiva</i>, a uma faixa de terras localizada nas proximidades do encontro do riacho da Prata com o riacho da Estiva. Ali construíram um cemitério, surgindo então as primeiras moradias do povoado. A freguesia foi criada pela Resolução provincial n. 1.606, de 08-06-1876. O Distrito foi criado pela Resolução provincial n. 2.443, de 09-05-1884, e o município, com sede na povoação da Fazenda do Gado e a denominação de <i>Jussiape</i> (possível corruptela de <i>sapé</i>, planta usada para cobrir choupanas), pelo Ato de 26-10-1890. O seu</p>		

	funcionamento começou em 20-05-1898. O Conselho Municipal de <i>Jussiape</i> promulgou uma lei, mudando para o povoado de <i>Barra da Estiva</i> a sede do município, sendo, porém, revogada pela Lei estadual n. 351, de 29-05-1900. Por força da Lei estadual n. 1.409, de 29-06-1920, a sede municipal foi transferida para o povoado de <i>Barra da Estiva</i> , denominação que se estendeu ao município. Em virtude da Lei estadual n. 1.521, de 13-08-1921, a sede municipal voltou a localizar-se em <i>Jussiape</i> , retornando para <i>Barra da Estiva</i> em face da de n. 1985, de 15-06-1927, que também elevou a povoação à categoria de cidade (IBGE, 1958, v. XX).
--	---

(13) TOPÔNIMO:	Ibitiara	TAXIONOMIA:	Geomorfotopônimo
ACIDENTE:	Humano/município		
LOCALIZAÇÃO:	TI 03		
ORIGEM:	Indígena. <i>YBYTYRA-ARA</i> , em tup. ant., ‘cimo do morro, pico, cume’ (GREGÓRIO, 1980).		
ESTRUTURA MORFOLÓGICA:	Elemento específico simples		
HISTÓRICO:	Ibitiara < Bom Sucesso < Remédios do Rio de Contas < Remédios Geomorfotopônimo<hierotopônimo<animotopônimo<animotopônimo		
INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS:	<p>A história do município teve início em fins do século XVIII, justamente quando os desbravadores portugueses aqui chegaram em busca de ouro e pedras preciosas. Inicialmente eles se fixaram num pequeno povoado que atribuíram o nome de <i>Remédios</i>, por acreditarem que a água que ali jorrava da serra com abundância teria qualidades terapêuticas o que constituía um verdadeiro tesouro para os bandeirantes sedentos e cansados das longas viagens. Posteriormente, esse povoado de <i>Remédios</i> foi elevado à categoria de município sob a denominação de <i>Remédios de Rio de Contas</i>. Dentre os arraiais pertencentes ao município de <i>Remédios</i> houvera um que mais se destacou, e que posteriormente, recebera a denominação de <i>Bom Sucesso</i>, uma invocação a Nossa Senhora do Bom Sucesso, e devido à descoberta de jazidas de ouro na região, mudou-se para ali a sede do município. Em 1943, através do Decreto n. 141, de 31-12-1943, a denominação de <i>Bom Sucesso</i> foi modificada para <i>Ibitiara</i> (IBGE, 1958, v. XX).</p> <p>NOTA: O culto a Nossa Senhora do Bom Sucesso, protetora dos bens terrenos, é comum na zona de mineração (CARVALHO, 2014).</p>		

(14) TOPÔNIMO:	Lençóis	TAXIONOMIA:	Ergotopônimo
ACIDENTE:	Humano/município		
LOCALIZAÇÃO:	TI 03		
ORIGEM:	Portuguesa. Pl. de Lençol , do lat. <i>lenteolum</i> , ‘linho, tecido de linho’ (CUNHA, 2013).		
ESTRUTURA MORFOLÓGICA:	Elemento específico simples		
HISTÓRICO:	Lençóis <Comercial Vila dos Lençóis < Lençóis Ergotopônimo<poliotopônimo<ergotopônimo		

INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS:	<p>Seu povoamento iniciou-se por volta de 1844, por fazendeiros que se estabeleceram às margens do Rio São João, onde desenvolveram a criação de gado. Entretanto, o povoamento só se intensificou a partir de 1845, com a descoberta de diamantes nos leitos dos riachos, e a consequente chegada de garimpeiros procedentes de Minas Gerais e Santa Isabel do Paraguaçu. O crescimento vertiginoso da população, decorrente dos lucros auferidos pela atividade extrativa, trouxe pessoas de todas as classes atraídas pela fama da riqueza divulgada em todas as direções. Na época, foi natural a falta de moradia para tanta gente, uma vez que não havia material de construção no local. Para contornar a situação, muitos começaram por improvisar casas com paredes e cobertura de pano branco de algodão grosso, que, à distância, pareciam lençóis brancos estendidos. O povoado, então, passou a ser conhecido como <i>Lençóis</i>. Não tardou a elevação do povoado à categoria de distrito, o que se verificou a 28-05-1852, com a Lei provincial n. 428. Pela Lei Provincial n. 604, de 18-12-1856, o distrito dos <i>Lençóis</i> é desmembrado do município de Santa Isabel do Paraguaçu, ficando a freguesia e a povoação daquele nome elevada à categoria de vila com a denominação de <i>Comercial Vila dos Lençóis</i> e elevada à categoria de cidade com o topônimo <i>Lençóis</i>, pela Lei Provincial n. 946, de 20-05-1864 (IBGE, 1958, v. XX).</p>
--	--

(15) TOPÔNIMO:	Morro do Chapéu	TAXIONOMIA:	Geomorfotopônimo
ACIDENTE:	Humano/município		
LOCALIZAÇÃO:	TI 03		
ORIGEM:	Portuguesa. MORRO , de origem incerta, ‘monte pouco elevado’; CHAPÉU , do lat. <i>cappellus</i> , ‘peça destinada a cobrir a cabeça’ (CUNHA, 2013).		
ESTRUTURA MORFOLÓGICA:	Elemento específico composto		
HISTÓRICO:	Morro do Chapéu < Gameleira Geomorfotopônimo<fitotopônimo		
INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS:	<p>As primeiras penetrações no território foram feitas no início do século XVI pelas bandeiras que se internaram pelo interior. Diversas histórias afirmam que, em 1551, quando os jesuítas exploraram as matas do Cincorá, por conseguinte as cabeceiras do Paraguaçu, se fixaram, aí, alguns exploradores, fazendo plantações e edificando moradias, entre elas a Fazenda “Gameleira”. Em 1724, quando se iniciou a exploração de ouro na freguesia de Jacobina, já se desenvolvia a criação de gado no território do atual município, que se tornou conhecido, sobretudo, pela abertura das estradas para ligarem Jacobina ao Rio São Francisco e a Minas Gerais, as quais passavam pela Fazenda “Gameleira”. Em 1795, foi edificada, onde se situa a atual cidade, uma capela a Nossa Senhora das Graças. Daí em diante, surgiram as edificações em torno da capela, nascendo assim a povoação de <i>Gameleira</i>, encravada na Fazenda do mesmo nome. A capela foi elevada à freguesia por Lei provincial n. 067, de 01-06-1838, sob o orago de Nossa Senhora das Graças. Naquela data, também, o povoado teve a categoria de distrito de paz e passou a chamar-se <i>Morro do Chapéu</i>, em virtude de estar assentado a 6</p>		

	quilômetros de um alto monte, em cujo topo havia uma pedra com a aparência de um chapéu. A Lei provincial n. 933, de 07-05-1864, elevou <i>Morro do Chapéu</i> à categoria de vila e município. Pela Lei estadual n. 751, de 08-08-1909, a vila de <i>Morro do Chapéu</i> foi elevada à categoria de cidade (IBGE, 1958, v. XXI).
--	---

(16) TOPÔNIMO:	Mucugê	TAXIONOMIA:	Fitotopônimo
ACIDENTE:	Humano/município		
LOCALIZAÇÃO:	TI 03		
ORIGEM:	Indígena. <i>MUKUÏÊ</i> , em tup. ant., ‘plantas apocináceas’ (NAVARRO, 2013).		
ESTRUTURA MORFOLÓGICA:	Elemento específico simples		
HISTÓRICO:	Mucugê < São João do Paraguaçu < Santa Isabel do Paraguaçu < Mucugê do Paraguaçu Fitotopônimo<hagiotopônimo<hagiotopônimo<fitotopônimo		
INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS:	O desbravamento do território iniciou-se em 1822, por aventureiros à procura de ouro e pedras preciosas. Em 1844, a chegada de garimpeiros procedentes de outras regiões fez surgir a povoação <i>Mucugê do Paraguaçu</i> , elevada à freguesia em 1847, com o nome de São João do Paraguaçu. Nesse mesmo ano, o povoado foi elevado à categoria de vila com a denominação de <i>Santa Isabel do Paraguaçu</i> , pela lei provincial n. 271, de 17-05-1847, desmembrado de Minas do Rio de Contas (mais tarde Rio de Contas) e elevado à condição de cidade com a denominação de <i>São João do Paraguaçu</i> , pelo ato de 8 ou 02-10-1890. Em 1917, alterou-se o topônimo para <i>Mucugê</i> (IBGE, 1958, v. XXI).		

(17) TOPÔNIMO:	Palmeiras	TAXIONOMIA:	Fitotopônimo
ACIDENTE:	Humano/município		
LOCALIZAÇÃO:	TI 03		
ORIGEM:	Portuguesa. Pl. de <i>Palmeira</i> , forma der., do lat. <i>palma -ae</i> , ‘nome comum a todas as palmáceas’ (CUNHA, 2013).		
ESTRUTURA MORFOLÓGICA:	Elemento específico simples		
HISTÓRICO:	Palmeiras < Vila Bela das Palmeiras < Palmeiras Fitotopônimo<poliotopônimo<fitotopônimo		
INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS:	O povoamento do território iniciou-se a partir de 1815, quando a descoberta de diamantes no riacho Lajedinho, provocou o êxodo de garimpeiros para o local, iniciando a formação do povoado <i>Palmeiras</i> . A Lei n. 2.651, de 14-05-1889, elevou a povoação das <i>Palmeiras</i> a distrito de paz, subordinado ao município de Lençóis. Por Ato do Governador do Estado, de 23-12-1890, foi a povoação elevada à categoria de vila com a denominação de <i>Vila Bela das Palmeiras</i> e criado o município do mesmo nome, com território desmembrado de Lençóis. No ano de 1930, por força do Decreto estadual n. 7.120, de 13 de dezembro, foram concedidos foros de cidade à sede municipal e foi mudada a sua denominação para <i>Palmeiras</i> (IBGE, 1958, v. XXI).		

(18) TOPÔNIMO:	Piatã	TAXIONOMIA:	Animotopônimo
ACIDENTE:	Humano/município		
LOCALIZAÇÃO:	TI 03		
ORIGEM:	Indígena. <i>PYATÃ</i> , em tup. ant., ‘coragem’ (NAVARRO, 2013).		
ESTRUTURA MORFOLÓGICA:	Elemento específico simples		
HISTÓRICO:	Piatã < Anchieta < Bom Jesus do Rio de Contas < Bom Jesus dos Limões Animotopônimo<historiotopônimo<hierotopônimo<hierotopônimo		
INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS:	No meado do século XVII, exploradores de minas, procedentes de São Paulo, dirigiram-se para a zona onde hoje se encontra o município e lugares vizinhos e passaram a explorar os terrenos auríferos ali existentes. Prosseguindo em direção ao norte continuaram até uma baixada junto à serra da Santana, onde construíram uma igreja com paredes e portais totalmente de pedra lavrada, surgindo em torno dela uma pequena povoação que foi denominada <i>Bom Jesus dos Limões</i> . Em 1842, pela Lei provincial n. 169, de 25-05-1842, criou-se o distrito com o nome de <i>Bom Jesus do Rio de Contas</i> , subordinado ao município de Minas do Rio de Contas, e o município, com a denominação de <i>Bom Jesus do Rio de Contas</i> pela Lei n. 1.813, de 11-07-1878. Em virtude dos Decretos estaduais n. 7.455, de 23-06-1931, e 7.479, de 08-07-1931, o município e seu distrito-sede passaram a denominar-se <i>Anchieta</i> . Por força do Decreto-lei estadual n. 141, de 31-12-1943, o município e seu distrito-sede tiveram novamente mudado o topônimo, dessa vez para <i>Piatã</i> (IBGE, 1958, v. XXI).		

(19) TOPÔNIMO:	Rio de Contas	TAXIONOMIA:	Hidrotopônimo
ACIDENTE:	Humano/município		
LOCALIZAÇÃO:	TI 03		
ORIGEM:	Portuguesa. RIO , do lat. <i>rīvrus -ī</i> , ‘curso de água natural’; CONTAS , do lat. <i>compūtus -ī</i> , ‘pequenas pedras furadas’ (CUNHA, 2013).		
ESTRUTURA MORFOLÓGICA:	Elemento específico composto		
HISTÓRICO:	Rio de Contas < Minas do Rio de Contas < Vila Nova de Nossa Senhora do Livramento e Minas do Rio das Contas < Creoulos < Vila Nova de Nossa Senhora do Livramento e Minas do Rio das Contas < Pouso dos Creoulos Hidrotopônimo<litotopônimo<poliotopônimo<etnotopônimo<poliotopônimo<ecotopônimo		
INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS:	O município teve sua origem na última década do século XVII, quando viajantes fundaram um pequeno povoado com o nome de <i>Pouso dos Creoulos</i> , para lhes servir de "ponto de pouso". Foi então edificada uma capela à Senhora Santana. Em 1724, por determinação do Vice-Rei, foi criada, distante 12 quilômetros abaixo do povoado, a <i>Vila de Nossa Senhora do Livramento do Rio de Contas</i> . Em 1745, foi ordenada a mudança da sede da vila para o povoado de <i>Creoulos</i> . Com sua elevação a vila, o povoado de		

	<i>Creoulos</i> passou a denominar-se <i>Vila Nova de Nossa Senhora do Livramento e Minas do Rio das Contas</i> . Em 1840, foi simplificado o nome do município para <i>Minas do Rio de Contas</i> e, em 1931, por força dos decretos estaduais n. 7.455, de 23-06-1931 e 7.479, de 08-07-1931, passou a denominar-se simplesmente <i>Rio de Contas</i> (IBGE, 1958, v. XXI).
--	---

(20) TOPÔNIMO:	Seabra	TAXIONOMIA:	Antropotopônimo
ACIDENTE:	Humano/município		
LOCALIZAÇÃO:	TI 03		
ORIGEM:	Portuguesa. Sobrenome port. de origem esp. (GUÉRIOS, 1981).		
ESTRUTURA MORFOLÓGICA:	Elemento específico simples		
HISTÓRICO:	Seabra < Dr. Seabra < Campestre < Vila Agrícola de Campestre < Campestre < Passagem de Jacobina Antropotopônimo<axiotopônimo<fitotopônimo<poliotopônimo<fitotopônimo<hodotopônimo		
INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS:	Em princípios do século XVII, florescendo as minas de ouro de Jacobina e de Minas do Rio de Contas, a metrópole determinou a abertura de uma estrada que ligasse os dois núcleos de exploração aurífera. Essa estrada atraiu os seus primeiros povoadores que aí se fixaram. O local tornou-se ponto de pouso para viajantes em trânsito para as minas. Formou-se ali a povoação denominada <i>Passagem de Jacobina</i> . Nesta povoação, já com o nome de <i>Campestre</i> , a capela construída anteriormente foi elevada à sede da freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Campestre, pela Lei provincial de 15-03-1847. Posteriormente, pela Resolução provincial n. 1.014, de 08-05-1868, foi a citada freguesia transferida para o município de Lençóis. O arraial de <i>Campestre</i> foi elevado à categoria de vila, com a denominação de <i>Vila Agrícola de Campestre</i> , pela Lei provincial n. 2.652, de 14-05-1889, que também criou o município de <i>Campestre</i> , com território desmembrado do de Lençóis. Pelo Decreto n. 491, de 27-06-1891, foi a vila elevada à categoria de cidade, com o nome de <i>Campestre</i> . Pela Lei estadual n. 1.126-A, de 27-08-1915, o município teve sua denominação mudada para <i>Dr. Seabra</i> , em homenagem ao então Governador do Estado, Doutor José Joaquim Seabra. Pelos Decretos estaduais n. 7.455, de 23-06-1931, e n. 7.479, de 8 de julho do mesmo ano, o município e a cidade tiveram os nomes simplificados para <i>Seabra</i> (IBGE, 1958, v. XXI).		

(21) TOPÔNIMO:	Utinga	TAXIONOMIA:	Hidrotopônimo
ACIDENTE:	Humano/município		
LOCALIZAÇÃO:	TI 03		
ORIGEM:	Indígena. <i>Y-TING-A</i> , em tup. ant., ‘rio claro’ (NAVARRO, 2013).		
ESTRUTURA MORFOLÓGICA:	Elemento específico simples		
HISTÓRICO:	Utinga < Bela Vista de Utinga < Palhas Hidrotopônimo<animotopônimo<fitotopônimo		

INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS:	Em 1551, segundo historiadores, os jesuítas foram pioneiros na exploração na região, situada à nascente do Rio Utinga, onde surgiram as primeiras fazendas de criação. Do ponto de pouso dos viajantes formou-se o povoado de <i>Palhas</i> . Criou-se a freguesia, com o nome de Bom Jesus da Boa Esperança do Riachão de Utinga, pela Lei Provincial de 22-11-1887. Mais tarde, o povoado de <i>Palhas</i> foi arrasado por forças policiais e, logo depois, reconstruído com o nome de <i>Bela Vista de Utinga</i> , elevando-se à vila pela lei municipal n. 97, de 11-04-1916, aprovada pela lei estadual n. 1.209, de 02-08-1917, subordinado ao município de Morro do Chapéu. Pelo Decreto Estadual n. 141, de 31-12-1943, simplificou-se a denominação para <i>Utinga</i> (IBGE, 1958, v. XXI).
--	---

4.1.4 TI 04: SISAL

(22) TOPÔNIMO:	Conceição do Coité	TAXIONOMIA:	Hierotopônimo
ACIDENTE:	Humano/município		
LOCALIZAÇÃO:	TI 04		
ORIGEM:	Hibridismo. CONCEIÇÃO , do lat. <i>conceptiō -ōnis</i> , ‘ato de conceber’ (CUNHA, 2013); KUÏETÉ , em tup. ant., ‘árvore bignoniácea que dá cuias, cabaças ou cuités’ (NAVARRO, 2013).		
ESTRUTURA MORFOLÓGICA:	Elemento específico composto híbrido		
HISTÓRICO:	Conceição do Coité < Coité Hierotopônimo<fitotopônimo		
INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS:	<p>Segundo a tradição, a sede do município originou-se, antes de 1800, da povoação denominada <i>Coité</i>, ou <i>Cuité</i>, em virtude da presença dessas árvores, conhecidas também como árvore-de-cuia ou cabaceira. O Rio Jacuípe, caudal que banha um dos flancos do município, deve ter sido um dos atrativos para a fixação primitiva do elemento humano. A capela primitiva foi construída em louvor a Nossa Senhora da Conceição, que tomou a categoria de igreja-matriz em decorrência natural da criação da freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Coité, por meio da Resolução Provincial n. 539, de 09-05-1855. A criação da vila de <i>Conceição do Coité</i> ocorreu em 18-12-1890. Simultaneamente com a criação da freguesia, foi também criado o distrito, a 09-05-1855, pela citada Resolução n. 539. O município passou por uma fase de insustentação, chegando a ser suprimido pelos Decretos estaduais n. 7.455, de 23-06-1931, e 7.479, de 08-07-1931, voltando a integrar o território do município de Riachão de Jacuípe, tendo sido restaurado por meio do Decreto n. 8.528, de 07-07-1933. <i>Conceição do Coité</i> recuperou assim a sua autonomia político-administrativa, sendo a sede elevada à categoria de cidade pelo Decreto-lei n. 10.724 de 30-03-1938 (IBGE, 1958, v. XX).</p> <p>NOTA: Segundo Carvalho (2014), a imagem da Virgem da Conceição chegou ao Brasil em uma das naus de Pedro Álvares Cabral e sua devoção foi propagada de norte a sul do país pelos frades franciscanos.</p>		

(23) TOPÔNIMO:	Itiúba	TAXIONOMIA:	Geomorfotopônimo
ACIDENTE:	Humano/município		
LOCALIZAÇÃO:	TI 04		
ORIGEM:	Indígena. <i>YBYTYRA-ÏUB-A</i> , em tup. ant., ‘montanhas amarelas’ (NAVARRO, 2013).		
ESTRUTURA MORFOLÓGICA:	Elemento específico simples		
HISTÓRICO:	Itiúba < São Gonçalo do Amarante da Serra de Itiúba Geomorfotopônimo<hagiotopônimo		
INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS:	<p>A região era primitivamente habitada pelos índios cariacás. O povoamento do território iniciou-se no final do século XVII por pioneiros procedentes de Inhambupe, Alagoinhas e Cachoeira. Formou-se a povoação de <i>São Gonçalo do Amarante da Serra de Itiúba</i>. Transformada depois em julgado, foi anexada a Senhor do Bonfim da Tapera, em 1697. Em 1868, elevou-se o julgado de São Gonçalo do Amarante da Serra de Itiúba à freguesia, subordinada ao município de Vila Nova da Rainha, atual Senhor do Bonfim. Em 1884, a freguesia foi anexada ao recém-criado município de Vila Bela de Santo Antonio das Queimadas. Em 1860, outro núcleo populacional surgia na Fazenda “Salgada”. Para o local foram transferidos os elementos administrativos, judiciários e religiosos de <i>São Gonçalo do Amarante da Serra de Itiúba</i>. Pela resolução provincial n. 1.005, de 16-03-1868 foi criado o distrito com a denominação de <i>Itiúba</i>, subordinado ao município de Queimadas. Criou-se a freguesia em 1884. Elevado à categoria de município com a denominação de <i>Itiúba</i>, pelo decreto n. 9.322, de 17-01-1935, desmembrado de Queimadas (IBGE, 1958, v. XX).</p>		

(24) TOPÔNIMO:	Monte Santo	TAXIONOMIA:	Geomorfotopônimo
ACIDENTE:	Humano/município		
LOCALIZAÇÃO:	TI 04		
ORIGEM:	Portuguesa. MONTE , do lat. <i>mons mōntis</i> , ‘elevação considerável de terreno acima do solo que a rodeia’; SANTO , do lat. <i>sanctus -a -um</i> , ‘sagrado’(CUNHA, 2013).		
ESTRUTURA MORFOLÓGICA:	Elemento específico composto		
HISTÓRICO:	Monte Santo < Coração de Jesus do Monte Santo Geomorfotopônimo<hierotopônimo		
INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS:	<p>A região era primitivamente habitada pelos índios caimbés. No sopé da Serra Piquaraçá, foi construída uma capela com a imagem de Nossa Senhora da Conceição. Em 1785, ali se iniciou a Missão do capuchinho italiano Frei Apolônio de Toddi, que, no fim daqueles trabalhos religiosos, a 1º de novembro, achando o monte semelhante ao calvário de Jerusalém, fez se erguerem cruzes de madeira, em direção ao cimo, onde, logo depois, foram construídas capelas contendo painéis representativos da vida de Jesus Cristo. Os moradores, em sua fé religiosa, atribuíram milagres ao local, o que determinou que a denominação de Serra do Piquaraçá fosse substituída para Monte Santo. No Santuário da Santa Cruz de Monte Santo, são encontradas, ao todo, 25 capelas, inclusive a de Nossa</p>		

	Senhora das Dores (século XVIII) e do Senhor dos Passos (século XX), de tamanho maior. A freguesia foi criada por um Alvará Régio de 1790, com o nome de Santíssimo Coração de Jesus e Nossa Senhora da Conceição de Monte Santo. Elevado à categoria de vila com a denominação de <i>Coração de Jesus do Monte Santo</i> , pela Lei Provincial n. 051, de 21-03-1837, simplificado para <i>Monte Santo</i> , pela Lei Estadual n. 2.192, de 25-07-1929, que elevou a Sede Municipal à categoria de cidade (IBGE, 1958, v. XXI).
--	--

(25) TOPÔNIMO:	Queimadas	TAXIONOMIA:	Sociotopônimo
ACIDENTE:	Humano/município		
LOCALIZAÇÃO:	TI 04		
ORIGEM:	Portuguesa. Forma pl., do lat. <i>cremāre</i> , ‘incendiar’, através de uma forma <i>caimare</i> , influenciada pelo gr. <i>káima</i> ‘queimadura, calor’ (CUNHA, 2013).		
ESTRUTURA MORFOLÓGICA:	Elemento específico simples		
HISTÓRICO:	Queimadas < Vila Bela de Santo Antonio das Queimadas < Queimadas Sociotopônimo<poliotopônimo<sociotopônimo		
INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS:	O território integrante do município de Vila Nova da Rainha (atual Senhor do Bonfim) era habitado primitivamente por indígenas cuja tribo é desconhecida, sendo iniciado o seu desbravamento em 1700, quando as bandeiras rumaram em busca das minas de Jacobina. Nas terras das Fazendas “Queimadas”, cuja denominação deve-se ao fato de que ali se faziam grandes queimadas de caatingas para botar roçados, hábito praticado pelos índios e seguido pelos colonizadores, localizadas nas terras férteis que ficam à margem direita do Itapicuru-Açu, formou-se o povoado <i>Queimadas</i> , iniciando-se a construção da capela de Santo Antônio, cujo término das obras ocorreu em 1815. A freguesia com a denominação de Santo Antônio das Queimadas foi criada em 19-05-1842. Foi a sede distrital elevada à vila em 1884, recebendo o nome de <i>Vila Bela de Santo Antonio das Queimadas</i> , e, em 1915, pela Lei Estadual n. 1081, de 19 de junho, simplificou-se o topônimo para <i>Queimadas</i> (IBGE, 1958, v. XXI).		

(26) TOPÔNIMO:	Santaluz	TAXIONOMIA:	Hierotopônimo
ACIDENTE:	Humano/município		
LOCALIZAÇÃO:	TI 04		
ORIGEM:	Portuguesa. Forma comp. por aglutinação de Santa , do lat. <i>sanctus - a -um</i> , ‘tornado sagrado’; e luz , do lat. <i>lux lucis</i> , ‘tudo que produz claridade; brilho, fulgor’ (CUNHA, 2013).		
ESTRUTURA MORFOLÓGICA:	Elemento específico simples		
HISTÓRICO:	Santaluz < Santa Luzia Hierotopônimo<hagiotopônimo		

INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS:	O atual município teve os seus primórdios em 1880 na Fazenda “Santa Luzia”, que mais tarde foi desapropriada pelo Governo Federal para passagem dos trilhos da Estrada de Ferro de Salvador ao Rio São Francisco, depois Viação Férrea Federal Leste Brasileiro. De fato, decorridos quatro anos, inaugura-se a estação ferroviária no arraial de <i>Santa Luzia</i> a 15-09-1884. Mais tarde, pela Lei municipal n. 011, de 04-04-1918, aprovada pela Lei estadual n. 1.298, de 06-05-1919, foi o arraial de <i>Santa Luzia</i> elevado à categoria de sede de distrito de paz. A partir de 1922, começa o movimento pela emancipação de <i>Santa Luzia</i> , sendo apresentados vários projetos à Câmara Estadual, sem que lograssem aprovação. Pelo Decreto estadual n. 8.693, de 03-11-1933, foi criada uma subprefeitura com sede no mesmo arraial de <i>Santa Luzia</i> . Em 18-07-1935, pelo Decreto estadual n. 9.601, foi, afinal, <i>Santa Luzia</i> elevada à vila e criado o município. Por força do Decreto-lei federal n. 311, de 02-03-1938, que proíbe a existência de cidades e vilas com o mesmo topônimo, passou o município a chamar-se <i>Santaluz</i> , como determina o Decreto-lei estadual n. 141, de 31-12-1943 (IBGE, 1958, v. XXI).
------------------------------------	---

(27) TOPÔNIMO:	Serrinha	TAXIONOMIA:	Geomorfotopônimo
ACIDENTE:	Humano/município		
LOCALIZAÇÃO:	TI 04		
ORIGEM:	Portuguesa. Forma der. de Serra , do lat. <i>sērra -ae</i> , ‘montanha’ (CUNHA, 2013).		
ESTRUTURA MORFOLÓGICA:	Elemento específico simples		
HISTÓRICO:	Serrinha Geomorfotopônimo		
INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS:	Remanescentes da tribo indígena dos biritingas habitavam a região quando aí chegaram os catequistas. Em 1716, o local onde fica a cidade era um logradouro da Fazenda “Tamboatá”, transferida depois para as adjacências de pequena serra, passando, daí em diante, a ser conhecida como <i>Serrinha</i> pelos comerciantes de gado e tropeiros que se destinavam ao Rio São Francisco. A Lei Provincial n. 1.069 de 13-06-1876, elevou o arraial de <i>Serrinha</i> à categoria de vila e em 30-06-1891, a então vila de <i>Serrinha</i> recebeu foro de cidade, mas a instalação solene da cidade ocorreu em 3-08- 1891 (IBGE, 1958, v. XXI).		

(28) TOPÔNIMO:	Tucano	TAXIONOMIA:	Ecotopônimo
ACIDENTE:	Humano/município		
LOCALIZAÇÃO:	TI 04		
ORIGEM:	Indígena. <i>TUKANA</i> , em tup. ant., ‘ave de bico grande’ (NAVARRO, 2013). Nome de tribo indígena do noroeste do Amazonas (GREGÓRIO, 1980). Outro provável étimo: variação da forma tocano , ‘aquele que habita em tocas’ (cf. nota abaixo).		
ESTRUTURA MORFOLÓGICA:	Elemento específico simples		

HISTÓRICO:	Tucano < Imperial Vila do Tucano Ecotopônimo<axiotopônimo
INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS:	<p>Afirma a história que a cidade se originou de uma aldeia de índios tucanos que lhe deu o nome. A aldeia desenvolveu-se e civilizou-se sob a influência catequista, e tomou ares de arraial ou povoado, tendo disso resultado a criação do distrito, no ano de 1754. O distrito foi elevado à categoria de vila pela lei provincial n. 51, de 21-03-1837, desmembrado de Itapicuru, com o título de <i>Imperial Vila do Tucano</i>. Pelos decretos estaduais n. 7.455, de 23-06-1931, e 7.479, de 08-07-1931, a vila é extinta e, por este último decreto, o território foi anexado ao município de Cipó, como simples distrito. Foi elevado novamente à categoria de município com a denominação de <i>Tucano</i>, pelo decreto estadual n. 8.447, de 27-05-1933, desmembrado do município de Cipó (IBGE, 1958, v. XXI).</p> <p>NOTA: A versão da EMB de que o topônimo origina-se de uma aldeia de índios tucanos é contestada, uma vez que não há registros de migração desses índios do noroeste da Amazônia para a Bahia. Também não é bem aceita a versão que vincula o topônimo às aves de bico curvilíneo e acentuado, pois esse animal não pertence à fauna local. Outra hipótese, considerada mais plausível, é de que os primeiros moradores da localidade habitavam espécies de grutas ou tocas e, por esse motivo passaram a ser conhecidos como Tocanos, termo que se encontra nos registros mais antigos da Vila Imperial de Sant'Ana e Santo Antônio dos Tocanos, como mostra Santos (Jadilson, 2014), em carta do missionário capuchinho Frei Apolônio de Todi, restaurador da Matriz de Sant'Anna e Santo Antônio do Tucano, por volta do ano de 1814: "Cheguei à freguesia do <i>Tocano</i>, aonde achei a igreja que estava para cair, porque feita de madeira, estava cerceada por baixo; a encostei e fiz missão".</p>

4.1.5 TI 05: LITORAL SUL

(29) TOPÔNIMO:	Canavieiras	TAXIONOMIA:	Fitotopônimo
ACIDENTE:	Humano/município		
LOCALIZAÇÃO:	TI 05		
ORIGEM:	Portuguesa. Forma comp. de cana , do lat. <i>canna ae</i> , 'cana, junco fino, caniço' (CUNHA, 2013), e Vieiras , sobrenome port. do lat. <i>Venaria</i> , der. de <i>vena</i> , 'veio ou fio de água ou de metal' (GUÉRIOS, 1981).		
ESTRUTURA MORFOLÓGICA:	Elemento específico simples		
HISTÓRICO:	Canavieiras < Imperial Vila de Canavieiras < São Boaventura do Poxim < Poxim Fitotopônimo<axiotopônimo<hagiotopônimo<animotopônimo		
INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS:	Nos primeiros anos do século XVIII, iniciou-se a colonização do território, quando um grupo de aventureiros brasileiros e portugueses chegou a um local próximo à Costa, onde se fixou. O local era denominado <i>Poxim</i> , termo brasílico que, segundo os estudiosos, significa 'coisa feia e ruim'. Ali ergueram uma capela sob a invocação de São Boaventura, atual padroeiro do município. Com a chegada de novos habitantes, o pequeno núcleo ampliou-se, de forma que, em 11-04-1718, um Alvará Régio cria a povoação de		

	<p><i>São Boaventura do Poxim</i>, o que estimulou ainda mais o crescimento acelerado, tanto nos aspectos populacionais quanto nos econômicos, uma vez que as terras eram excelentes para o cultivo da cana-de-açúcar que teve rápido desenvolvimento na propriedade dos Vieiras, seus primeiros colonizadores. A partir de então e devido a esse fato, ficou o lugar conhecido pelo nome de Canavieiras. Em 13-12-1832, o povoado de <i>São Boaventura do Poxim</i> passou à categoria de Vila, sob o título de <i>Imperial Vila de Canavieiras</i>, e conquistou o foro de cidade com o nome <i>Canavieiras</i>, em virtude de Ato estadual de 25-05-1891 (IBGE, 1958, v. XX).</p>
--	--

(30) TOPÔNIMO:	Coaraci	TAXIONOMIA:	Mitotopônimo
ACIDENTE:	Humano/município		
LOCALIZAÇÃO:	TI 05		
ORIGEM:	Indígena. <i>KÛARASY</i> , em tup. ant., ‘o sol’ (NAVARRO, 2013). ‘Mãe do dia, dos viventes; o sol, o verão’ (GREGÓRIO, 1980).		
ESTRUTURA MORFOLÓGICA:	Elemento específico simples		
HISTÓRICO:	Coaraci < Guaraci < Itacaré < Itacaré do Almada < Macacos Mitotopônimo<mitotopônimo<litotopônimo<litotopônimo<zootopônimo		
INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS:	<p>A área que integra o atual município teve seu povoamento iniciado no século XIX, a partir da Fazenda “Berimbau”. A povoação que surgiu recebeu o topônimo de <i>Macacos</i>. Como seus habitantes sentiam-se melindrados quando tinham que declarar sua naturalidade, foram inspirados a mudar o nome da povoação para <i>Itacaré do Almada</i>, em virtude da proximidade do Rio Almada. O distrito foi criado pela Lei estadual n. 8.678, de 13-10-1933, com a denominação simplificada para <i>Itacaré</i>, que em tupi significa ‘pedra em forma de jacaré’, e integrando o município de Ilhéus. O Decreto estadual n. 11.089, de 30-11-1938, mudou o nome do distrito e o da sua sede para <i>Guaraci</i>, alterado para <i>Coaraci</i>, por força do Decreto-lei estadual n. 141, de 31-12-1943. A vila de <i>Coaraci</i> foi elevada à categoria de cidade, pela Lei estadual n. 515, de 12-12-1952. Essa mesma Lei criou o município de <i>Coaraci</i>, desmembrado de Ilhéus (IBGE, 1958, v. XX).</p> <p>NOTA: A referência à natureza divinizada pelo povo tupi é apresentada por Gregório (1980, p. 626-627) com citações do Pe. João Daniel: “[...] parece que às estrelas e principalmente ao sol e à lua, rendem algumas adorações, [...]”; e de Rodolfo Garcia: “Na mitologia tupi a Coaracy coube a missão de criar os animais”.</p>		

(31) TOPÔNIMO:	Ibicarai	TAXIONOMIA:	Hierotopônimo
ACIDENTE:	Humano/município		
LOCALIZAÇÃO:	TI 05		
ORIGEM:	Indígena. <i>YBY-KARAI</i> , em tup. ant., ‘terra santa’ (GREGÓRIO, 1980).		
ESTRUTURA MORFOLÓGICA:	Elemento específico simples		

HISTÓRICO:	Ibicaaraí < Palestina < Palestra Hierotopônimo<corotopônimo<sociotopônimo
INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS:	O povoamento tem início por volta de 1916 à margem esquerda do Rio Salgado, num pequeno roçado de café substituído depois por cacau. Após a pacificação dos indígenas botocudos e pataxós que hostilizavam os povoadores, entre 1917 e 1919 outras famílias transferiram-se para a região possibilitando a formação do povoado. Inicialmente conhecido pelo nome de <i>Palestra</i> , em razão das cotidianas reuniões realizadas no barracão central, ponto de realização de negócios e de conversas, teve o seu topônimo, em 1920, mudado para <i>Palestina</i> . Em virtude do seu progresso foi o lugarejo elevado à vila em 1937. Por força do Decreto-lei n. 141, de 31-12-1943, teve o seu topônimo novamente alterado, dessa vez para o atual de <i>Ibicaaraí</i> , conservando a lembrança de local sagrado do antigo topônimo <i>Palestina</i> , a “terra sagrada” da Bíblia. Por força da Lei estadual n. 491, de 22-10-1952, foi desmembrado de Itabuna e elevado à categoria de município (IBGE, 1958, v. XX).

(32) TOPÔNIMO:	Ilhéus	TAXIONOMIA:	Geomorfotopônimo
ACIDENTE:	Humano/município		
LOCALIZAÇÃO:	TI 05		
ORIGEM:	Portuguesa. Do lat. <i>insūla</i> , ‘pequena ilha’ (CUNHA, 2013).		
ESTRUTURA MORFOLÓGICA:	Elemento específico simples		
HISTÓRICO:	Ilhéus < São Jorge dos Ilhéus Geomorfotopônimo<hagiotopônimo		
INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS:	Logo após o descobrimento do Brasil, em 1500, o rei de Portugal, Dom João III, resolveu dividir a colônia em Capitânicas Hereditárias, com o objetivo de povoá-la mais rapidamente. A Capitania de São Jorge dos Ilhéus, como viria a ser chamada, foi doada ao fidalgo português Jorge de Figueiredo Correia, em 1534, que nunca esteve em suas terras. Mandou em seu lugar o capitão-mor espanhol Francisco Romero para administrar o território e uma das primeiras vilas da história do Brasil. A caravana com os primeiros colonos chegou à Capitania em 1535. A cidade foi fundada no Outeiro de São Sebastião, em frente à Baía do Pontal, onde está localizado o marco de fundação. A vila fundada recebeu o nome de <i>São Jorge dos Ilhéus</i> , em homenagem ao donatário da Capitania, que era católico e devoto de São Jorge, escolhido como santo padroeiro da cidade, e em referência às ilhotas existentes no litoral, próximas à costa. Em 1556, foi criada a freguesia de São Jorge dos Ilhéus. Pela lei provincial n. 2.187 de 28-06-1881, a vila foi levada à condição de cidade e sede do município com a denominação de <i>Ilhéus</i> , instalada em 14-08-1881 (IBGE, 1958, v. XX).		

(33) TOPÔNIMO:	Itabuna	TAXIONOMIA:	Litotopônimo
ACIDENTE:	Humano/município		
LOCALIZAÇÃO:	TI 05		

ORIGEM:	Indígena. <i>ITÁ-ABUNA</i> , em tup. ant., pedra em forma de padre, 'padre de pedra' (NAVARRO, 2013).
ESTRUTURA MORFOLÓGICA:	Elemento específico simples
HISTÓRICO:	Itabuna < Tabocas Litotopônimo<fitotopônimo
INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS:	O povoamento do sítio onde se ergue hoje a cidade começou em meados do século passado quando a região servia como principal ponto de passagem de tropeiros que se dirigiam a Vitória da Conquista. Na região cortada pelo Rio Cachoeira, surgiu o arraial de <i>Tabocas</i> em 1857, em meio à mata que então era desbravada. O nome Tabocas, segundo a tradição, deve-se a um imenso jequitibá, de cuja derrubada fora feita uma disputa, sendo aquele o "pau da taboca", ou seja, da roça que se abria. Em face do crescente progresso da povoação, seus habitantes passaram a alimentar aspirações de autonomia, sendo essa concedida pela Lei n. 692, de 13-09-1906, quando a povoação foi elevada à categoria de vila, desmembrada do município de Ilhéus, com a denominação de <i>Itabuna</i> . Pela Lei Estadual n. 807, de 28-07-1910, a vila foi elevada à condição de cidade com a denominação de Itabuna (IBGE, 1958, v. XX).

(34) TOPÔNIMO:	Itacaré	TAXIONOMIA:	Litotopônimo
ACIDENTE:	Humano/município		
LOCALIZAÇÃO:	TI 05		
ORIGEM:	Indígena. <i>ITÁ-ĪAKARÉ</i> , em tup. ant., pedra em forma de jacaré, 'jacaré de pedra' (NAVARRO, 2013).		
ESTRUTURA MORFOLÓGICA:	Elemento específico simples		
HISTÓRICO:	Itacaré < Barra do Rio de Contas < São Miguel da Barra do Rio das Contas Litotopônimo<hidrotopônimo<hagiotopônimo		
INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS:	O município teve origem numa aldeia de índios, onde jesuítas erigiram uma capela a São Miguel, batizando a povoação com o topônimo <i>São Miguel da Barra do Rio das Contas</i> , elevada à categoria de freguesia, com a mesma denominação, em 1718. Em 1732, a povoação foi elevada à categoria de vila com a denominação de <i>Barra do Rio de Contas</i> , por ser o lugar onde o Rio de Contas faz a sua barra no Oceano Atlântico. Pelos decretos estaduais n. 7.455, de 23-06-1931 e 7.479, de 08-07-1931, a sede de <i>Barra do Rio de Contas</i> foi transferida para a povoação de Itapira. Pelo Decreto estadual n. 7.850, de 16-12-1931, a sede do Município voltou a ser a vila da <i>Barra do Rio das Contas</i> , com o nome, porém, de <i>Itacaré</i> (IBGE, 1958, v. XX).		

(35) TOPÔNIMO:	Itajuípe	TAXIONOMIA:	Litotopônimo
ACIDENTE:	Humano/município		
LOCALIZAÇÃO:	TI 05		

ORIGEM:	Indígena. <i>ITÁ-ĪUB-‘Y-PE</i> , em tup. ant., ‘no rio do ouro’ (NAVARRO, 2013).
ESTRUTURA MORFOLÓGICA:	Elemento específico simples
HISTÓRICO:	Itajuípe < Pirangi Litotopônimo< cromotopônimo
INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS:	Em 1918, surgiu, no território do município de Ilhéus, o povoado de <i>Pirangi</i> , termo indígena que corresponde à cor vermelha. Pelo Decreto estadual n. 7.137, de 17-12-1930, foi criada a subprefeitura de <i>Pirangi</i> , mantida pelo Decreto estadual n. 7.489, de 09-07-1931. O distrito de paz foi criado pelo Decreto estadual número 7.994, de 17-02-1932, que para aí transferiu a sede do distrito de Ouro Preto. O distrito de <i>Pirangi</i> teve o seu nome mudado para <i>Itajuípe</i> pelo Decreto-lei estadual n. 141, de 31-12-1943, retificado pelo Decreto estadual n. 12.978, de 01-06-1944. O município de <i>Itajuípe</i> , com sede na vila do mesmo nome, foi criado pela Lei estadual n. 507, de 12-12-1952. Todo o território de que é formado o atual município foi desmembrado do de Ilhéus (IBGE, 1958, v. XX).

(36) TOPÔNIMO:	Maraú	TAXIONOMIA:	Etnotopônimo
ACIDENTE:	Humano/município		
LOCALIZAÇÃO:	TI 05		
ORIGEM:	Indígena. <i>MAÍRA-‘Y</i> , em tup. ant., ‘rio do maíra (homem branco)’ (NAVARRO, 2013).		
ESTRUTURA MORFOLÓGICA:	Elemento específico simples		
HISTÓRICO:	Maraú < São Sebastião de Mayrahú Etnotopônimo< hagiotopônimo		
INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS:	A origem do município foi uma aldeia de índios denominada "Mayrahú", descoberta em 1705 pelos frades capuchinhos italianos, na parte mais estreita da baía de Maraú. O Distrito foi criado em 1718, com o nome de <i>São Sebastião de Mayrahú</i> no mesmo ano e a capela construída pelos frades foi elevada à categoria de freguesia. A freguesia foi elevada à categoria de vila em 17-06-1761, sendo instalada em 23 de julho do mesmo ano, com a denominação de <i>Maraú</i> . Pelo Decreto Lei n. 10.724 de 30-03-1938, a Vila foi elevada à categoria de Cidade. O Município de <i>Maraú</i> está localizado em uma península, denominada Península de Maraú (IBGE, 1958, v. XXI).		

(37) TOPÔNIMO:	Ubaitaba	TAXIONOMIA:	Poliotopônimo
ACIDENTE:	Humano/município		
LOCALIZAÇÃO:	TI 05		
ORIGEM:	Indígena. <i>UBÁ-Y-TABA</i> , em tup. ant., ‘aldeia, porto do rio das canoas’ (GREGÓRIO, 1980).		
ESTRUTURA MORFOLÓGICA:	Elemento específico simples		
HISTÓRICO:	Ubaitaba < Itapira < Tabocas Poliotopônimo< litotopônimo< fitotopônimo		

INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS:	A região era, primitivamente, habitada pelos índios tupiniquins. No século XVIII, com o desenvolvimento da Capitania de São Jorge dos Ilhéus, estabeleceram-se fazendas no litoral da vasta região. Em virtude da resistência dos proprietários ao desbravamento e à cultura de suas terras, os aventureiros dirigiram-se para o interior, subindo pela estrada que partia da Vila da Barra do Rio das Contas. Surgiram várias povoações, entre as quais o arraial de <i>Tabocas</i> , situado à margem esquerda do Rio das Contas. Em 28-01-1914, uma enchente do rio destruiu o arraial de <i>Tabocas</i> , dispersando sua população. Os flagelados reconstituíram a povoação acima do nível atingido pelas águas com a denominação de <i>Itapira</i> , que em tupi significa ‘pedra erguida’. Criou-se a freguesia, em 20-12-1912. O arraial de <i>Itapira</i> foi elevado à categoria de vila com a denominação de <i>Itapira</i> , pelos decretos estaduais n. 7.455, de 23-06-1931 e 7.479, de 08-07-1931, e à categoria de município com a denominação de <i>Itapira</i> , pelo decreto n. 8.567, de 27-07-1933. Pelo decreto-lei estadual n. 141, de 31-12-1943, confirmado pelo decreto-lei estadual n. 12.978, de 08-06-1944, o município de <i>Itapira</i> passou a denominar-se <i>Ubaitaba</i> (IBGE, 1958, v. XXI).
--	--

(38) TOPÔNIMO:	Una	TAXIONOMIA:	Cromotopônimo
ACIDENTE:	Humano/município		
LOCALIZAÇÃO:	TI 05		
ORIGEM:	Indígena. <i>UNA</i> , em tup. ant., ‘preto, negro’ (NAVARRO, 2013).		
ESTRUTURA MORFOLÓGICA:	Elemento específico simples		
HISTÓRICO:	Una < Santo Antônio da Barra do Una < Una Cromotopônimo<hagiotopônimo<cromotopônimo		
INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS:	Os primeiros desbravadores do território ocuparam as terras no ano de 1770 na confluência dos rios Una e Cachoeira (atual Sapucaeira). Com a chegada de colonos europeus, formou-se a primeira povoação, situada entre as embocaduras dos rios Una e Maroim. Recebeu a povoação o nome de <i>Una</i> , em referência à coloração escura do rio. Algum tempo depois, a primitiva povoação foi tragada pelo mar. Seus habitantes, então, construíram nova aglomeração a 4 milhas de distância do local primitivo. Deram-lhe o mesmo nome de <i>Una</i> . Em 1860, criou-se a freguesia com o nome de <i>Santo Antônio da Barra do Una</i> e o Distrito subordinado ao município de Olivença. Elevado à categoria de vila com a denominação de <i>Una</i> , pelo ato de 02-02-1890, desmembrado de Olivença. Pela lei estadual n. 1.326, de 23-08-1923, a vila de <i>Una</i> foi extinta, sendo seu território anexado ao município de Canavieiras como simples distrito. Elevado novamente à categoria de município com a denominação de <i>Una</i> , pela lei estadual n. 1.718, de 02-08-1924, desmembrado de Canavieiras (IBGE, 1958, v. XXI).		

(39) TOPÔNIMO:	Uruçuca	TAXIONOMIA:	Ecotopônimo
ACIDENTE:	Humano/município		
LOCALIZAÇÃO:	TI 05		

ORIGEM:	Indígena. <i>EIRUSU-OKA</i> , em tup. ant., ‘toca de uruçus’. <i>Uruçu</i> , abelhas meliponídeas (NAVARRO, 2013).
ESTRUTURA MORFOLÓGICA:	Elemento específico simples
HISTÓRICO:	Uruçuca < Água Preta Ecotopônimo<hidrotopônimo
INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS:	O atual município tem origem em uma povoação formada em 1906 com o nome de <i>Água Preta</i> por serem de coloração escura as águas do Rio Mucambo, que banha a localidade. Fazendo parte do distrito de Castelo Novo, do município de Ilhéus, o povoado de <i>Água Preta</i> foi elevado à sede do distrito do mesmo nome pela Lei municipal n. 178, aprovada pela Lei estadual n. 1.577, de 10-08-1922. Por força da Lei estadual n. 2.212, de 12-08-1929, foi elevado à categoria de vila e criado o município, desmembrado do de Ilhéus, sendo instalado a 20 de outubro do mesmo ano, por determinação do Decreto estadual n. 6.529, de 11-10-1929. Foi o município extinto pelo Decreto estadual n. 7.071, de 10-11-1930, e o seu território reanexado ao de Ilhéus, fato este que consternou a população. Em virtude do Decreto-lei estadual n. 141, de 31-12-1943, teve o seu topônimo mudado para <i>Uruçuca</i> e com este nome foi restabelecido o município pela Lei estadual n. 516, de 12-12-1952 (IBGE, 1958, v. XXI).

4.1.6 TI 06: BAIXO SUL

(40) TOPÔNIMO:	Aratuípe	TAXIONOMIA:	Zootopônimo
ACIDENTE:	Humano/município		
LOCALIZAÇÃO:	TI 06		
ORIGEM:	Indígena. <i>ARATU-Y-PE</i> , em tup. ant., ‘no rio dos aratus’. <i>Aratu</i> , variedade de caranguejo da família dos Grapsídeos (GREGÓRIO, 1980).		
ESTRUTURA MORFOLÓGICA:	Elemento específico simples		
HISTÓRICO:	Aratuípe < Santana do Aratuípe < Santo Antonio Zootopônimo<hierotopônimo<hagiotopônimo		
INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS:	A região foi primitivamente habitada pelos índios aimorés. No século XVI, deu-se a primeira penetração no território, com a fundação do aldeamento <i>Santo Antônio</i> e da igreja de Santo Antônio, nas terras banhadas pelo Rio Aratuípe. Pela Resolução Provincial n. 132, de 02-06-1840, foi criada a freguesia de Santana da Aldeia e o distrito <i>Santana de Aratuípe</i> , criado pela lei provincial n. 132, de 02-06-1840. O distrito foi elevado à categoria de vila com a denominação de <i>Aratuípe</i> , pelo ato de 07-02-1890, desmembrada dos municípios de Nazaré e Santo Antônio de Jesus. Pelo ato de 09-06-1891, a vila foi elevada à categoria de cidade. Pelo decreto-lei estadual n. 141, de 31-12-1943, o município de <i>Aratuípe</i> foi extinto, sendo seu território anexado ao município de Nazaré, e elevado novamente à categoria de município com a denominação de <i>Aratuípe</i> , pelo decreto estadual n. 12.978, de 01-06-1944, desmembrado de Nazaré (IBGE, 1958, v. XX).		

(41) TOPÔNIMO:	Cairu	TAXIONOMIA:	Zootopônimo
ACIDENTE:	Humano/município		
LOCALIZAÇÃO:	TI 06		
ORIGEM:	Indígena. <i>KA'I-RY</i> , em tup. ant., 'rio dos caís' (NAVARRO, 2013). <i>Caí</i> , espécie de macaco de cara e pernas compridas (GREGÓRIO, 1980).		
ESTRUTURA MORFOLÓGICA:	Elemento específico simples		
HISTÓRICO:	Cairu < Nossa Senhora do Rosário do Cairu < Casa do Sol Zootopônimo<hierotopônimo<ecotopônimo		
INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS:	A penetração no território iniciou-se na primeira metade do século XVI, quando, fugindo dos índios aimorés, colonos dirigiram-se com suas famílias ao arquipélago que hoje constitui o município. Aí se estabeleceram no local batizado pelos primitivos habitantes de <i>Casa do Sol</i> , certamente movidos pela amenidade do clima, franco ancoradouro, aspecto gracioso e dominante da ilha. Da penetração resultou povoamento escasso, havendo os exploradores edificado moradias, sem, contudo, se fixarem no local por largo tempo, ante a impossibilidade de conterem as constantes arremetidas dos selvagens, donos legítimos da terra, que se recusavam, terminantemente, a reconhecê-los como senhores. A povoação foi tornada vila em 1608 com o nome de <i>Nossa Senhora do Rosário do Cairu</i> . Pelo decreto-lei estadual n. 10.724, de 30-03-1938, a vila foi elevada à categoria de cidade com a denominação de <i>Cairu</i> (IBGE, 1958, v. XX).		

(42) TOPÔNIMO:	Camamu	TAXIONOMIA:	Hidrotopônimo
ACIDENTE:	Humano/município		
LOCALIZAÇÃO:	TI 06		
ORIGEM:	Indígena. <i>KAMA-Y</i> , em tup. ant., 'água do seio' (NAVARRO, 2013).		
ESTRUTURA MORFOLÓGICA:	Elemento específico simples		
HISTÓRICO:	Camamu < Nossa Senhora da Assunção de Macamamu Hidrotopônimo<hierotopônimo		
INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS:	A região era primitivamente habitada pelos índios tupiniquins. Por estar localizada no centro de uma baía, para onde afluem os rios Maraú, Serinhaém e Camamu, além de outros pequenos riachos, os silvícolas encontraram semelhança entre o que ocorria com as águas da baía e o que ocorre com o leite no seio materno. O povoamento iniciou-se por volta de 1560, por portugueses que se estabeleceram numa aldeia, congregando índios de outras aldeias menores, situadas em lugares distantes e quase inacessíveis, com o nome de <i>Nossa Senhora da Assunção de Macamamu</i> . Sendo a aldeia bastante próspera, sofreu diversos ataques de piratas holandeses. Por Carta Régia, a antiga aldeia de <i>Nossa Senhora da Assunção de Macamamu</i> foi elevada à categoria de vila com o nome de <i>Camamu</i> , sendo também criado o município com o mesmo nome, em 22-05-1693. Em 1782, por ordem da Coroa Portuguesa, foi aberta a		

	primeira estrada ligando <i>Camamu</i> ao sertão baiano. Pelo ato de 22-06-1891, a vila foi elevada à condição de cidade com a denominação de <i>Camamu</i> (IBGE, 1958, v. XX).
--	--

(43) TOPÔNIMO:	Ituberá	TAXIONOMIA:	Hidrotopônimo
ACIDENTE:	Humano/município		
LOCALIZAÇÃO:	TI 06		
ORIGEM:	Indígena. <i>YTU-BERABA</i> , em tup. ant., ‘cachoeira brilhante’ (GREGÓRIO, 1980).		
ESTRUTURA MORFOLÓGICA:	Elemento específico simples		
HISTÓRICO:	Ituberá < Serinhaém < Santarém Hidrotopônimo<zootopônimo<corotopônimo		
INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS:	<p>O município surgiu do desenvolvimento de uma pequena aldeia indígena. Para esse remoto período da sua história não há documentação que possa servir de roteiro seguro à recomposição dos fatos; todavia, segundo a tradição, em época anterior à segunda metade do século XVIII, a aldeia contava com pouco menos de cem palhoças habitadas por cerca de trezentos índios, alguns portugueses e mamelucos. Acredita-se que o nome <i>Santarém</i> lhe foi posto por esses aventureiros portugueses, numa saudosa homenagem ao rincão da pátria distante. A 27-12-1758, foi criada a vila de <i>Santarém</i>, instalada, juntamente com a freguesia, nessa mesma data. Em 1909, na data de 14 de agosto, em virtude da Lei Estadual n. 759, a vila de <i>Santarém</i> recebeu a categoria de cidade. Por força do Decreto-lei estadual n. 141, de 31-12-1943, o município teve o seu topônimo trocado para <i>Serinhaém</i>, que em tupi significa ‘bacia de siris’, em referência ao rio que banha o município. O Decreto estadual n. 12.978, de 01-06-1944, que retificou o Decreto-lei anterior, mudou novamente a toponímia do município, que passou a chamar-se <i>Ituberá</i>, em alusão à estonteante queda d’água Pancada Grande, uma das mais bonitas do litoral brasileiro (IBGE, 1958, v. XX).</p>		

(44) TOPÔNIMO:	Jaguaripe	TAXIONOMIA:	Zootopônimo
ACIDENTE:	Humano/município		
LOCALIZAÇÃO:	TI 06		
ORIGEM:	Indígena. <i>ĪAGŪARA-‘Y-PE</i> , em tup. ant., “no rio das onças” (NAVARRO, 2013).		
ESTRUTURA MORFOLÓGICA:	Elemento específico simples		
HISTÓRICO:	Jaguaripe < Nossa Senhora da Ajuda de Jaguaripe Zootopônimo<hierotopônimo		
INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS:	<p>Em terras banhadas pelo Rio Jaguaripe, nasceu o primeiro município criado no Recôncavo baiano, da criação da freguesia de Nossa Senhora da Ajuda com a denominação de vila de <i>Nossa Senhora da Ajuda de Jaguaripe</i>, com base na Carta Régia datada de 27-12-1693. Foi elevado à categoria de cidade pela Lei n. 296, de 12-05-1899 com a denominação simplificada para <i>Jaguaripe</i>. O</p>		

	<p>município chegou a ser extinto pelo Decreto n. 7.479, de 08-07-1931 e anexado como subprefeitura ao município de Aratuípe. Neste mesmo ano de 1931, depois que os moradores em protesto cobriram toda a cidade de luto, foi restaurado à situação de município. A cidade apresenta várias curiosidades: é toda ligada por túneis subterrâneos, usados pelos moradores, no passado, para se defender de ataques dos índios (IBGE, 1958, v. XX).</p>
--	---

(45) TOPÔNIMO:	Nilo Peçanha	TAXIONOMIA:	Antropotopônimo
ACIDENTE:	Humano/município		
LOCALIZAÇÃO:	TI 06		
ORIGEM:	Portuguesa. NILO , do lat. <i>Nilus</i> , 'azul'; PEÇANHA , sobrenome port. de origem italiana (GUÉRIOS, 1981).		
ESTRUTURA MORFOLÓGICA:	Elemento específico composto		
HISTÓRICO:	Nilo Peçanha < Nova Boipeba < Santo Antônio de Boipeba Antropotopônimo<cronotopônimo<hagiotopônimo		
INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS:	<p>Na ilha, que atualmente tem o nome de "Velha Boipeba", foi fundada, no ano de 1565, uma vila com o nome de <i>Santo Antônio de Boipeba</i>. Construiu-se a capela do Divino Espírito Santo, elevada à freguesia em 1618, com o nome de Divino Espírito Santo de Boipeba. Em 1810, em razão dos constantes ataques de índios, transferiu-se a sede para o povoado Jequié, com o nome de <i>Nova Boipeba</i>. O Distrito foi criado com a denominação de <i>Nova Boipeba</i>, pela Lei Provincial n. 67, de 01-06-1838 e n. 1.242, de 25-06-1872, e elevado à categoria de vila com a denominação de <i>Nova Boipeba</i>, em 19-12-1810. Pela Lei Provincial n. 284, de 29-05-1847, a vila de <i>Nova Boipeba</i> foi extinta, sendo seu território anexado ao município de Taperoá, e elevado novamente à categoria de município com denominação de <i>Nova Boipeba</i>, pela Lei n. 1.279, de 30-04-1873, desmembrado do município de Taperoá. Pelo Decreto Estadual n. 7.149, de 24-12-1930, o município de <i>Nova Boipeba</i> tomou a denominação de <i>Nilo Peçanha</i> (IBGE, 1958, v. XXI).</p>		

(46) TOPÔNIMO:	Taperoá	TAXIONOMIA:	Etnotopônimo
ACIDENTE:	Humano/município		
LOCALIZAÇÃO:	TI 06		
ORIGEM:	Indígena. TAPERA-UA , em tup. ant., 'morador das tapers (o que foi aldeia, ruína)' (GREGÓRIO, 1980).		
ESTRUTURA MORFOLÓGICA:	Elemento específico simples		
HISTÓRICO:	Taperoá < São Miguel de Taperogá Etnotopônimo<hagiotopônimo		
INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS:	<p>O município originou-se de uma aldeia indígena denominada <i>São Miguel de Taperogá</i>, fundada a 23-11-1561 pelos jesuítas. Em dezembro do mesmo ano foi iniciada a construção de uma capela tendo por padroeiro São Miguel, edificada no mesmo local onde se encontra a igreja atual. Em 1563 assolou forte epidemia da qual resultou a morte e a dispersão de quase 2.000 índios. Ainda hoje é</p>		

	encontrado grande número de igaçabas, na parte suburbana da cidade. A povoação foi elevada à categoria de vila com a denominação de <i>Taperoá</i> pela lei provincial n. 284, de 29-05-1847. O Distrito foi criado com a denominação de <i>Taperoá</i> , pela lei provincial n. 346, de 21-07-1849 e elevado à condição de cidade com a denominação de <i>Taperoá</i> , pela lei estadual n. 1.131, de 01-04-1916 (IBGE, 1958, v. XXI).
--	--

(47) TOPÔNIMO:	Valença	TAXIONOMIA:	Corotopônimo
ACIDENTE:	Humano/município		
LOCALIZAÇÃO:	TI 06		
ORIGEM:	Portuguesa. Topônimo de vila portuguesa. Sobrenome port. do lat. <i>Valentia</i> (GUÉRIOS, 1981).		
ESTRUTURA MORFOLÓGICA:	Elemento específico simples		
HISTÓRICO:	Valença < Santíssimo Coração de Jesus de Valença < Nova Valença do Santíssimo Coração de Jesus < Una Corotopônimo<hierotopônimo<cronotopônimo<cromotopônimo		
INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS:	As terras do atual município de Valença faziam parte da Capitania de São Jorge dos Ilhéus e estavam subordinadas à vila de Nossa Senhora do Rosário de Cairu. O lugar era habitado por índios tupiniquins, de índole pacífica. Os primeiros colonos para ali se transportaram entre os anos de 1557 a 1571, quando fundaram a povoação de <i>Una</i> , como era conhecida na época, pela proximidade à embocadura do Rio Una. A povoação foi transformada em vila por determinação da Carta Régia de 23-01-1799, criando a vila de <i>Nova Valença do Santíssimo Coração de Jesus</i> , com território desmembrado de Cairu. O Distrito, criado com a denominação de <i>Santíssimo Coração de Jesus de Valença</i> , em 26-09-1801, foi elevado à categoria de vila com a denominação de Santíssimo Coração de Jesus de Valença. Pela lei provincial n. 368, de 10-11-1849, foi elevada à condição de cidade com a denominação de <i>Valença</i> (IBGE, 1958, v. XXI).		

4.1.7 TI 07: EXTREMO SUL

(48) TOPÔNIMO:	Alcobaça	TAXIONOMIA:	Corotopônimo
ACIDENTE:	Humano/município		
LOCALIZAÇÃO:	TI 07		
ORIGEM:	Portuguesa. Topônimo de vila portuguesa de origem muito discutida. Segundo Manuel Vieira Natividade, no livro "Mosteiro de Alcobaça" (1885), a etimologia mais provável é do lat. <i>Helcobatiae</i> (MOSTEIRO...)		
ESTRUTURA MORFOLÓGICA:	Elemento específico simples		

HISTÓRICO:	Alcobaça < São Bernardo de Alcobaça < Arraial de Itanhém Corotopônimo<hagiotopônimo<poliotopônimo
INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS:	Por volta de 1740, colonizadores portugueses estabeleceram-se com suas famílias à margem esquerda do Rio Itanhém, formando o povoado <i>Arraial de Itanhém</i> . As primeiras casas de taipa e cobertas com palhas de ouricuri foram edificadas à margem do rio, circundadas de fortes cercas de pau-a-pique (pau-ferro), para garantir a defesa dos moradores contra as feras e os gentios que habitavam o litoral. Por Carta Régia de 03-03-1755, assinada pelo rei de Portugal, D. José I, a vila foi criada com o nome de <i>São Bernardo de Alcobaça</i> , adoção do nome da cidade portuguesa onde nasceram os primeiros colonizadores. No entanto, só foi instalada em 12-11-1772. A elevação à categoria de cidade, com a denominação <i>Alcobaça</i> , deu-se por força da Lei estadual n. 122, de 20-06-1896 (IBGE, 1958, v. XX).

(49) TOPÔNIMO:	Caravelas	TAXIONOMIA:	Ergotopônimo
ACIDENTE:	Humano/município		
LOCALIZAÇÃO:	TI 07		
ORIGEM:	Portuguesa. Pl. do lat. <i>carābus</i> , ‘embarcação’ (CUNHA, 2013).		
ESTRUTURA MORFOLÓGICA:	Elemento específico simples		
HISTÓRICO:	Caravelas < Santo Antônio do Rio das Caravelas Ergotopônimo<hagiotopônimo		
INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS:	O desbravamento do município teve início em 1549 quando o 1º governador-geral do Brasil, Tomé de Sousa, cumprindo ordens de Portugal, iniciou e incentivou a colonização do litoral e a penetração pelo interior. Em 1574, quando a expedição de Antônio Dias Adôrno aí chegou, à procura de ouro e da já famosa Serra das Esmeraldas, este desbravador chamou o rio local de Santo Antônio, em homenagem ao santo do dia 13 de junho. No entanto, havendo fundeado as caravelas de sua frota, ele mesmo passou a se referir ao local como "rio das caravelas". Somente em 1581 se tem notícia da fundação de algum povoado na região, quando um missionário fundou uma aldeia, erigindo ali uma igreja que chamou de Santo Antônio do Campo dos Coqueiros. Essa aldeia, em 1700 foi elevada à categoria de vila, com o nome de <i>Santo Antônio do Rio das Caravelas</i> . O distrito foi criado com a denominação de <i>Caravelas</i> , por alvará de 18-01-1755, e elevado à condição de cidade e sede municipal, com a denominação de <i>Caravelas</i> , pela lei provincial n. 521, de 23-04-1855 (IBGE, 1958, v. XX).		

(50) TOPÔNIMO:	Mucuri	TAXIONOMIA:	Fitotopônimo
ACIDENTE:	Humano/município		
LOCALIZAÇÃO:	TI 07		
ORIGEM:	Indígena. <i>MUCURY</i> , em tup. ant., ‘mucuris’ (NAVARRO, 2013). Plantas da família das anacardiáceas. Árvores de até 40 metros (HOUAISS, 2001).		
ESTRUTURA MORFOLÓGICA:	Elemento específico simples		

HISTÓRICO:	Mucuri < Porto Alegre < São José de Porto Alegre < Mucuri Fitotopônimo<sociotopônimo<hagiotopônimo<fitotopônimo
INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS:	Datam do século XVI as primeiras explorações da região onde se situa o município. Entre 1720 e 1730, colonizadores europeus se estabeleceram nas terras que chamaram de “Porto Alegre” e que os índios chamavam de “Mucuri”, nome de uma madeira que era encontrada em abundância próxima ao rio. A partir da aldeia de <i>Mucuri</i> nasceu <i>São José de Porto Alegre</i> , um dos primeiros núcleos urbanos do extremo sul da Bahia. O Distrito-sede deve sua criação ao Alvará de 22-12-1795, data em que a capela São José foi elevada à categoria de Freguesia Eclesiástica, com o nome de São José de Porto Alegre. Elevada à categoria de vila com a denominação de <i>São José de Porto Alegre</i> , por ordem régia de 10-10-1769. Em divisão administrativa referente ao ano de 1911, o município aparece com a denominação de <i>Porto Alegre</i> . Por decreto estadual n. 7191, de 13-01-1931, o município de <i>Porto Alegre</i> passou a denominar-se <i>Mucuri</i> (IBGE, 1958, v. XXI).

(51) TOPÔNIMO:	Prado	TAXIONOMIA:	Corotopônimo
ACIDENTE:	Humano/município		
LOCALIZAÇÃO:	TI 07		
ORIGEM:	Portuguesa. Topônimo de vila portuguesa. Do lat. <i>prātum -ī</i> , ‘campo coberto de plantas herbáceas que servem para a pastagem’ (CUNHA, 2013).		
ESTRUTURA MORFOLÓGICA:	Elemento específico simples		
HISTÓRICO:	Prado < Jucuruçu Corotopônimo<zootopônimo		
INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS:	O município teve origem numa aldeia de índios descendentes dos aimorés que se estabeleceu antes do ano de 1755 na margem esquerda do Rio Jucuruçu, próximo à beira-mar. A povoação, formada na aldeia de <i>Jucuruçu</i> , termo que se refere às grandes aves jucurus, foi elevada à categoria de vila com a denominação de <i>Prado</i> , por Carta Régia de 03-03-1755, instalada em 22-12-1764. Sua elevação à categoria de freguesia, com o nome de Nossa Senhora da Purificação do Prado, deu-se por força do Alvará régio de 20-10-1795. O Distrito foi criado com a denominação de Prado, por alvará de 20-10-1795. Por volta de 1884, a chegada de famílias procedentes de outros municípios motivou o progresso. Foi elevada à condição de cidade com a denominação de <i>Prado</i> , pela lei provincial n. 129, de 02-08-1886 (IBGE, 1958, v. XXI).		

4.1.8 TI 08: MÉDIO SUDOESTE DA BAHIA

(52) TOPÔNIMO:	Ibicuí	TAXIONOMIA:	Litotopônimo
ACIDENTE:	Humano/município		
LOCALIZAÇÃO:	TI 08		
ORIGEM:	Indígena. <i>YBY-KU-Í</i> , em tup. ant., ‘areia, farinha de terra’ (NAVARRO, 2013).		

ESTRUTURA MORFOLÓGICA:	Elemento específico simples
HISTÓRICO:	Ibicuí < Rio Novo < Riacho da Areia Litotopônimo<hidrotopônimo<hidrotopônimo
INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS:	O território, integrante do município de Poções, foi habitado primitivamente pelos índios tapajós e camacãs. Em 1782, uma bandeira, entrando pelas margens do Rio Gongogi e do Rio Novo, fez a primeira penetração na região, denominada <i>Riacho da Areia</i> . O distrito foi criado com a denominação de <i>Rio Novo</i> , pela lei municipal n. 02, de 15-02-1920, aprovada pela lei estadual n. 1.707, de 02-106-1924, subordinado ao município de Poções. Em 1931, pelo Decreto Estadual n. 7.481, de 9 de julho, o distrito de <i>Rio Novo</i> foi anexado ao município de Itabuna. No mesmo ano, voltou a integrar o município de Poções, pelo Decreto Estadual n. 7.581, de 28 de agosto. Elevado à categoria de município com a denominação de <i>Ibicuí</i> , pela lei estadual n. 512, de 12-12-1952, desmembrado de Poções (IBGE, 1958, v. XX).

(53) TOPÔNIMO:	Iguaí	TAXIONOMIA:	Hidrotopônimo
ACIDENTE:	Humano/município		
LOCALIZAÇÃO:	TI 08		
ORIGEM:	Indígena. <i>Y-GUÁ-Y</i> , em tup. ant., ‘pequeno lagamar, bacia fluvial’ (GREGÓRIO, 1980).		
ESTRUTURA MORFOLÓGICA:	Elemento específico simples		
HISTÓRICO:	Iguaí < Lavrinhas < Comercinho do Major Fulgêncio Hidrotopônimo<corotopônimo<sociotopônimo		
INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS:	O território, integrante do município de Poções, era ocupado por fazendas. Em 1929, Fulgêncio Alves Teixeira, vindo do município de Rio de Contas, iniciou o desbravamento das terras incultas e orientou a formação de um núcleo populacional na Fazenda “Iracema”. Formou-se o povoado <i>Comercinho do Major Fulgêncio</i> que, mais tarde, passou a denominar-se <i>Lavrinhas</i> , por ser a maioria da população constituída de pessoas procedentes da zona Lavras Diamantinas. Pelo decreto estadual n. 8.021, de 15-03-1932, o distrito foi criado, subordinado ao município de Poções, com a denominação de <i>Iguaí</i> , por ficar distante poucos metros das margens do Rio Gongogi, onde os indígenas, primitivos habitantes da região, se abasteciam de água potável. Elevado à categoria de município com a denominação de <i>Iguaí</i> , pela lei estadual n. 513, de 12-12-1952, desmembrado de Poções (IBGE, 1958, v. XX).		

(54) TOPÔNIMO:	Itambé	TAXIONOMIA:	Litotopônimo
ACIDENTE:	Humano/município		
LOCALIZAÇÃO:	TI 08		
ORIGEM:	Indígena. <i>ITÁ-AEÏMBÉ</i> , em tup. ant., ‘pedras afiadas’ (NAVARRO, 2013).		
ESTRUTURA MORFOLÓGICA:	Elemento específico simples		

HISTÓRICO:	Itambé < Verruga Litotopônimo<somatotopônimo
INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS:	Em decorrência da abertura de estradas para o litoral, por determinação da Coroa Portuguesa, no ano de 1752, houve o primeiro desbravamento no território do atual município. Contudo, o seu povoamento só teve início em 1890, quando muitas famílias compelidas a abandonar o alto sertão baiano, em virtude da grande seca, instalaram-se às margens do Rio Verruga, fundando, ali, o povoado denominado <i>Verruga</i> . Apesar do terreno bastante acidentado, com serras e picos, a fertilidade das terras proporcionou o desenvolvimento da agropecuária. Em 1927, o povoado foi elevado à categoria de município e distrito com a denominação de <i>Itambé</i> , pela lei estadual n. 2.042, de 12-08-1927, desmembrado de Conquista (IBGE, 1958, v. XX).

(55) TOPÔNIMO:	Itapetinga	TAXIONOMIA:	Litotopônimo
ACIDENTE:	Humano/município		
LOCALIZAÇÃO:	TI 08		
ORIGEM:	Indígena. <i>ITÁ-PEBA-TINGA</i> , em tup. ant., ‘laje de pedra branca’ (GREGÓRIO, 1980).		
ESTRUTURA MORFOLÓGICA:	Elemento específico simples		
HISTÓRICO:	Itapetinga < Itatinga Litotopônimo<litotopônimo		
INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS:	As origens do atual município prendem-se à história de Vitória da Conquista. No ano de 1923, foi construído um núcleo de povoamento denominado <i>Itatinga</i> , em razão da grande quantidade de pedras brancas existentes na região. Com sede no arraial de <i>Itatinga</i> , pertencente ao município de Vitória da Conquista, foi criado o distrito, por força do Decreto estadual n. 8.499, de 22-06-1933. Pelo Decreto-lei estadual n. 10.724, de 30-03-1938, o distrito teve sua sede elevada à categoria de vila, como parte integrante do município de Vitória da Conquista. Pelo Decreto estadual n. 11.089, de 30-11-1938, foi o distrito de <i>Itatinga</i> desmembrado do município de Conquista e anexado ao de Itambé. O Decreto-lei estadual n.141, de 31-12-1943, modificado pelo Decreto estadual n.12.978, de 01-06-1944, mudou o seu topônimo para <i>Itapetinga</i> . A vila foi elevada à categoria de cidade pela Lei estadual n. 508, de 12-12-1952, que criou o município de <i>Itapetinga</i> , desmembrando-o do de Itambé (IBGE, 1958, v. XX).		

(56) TOPÔNIMO:	Macarani	TAXIONOMIA:	Fitotopônimo
ACIDENTE:	Humano/município		
LOCALIZAÇÃO:	TI 08		
ORIGEM:	Indígena. <i>MACÁ-RANA-Y</i> , em tup. ant., ‘rio da macarana, planta cujo fruto se parece com a macaba, espécie de palmeira’ (TIBIRIÇA, 1985).		
ESTRUTURA MORFOLÓGICA:	Elemento específico simples		

HISTÓRICO:	Macarani < Encruzilhada Fitotopônimo<hodotopônimo
INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS:	A história do município está ligada à de Vitória da Conquista, com a criação do distrito subcomissariado de <i>Encruzilhada</i> por Ato estadual de 22-02-1896, elevado à categoria de vila, com o mesmo nome de <i>Encruzilhada</i> , pela Lei estadual n. 1.483, de 17-06-1921, a qual criou o município de <i>Encruzilhada</i> , desmembrando-o do município de Conquista. O distrito de paz, com a mesma denominação do município, foi criado pela Lei municipal n. 04 e confirmado pela Lei estadual n. 1.708, de 13-06-1924. Em virtude do Decreto-lei estadual n. 141, de 31-12-1943, a sua sede foi transferida para a vila de <i>Macarani</i> , situada à margem esquerda do Rio Macarani, então elevada à categoria de cidade, recebendo o município, conseqüentemente, essa denominação (IBGE, 1958, v. XXI).

(57) TOPÔNIMO:	Potiraguá	TAXIONOMIA:	Geomorfotopônimo
ACIDENTE:	Humano/município		
LOCALIZAÇÃO:	TI 08		
ORIGEM:	Indígena. <i>YBOTYRA-GUÁ</i> , em tup. ant., ‘vale das flores’ (GREGÓRIO, 1980).		
ESTRUTURA MORFOLÓGICA:	Elemento específico composto		
HISTÓRICO:	Potiraguá < Natal < Belém Geomorfotopônimo<corotopônimo<corotopônimo		
INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS:	A primeira povoação do atual município foi fundada no ano de 1934 com o nome de <i>Belém</i> . Em 1937, as autoridades de Encruzilhada tentaram instalar no arraial o distrito de Araponga, no que foram impedidos pela população, insatisfeita não só com o nome de Araponga que lhe queriam dar, como também por não desejarem continuar subordinados ao município de Encruzilhada. Em 1938, por determinação do Decreto estadual n. 11.089, de 30 de novembro, o povoado de <i>Belém</i> foi elevado à categoria de vila e distrito, e, com o nome de <i>Natal</i> , foi incluído no município de Canavieiras. Por força do Decreto estadual n. 141, de 31-12-1943, retificado pelo Decreto estadual n. 12.978, de 01-06-1944, <i>Natal</i> teve o seu topônimo mudado para <i>Potiraguá</i> , denominação escolhida pela população para substituir o topônimo <i>Natal</i> , considerado inadequado por já pertencer à capital do Rio Grande do Norte. Em 1953, por força da Lei n. 544, de 06 de março do mesmo ano, a vila de <i>Potiraguá</i> foi elevada à categoria de cidade, desmembrada do município de Canavieiras (IBGE, 1958, v. XXI).		

4.1.9 TI 09: VALE DO JIQUIRIÇÁ

(58) TOPÔNIMO:	Amargosa	TAXIONOMIA:	Zootopônimo
ACIDENTE:	Humano/município		
LOCALIZAÇÃO:	TI 09		

ORIGEM:	Portuguesa. Do lat. <i>amāricōsu</i> , de <i>amarīcus</i> ‘que tem sabor adstringente’ (CUNHA, 2013).
ESTRUTURA MORFOLÓGICA:	Elemento específico simples
HISTÓRICO:	Amargosa < Nossa Senhora do Bom Conselho das Amargosas Zootopônimo<hierotopônimo
INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS:	<p>Nasceu o município de uma aldeia de índios de nome “Baetinga” que, com os cariris, dominavam a região. As notícias acerca da uberdade do solo atraíram a atenção dos povoadores de Santo Antônio de Jesus e Nazaré, que desbravaram as margens do Rio Ribeirão e aí se estabeleceram. Por volta de 1840, começou a formar um próspero povoado em volta de uma capelinha. Fruto da localização e ponto de troca comercial com o sertão, em 1855, foi ereta a Capela de Nossa Senhora do Bom Conselho das Amargosas, nome inspirado em uma espécie de pomba comum da região, a pomba-amargosa. Sua carne amarga atraía vários caçadores, através do convite: “Vamos às Amargosas!” Com o crescimento do povoado, devido ao próspero plantio de fumo e café, em 1878, foi instalada a vila de <i>Nossa Senhora do Bom Conselho das Amargosas</i>, sendo que no dia 02-07-1891, aconteceu a sessão solene de elevação de vila a categoria de cidade de <i>Amargosa</i>, executando o ato de criação de 19-06-1891 (IBGE, 1958, v. XX).</p> <p>NOTA: De acordo com Galvão (2016), atualmente existem registros da Pomba-Amargosa (<i>Patagioneas Plumbea</i>) vivendo na região do Timbó, reduto de Mata Atlântica da região.</p>

(59) TOPÔNIMO:	Brejões	TAXIONOMIA:	Geomorfotopônimo
ACIDENTE:	Humano/município		
LOCALIZAÇÃO:	TI 09		
ORIGEM:	Portuguesa. Pl. aum. de Brejo , ‘pântano’, de origem controvertida (CUNHA, 2013).		
ESTRUTURA MORFOLÓGICA:	Elemento específico simples		
HISTÓRICO:	Brejões Geomorfotopônimo		
INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS:	<p>Em 1785, de passagem pela zona, exploradores pernottaram na margem esquerda do Rio Brejões. Animados pela fertilidade do vale, abundância da água e pelo grande número de brejos (pântanos) na região, resolveram edificar casa para residência e iniciaram o plantio do café. Perseguidos pelas secas que assolavam o Nordeste, pela região passavam numerosos grupos de retirantes, os quais, influenciados pelos primeiros moradores, ali ficavam. Iniciou-se, desta forma, o povoamento da região. Pela Lei Provincial n. 1.976, de 22-06-1880, foi criado o distrito de <i>Brejões</i>, pertencente à freguesia de Areia. Em 1924, foi o arraial de <i>Brejões</i> elevado à categoria de vila pela Lei estadual n. 1.715, de 24 de julho. A mesma lei criou o município que foi inaugurado a 26 de outubro do mesmo ano. Quatro anos depois, em 1938, a vila de <i>Brejões</i> recebeu foros de cidade em virtude do Decreto-lei estadual n. 10.724, de 30 de março (IBGE, 1958, v. XX).</p>		

(60) TOPÔNIMO:	Itaquara	TAXIONOMIA:	Geomorfotopônimo
ACIDENTE:	Humano/município		
LOCALIZAÇÃO:	TI 09		
ORIGEM:	Indígena. <i>ITÁ-KÛARA</i> , em tup. ant., ‘buraco na pedra’ (NAVARRO, 2013).		
ESTRUTURA MORFOLÓGICA:	Elemento específico simples		
HISTÓRICO:	Itaquara < Caldeirão < Barriguda Geomorfotopônimo<geomorfotopônimo<fitotopônimo		
INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS:	Em 1858, fazendeiros procedentes de Santo Antônio de Jesus estabeleceram-se no lugar denominado <i>Barriguda</i> , nome que identifica planta da região da caatinga. Formou-se o povoado <i>Caldeirão</i> , nome dado aos buracos existentes nas pedras, para captação da água da chuva, com que era mitigada a sede dos moradores e viajantes da região. O distrito foi criado com a denominação de <i>Caldeirão</i> pela lei municipal n. 203, de 22-07-1918, aprovada pela lei estadual n. 1.275, de 10-08-1918, subordinado ao município de Areia. Pela lei estadual n. 114, de 22-07-1924, o distrito de <i>Caldeirão</i> foi transferido do município de Areia para o município de Santa Inês. Elevado à categoria de município com a denominação de <i>Itaquara</i> , pela lei estadual n. 1.873, de 19-07-1926, desmembrado de Santa Inês. Pelo decreto-lei estadual n. 141, de 31-12-1943, o município de <i>Itaquara</i> foi extinto, sendo seu território anexado ao município de Santa Inês, como simples distrito. Elevado novamente à categoria de município com a denominação de <i>Itaquara</i> , pelo decreto estadual n. 12.978, 01-06-1944, desmembrado de Santa Inês (IBGE, 1958, v. XX).		

(61) TOPÔNIMO:	Itiruçu	TAXIONOMIA:	Geomorfotopônimo
ACIDENTE:	Humano/município		
LOCALIZAÇÃO:	TI 09		
ORIGEM:	Indígena. <i>YBYTYRA-USU</i> , em tup. ant., ‘morro grande’ (NAVARRO, 2013).		
ESTRUTURA MORFOLÓGICA:	Elemento específico simples		
HISTÓRICO:	Itiruçu ~ Itirussu < Tiririca Geomorfotopônimo<geomorfotopônimo<fitotopônimo		
INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS:	A primeira penetração no território data de 1823, quando os primeiros exploradores chegaram ao local denominado <i>Tiririca</i> (nome dado a algumas plantas daninhas), da Fazenda “Morro Grande”, onde edificaram a capela de Santo Antônio. O distrito foi criado com a denominação de <i>Itirussu</i> pela lei municipal n. 8, de 18-02-1922, aprovada pela lei estadual n. 1.567, de 02-08-1922, subordinado ao município de Jaguaquara. Elevado à categoria de município com a denominação de <i>Itirussu</i> , pela lei estadual n. 9.599, de 18-07-1935, desmembrado de Jaguaquara. Pelo decreto-lei estadual n. 141, de 31-12-1943, o município de <i>Itirussu</i> foi extinto e seu território anexado a Jaguaquara. Elevado novamente à categoria		

	de município com a denominação de <i>Itirussu</i> , pelo decreto estadual n. 12.978, de 01-06-1944, desmembrado de Jaguaquara. Pela lei estadual n. 628, de 30-12-1953, o município de <i>Itirussu</i> passou a grafar <i>Itiruçu</i> (IBGE, 1958, v. XX).
--	--

(62) TOPÔNIMO:	Jaguaquara	TAXIONOMIA:	Ecotopônimo
ACIDENTE:	Humano/município		
LOCALIZAÇÃO:	TI 09		
ORIGEM:	Indígena. <i>ĪAGŪARA-KŪARA</i> , em tup. ant., 'toca das onças' (NAVARRO, 2013).		
ESTRUTURA MORFOLÓGICA:	Elemento específico simples		
HISTÓRICO:	Jaguaquara < Casca < Cova da Onça Ecotopônimo<litotopônimo<ecotopônimo		
INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS:	O município originou-se, no início do século XIX, de uma fazenda conhecida como "Cova da Onça". A fertilidade das terras atraiu novos colonos que se instalaram na fazenda, formando o povoado <i>Cova da Onça</i> como parte do município de Areia, atual Ubaíra. Posteriormente o povoado recebeu a denominação de <i>Casca</i> , sendo desprezada a designação anterior de <i>Cova da Onça</i> , oriunda da primitiva Fazenda existente no local. Mais tarde, a Resolução n. 251, de 17-06-1898, dividiu em dois o distrito de paz de <i>Casca</i> , pertencente ao termo de Areia. Em 1917, criou-se o distrito com o nome de <i>Jaguaquara</i> , pela lei municipal de 20-02-1917, aprovada pela lei estadual n. 1.192, de 04-06-1917. Elevado à categoria de vila com a denominação de <i>Jaguaquara</i> , pela lei estadual n. 1.472, de 18-05-1921, desmembrado de Areia, atual Ubaíra, e à condição de cidade com a denominação de <i>Jaguaquara</i> , pela lei estadual n. 1673, de 30-08-1923 (IBGE, 1958, v. XX).		

(63) TOPÔNIMO:	Jiquiriçá	TAXIONOMIA:	Litotopônimo
ACIDENTE:	Humano/município		
LOCALIZAÇÃO:	TI 09		
ORIGEM:	Indígena. <i>ĪUKYRA-ESÁ</i> , em tup. ant., 'olhos de sal, i.e. sal-gema' (NAVARRO, 2013).		
ESTRUTURA MORFOLÓGICA:	Elemento específico simples		
HISTÓRICO:	Jiquiriçá ~ Jequiriçá < Capela Nova do Jequiriçá < Velhas Litotopônimo<hierotopônimo<cronotopônimo		
INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS:	O povoado com o nome de <i>Velhas</i> foi iniciado em 1860, às margens do Rio Jiquiriçá, na sua maior parte por tropeiros que conduziam cargas dos sertões de Vitória da Conquista para os municípios de Nazaré e Aratuípe, e que ali faziam pousada. Foi elevado à categoria de freguesia pela Lei provincial n. 1.847, de 16-09-1878. A freguesia foi elevada à categoria de vila pelo Ato estadual de 31-01-1891 que criou o município <i>Capela Nova do Jequiriçá</i> , desmembrando-o do de Areia. Foi instalado a 20 de fevereiro do mesmo ano. Em virtude da Lei estadual n. 570, de 15-09-1904, foi o		

	nome do município simplificado para <i>Jequiriçá</i> . Pelo Decreto-lei estadual n. 141, de 31-12-1943, foi o município de <i>Jequiriçá</i> extinto e anexado ao de Mutuípe, sendo restaurado pelo Decreto estadual n. 12.978, de 01-06-1944, passando a ser grafado <i>Jiquiriçá</i> (IBGE, 1958, v. XX).
--	--

(64) TOPÔNIMO:	Laje	TAXIONOMIA:	Litotopônimo
ACIDENTE:	Humano/município		
LOCALIZAÇÃO:	TI 09		
ORIGEM:	Portuguesa. De etimologia controversa, geralmente atribuída ao lat. <i>lagēna</i> 'pedra plana e lisa' (HOUAISS, 2001).		
ESTRUTURA MORFOLÓGICA:	Elemento específico simples		
HISTÓRICO:	Laje ~ Lage < Nova Laje Litotopônimo < cronotopônimo		
INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS:	Segundo antigos moradores da região, por volta de 1850, uma enchente que desviou o curso do Rio Jiquiriçá provocou total destruição de um pequeno povoado que existia na sua margem direita. Os moradores do local sinistrado reuniram-se e construíram uma capela sob a invocação de Nossa Senhora das Dores, dando início, assim, a um novo povoado, na margem esquerda do rio, denominado <i>Nova Laje</i> . O Distrito foi criado pela lei provincial n. 929, de 02-05-1864, subordinado ao município de Aratuípe. Em 1864, criou-se a freguesia de Nossa Senhora das Dores de Nova Laje, cuja sede foi transferida, em 1870, para a capela de Nossa Senhora da Conceição do Cariri, povoado vizinho. A Sede da freguesia retornou a <i>Nova Laje</i> em 1884, com o nome de Nossa Senhora da Conceição do Cariri de Nova Laje. Foi elevado à categoria de município com a denominação de <i>Lage</i> , pela lei estadual n. 595, de 20-07-1905, desmembrado de Aratuípe. Pelo Decreto estadual n. 141, de 31-12-1943 e ratificado pelo Decreto estadual n. 12.978, observa-se a mudança da grafia do topônimo da sede municipal, que passou a escrever-se <i>Laje</i> em vez de <i>Lage</i> (IBGE, 1958, v. XX).		

(65) TOPÔNIMO:	Maracás	TAXIONOMIA:	Etnotopônimo
ACIDENTE:	Humano/município		
LOCALIZAÇÃO:	TI 09		
ORIGEM:	Indígena. Nome de tribo indígena; de <i>MARÃ-ACÃ</i> , em tup. ant., 'pendão de guerra, chocalho em forma de cabeça humana' (GREGÓRIO, 1980).		
ESTRUTURA MORFOLÓGICA:	Elemento específico simples		
HISTÓRICO:	Maracás Etnotopônimo		
INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS:	A primeira penetração no território do município se deu em 1659, quando bandeirantes portugueses, subindo o Rio Paraguaçu e tomando o rumo da Serra Geral, deram combate aos indígenas da		

	<p>tribo dos maracás e assentaram residência na região, povoando-a até além das margens dos grandes rios Paraguaçu, de Contas e Jiquiriçá. Posteriormente, quando mais acentuado era o progresso da localidade, foi marcado um local exato para a fixação das novas residências e para a edificação de uma capela sob a invocação de Nossa Senhora das Graças, surgindo, neste ponto, a cidade de <i>Maracás</i>. A capela foi elevada à categoria de freguesia pela Lei provincial n. 169, datada de 25-05-1842. Em virtude da Lei provincial n. 518, de 19-04-1855, foi criado o município de <i>Maracás</i> com território desmembrado do de Santa Isabel do Paraguaçu (IBGE, 1958, v. XXI).</p>
--	---

(66) TOPÔNIMO:	Mutuípe	TAXIONOMIA:	Zootopônimo
ACIDENTE:	Humano/município		
LOCALIZAÇÃO:	TI 09		
ORIGEM:	Indígena. <i>MUTÛ-‘Y-PE</i> , em tup. ant., ‘no rio do mutum’ (NAVARRO, 2013). <i>Mutum</i> , ave da família dos Cracídeos (GREGÓRIO, 1980).		
ESTRUTURA MORFOLÓGICA:	Elemento específico simples		
HISTÓRICO:	Mutuípe < Mutum Zootopônimo<zootopônimo		
INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS:	<p>Até meados do século XIX, toda a zona ribeirinha do Rio Jiquiriçá era habitada por índios, que pouco a pouco abandonaram a região, à medida que seus domínios eram conquistados pelos brancos. Entre as propriedades dos primeiros povoadores encontrava-se a Fazenda “Mutum”, assim denominada pela abundância local da ave desse nome. Situada no antigo município de Jiquiriçá, a fazenda ficava à margem de uma estrada que ligava os sertões do sudoeste baiano a Minas Gerais. Os tropeiros que por ali transitavam faziam daquela propriedade ponto de repouso e reabastecimento. Devido a isso, bem assim à fertilidade do solo, começou a formar-se em <i>Mutum</i>, por volta de 1900, um pequeno núcleo de agricultores e negociantes. Em 1920 foi desencadeado um movimento pela emancipação político-administrativa do povoado de <i>Mutum</i> e, em 26-07-1926, foi aprovada, na Câmara Estadual, a Lei n. 1882, criando o município de <i>Mutuípe</i> (IBGE, 1958, v. XXI).</p>		

(67) TOPÔNIMO:	Santa Inês	TAXIONOMIA:	Hagiotopônimo
ACIDENTE:	Humano/município		
LOCALIZAÇÃO:	TI 09		
ORIGEM:	Portuguesa. SANTA , do lat. <i>sanctus -a -um</i> , ‘sagrado’ (CUNHA, 2013); INÊS , forma popular port. de Agnes , do lat. ‘pura, santa’ (GUÉRIOS, 1981).		
ESTRUTURA MORFOLÓGICA:	Elemento específico composto		
HISTÓRICO:	Santa Inês Hagiotopônimo		

INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS:	A primeira penetração no território aconteceu quando, fazendo exploração além dos limites conhecidos, exploradores foram fixar residência num lugar onde se originou a atual cidade. Na década de 1820, foi construída no local a Igreja de Santa Inês. O arraial desenvolveu-se em função da cultura do café. O distrito de <i>Santa Inês</i> foi criado pela Lei estadual n. 251, de 17-06-1898, figurando nos quadros de apuração do Recenseamento de 1920, subordinado ao município de Areia. Por força da Lei estadual n. 1.714, de 22-07-1924, foi criado o município de <i>Santa Inês</i> , ocorrendo sua instalação a 26 de outubro do mesmo ano. A sede recebeu foros de cidade pela Lei estadual n. 1.944, de 18-05-1927 (IBGE, 1958, v. XXI).
------------------------------------	--

(68) TOPÔNIMO:	São Miguel das Matas	TAXIONOMIA:	Hagiotopônimo
ACIDENTE:	Humano/município		
LOCALIZAÇÃO:	TI 09		
ORIGEM:	Portuguesa. SÃO , do lat. <i>sanctus -a -um</i> , ‘sagrado’ (CUNHA, 2013); MIGUEL , do hebr. <i>Mikhael</i> , ‘quem é como Deus?’ (GUÉRIOS, 1981); MATAS , do lat. <i>matta</i> , ‘bosque, selva’ (CUNHA, 2013).		
ESTRUTURA MORFOLÓGICA:	Elemento específico composto		
HISTÓRICO:	São Miguel das Matas < São Miguel < São Miguel da Aldeia Hagiotopônimo<hagiotopônimo<hagiotopônimo		
INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS:	A região foi primitivamente habitada pelos índios cariris, aldeados na Fazenda “Arco Verde”. Devido à localização da tribo, eram denominados “índios do arco verde”. Os primeiros registros datam do século XVIII, com a construção no local de uma capela, inaugurada em 1802, tendo o arcanjo São Miguel como padroeiro. Inicialmente, a povoação chamou-se <i>São Miguel da Aldeia</i> , pela sua proximidade da aldeia dos “índios do arco verde”. O distrito foi criado, com a denominação de <i>São Miguel</i> , pelo alvará de 24-11-1823, subordinado ao município de Santo Antônio de Jesus, e elevado à categoria de vila com a denominação de <i>São Miguel</i> , por ato de 01-06-1891, desmembrado do município de Santo Antônio de Jesus. Pelo decreto-lei estadual n. 141, de 31-12-1943, o município foi extinto e elevado novamente à categoria de município com a denominação de <i>São Miguel das Matas</i> , pelo decreto estadual n. 12.978, de 01-06-1944 (IBGE, 1958, v. XXI).		

(69) TOPÔNIMO:	Ubaíra	TAXIONOMIA:	Zootopônimo
ACIDENTE:	Humano/município		
LOCALIZAÇÃO:	TI 09		
ORIGEM:	Indígena. YBYRÁ-EÍRA , em tup. ant., ‘mel-de-pau, abelha que dá no pau’ (GREGÓRIO, 1980).		
ESTRUTURA MORFOLÓGICA:	Elemento específico simples		

HISTÓRICO:	Ubaíra < Areia < São Vicente Ferrer de Areia < Vila de Jiquiriçá < Areia Zootopônimo<litotopônimo<hagiotopônimo<poliotopônimo<litotopônimo
INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS:	A região era primitivamente habitada pelos índios mongoiós. O desbravamento do território iniciou-se no final do século XVII. Em 1824, em virtude da seca que assolou a região, várias famílias se estabeleceram no lugar denominado <i>Areia</i> , fundando as Fazendas “Areia de Cima” e “Areia de Baixo”. Em 1841, foram construídas as capelas de São Vicente Ferrer, em “Areia de Baixo” e Santo Antonio, em “Areia de Cima”. Em virtude da decadência da vila de Jiquiriçá, foi sua sede transferida para o então povoado de <i>Areia</i> , que da mesma era parte, pela Lei provincial n. 1.046, de 17-06-1868. Desde então, teve <i>Areia</i> a denominação de <i>Vila de Jiquiriçá</i> , até perder este nome por força da Lei n. 1.611 de 16-06-1876, passando a chamar-se <i>São Vicente Ferrer de Areia</i> . O Ato estadual de 30-06-1891 concedeu foros de cidade à sede municipal, sob o nome de <i>Areia</i> . Em virtude do Decreto-lei estadual número 141, de 31-12-1943, o nome do município e do seu distrito-sede foi alterado para <i>Ubaíra</i> (IBGE, 1958, v. XXI).

4.1.10 TI 10: SERTÃO DO SÃO FRANCISCO

(70) TOPÔNIMO:	Casa Nova	TAXIONOMIA:	Ecotopônimo
ACIDENTE:	Humano/município		
LOCALIZAÇÃO:	TI 10		
ORIGEM:	Portuguesa. CASA , do lat. <i>casa</i> , ‘morada, habitação’; NOVA , do lat. <i>nōvus -a</i> , ‘de pouco uso’ (CUNHA, 2013).		
ESTRUTURA MORFOLÓGICA:	Elemento específico composto		
HISTÓRICO:	Casa Nova < São José da Casa Nova < São José do Riacho de Casa Nova Ecotopônimo<hagiotopônimo<hagiotopônimo		
INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS:	As terras que margeiam e servem de leito ao Riacho da Casa Nova, afluente do Rio São Francisco, eram ricas em cloreto de sódio, cujas minas, segundo se presume, foram descobertas em princípio do século XIX. Esse descobrimento concorreu para que, nas terras da Fazenda "Riacho da Casa Nova", na margem esquerda do Rio São Francisco, surgisse uma povoação que rapidamente se tornou conhecida em virtude do progresso e do desenvolvimento do seu comércio. Com a capela, erigida sob a invocação de São José, ainda no princípio da povoação, o arraial de <i>São José do Riacho de Casa Nova</i> foi elevado à categoria de freguesia, com o mesmo nome. No ano de 1879, foi a sede da freguesia elevada à categoria de vila, com o nome de <i>São José da Casa Nova</i> , por força da Lei provincial n. 1.873, de 20 de junho daquele ano, que também criou o município do mesmo nome, com território desmembrado do de Remanso. Sua denominação atual provém do Decreto n. 7.479, de 08-07-1931, que simplificou para <i>Casa Nova</i> o nome do município. A vila recebeu foros de cidade em virtude do estabelecido pelo Decreto-lei n. 10.724, de 20-03-1938 (IBGE, 1958, v. XX).		

(71) TOPÔNIMO:	Curaçá	TAXIONOMIA:	Fitotopônimo
ACIDENTE:	Humano/município		
LOCALIZAÇÃO:	TI 10		
ORIGEM:	Indígena. <i>KURUATÁ</i> , em tup. ant., ‘nome comum a plantas da família das bromeliáceas’ (NAVARRO, 2013).		
ESTRUTURA MORFOLÓGICA:	Elemento específico simples		
HISTÓRICO:	Curaçá < Capim Grosso < Pambu < Bom Jesus da Boa Morte Fitotopônimo<fitotopônimo<etnotopônimo<hierotopônimo		
INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS:	A primeira penetração no território se deu em 1562, por padres jesuítas em missão de catequese aos índios da Aldeia Pambu. Em 1809, no lugar denominado <i>Bom Jesus da Boa Morte</i> , foi edificada a igreja do Bom Jesus da Boa Morte, dando início à formação do povoado. O povoado foi elevado à categoria de vila com a denominação <i>Pambu</i> pelo decreto de 06-06-1832, desmembrado de Joazeiro, atual Juazeiro. Criou-se o município com sede em <i>Pambu</i> , em 1832. Pela lei provincial n. 488, de 06-06-1853, a vila de <i>Pambu</i> passou a denominar-se <i>Capim Grosso</i> . Elevado à condição de cidade com a denominação <i>Curaçá</i> , pelo ato n. 59, de 10-08-1890 (IBGE, 1958, v. XX).		

(72) TOPÔNIMO:	Juazeiro	TAXIONOMIA:	Fitotopônimo
ACIDENTE:	Humano/município		
LOCALIZAÇÃO:	TI 10		
ORIGEM:	Híbrida. Forma der. de <i>yú-á</i> , do tup. ant., ‘juá, fruto espinhoso’ (GREGÓRIO, 1980), acrescido do suf. port. <i>eiro</i> , ‘pé de juá’ (HOUAISS, 2001)		
ESTRUTURA MORFOLÓGICA:	Elemento específico simples híbrido		
HISTÓRICO:	Juazeiro < Nossa Senhora das Grotas do Juazeiro < Juazeiro Velho < Passagem do Juazeiro Fitotopônimo<hierotopônimo<fitotopônimo<hodotopônimo		
INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS:	Somente no fim do século XVII, à sombra protetora do juazeiro, considerada a árvore-mãe do sertão, que serviu de lugar de descanso para os tropeiros que passavam, começou a surgir, no "ponto da passagem" de cruzamento das duas velhas estradas interiores: a fluvial, representada pelo Rio São Francisco, e os caminhos terrestres das bandeiras, o que veio a se tornar um dos mais importantes núcleos urbanos do interior nordestino. Segundo tradição local, o ponto exato onde o cruzamento das "duas velhas estradas" ocorria era denominado <i>Passagem do Juazeiro</i> , à margem direita do São Francisco, posteriormente denominado <i>Juazeiro Velho</i> . Naquele sítio, no ano de 1706, estabeleceu-se aldeamento de índios tupiniquins com a fundação de uma missão dos religiosos franciscanos. Quatro anos depois, construíram os franciscanos um convento, próximo à <i>Passagem do Juazeiro</i> , e um templo, onde entronizaram uma imagem da Virgem Santíssima, passando o local a ser denominado <i>Nossa Senhora das Grotas do Juazeiro</i> . Por volta de 1710, o povoado apresentava as primeiras características de núcleo colonizado. Em 1766, a aldeia foi elevada à categoria de		

	<p>julgado, sob a jurisdição da Câmara de Jacobina, mas somente em 09-05-1833 foi criada a vila de <i>Juazeiro</i>, constituindo-se como sede do município. O distrito foi criado com a denominação de <i>Juazeiro</i>, pela lei provincial n. 114, de 26-03-1840. Pela Lei provincial n. 1.814, de 15-07-1878, foi elevado à condição de cidade com a denominação de <i>Juazeiro</i> (IBGE, 1958, v. XX).</p>
--	--

(73) TOPÔNIMO:	Pilão Arcado	TAXIONOMIA:	Ergotopônimo
ACIDENTE:	Humano/município		
LOCALIZAÇÃO:	TI 10		
ORIGEM:	Portuguesa. PILÃO , do lat. <i>pilāre</i> , 'utensílio para socar, triturar, amassar'; ARCADO , do lat. <i>arcus -us</i> , 'em forma de arco' (CUNHA, 2013).		
ESTRUTURA MORFOLÓGICA:	Elemento específico composto		
HISTÓRICO:	Pilão Arcado < Nossa Senhora do Remanso de Pilão Arcado < Pilão Arcado Ergotopônimo<hierotopônimo<ergotopônimo		
INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS:	<p>Originou-se de um arraial fundado em fins do século XVII com o nome <i>Pilão Arcado</i>. A capela a Santo Antônio foi elevada à freguesia por Carta Régia de 18-01-1771. O nome liga-se à lenda de que pescadores encontraram, à margem do Rio São Francisco, onde este descreve curva em forma de arco, um pilão utilizado para moer o sal e salgar o peixe. Em virtude de uma enchente do Rio São Francisco, a capela de Santo Antônio ruiu e foi substituída pela de Nossa Senhora do Livramento. O arraial foi elevado à vila pelo Alvará régio de 15-01-1810, que criou também o município <i>Pilão Arcado</i>. A Resolução provincial n. 650, de 14-12-1857, transferiu a sede da vila para o arraial de Remanso, criando a vila e o município de <i>Nossa Senhora do Remanso de Pilão Arcado</i> e extinguindo o município <i>Pilão Arcado</i>. A Resolução provincial n. 1197, de 27-04-1872, transferiu para Remanso a sede da freguesia de Santo Antônio do Pilão Arcado. Por força da Lei n. 2 696, de 22-07-1889, foi restaurada a freguesia e o arraial foi novamente elevado à vila com a denominação de <i>Pilão Arcado</i> pelo Ato estadual de 31-10-1890 (IBGE, 1958, v. XXI).</p> <p>NOTA: Pela Lei Estadual n. 3.347, de 23-12-1974, a sede municipal foi transferida para local distante 7 km da cidade velha, inundada pelas águas da Barragem do Sobradinho, no Rio São Francisco, e a nova cidade construída pelo Governo Federal.</p>		

(74) TOPÔNIMO:	Remanso	TAXIONOMIA:	Hidrotopônimo
ACIDENTE:	Humano/município		
LOCALIZAÇÃO:	TI 10		
ORIGEM:	Portuguesa. Do lat. <i>remansus</i> , 'água estagnada' (CUNHA, 2013).		
ESTRUTURA MORFOLÓGICA:	Elemento específico simples		

HISTÓRICO:	Remanso < Nossa Senhora do Remanso de Pilão Arcado < Nossa Senhora do Remanso Hidrotopônimo<hierotopônimo<hierotopônimo
INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS:	<p>Para a Fazenda “Arraial”, ponto de origem do município, convergiram, em fins do século XVIII, os que fugiam às lutas travadas em Pilão Arcado, aumentando o núcleo existente às margens do São Francisco, no local onde um grande remanso formava seguro porto de atracação. Atraindo novos refugiados, o local progrediu rapidamente e, em breve, aí se formava o arraial de <i>Nossa Senhora do Remanso</i>. Pelo Alvará de 15-01-1810 foi criado o distrito de <i>Nossa Senhora do Remanso</i>, desanexado do município de Juazeiro e incorporado ao de Pilão Arcado. A Resolução provincial n. 650, de 14-12-1857, extinguiu o município de Pilão Arcado, incorporando todo o seu território ao município de <i>Nossa Senhora do Remanso de Pilão Arcado</i>. A Lei estadual n. 369, de 09-08-1900, elevou a sua sede à categoria de cidade, com a denominação de <i>Remanso</i> (IBGE, 1958, v. XXI).</p> <p>NOTA: Pelo Decreto Federal n. 10/77, de 28-01-1977, a sede municipal foi transferida para local distante 7km da cidade velha, inundada pelas águas da Barragem Sobradinho, no Rio São Francisco. Com um quarto do território inundado, a nova cidade foi planejada e construída pelo Governo Federal.</p>

(75) TOPÔNIMO:	Sento Sé	TAXIONOMIA:	Etnotopônimo
ACIDENTE:	Humano/município		
LOCALIZAÇÃO:	TI 10		
ORIGEM:	Índigena. <i>CENTUCÉ</i> , de uma língua tapuya (SAMPAIO, 1914).		
ESTRUTURA MORFOLÓGICA:	Elemento específico composto		
HISTÓRICO:	Sento Sé < Manoel Vitorino < Sento Sé Etnotopônimo<antropotopônimo<etnotopônimo		
INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS:	<p>O município originou-se de uma aldeia de índios centucés, que desapareceram logo após a chegada dos primeiros portugueses, à margem direita do Rio São Francisco. A primeira feitoria lusitana chamou-se <i>Sento Sé</i>, berço do atual município. Em 1719, foi construída uma capela dedicada a São José e filiada à freguesia de Santo Antônio da Jacobina, elevada à categoria de freguesia de São José da Barra, em 1752. O arraial de <i>Sento Sé</i> foi elevado à categoria de vila e criado o município desmembrado de Jacobina por Decreto provincial de 06-07-1832, inaugurado a 21-11-1833. Em 1911, transferiu-se a sede municipal para o arraial de Almeida, modificando o topônimo para <i>Manoel Vitorino</i>. Dois anos depois, a sede retornou para <i>Sento Sé</i>, ainda com o nome de <i>Manoel Vitorino</i>. Pelo decreto Estadual n. 8.818, de 20-02-1934, mudou-se a denominação para <i>Sento Sé</i>. A vila de <i>Sento Sé</i> foi elevada à categoria de cidade pelo Decreto-lei estadual n. 10 724, de 30-03-1938 (IBGE, 1958, v. XXI).</p> <p>NOTA: Pela Lei Estadual n. 3347, de 23-12-1974, transferiu-se a sede municipal para local distante 62km da cidade velha, inundada pela Barragem do Sobradinho, no Rio São Francisco. A nova cidade foi planejada e construída pelo Governo Federal.</p>		

(76) TOPÔNIMO:	Uauá	TAXIONOMIA:	Zootopônimo
ACIDENTE:	Humano/município		
LOCALIZAÇÃO:	TI 10		
ORIGEM:	Indígena. <i>UÂ-UÂ</i> , em tup. ant., ‘o pirilampo, o vagalume’ (SAMPAIO, 1914).		
ESTRUTURA MORFOLÓGICA:	Elemento específico simples		
HISTÓRICO:	Uauá Zootopônimo		
INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS:	No século XVIII, as terras onde se encontra situado atualmente o município pertenciam à Casa da Torre, onde, às margens do Rio Vasa Barris, foi instalada a Fazenda “Uauá”, em virtude da grande quantidade de pirilampos existentes no local. Em novembro de 1896, o já povoado de <i>Uauá</i> , em pleno florescimento, serviu de acantonamento a uma Companhia do 9º Batalhão de Infantaria do Exército Nacional, que rumava para Canudos. Em 1905, recuperada dos danos sofridos pela Campanha de Canudos, a localidade de <i>Uauá</i> foi elevada à categoria de arraial, pela Lei estadual n. 590, de 8 de julho, subordinado ao município de Monte Santo. O arraial foi elevado a município com a denominação de <i>Uauá</i> , pela lei estadual n. 1.866, de 09-07-1926, desmembrado de Monte Santo. Pelos decretos estaduais n. 7.455, de 23-06-1931 e 7.479, de 08-07-1931, <i>Uauá</i> foi extinto, sendo seu território anexado ao município de Monte Santo, e elevado novamente à categoria de município pelo decreto estadual n. 8.641, de 19-09-1933 (IBGE, 1958, v. XXI).		

4.1.11 TI 11: BACIA DO RIO GRANDE

(77) TOPÔNIMO:	Angical	TAXIONOMIA:	Fitotopônimo
ACIDENTE:	Humano/município		
LOCALIZAÇÃO:	TI 11		
ORIGEM:	Híbrida. Forma der. de <i>angyca</i> , do tup. ant., ‘espécie de acácia brasileira’ (TIBIRIÇA, 1985), acrescido do suf. port. <i>al</i> .		
ESTRUTURA MORFOLÓGICA:	Elemento específico simples híbrido		
HISTÓRICO:	Angical < Santana do Angical < Sant’Ana do Sacramento do Angical < Brejo do Angical Fitotopônimo<hagiotopônimo<hagiotopônimo<geomorfotopônimo		
INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS:	O território situado à margem esquerda do Rio São Francisco, integrou a província de Pernambuco até 1828, quando foi anexada à Província da Bahia. No começo do século XIX, as terras denominadas <i>Brejo do Angical</i> , em virtude da existência de extensas matas de angico, circundadas de brejos ou alagadiços, passaram a pertencer a descendentes de portugueses que iniciaram criação de gado bovino, agricultura e extração de diamantes. Formou-se o povoado. A primeira igreja foi erguida em 1810, dotada de imponentes obras de arte e ornada de objetos de ouro e prata. Em 1821, foi erigida a freguesia, com a denominação de <i>Sant’ Ana do</i>		

	<i>Sacramento do Angical</i> , pertencente ao bispado de Pernambuco. Em 1890, foi elevada à categoria de vila com a denominação de <i>Santana do Angical</i> , por ato de 05-07-1890, desmembrada de Campo Largo. Em divisão administrativa referente ao ano de 1911, aparece com a denominação reduzida para <i>Angical</i> (IBGE, 1958, v. XX).
--	---

(78) TOPÔNIMO:	Barreiras	TAXIONOMIA:	Geomorfotopônimo
ACIDENTE:	Humano/município		
LOCALIZAÇÃO:	TI 11		
ORIGEM:	Portuguesa. Forma pl. der. do radical lat. de origem pré-romana <i>barr-</i> , 'barranco, lugar escarpado e sem mato na margem de rio ou de estrada' (CUNHA, 2013).		
ESTRUTURA MORFOLÓGICA:	Elemento específico simples		
HISTÓRICO:	Barreiras Geomorfotopônimo		
INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS:	O território integrava a Sesmaria da Casa da Ponte. Seu povoamento iniciou-se na segunda metade do século XIX, por aventureiros procedentes das margens do São Francisco e norte de Goiás. A grande abundância da mangabeira nas matas locais, de cuja seiva se faz a borracha, foi fator definitivo de crescimento e de uma nova atividade econômica, pela qual o acanhado arraial <i>Barreiras</i> pôde progredir mais rapidamente e obter, em 1881, a criação de sua freguesia. Pela lei estadual n. 237, de 06-04-1891, a freguesia foi elevada à categoria de vila com a denominação de <i>Barreiras</i> , em virtude dos altos barrancos existentes no local, na margem direita do Rio Grande, desmembrada do município de Angical, e elevada à condição de cidade com a denominação de <i>Barreiras</i> , pela lei estadual n. 449, de 19-05-1902 (IBGE, 1958, v. XX).		

(79) TOPÔNIMO:	Cotegipe	TAXIONOMIA:	Axiotopônimo
ACIDENTE:	Humano/município		
LOCALIZAÇÃO:	TI 11		
ORIGEM:	Indígena. <i>AKUTI-ÏY-PE</i> , em tup. ant., 'no rio das cutias' (NAVARRO, 2013).		
ESTRUTURA MORFOLÓGICA:	Elemento específico simples		
HISTÓRICO:	Cotegipe < Barão de Cotegipe < Campo Largo Axiotopônimo<axiotopônimo<geomorfotopônimo		
INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS:	A região era primitivamente habitada pelos índios acroás. Seu povoamento iniciou-se na primeira metade do século XVIII, por aventureiros procedentes da Província de Pernambuco, que se estabeleceram à margem do Rio Grande, no local da primitiva Fazenda "Sussuarana", pertencente a João Maurício Mariani Vanderlei, o Barão de Cotegipe. Pouco depois, em razão de uma grande cheia do rio, os pioneiros abandonaram o local e fixaram-se no Alto do Umbuxeiro, onde edificaram a igreja de Nossa Senhora Santana do Campo e fundaram um povoado, elevado à categoria de vila com a denominação de <i>Campo Largo</i> , pelo alvará de 03-03-		

	1820, desmembrado da antiga vila de Barra do Rio Grande (mais tarde Barra). Pela lei estadual n. 1.772, de 03 ou 30-06-1925, transferiu-se a sede municipal para o povoado de Avaí, alterando-se o topônimo de <i>Campo Largo</i> para <i>Barão de Cotegipe</i> . Pelos decretos estaduais n. 7.455, de 23-06-1931, e 7.479, de 08-07-1931, o município com a denominação de <i>Barão de Cotegipe</i> é extinto, sendo seu território anexado ao município de Angical, e elevado novamente à categoria de município com a forma simplificada de <i>Cotegipe</i> , pelo decreto n. 8.452, de 31-05-1933, desmembrado de Angical (IBGE, 1958, v. XX).
--	---

(80) TOPÔNIMO:	Ibipetuba	TAXIONOMIA:	Geomorfotopônimo
ACIDENTE:	Humano/município		
LOCALIZAÇÃO:	TI 11		
ORIGEM:	Indígena. <i>YBYPE-TYBA</i> , em tup. ant., ‘planície, várzea extensa’ (TIBIRIÇA, 1985).		
ESTRUTURA MORFOLÓGICA:	Elemento específico simples		
HISTÓRICO:	Ibipetuba < Rio Preto < Santa Rita do Rio Preto Geomorfotopônimo<hidrotopônimo<hagiotopônimo		
INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS:	<p>A região era primitivamente habitada pelos índios gueréns, cuja principal aldeia ficava situada na foz do Rio Preto. O território, que é pouco acidentado, tendo vastas e quase infindas regiões planas, integrava o sertão de Pernambuco. Seu povoamento iniciou-se em meados do século XVII, por colonos portugueses que ali se estabeleceram. Desse povoamento inicial, formou-se o arraial <i>Santa Rita do Rio Preto</i>. Em 1804, criou-se a freguesia de Santa Rita do Rio Preto. O povoado tornou-se ponto de convergência de tropas procedentes do Piauí, norte de Goiás e sul do Maranhão. Foi elevado à categoria de vila com a denominação de <i>Santa Rita do Rio Preto</i>, pela lei provincial n. 119, de 26-03-1840, desmembrado de Barra do Rio Grande. Pelos decretos estaduais n. 7.455, de 23-06-1931, e 7.479, de 08-07-1931, o município passou a denominar-se <i>Rio Preto</i>. Pelo decreto-lei estadual n. 141, de 31-12-1943, retificado pelo decreto n. 12.978, de 01-06-1944, o município de Rio Preto, passou a denominar-se <i>Ibipetuba</i> (IBGE, 1958, v. XX).</p> <p>NOTA: A Lei Estadual n. 3.080, de 11-12-1972, alterou o topônimo para Santa Rita de Cássia, nome atual do município.</p>		

4.1.12 TI 12: BACIA DO PARAMIRIM

(81) TOPÔNIMO:	Macaúbas	TAXIONOMIA:	Fitotopônimo
ACIDENTE:	Humano/município		
LOCALIZAÇÃO:	TI 12		
ORIGEM:	Indígena. <i>MAKAIÛBA</i> , em tup. ant., ‘variação de palmeira’ (NAVARRO, 2013).		

ESTRUTURA MORFOLÓGICA:	Elemento específico simples
HISTÓRICO:	Macaúbas < Coité Fitotopônimo<fitotopônimo
INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS:	A formação do município começou em meados do século XVIII, no lugar denominado “Coité”. Era uma taba de índios tuxás, egressos de regiões ribeirinhas do São Francisco, quando ali chegaram os primeiros bandeirantes que transitavam pelo grande rio, como sempre, em busca de ouro e diamantes. Alguns aí se fixaram, dando início ao povoamento. Já havia nessa época, no arraial de <i>Coité</i> , uma capela em louvor a Nossa Senhora da Imaculada Conceição. Essas terras pertenciam ao município de Urubu (depois Rio Branco e agora Paratinga), do qual foram desmembradas em 1832 para constituir, por Decreto estadual de 6 de julho daquele ano, um município independente, com o topônimo de <i>Macaúbas</i> , nome de uma palmeira ("macaúba" ou "macaíba") outrora existente em abundância no local, mas hoje, completamente extinta. O Decreto também elevou a sua sede à categoria de vila (IBGE, 1958, v. XXI).

(82) TOPÔNIMO:	Paramirim	TAXIONOMIA:	Hidrotopônimo
ACIDENTE:	Humano/município		
LOCALIZAÇÃO:	TI 12		
ORIGEM:	Indígena. <i>PARÁ-MIRÍ</i> , em tup. ant., ‘rio pequeno’ (NAVARRO, 2013).		
ESTRUTURA MORFOLÓGICA:	Elemento específico simples		
HISTÓRICO:	Paramirim < Água Quente < Morro do Fogo Hidrotopônimo<hidrotopônimo<geomorfotopônimo		
INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS:	O povoamento do território iniciou-se no século XVIII. Portugueses e brasileiros, seguindo pelas margens do Rio Brumado, cujas nascentes se contravertem no pico das Almas com as do Rio Paramirim, chegaram às minas de ouro do Morro do Fogo. Por volta de 1820, formou-se o arraial <i>Morro do Fogo</i> . A capela existente foi elevada à freguesia, pela Resolução n. 200, de 29 de maio de 1843, com a denominação de Nossa Senhora do Carmo do Morro do Fogo. O distrito foi criado com a denominação de <i>Água Quente</i> , em virtude da presença de fontes de águas termais, pela lei provincial n. 200, de 29-05-1843, criado também por resolução provincial n. 1.460, de 23-03-1875, e elevado à categoria de vila com a denominação de <i>Água Quente</i> ou <i>Industrial Vila de Água Quente</i> , pela lei provincial n. 1.849, de 16-09-1878, com sede na freguesia do Morro do Fogo. Pela resolução provincial n. 2.175, de 20-06-1881, a vila de <i>Água Quente</i> foi extinta, sendo seu território anexado ao município de Minas do Rio das Contas, e elevado novamente à categoria de vila pelo ato de 24-03-1890, desmembrado de Minas do Rio das Contas e com sede na antiga povoação de <i>Água Quente</i> . Pela lei estadual n. 460, de 16-07-1902, a sede foi transferida para a povoação de <i>Paramirim</i> e elevada à condição de cidade com a denominação de <i>Paramirim</i> , pela lei estadual n. 736, de 26-06-1909 (IBGE, 1958, v. XXI).		

4.1.13 TI 13: SERTÃO PRODUTIVO

(83) TOPÔNIMO:	Brumado	TAXIONOMIA:	Meteorotopônimo
ACIDENTE:	Humano/município		
LOCALIZAÇÃO:	TI 13		
ORIGEM:	Portuguesa. Der. de Bruma , do lat. <i>bruma</i> , ‘nevoeiro, neblina, cerração’ (CUNHA, 2013).		
ESTRUTURA MORFOLÓGICA:	Elemento específico simples		
HISTÓRICO:	Brumado < Bom Jesus dos Meiras Meteorotopônimo<hierotopônimo		
INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS:	<p>A região era primitivamente habitada por indígenas bravios. Por volta de 1813, o capitão Francisco de Sousa Meira, seguido de turmas de aventureiros, procedente de Minas do Rio de Contas, atravessou o Rio Brumado, chegando à foz do Rio do Antônio, sendo constituída a Fazenda “Bom Jesus do Campo Seco”. Mais tarde formou-se uma povoação com a denominação de <i>Bom Jesus dos Meiras</i>, tornada distrito pela lei provincial 1.091, de 19-06-1869, subordinado ao município de Caetité. Com o desenvolvimento da agricultura e pecuária, a povoação passou a ser freguesia no ano de 1869. Em 1877, recebeu a categoria de vila, pela lei provincial n. 1.756, de 11-06-1877, desmembrado de Caetité. Pelos decretos estaduais n. 7.455, de 23-06-1931 e 7.479, de 08-08-1931, o município de <i>Bom Jesus dos Meiras</i> passou a denominar-se <i>Brumado</i> (IBGE, 1958, v. XX).</p>		

(84) TOPÔNIMO:	Caculé	TAXIONOMIA:	Antropotopônimo
ACIDENTE:	Humano/município		
LOCALIZAÇÃO:	TI 13		
ORIGEM:	Africana. Nome de origem controvertida. A palavra quimbundo <i>kasule</i> ‘caçula’, encontrada tanto em Houaiss (2001) quanto em Castro (2001), é um provável étimo.		
ESTRUTURA MORFOLÓGICA:	Elemento específico simples		
HISTÓRICO:	Caculé Antropotopônimo		
INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS:	<p>Em 1860, Dona Rosa Prates, proprietária do antigo domínio da Fazenda "Jacaré", doou ao Santíssimo Coração de Jesus um terreno, onde deveria ser erguida uma capela sob a invocação desse orago. Formou-se ali um núcleo populoso tão promissor que, em 1880, era elevado à categoria de distrito de paz por Lei provincial n. 2.039, de 23 de julho do mesmo ano. Diz a tradição que Manuel Caculé, escravizado na Fazenda Jacaré, seguia mata a dentro a procura de água para o gado quando descobriu uma lagoa belíssima que ficava nos limites da fazenda de "sua proprietária". Diante daquele oásis, decide "fugir" e montar ali o seu quilombo solitário. Recapturado e alforriado, passou a morar à margem da lagoa. Os viajantes que tomavam aquela direção, ao se cruzarem pelo caminho,</p>		

	<p>perguntavam, uns aos outros, de onde vinham e para onde iam, e a resposta era sempre a mesma: lagoa do Caculé. O topônimo <i>Caculé</i> passou a designar o acidente geográfico, depois o povoado e mais tarde estendeu-se a todo o município, criado, com território desmembrado do de Caetité, pela Lei n. 1.365, de 14-08-1919, cuja instalação se deu em 1º de janeiro do ano seguinte (IBGE, 1958, v. XX).</p> <p>NOTA: A história do quilombo de um homem é contada no curta-metragem documental “Caculé, uma cidade do milênio”, da cineasta e jornalista Fabíola Aquino Coelho (MUSEU...).</p>
--	---

(85) TOPÔNIMO:	Caetité	TAXIONOMIA:	Fitotopônimo
ACIDENTE:	Humano/município		
LOCALIZAÇÃO:	TI 13		
ORIGEM:	Indígena. <i>KA'A-ETÉ-ETÉ</i> , em tup. ant., ‘mata grandiosa’ (NAVARRO, 2013).		
ESTRUTURA MORFOLÓGICA:	Elemento específico simples		
HISTÓRICO:	Caetité < Vila Nova do Príncipe < Caiteté ~ Caitaté Fitotopônimo<poliotopônimo<fitotopônimo<fitotopônimo		
INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS:	<p>Conforme tradição local, a povoação foi originariamente uma aldeia indígena, onde, mais tarde, os portugueses, que para aí vieram a fim de colonizarem a região, construíram suas casas no Sítio dos Caitatés. Com a exploração aurífera da região, essas terras foram passagem obrigatória das bandeiras do Sul para as minas de Rio de Contas e Monte Alto, tornando-se ponto de abastecimento e descanso, surgindo, então, em começo do século XVIII, a povoação de <i>Caitaté</i> e que, tempos depois, passou a ter o nome de <i>Caiteté</i>. Por Alvará Régio, de 05-10-1759, as terras foram incorporadas à Coroa e por Provisão do Conselho Ultramarino de 12-07-1803 foi ordenada a criação da vila. A criação, porém, só se deu em 1810, por força do Decreto de 26 de fevereiro, tomando a vila o nome de <i>Vila Nova do Príncipe</i>. O mesmo Decreto criou o município com território desmembrado do de Jacobina, instalado a 5 de abril do mesmo ano. A vila recebeu foros de cidade pela Lei provincial n. 995, de 12-10-1867, com o topônimo <i>Caetité</i> (IBGE, 1958, v. XX).</p>		

(86) TOPÔNIMO:	Guanambi	TAXIONOMIA:	Zootopônimo
ACIDENTE:	Humano/município		
LOCALIZAÇÃO:	TI 13		
ORIGEM:	Indígena. <i>GŪAĪNUMBI</i> , em tup. ant., ‘beija-flor’ (NAVARRO, 2013).		
ESTRUTURA MORFOLÓGICA:	Elemento específico simples		
HISTÓRICO:	Guanambi < Beija-Flor Zootopônimo<zootopônimo		

INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS:	Em 1870, deu-se início à povoação do município, às margens do Rio Carnaíba de Dentro, com a doação de uma parte da Fazenda “Carnaíba” à freguesia criada sob a invocação de Santo Antônio, e subordinada à paróquia de Monte Alto, em cujo local foi erguida a primeira igreja, tomando o lugar o nome de <i>Beija-Flor</i> . Em 1880, pela Lei provincial n. 1.979, de 23 de junho, foi criado o Distrito de Paz de <i>Beija-Flor</i> , pertencente ao município de Monte Alto. A sede do arraial de <i>Beija-Flor</i> foi elevada à categoria de vila pela Lei estadual n. 1.364, de 14-08-1919, que também criou o município com o nome de <i>Guanambi</i> , com território desmembrado do de Monte Alto. A instalação se verificou a 01-01-1920. Nesse mesmo ano, a Lei municipal n. 02, de 08 de janeiro, confirmou a criação do distrito-sede de <i>Guanambi</i> (IBGE, 1958, v. XX).
------------------------------------	---

(87) TOPÔNIMO:	Ituaçu	TAXIONOMIA:	Hidrotopônimo
ACIDENTE:	Humano/município		
LOCALIZAÇÃO:	TI 13		
ORIGEM:	Indígena. <i>YTU-ŪASU</i> , em tup. ant., ‘cachoeira grande’ (NAVARRO, 2013).		
ESTRUTURA MORFOLÓGICA:	Elemento específico simples		
HISTÓRICO:	Ituaçu < Vila Agrícola de Nossa Senhora do Alívio do Brejo Grande < Brejo Grande Hidrotopônimo<poliotopônimo<geomorfotopônimo		
INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS:	Até os fins do século XVII, habitavam nas margens do Rio das Contas os índios maracaiques e os tapajós, cujas aldeias se localizavam no lugar posteriormente denominado <i>Brejo Grande</i> . Em 1720, exploradores que já haviam penetrado em grande parte do território inexplorado da Bahia, tomavam como rota mais frequente para as suas entradas o curso dos rios, principalmente o do Rio das Contas, em cujas margens se espalhavam jazidas de minérios altamente valiosos. Estabeleceram-se na região, e chamaram-na <i>Brejo Grande</i> . A partir de 1780, foi intensificado o povoamento do <i>Brejo Grande</i> . Criou-se o distrito pela Lei provincial n. 882, de 10-04-1862, e o município, com a denominação de <i>Vila Agrícola de Nossa Senhora do Alívio do Brejo Grande</i> , pela Lei n. 988, de 09-10-1867, tendo-se desanexado o seu território do município de Santa Isabel de Paraguaçu, atualmente Mucugê. Posto em funcionamento em 20 de fevereiro do ano seguinte, teve sua sede elevada à categoria de cidade, com a denominação de <i>Ituaçu</i> , pela Lei estadual n. 216, de 26-08-1897 (IBGE, 1958, v. XX).		

(88) TOPÔNIMO:	Livramento do Brumado	TAXIONOMIA:	Hierotopônimo
ACIDENTE:	Humano/município		
LOCALIZAÇÃO:	TI 13		
ORIGEM:	Portuguesa. LIVRAMENTO , do lat. <i>libĕrāre</i> , ‘ato de liberar de mal ou perigo’; BRUMADO , der. de Bruma , do lat. <i>bruma</i> , ‘nevoeiro, neblina, cerração’ (CUNHA, 2013).		

ESTRUTURA MORFOLÓGICA:	Elemento específico composto
HISTÓRICO:	Livramento do Brumado < Livramento < Vila Nova do Brumado < Vila Velha < Nossa Senhora do Livramento das Minas do Rio de Contas Hierotopônimo<hierotopônimo<poliotopônimo<poliotopônimo<hierotopônimo
INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS:	<p>O primeiro núcleo populacional teve início em 1715 com a chegada de paulistas na região e de padres jesuítas, que construíram uma capela sob a invocação de Nossa Senhora do Livramento. O arraial foi elevado à categoria de vila pela Resolução de 09-02-1724, com o nome de <i>Nossa Senhora do Livramento das Minas do Rio de Contas</i>. Em 1724, a sede foi transferida para um ponto situado duas léguas acima. Apesar disso, a antiga vila, que desceu à categoria de simples povoação com a denominação de <i>Vila Velha</i>, conseguiu prosperar. Pela Resolução provincial n. 1.004, de 16-03-1868, foi a capela de Nossa Senhora do Livramento de Vila Velha elevada à categoria de freguesia. O arraial de <i>Vila Velha</i> foi novamente elevado à categoria de vila pela Resolução provincial n. 1.994, de 03-07-1880, que restaurou o município, desta vez com o nome de <i>Vila Nova do Brumado</i>. Por motivo ignorado, o município não chegou a ser instalado. Novamente foi o arraial elevado à vila pela Lei estadual n. 1.496, de 26-07-1921, que restaurou o município com a denominação de <i>Vila Velha</i>. Pela Lei estadual n. 1.612, de 25-05-1923, o município teve o nome mudado para <i>Livramento</i>, recebendo foros de cidade pela Lei estadual n. 1.918, de 13-08-1926. Pelo Decreto-lei estadual n. 141, de 31-12-1943, o município recebeu o nome de <i>Livramento do Brumado</i> (IBGE, 1958, v. XX).</p> <p>NOTA₁: O culto a Nossa Senhora do Livramento foi trazido ao Brasil pelos primeiros colonizadores e localizou-se em vários Estados (CARVALHO, 2014).</p> <p>NOTA₂: A Lei Estadual n. 2.325, de 14 de maio de 1966, alterou o topônimo para Livramento de Nossa Senhora, nome atual do município.</p>

(89) TOPÔNIMO:	Palmas de Monte Alto	TAXIONOMIA:	Fitotopônimo
ACIDENTE:	Humano/município		
LOCALIZAÇÃO:	TI 13		
ORIGEM:	Portuguesa. PALMAS , pl. do lat. <i>palma -ae</i> , 'folha de palmeira'; MONTE , do lat. <i>mons mōntis</i> , 'elevação considerável de terreno acima do solo'; ALTO , do lat. <i>altus</i> , 'elevado' (CUNHA, 2013).		
ESTRUTURA MORFOLÓGICA:	Elemento específico composto		
HISTÓRICO:	Palmas de Monte Alto < Monte Alto < Praia das Palmas de Monte Alto Fitotopônimo<geomorfotopônimo<geomorfotopônimo		
INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS:	A cidade teve sua origem em 1742, com a construção da capela dedicada a Nossa Senhora Mãe de Deus e dos Homens, iniciando a povoação denominada <i>Praia das Palmas de Monte Alto</i> . A capela foi elevada à categoria de freguesia com o nome de "Nossa Senhora Mãe dos Homens de Monte Alto", pela Lei provincial n. 124, de 19-05-1840, que também elevou a povoação à categoria de vila e criou		

	o município com o nome de <i>Monte Alto</i> , em virtude da existência da Serra de Monte Alto nas proximidades da cidade, com território desmembrado de Macaúbas. Pelo decreto-lei estadual n. 141, de 31-12-1943, retificado pelo decreto n. 12.978, de 01-06-1944, o município de <i>Monte Alto</i> passou a ser denominado <i>Palmas de Monte Alto</i> (IBGE, 1958, v. XXI).
--	---

(90) TOPÔNIMO:	Urandi	TAXIONOMIA:	Zootopônimo
ACIDENTE:	Humano/município		
LOCALIZAÇÃO:	TI 13		
ORIGEM:	Indígena. Alt. de <i>GUYRÁ-UNDI</i> , em tup. ant., ‘ave negra da família dos Tanagrídeos’ (GREGÓRIO, 1980).		
ESTRUTURA MORFOLÓGICA:	Elemento específico simples		
HISTÓRICO:	Urandi < Umburanas < Vila Bela de Umburanas < Santo Antônio das Duas Barras < Santa Rita das Duas Barras < Duas Barras Zootopônimo<fitotopônimo<poliotopônimo<hagiotopônimo<hagiotopônimo<numerotopônimo		
INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS:	A região era primitivamente habitada pelos índios acroás. Os primeiros desbravadores do território foram portugueses que, penetrando na região à procura de ouro e de pedras preciosas, fundaram fazendas e núcleos demográficos. Em 1812, foi edificada a capela de Santo Antônio, iniciando a formação do povoado <i>Duas Barras</i> , por se encontrar nas proximidades da confluência dos rios Cachoeira e Raiz. Em 1877, elevou-se o povoado à freguesia, com o nome de <i>Santa Rita das Duas Barras</i> , posteriormente denominada <i>Santo Antônio das Duas Barras</i> . Pela lei provincial n. 1.800, de 06-07-1877 ou pela lei provincial n. 1.732, 02-05-1877 foi criado o distrito com a denominação de <i>Vila Bela de Umburanas</i> , elevado à categoria de vila pela lei provincial n. 2.261, de 08-07-1889. Em 1889, criou-se o município com a denominação de <i>Vila Bela das Umburanas</i> . Em divisão territorial referente ao ano de 1911, o município se denomina <i>Umburanas</i> . Pela lei estadual n. 1.276, de 10-08-1918, é transferida a sede do município de <i>Umburanas</i> para a povoação de <i>Duas Barras</i> com a denominação de <i>Urandi</i> , devido à existência de um pássaro preto, muito comum nas margens dos rios da região, de nome “gurundi”, a que os indígenas chamavam de “urandi” (IBGE, 1958, v. XXI).		

4.1.14 TI 14: PIEMONTE DO PARAGUAÇU

(91) TOPÔNIMO:	Itaberaba	TAXIONOMIA:	Litotopônimo
ACIDENTE:	Humano/município		
LOCALIZAÇÃO:	TI 14		
ORIGEM:	Indígena. <i>ITÁ-BERAB-A</i> , em tup. ant., ‘pedra brilhante, que resplandece’ (NAVARRO, 2013).		
ESTRUTURA MORFOLÓGICA:	Elemento específico simples		

HISTÓRICO:	Itaberaba < Orobó < Itaberaba < Orobó Litotopônimo<fitotopônimo<litotopônimo<fitotopônimo
INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS:	<p>As passagens das bandeiras que viajaram margeando o Rio Paraguaçu deixaram vestígios de fortim à sua margem direita. É tradição oral a existência da tribo dos maracás, aldeada outrora na Serra do Orobó. Em 1806, foi edificada uma capela, consagrada a Nossa Senhora do Rosário, na Fazenda “São Simão”. Aí se formou povoação e, em 1817, já era um arraial – <i>Orobó</i> – pertencente ao município de Cachoeira. Ao povoado que se formou e cresceu em razão da capela, foram dadas honras de paróquia pela Resolução Provincial n. 195, de 18-05-1843, com a denominação de freguesia de Nossa Senhora do Rosário do Orobó, a mesma que criou o distrito com a denominação de <i>Itaberaba</i>. Em 1877, o distrito foi elevado à categoria de vila com a denominação de <i>Orobó</i>, pela Lei provincial n. 1715, de 26-03-1877. Em 1897, pela Lei estadual n. 176, de 25-06-1897, foi levado à condição de cidade com a denominação <i>Itaberaba</i>, em referência ao enorme bloco de granito situado próximo à cidade (IBGE, 1958, v. XX).</p> <p>NOTA: Documentos existentes no Arquivo Público da cidade de Itaberaba revelam a existência, na região, de um dos mais importantes quilombos da Bahia, o quilombo do Orobó – palavra africana de origem iorubá (<i>orogbó</i>) que, segundo Castro (2001) se refere a um fruto usado em cerimônias religiosas e é identificado por Houaiss (2001) como <i>noz-de-cola</i>.</p>

(92) TOPÔNIMO:	Macajuba	TAXIONOMIA:	Fitotopônimo
ACIDENTE:	Humano/município		
LOCALIZAÇÃO:	TI 14		
ORIGEM:	Indígena. MAKAÍUBA , em tup. ant., ‘macaúbas, variação de palmeira’ (NAVARRO, 2013).		
ESTRUTURA MORFOLÓGICA:	Elemento específico simples		
HISTÓRICO:	Macajuba < Capivari < Santa Luzia do Lajedo < Lajedo Fitotopônimo<zootopônimo<hagiotopônimo< litotopônimo		
INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS:	<p>A primeira penetração no território do atual município ocorreu no ano de 1776, com a expulsão dos silvícolas da região. No ano de 1785, já se verificava a existência de grandes fazendas no território, sendo a principal a propriedade “São José”, em cujos terrenos surgiu a povoação <i>Lajedo</i>, em virtude dos lajedos até hoje ali existentes. Edificada a capela sob o orago de Santa Luzia, passou o aglomerado a chamar-se <i>Santa Luzia do Lajedo</i>, nome alusivo à padroeira do núcleo e às suas características geográficas. Em 1906, a sede no município de Baixa Grande foi transferida para o povoado de <i>Santa Luzia do Lajedo</i>, que passou a se chamar <i>Capivari</i>, que em tupi significa ‘rio das capivaras’, pela lei estadual n. 640, de 12-05-1906, permanecendo assim até 1910, quando foi restaurado o município de Baixa Grande e dados novos limites ao município de <i>Capivari</i>. Extinto em 1933, o município foi restaurado em 1944, pelo decreto estadual n. 12978, de 01-06-1944, com o nome <i>Macajuba</i>, ligado à palmeira macajuba, muito comum na região (IBGE, 1958, v. XXI).</p>		

(93) TOPÔNIMO:	Mundo Novo	TAXIONOMIA:	Animotopônimo
ACIDENTE:	Humano/município		
LOCALIZAÇÃO:	TI 14		
ORIGEM:	Portuguesa. MUNDO , do lat. <i>mūndus</i> -i, ‘o universo’; NOVO , do lat. <i>nōvus</i> -a, ‘de pouco uso’ (CUNHA, 2013).		
ESTRUTURA MORFOLÓGICA:	Elemento específico composto		
HISTÓRICO:	Mundo Novo < Nossa Senhora da Conceição de Mundo Novo < Engenho Animotopônimo<hierotopônimo<sociotopônimo		
INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS:	<p>É tradição corrente, quanto à primeira exploração no território municipal, que, no ano de 1833, para fugir aos efeitos de grande seca, exploradores partiram de Alagoinhas em direção à zona de Morro de Chapéu, em busca de um lugar em que houvesse água abundante e condições favoráveis à implantação de atividade agrícola e pastoril. No curso da viagem, estacionaram no local hoje conhecido com o nome de <i>Engenho</i> em 1833. Satisfeitos com a riqueza da terra descoberta, o bandeirante teria exclamado ao avistar as terras: "Isto aqui é um mundo novo!", impressionado com as matas e a farta vegetação nativa, com a qualidade do solo e os mananciais de água potável. Construíram ali residências e se instalaram, formando o povoado. O distrito foi criado com a denominação de <i>Nossa Senhora da Conceição de Mundo Novo</i>, pela lei provincial n. 669, de 31-12-1857 e resolução provincial n. 1342, de 03-07-1873, subordinado ao município de Monte Alegre. Elevado à categoria de vila com a denominação de <i>Nossa Senhora da Conceição de Mundo Novo</i>, pelo ato de 01-03-1890, desmembrado do município de Monte Alegre. Elevado à condição de cidade com a denominação de <i>Mundo Novo</i>, pela lei estadual n. 144, de 08-08-1896 (IBGE, 1958, v. XXI).</p>		

(94) TOPÔNIMO:	Piritiba	TAXIONOMIA:	Fitotopônimo
ACIDENTE:	Humano/município		
LOCALIZAÇÃO:	TI 14		
ORIGEM:	Indígena. PIRIPIRI-TYBA , em tup. ant., ‘juncal, ajuntamento de juncos’ (NAVARRO, 2013).		
ESTRUTURA MORFOLÓGICA:	Elemento específico simples		
HISTÓRICO:	Piritiba < Cinco Várzeas Fitotopônimo<numerotopônimo		
INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS:	<p>O território do município faz parte da área de ricas terras, descobertas em 1883, as quais viriam mais tarde a ser o município de Mundo Novo. Na área desbravada formou-se a Fazenda “Cinco Várzeas”, que, muito tempo depois, deu origem ao povoado <i>Cinco Várzeas</i> que progrediu rapidamente, principalmente depois da inauguração do tráfego ferroviário da Viação Férrea Federal Leste Brasileiro ocorrida em 1933. Em 1934, o Decreto estadual n.8.881, de 5 de abril, criou, no povoado <i>Cinco Várzeas</i>, o distrito de igual nome. Posteriormente, em face do Decreto estadual n. 11.089, de 30-11-1938, foi o topônimo mudado para <i>Piritiba</i>, decorrente da</p>		

	grande quantidade de junco, planta que cresce nos alagados ou pântanos, existente nas lagoas da Fazenda “Cinco Várzeas”. A vila de <i>Piritiba</i> foi elevada à categoria de cidade, e criado o município, desmembrado do de Mundo Novo, pela Lei estadual n. 503, de 28-11-1952 (IBGE, 1958, v. XXI).
--	---

(95) TOPÔNIMO:	Ruy Barbosa	TAXIONOMIA:	Historiotopônimo
ACIDENTE:	Humano/município		
LOCALIZAÇÃO:	TI 14		
ORIGEM:	Portuguesa. RUY , do port. arc. der. de <i>Rodrigo</i> ; BARBOSA , sobrenome port. ‘lugar onde há muitas barbas de bode ou de velho (plantas)’ (GUÉRIOS, 1981).		
ESTRUTURA MORFOLÓGICA:	Elemento específico composto		
HISTÓRICO:	Ruy Barbosa ~ Rui Barbosa < Santo Antônio dos Viajantes do Orobó Grande < Orobó Grande Historiotopônimo<hagiotopônimo<fitotopônimo		
INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS:	De um ponto de pouso dos viajantes que demandavam às Lavras Diamantinas, surgiu, na Fazenda "Orobó Grande", uma rancharia e, em torno dela uma pequena povoação que ficou conhecida como <i>Orobó Grande</i> . Já em 1884, foi essa povoação elevada à freguesia, com a denominação de <i>Santo Antônio dos Viajantes do Orobó Grande</i> , criado o distrito de paz de <i>Orobó Grande</i> pela Lei provincial n. 2.476, de 26-08-1884. Em 25-06-1914, pela Lei n. 1.022-A, foi criada a vila de <i>Orobó Grande</i> , desmembrada de Itaberaba. Em 28-08-1922, por força da Lei n. 1.601, foi a vila <i>Orobó Grande</i> elevada a cidade com o nome de <i>Rui Barbosa</i> , que foi estendido ao município pela Lei n. 1.637, de 13-08-1923, e alterado de <i>Rui Barbosa</i> para <i>Ruy Barbosa</i> pelo decreto-lei estadual n. 141, de 31-12-1943, retificado pelo decreto estadual n. 12.978, de 01-06-1944 (IBGE, 1958, v. XXI).		

(96) TOPÔNIMO:	Santa Teresinha	TAXIONOMIA:	Hagiotopônimo
ACIDENTE:	Humano/município		
LOCALIZAÇÃO:	TI 14		
ORIGEM:	Portuguesa. SANTO , do lat. <i>sanctus -a -um</i> , ‘sagrado’(CUNHA, 2013, p. 580); TERESINHA , dim. de <i>Teresa</i> , do gr. <i>Therasia</i> , ‘natural de Terásia’ (GUÉRIOS, 1981).		
ESTRUTURA MORFOLÓGICA:	Elemento específico composto		
HISTÓRICO:	Santa Teresinha < Tapera < Monte Cruzeiro < Jiboia < Tapera < Nossa Senhora de Nazaré de Pedra Branca < Pedra Branca Hagiotopônimo<ecotopônimo<geomorfotopônimo<zootopônimo<ecotopônimo<hierotopônimo<litotopônimo		
INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS:	O aldeamento de índios cariris, na <i>Pedra Branca</i> , foi a origem do município. A capela a Nossa Senhora de Nazaré, aí existente, foi elevada à freguesia, em 1759, com o nome de <i>Nossa Senhora de Nazaré de Pedra Branca</i> . Foi promovida à categoria de vila pela Provisão Real de 28-09-1761, que também criou o município <i>Pedra</i>		

	<p><i>Branca</i>. A Lei Provincial n. 07, de 02-05-1853, extinguiu o município de <i>Pedra Branca</i> e outra aglomeração surgiu, formando o arraial <i>Tapera</i>. O lugar passou a ser a freguesia de Nossa Senhora da Conceição da <i>Tapera</i>, criada pela Resolução Provincial n. 183, de 10-05-1843. Com a elevação de <i>Tapera</i> à categoria de vila, pela Lei Provincial n. 360, de 19-10-1849, foi criado o município <i>Tapera</i>. Em virtude do Ato Estadual de 03-08-1892, a sede do município <i>Tapera</i> foi mudada para a povoação de <i>Jiboia</i>, por esse mesmo ato elevada à vila. Por esse novo topônimo ficou sendo designado o município até que a Lei Estadual n. 321, de 01-08-1899, alterou a denominação para <i>Monte Cruzeiro</i>. Por força da Lei Estadual n. 1.499, de 29-07-1921, que restaurou a vila <i>Tapera</i>, a sede e o município voltaram a ter sua antiga denominação. A Lei Estadual n. 2.105, de 25-07-1928, designou a localidade <i>Santa Teresinha</i> como sede do município, passando a ser este o topônimo do município. A cidade <i>Santa Terezinha</i>, atual sede do município, adquiriu essa categoria pelo Decreto-Lei Estadual n. 10.724, de 30-03-1938 (IBGE, 1958, v. XXI).</p>
--	---

4.1.15 TI 15: BACIA DO JACUÍPE

(97) TOPÔNIMO:	Baixa Grande	TAXIONOMIA:	Geomorfotopônimo
ACIDENTE:	Humano/município		
LOCALIZAÇÃO:	TI 15		
ORIGEM:	Portuguesa. BAIXA , do lat. <i>bassus</i> , ‘depressão de terreno’; GRANDE , do lat. <i>grandis</i> , ‘vasto, comprido’ (CUNHA, 2013).		
ESTRUTURA MORFOLÓGICA:	Elemento específico composto		
HISTÓRICO:	Baixa Grande < Capivari < Baixa Grande Geomorfotopônimo<zootopônimo<geomorfotopônimo		
INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS:	<p>O povoamento do território iniciou-se na primeira metade do século XVIII, por aventureiros que se estabeleceram, desenvolvendo a agropecuária. A partir de 1861, o povoamento foi intensificado com a chegada de famílias procedentes de Santana do Camisão, atual Ipirá. Formou-se o lugarejo <i>Baixa Grande</i>, em uma região baixa e entre colinas. Em 1872, o arraial foi elevado à freguesia e, em 1885, criou-se a vila de <i>Baixa Grande</i>. Em 1906, a sede municipal foi transferida para o povoado de Santa Luzia do Lajedo, mudando-se o topônimo para <i>Capivari</i>, que em tupi significa ‘rio das capivaras’. Restaurada com a denominação de <i>Baixa Grande</i>, pela lei estadual n. 806, de 28-07-1910, desmembrada do município de <i>Capivari</i>. Pelo decreto estadual n. 7.479, de 08-07-1931, o município é extinto, sendo seu território anexado ao município de Monte Alegre. Elevado novamente à categoria de município com a denominação de <i>Baixa Grande</i>, pelo decreto n. 8.453, de 31-05-1933, desmembrado de Monte Alegre (IBGE, 1958, v. XX).</p>		

(98) TOPÔNIMO:	Ipirá	TAXIONOMIA:	Hidrotopônimo
ACIDENTE:	Humano/município		
LOCALIZAÇÃO:	TI 15		
ORIGEM:	Indígena. <i>Y-PIRÁ</i> , em tup. ant., ‘rio do peixe’ (SAMPAIO, 1914).		
ESTRUTURA MORFOLÓGICA:	Elemento específico simples		
HISTÓRICO:	Ipirá < Camisão < Sant’Ana do Camisão < Camisão Hidrotopônimo<ergotopônimo<hagiotopônimo<ergotopônimo		
INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS:	<p>Foi, primitivamente, uma aldeia de índios, habitada por gentios de uma das ramificações da tribo tupi. Ao seu território são feitas referências desde o princípio do século XVII, quando tiveram lugar os primeiros encontros dos portugueses com os índios, após estes lhes haverem oferecido forte resistência. O primeiro foi a Fazenda do “Camição”, nome ligado à serra do mesmo nome, em cujas imediações se localizava a fazenda. Aí teria vivido o português Valério Pereira de Azevedo, que recebeu as terras do Rei de Portugal, em meados do século XVII. Conhecido como o "Homem do Camisão", por trajar camisolões semelhantes a chambers, de algodão rústico, derivou de suas roupas o topônimo “Camição” para o rancho, que se tornaria depois fazenda e, em seguida, povoado <i>Camisão</i>. Em 1755 a povoação foi elevada à freguesia com o nome de Sant’Ana do Camisão. Em 1855 passou à categoria de vila, pela Resolução n. 520, de 20 de abril, sob a denominação de <i>Sant’Ana do Camisão</i>. A vila adquiriu foros de cidade pela Lei estadual n. 144, de 08-08-1896 com a denominação de <i>Camisão</i>. Pelo decreto estadual n. 7521, de 20-07-1931, o município de <i>Camisão</i> tomou a denominação de <i>Ipirá</i>, em referência ao rio piscoso que corta o município, o Rio do Peixe (IBGE, 1958, v. XX).</p>		

(99) TOPÔNIMO:	Mairi	TAXIONOMIA:	Etnotopônimo
ACIDENTE:	Humano/município		
LOCALIZAÇÃO:	TI 15		
ORIGEM:	Indígena. <i>MAÍRA-Y</i> , em tup. ant., ‘rio dos franceses’. <i>Mair</i> era o apelido dado aos brancos, aos estrangeiros, aos europeus, notadamente aos franceses (GREGÓRIO, 1980).		
ESTRUTURA MORFOLÓGICA:	Elemento específico simples		
HISTÓRICO:	Mairi < Monte Alegre Etnotopônimo<geomorfotopônimo		
INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS:	<p>É tradição corrente que a primeira penetração no território data do início do chamado ciclo da mineração do ouro, quando a riqueza das minas levantava o ânimo colonizador e atraía exploradores para as minas de ouro de Jacobina. Foi criado assim o povoado com o nome de <i>Monte Alegre</i>, à margem esquerda do Rio Jacuípe. No ano de 1807, foi fundada a Fazenda "Santa Rosa de Cima" e, em 1822, foi erguida a capela dedicada a Nossa Senhora das Dores. Pela Lei provincial n. 67, de 01-06-1838, foi a capela elevada à categoria de freguesia de Nossa Senhora das Dores de Monte Alegre e o distrito, com o nome de <i>Monte Alegre</i>. Elevado à categoria de vila com a denominação de <i>Monte Alegre</i>, pela lei provincial n. 669, de 31-12-</p>		

	1857, desmembrado do município de Jacobina. Elevado à condição de cidade com a denominação de <i>Monte Alegre</i> , pela lei estadual n. 196 ou 169, de 05-08-1897. Pelo decreto-lei estadual n. 141, de 31-12-1943, retificado pelo decreto estadual n. 12.978, de 01-06-1944, o município de <i>Monte Alegre</i> tomou a denominação de <i>Mairi</i> (IBGE, 1958, v. XXI).
--	--

(100) TOPÔNIMO:	Riachão do Jacuípe	TAXIONOMIA:	Hidrotopônimo
ACIDENTE:	Humano/município		
LOCALIZAÇÃO:	TI 15		
ORIGEM:	Hibridismo. RIACHÃO , forma aum. de <i>riacho</i> , ‘pequeno rio; ribeiro, regato’, do lat. <i>rivulus -i</i> (HOUAISS, 2001); ĪAKU-‘Y-PE , em tup. ant., ‘no rio dos jacus’ (NAVARRO, 2013). <i>Jacu</i> , ave da família dos Cracídeos (GREGÓRIO, 1980).		
ESTRUTURA MORFOLÓGICA:	Elemento específico composto híbrido		
HISTÓRICO:	Riachão do Jacuípe < Nossa Senhora da Conceição do Riachão do Jacuípe Hidrotopônimo<hagiotopônimo		
INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS:	O povoamento da região foi resultante de sua privilegiada localização à margem do Rio Jacuípe. Inicialmente, foi levantada, na Fazenda “Riachão”, uma capela consagrada a Nossa Senhora da Conceição, elevada à categoria de Freguesia pela Lei Provincial n. 276, de 25-05-1847, com o orago de Nossa Senhora da Conceição do Riachão do Jacuípe. O arraial foi elevado à categoria de vila pela Lei provincial n. 1.823, de 01-08-1878, com a denominação de <i>Nossa Senhora da Conceição do Riachão do Jacuípe</i> , e à condição de cidade com a denominação de <i>Riachão do Jacuípe</i> , pela lei estadual n. 2.140, de 14-08-1928 (IBGE, 1958, v. XXI).		

(101) TOPÔNIMO:	Serra Preta	TAXIONOMIA:	Geomorfotopônimo
ACIDENTE:	Humano/município		
LOCALIZAÇÃO:	TI 15		
ORIGEM:	Portuguesa. SERRA , do lat. <i>sĕrra -ae</i> , ‘montanha’; PRETA , do lat. <i>prettus</i> , ‘negro’ (CUNHA, 2013).		
ESTRUTURA MORFOLÓGICA:	Elemento específico composto		
HISTÓRICO:	Serra Preta < Boa Vista do Bom Conselho < Boa Vista Geomorfotopônimo<animotopônimo<animotopônimo		
INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS:	O combate e a expulsão dos indígenas ramificados aos tupis, do território da aldeia de Camisão e das suas adjacências, encorajaram a penetração e o povoamento das terras do atual município. No final do século XVII, em torno do engenho da então Fazenda “Queimada”, desenvolveu-se a povoação, de início conhecida por <i>Boa Vista</i> , pelo fato de servir de pouso de tropas procedentes da vila de Nossa Senhora do Rosário do Porto de Cachoeira com destino ao sertão. Nesta povoação foi edificada uma capela a Nossa Senhora do Bom Conselho. A partir de então o povoamento passou a denominar-se <i>Boa Vista do Bom Conselho</i> . Em 20-10-1831, foi		

	criado o cartório de Paz, já com a povoação denominada <i>Serra Preta</i> . O distrito de <i>Serra Preta</i> aparece desde a criação subordinado ao município de Santana do Camisão. O Decreto estadual n. 10.724, de 30-03-1938, elevou o arraial à categoria de vila, pertencendo ao município de Ipirá, até que a Lei estadual n. 604, de 19-12-1953, criou o município e elevou a vila à categoria de cidade, desmembrando-o de Ipirá (IBGE, 1958, v. XXI).
--	---

4.1.16 TI 16: PIEMONTE DA DIAMANTINA

(102) TOPÔNIMO:	Jacobina	TAXIONOMIA:	Geomorfotopônimo
ACIDENTE:	Humano/município		
LOCALIZAÇÃO:	TI 16		
ORIGEM:	Indígena. <i>YA-CUÁ-APINA</i> , em tup. ant., 'espaço vasto, despido de vegetação, onde há cascalho limpo, isto é, jazidas de cascalho descoberto' (SAMPAIO, 1914).		
ESTRUTURA MORFOLÓGICA:	Elemento específico simples		
HISTÓRICO:	Jacobina < Santo Antônio de Jacobina Geomorfotopônimo<hagiotopônimo		
INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS:	Data dos primórdios do século XVII o início do devassamento do território de Jacobina por aventureiros em busca de ouro. Os primeiros povoadores, acompanhados de vários colonos e escravos, dedicaram-se à agricultura e à criação de gado. O desenvolvimento destas atividades e a alta produção de ouro das minas determinaram a criação de um arraial à margem do Itapicuru-Mirim, onde, rápida, mas de forma desorganizada, reuniu-se uma população bastante heterogênea. Ao inteirar-se dos bons resultados da mineração, a Coroa Portuguesa, em 1722, elevou o povoado à categoria de vila com o nome de <i>Santo Antônio de Jacobina</i> e sede na Missão de Nossa Senhora das Neves do Saí, a aldeia indígena fundada por franciscanos em 1697. Desse lugar, distante das minas, foi a sede transferida em 1724 para a Missão do Bom Jesus da Glória, outra aldeia de índios, também fundada por franciscanos, em 1706, e que ali construíram a igreja e o convento do Bom Jesus da Glória. O distrito foi criado com a denominação de <i>Jacobina</i> , nome que passou a identificar o sertão aurífero da Bahia, e elevado à categoria de vila com a denominação de <i>Santo Antônio de Jacobina</i> , em 1722. Elevado à condição de cidade pela lei provincial n. 2.049, de 28-07-1880, <i>Jacobina</i> é conhecida como "Cidade do Ouro", herança dos tempos de exploração das minas (IBGE, 1958, v. XX).		

(103) TOPÔNIMO:	Miguel Calmon	TAXIONOMIA:	Antropotopônimo
ACIDENTE:	Humano/município		
LOCALIZAÇÃO:	TI 16		
ORIGEM:	Portuguesa. MIGUEL , do hebr. <i>Mikhael</i> 'quem é como Deus?'; CALMON , sobrenome fr. 'monte plano' (GUÉRIOS, 1981)		
ESTRUTURA MORFOLÓGICA:	Elemento específico composto		

HISTÓRICO:	Manoel Calmon < Djalma Dutra < Miguel Calmon < Canabrava Antropotopônimo<antropotopônimo<antropotopônimo<fitotopônimo
INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS:	Até princípios do século XIX, o município foi uma simples fazenda denominada "Canabrava". Por volta de 1812, chegaram os primeiros povoadores procedentes de Jacobina. Em 1885, já era bem desenvolvida a feira local, onde se fazia o comércio de gado e de produtos outros. A fazenda transformou-se em florescente povoado. O arraial <i>Canabrava</i> foi elevado a distrito de paz pelo Decreto datado de 07-01-1897. Mais tarde, em 1913, foi criado o distrito de <i>Canabrava</i> pela Lei estadual n. 991, de 12 de agosto. Decorrido mais de um decênio da sua elevação a distrito, foi <i>Canabrava</i> promovido à categoria de vila com o nome de <i>Miguel Calmon</i> , pela Lei estadual n. 1.726, de 06-08-1924. Estava, assim, criado o município de <i>Miguel Calmon</i> , ocorrendo sua inauguração a 26 de outubro do mesmo ano. O município teve o nome mudado para <i>Djalma Dutra</i> , pelo Decreto estadual n. 7.115, de 11-12-1930. Foi o topônimo do município restaurado para <i>Miguel Calmon</i> pelo Decreto-lei estadual n. 141, de 31-12-1943, retificado pelo Decreto estadual n. 12.978, de 01-06-1944 (IBGE, 1958, v. XXI).

(104) TOPÔNIMO:	Saúde	TAXIONOMIA:	Hierotopônimo
ACIDENTE:	Humano/município		
LOCALIZAÇÃO:	TI 16		
ORIGEM:	Portuguesa. Do lat. <i>salus -ūtis</i> , 'estado de são' (CUNHA, 2013).		
ESTRUTURA MORFOLÓGICA:	Elemento específico simples		
HISTÓRICO:	Saúde Hierotopônimo		
INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS:	<p>A primeira penetração no território deu-se em princípio do século XVIII, por bandeirantes, que tinham como objetivo o descobrimento de minas de ouro. Nessa época, dominava a região a tribo dos paiaíás, senhores das terras situadas nas proximidades do Rio Itapicuru-Açu, que, por se mostrarem hostis à presença do elemento branco, foram banidos desse território, permanecendo alguns, todavia, catequizados pelos jesuítas. No ano de 1765, os mineradores começaram a edificar um povoado e os jesuítas erigiram uma igreja para invocação e louvor da Mãe Santíssima, a qual, pela Lei provincial n. 67, de 01-06-1838, foi elevada à freguesia, com a denominação de Nossa Senhora da Saúde de Jacobina. A Lei estadual n. 1.024, de 06-07-1914, elevou a povoação à categoria de vila e criou o município com a denominação de <i>Saúde</i> em território desmembrado de Jacobina. Pelos Decretos estaduais números 7.455, de 23 de junho, e 7.479, de 8 de julho, ambos de 1931, foi tornada sem efeito a Lei estadual anterior, sendo supresso o município e o seu território reincorporado ao de Jacobina. O Decreto n. 8.463, de 01-06-1933, promoveu o seu restabelecimento e reinstalação (IBGE, 1958, v. XXI).</p> <p>NOTA: A invocação a Nossa Senhora da Saúde, iniciada em Portugal na época da Grande Peste que assolou Lisboa em meados do século XVI, foi trazida para o Brasil no período da colonização (CARVALHO, 2014).</p>		

4.1.17 TI 17: SEMIÁRIDO NORDESTE II

(105) TOPÔNIMO:	Antas	TAXIONOMIA:	Zootopônimo
ACIDENTE:	Humano/município		
LOCALIZAÇÃO:	TI 17		
ORIGEM:	Portuguesa. Forma pl. proveniente do ár. hisp. e afric. <i>lamṭ</i> , ‘mamífero da fam. dos tapirídeos’ (CUNHA, 2013).		
ESTRUTURA MORFOLÓGICA:	Elemento específico simples		
HISTÓRICO:	Antas Zootopônimo		
INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS:	Foram os índios quiriris e caimbés os primitivos habitantes da região, existindo ainda, nos vizinhos municípios de Ribeira do Pombal e Euclides da Cunha, seus descendentes. A colonização da região deve-se a elementos da Companhia de Jesus que ali se fixaram e formaram a comunidade em torno da Fazenda “Antas”, que, por longo tempo, integrou o município de Cícero Dantas. O Decreto estadual n. 8.606, de 17-08-1933, criou o distrito de <i>Antas</i> , com sede no arraial do mesmo nome, aparecendo na Divisão administrativa de 1933 e nas divisões territoriais de 1936 e 1937 como pertencente a Cícero Dantas. Aparece também com a mesma subordinação no quadro anexo ao Decreto-lei estadual n.10.724, de 30-03-1938, pelo qual a sua sede foi elevada à categoria de vila. Formou-se o município de <i>Antas</i> , desmembrado do município de Cícero Dantas, e pequena parte do território do município de Jeremoabo. Foi criado o município pela Lei 570, de 13-08-1953 e instalado a 07-04-1955 (IBGE, 1958, v. XX).		

(106) TOPÔNIMO:	Cícero Dantas	TAXIONOMIA:	Antropotopônimo
ACIDENTE:	Humano/município		
LOCALIZAÇÃO:	TI 17		
ORIGEM:	Portuguesa. CÍCERO , do lat. <i>Cícero</i> , ‘plantador de ervilhas’; DANTAS , sobrenome port. originado da combinação <i>d’Antas</i> , ‘de um lugar denominado Antas’ (GUÉRIOS, 1981).		
ESTRUTURA MORFOLÓGICA:	Elemento específico composto		
HISTÓRICO:	Cícero Dantas < Bom Conselho Antropotopônimo<hierotopônimo		
INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS:	No século XVII, bandeirantes em busca de aventuras, atraídos provavelmente por sonhados tesouros, embrenharam-se através dos sertões da Bahia, deixando na sua passagem pequenas comunidades, onde outrora apenas havia matas densas e hostis. Em 1812, missionários construíram uma capela a Nossa Senhora do Bom Conselho na localidade que recebeu o nome de <i>Bom Conselho</i> . Padres da Companhia de Jesus, em missão de catequese, ali permaneceram por muito tempo, ministrando à população os ensinamentos da doutrina cristã. Por Alvará de 21 de dezembro de 1817, foi criada a freguesia sob o orago de Nossa Senhora do Bom		

	Conselho. O povoado foi elevado à categoria de vila, com a denominação de <i>Bom Conselho</i> , pela Lei provincial n. 1.518, de 09-07-1875. Tomou a denominação de <i>Cícero Dantas</i> pela Lei estadual n. 583, de 30-05-1905. Por força dos Decretos n. 7.455, de 23-06-1931, e 7.479, de 08-07-1931, foi o município extinto e o seu território anexado a Paripiranga. Em 27-05-1933, foi restaurado o município por força do Decreto n. 8.447 (IBGE, 1958, v. XX).
--	--

(107) TOPÔNIMO:	Cipó	TAXIONOMIA:	Fitotopônimo
ACIDENTE:	Humano/município		
LOCALIZAÇÃO:	TI 17		
ORIGEM:	Indígena. <i>ICÁ-PÓ</i> , em tup. ant., ‘galho que se prende’ (SAMPAIO, 1914).		
ESTRUTURA MORFOLÓGICA:	Elemento específico simples		
HISTÓRICO:	Cipó < Mãe d'Água de Cipó Fitotopônimo<mitotopônimo		
INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS:	Em 1829 o Governo da Província mandou construir um estabelecimento de banhos nas fontes da Missão da Saúde, a um quilômetro da vila de Itapicuru. Em 1831, a Lei provincial n. 186 mandava construir, às margens do Rio Itapicuru, no lugar onde havia um grande cipoal denominado <i>Mãe d'Água de Cipó</i> , uma casa para abrigo dos doentes que procuravam aquelas fontes termais. Em 1928 foi concedida permissão para exploração industrial das águas, fato que ocorreu a 19 de março. Essa data assinala o início do progresso de <i>Cipó</i> , que a 08-07-1931 foi elevado à categoria de município, por força do Decreto estadual n. 7.479. A 16-05-1935, <i>Cipó</i> foi tornada estância hidromineral (IBGE, 1958, v. XX).		

(108) TOPÔNIMO:	Euclides da Cunha	TAXIONOMIA:	Historiotopônimo
ACIDENTE:	Humano/município		
LOCALIZAÇÃO:	TI 17		
ORIGEM:	Portuguesa. EUCLIDES , do gr. <i>Eukleídes</i> , ‘famoso, célebre’; CUNHA , sobrenome port. e esp., ‘rochedo isolado cuja forma lembra uma cunha’ (GUÉRIOS, 1981).		
ESTRUTURA MORFOLÓGICA:	Elemento específico composto		
HISTÓRICO:	Euclides da Cunha < Cumbé Historiotopônimo<poliotopônimo		
INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS:	A região era primitivamente habitada pelos índios caimbés. O território foi desbravado por colonos procedentes dos municípios de Monte Santo e Tucano, que formaram o primeiro núcleo na Fazenda “Cumbé do Major”. Com a chegada de novos colonos, a fazenda experimentou considerável surto de progresso, nascendo daí a povoação onde foi construída uma capela sob a invocação de Nossa Senhora da Conceição. Pela lei provincial n. 2152, de 18-05-1881, foi criado o distrito com a denominação de <i>Cumbé</i> , subordinado ao município de Monte Santo, e, pela lei estadual n. 253, de 11-06-1898, foi elevado à categoria de vila, desmembrado de Monte Santo.		

	<p>Pelos decretos estaduais n. 7.455, de 23-06-1931 e 7.479, de 08-07-1931, a vila foi extinta e, pelo decreto n. 8.642, de 19-09-1933, foi elevada novamente à categoria de município com a denominação de <i>Cumbé</i>, constituído de dois distritos: Cumbé e Canudos, palco da Campanha de Canudos. Pelo decreto estadual n. 11.089, de 30-11-1938, o distrito de <i>Cumbé</i> tomou a denominação de <i>Euclides da Cunha</i>, em homenagem ao historiador da Campanha de Canudos, autor de "Os Sertões" (IBGE, 1958, v. XX).</p> <p>NOTA: Segundo Ratts (2009), <i>cumbe</i> é uma palavra de origem africana que significa quilombo.</p>
--	---

(109) TOPÔNIMO:	Jeremoabo	TAXIONOMIA:	Fitotopônimo
ACIDENTE:	Humano/município		
LOCALIZAÇÃO:	TI 17		
ORIGEM:	Indígena. <i>AJURA-OABO</i> , em tup. ant., 'plantação de abóboras' (GREGÓRIO, 1980).		
ESTRUTURA MORFOLÓGICA:	Elemento específico simples		
HISTÓRICO:	Jeremoabo ~ Geremoabo Fitotopônimo		
INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS:	<p>A região foi povoada primitivamente pelos aborígenes muongorús e cariacás, ramo dos tupinambás. Há notícias de que, no início do século XVII, foi fundado um aldeamento em derredor de uma ermida dedicada a Nossa Senhora de Brotas, dando lugar à catequese dos índios da região. Em 1718, por Alvará Régio de 11 de abril, criou-se a freguesia com a denominação de São João Batista de Geremoabo do Sertão de Cima, em 1718, subordinado ao município de Itapicuru. Foi elevado à categoria de vila com a denominação de <i>Geremoabo</i>, por decreto de 25-10-1831, desmembrado de Itapicuru, e à condição de cidade com a denominação de <i>Geremoabo</i>, pela lei estadual n. 1.775, de 06-07-1925. Pelo decreto-lei estadual n. 141, de 31-12-1943, confirmado pelo decreto estadual n. 12.978, de 01-06-1944, teve sua grafia alterada para <i>Jeremoabo</i> (IBGE, 1958, v. XX).</p>		

(110) TOPÔNIMO:	Nova Soure	TAXIONOMIA:	Cronotopônimo
ACIDENTE:	Humano/município		
LOCALIZAÇÃO:	TI 17		
ORIGEM:	Portuguesa. <i>NOVA</i> , do lat. <i>nŏvus -a</i> , 'novidade' (CUNHA, 2013); <i>SOURE</i> , topônimo português, vila portuguesa no Distrito de Coimbra, região Centro e sub-região do Baixo Mondego.		
ESTRUTURA MORFOLÓGICA:	Elemento específico composto		
HISTÓRICO:	Nova Soure < Soure < Natuba Cronotopônimo < corotopônimo < poliotopônimo		

INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS:	<p>No último quartel do século XVI, os jesuítas da Companhia de Jesus, alguns oriundos da cidade do Soure em Portugal, conseguiram cativar a amizade e a confiança dos índios cariris, que habitavam a região, reunindo numa única as cinco aldeias que encontraram, formando a Missão do Natuba. Ao elemento nativo vieram juntar-se colonizadores de origem portuguesa, dando origem ao povoado <i>Natuba</i>, como ficou sendo conhecido o lugar, nome idêntico ao de um dos rios que eles conheceram: o Natuba. Deve-se ainda aos sacerdotes de Jesus a construção do convento e da igreja de Nossa Senhora da Conceição, a qual durou até o ano de 1864. O primitivo aldeamento de índios foi elevado a freguesia por Provisão régia de 08-05-1758, com o nome de Nossa Senhora da Conceição de Soure, e elevado à categoria de vila com a denominação de <i>Soure</i>, pelo Alvará de 18-05-1754, Leis 07-06-1755 e Provisão de 03-02-1759. Pelo Decreto Estadual n. 7.479, de 08-07-1931, a vila foi extinta, sendo sua área anexada ao município de Cipó, como simples distrito. Foi elevada novamente à categoria de município com a denominação de <i>Soure</i>, pelo Decreto n. 9.600, de 18-07-1935, desmembrado de Cipó. Pelo decreto-lei Estadual n. 141, de 31-12-1943, foi novamente extinto o município de <i>Soure</i> e elevado novamente à categoria de município com a denominação de <i>Nova Soure</i>, pelo Decreto Estadual n. 12.978, de 01-06-1944 (IBGE, 1958, v. XXI).</p>
--	--

(111) TOPÔNIMO:	Paripiranga	TAXIONOMIA:	Ergotopônimo
ACIDENTE:	Humano/município		
LOCALIZAÇÃO:	TI 17		
ORIGEM:	Indígena. <i>PARI-PIRANGA</i> , em tup. ant., ‘cerca vermelha’ (GREGÓRIO, 1980).		
ESTRUTURA MORFOLÓGICA:	Elemento específico simples		
HISTÓRICO:	Paripiranga < Patrocínio do Coité < Nossa Senhora do Patrocínio do Coité < Malhada Vermelha Ergotopônimo<hieropônimo<hierotopônimo< cromotopônimo		
INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS:	<p>Há incerteza quanto à tribo que ocupava a região onde hoje está localizado o município. É, no entanto, tradição corrente, que ali existiu uma tribo denominada “Vermelhos”, pertencente à família dos tapuias. No século XVII, iniciou-se a penetração por colonos portugueses que aí se fixaram, formando o povoado <i>Malhada Vermelha</i>. Em 1871, foi criada a freguesia, com o nome de <i>Nossa Senhora do Patrocínio do Coité</i>, em virtude da existência, na extrema oriental do município, de grande exemplar de uma árvore denominada “coité”. O nome que se estendeu à povoação, elevada à vila, pela Lei provincial n. 2.553, de 01-05-1886, com a denominação <i>Patrocínio do Coité</i>. Pelo Decreto Estadual n. 7.341, de 30-03-1931, a denominação foi substituída por <i>Paripiranga</i> (IBGE, 1958, v. XXI).</p>		

(112) TOPÔNIMO:	Ribeira do Pombal	TAXIONOMIA:	Hidrotopônimo
ACIDENTE:	Humano/município		
LOCALIZAÇÃO:	TI 17		
ORIGEM:	Portuguesa. RIBEIRA , do lat. <i>rīpārius</i> , ‘o terreno banhado por um rio’; POMBAL , do lat. <i>palūmba -ae</i> , ‘casa ou lugar onde se criam pombos’ (CUNHA, 2013).		
ESTRUTURA MORFOLÓGICA:	Elemento específico composto		
HISTÓRICO:	Ribeira do Pombal < Pombal < Canabrava de Santa Teresa de Jesus Hidrotopônimo<historiotopônimo <fitotopônimo		
INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS:	<p>O município originou-se de uma aldeia de índios quiriris, cuja catequese teve início em 1667, quando os padres jesuítas ali se estabeleceram e construíram uma capela dedicada a Santa Teresa de Jesus. A aldeia, localizada a cerca de 30 quilômetros do Rio Itapicuru, foi batizada pelos evangelizadores com o nome de <i>Canabrava de Santa Teresa de Jesus</i>, em virtude da abundância de canabrava na região. Localizada no caminho para o Rio São Francisco, ficou muito conhecida na época como pouso dos viajantes que se dirigiam para aquele rio. Em 1754 foi criada a freguesia, que tomou o nome de Pombal por ser seu pároco o padre João Campos de Cerqueira Pombal, parente do Marquês de Pombal. O povoado foi elevado à categoria de vila com a denominação de <i>Pombal</i>, por carta régia de 08-05-1758. Em virtude dos Decretos estaduais n. 7.455 e 7.479, respectivamente de 23-06-1931 e 08-07-1931, a vila de <i>Pombal</i> foi extinta e seu território anexado ao de Cipó. Restaurou-o, porém, o Decreto n. 8.643, de 19-09-1933. O Decreto-lei federal n. 311, de 02-03-1938, concedeu à sede foros de cidade, e, em 31-12-1943, por força do Decreto-lei n. 141, o topônimo foi mudado para <i>Ribeira do Pombal</i> (IBGE, 1958, v. XXI).</p>		

4.1.18 TI 18: LITORAL NORTE E AGRESTE BAIANO

(113) TOPÔNIMO:	Acajutiba	TAXIONOMIA:	Fitotopônimo
ACIDENTE:	Humano/município		
LOCALIZAÇÃO:	TI 18		
ORIGEM:	Indígena. AKAÏU-TYBA , em tup. ant., ‘ajuntamento de cajueiros’ (NAVARRO, 2013).		
ESTRUTURA MORFOLÓGICA:	Elemento específico simples		
HISTÓRICO:	Acajutiba < Cajueiro Fitotopônimo<fitotopônimo		
INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS:	<p>Em 1914, o povoado de <i>Cajueiro</i> possuía apenas vinte casas formando a comunidade. Atraídas pela fertilidade de suas terras, foram ali se fixando várias famílias, concorrendo com o seu trabalho para o progresso e conseqüente evolução da localidade. Em 1907, surgiram os trilhos da Viação Férrea Federal Leste Brasileiro, ligando o povoado à capital do Estado, acontecimento que marcou</p>		

	<p>época, trazendo consigo expressivo surto de progresso, principalmente para o comércio local do povoado, que pertencia ao município de Vila Rica. Segundo informações de moradores antigos, havia, na área central do povoado, situada nas imediações da atual estação ferroviária, um frondoso cajueiro, sob cuja sombra protetora os feirantes se abrigavam. Em 1937, o distrito de <i>Cajueiro</i> passou ao domínio do município de Esplanada, sendo o seu nome, em virtude do Decreto Estadual n. 12.978, de 01-06-1944, mudado para <i>Acajutiba</i>. Em 28-11-1952, pela Lei Estadual n. 505 foi criado o município de <i>Acajutiba</i>, desmembrado de Esplanada (IBGE, 1958, v. XX).</p>
--	---

(114) TOPÔNIMO:	Alagoinhas	TAXIONOMIA:	Hidrotopônimo
ACIDENTE:	Humano/município		
LOCALIZAÇÃO:	TI 18		
ORIGEM:	Portuguesa. Forma der. ant. de 'lagoa', do lat. <i>lācus</i> , 'porção de água circundada por terras' (CUNHA, 2013).		
ESTRUTURA MORFOLÓGICA:	Elemento específico simples		
HISTÓRICO:	Alagoinhas Hidrotopônimo		
INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS:	<p>Em fins do século XVIII, a capela fundada no sítio em que atualmente se encontra o município foi elevada à freguesia de Santo Antônio de Alagoinhas, por Alvará de 07-11-1816, iniciando-se o povoamento da região, marcada pela presença de pequenas lagoas. Tratando-se de ponto obrigatório de passagem dos que se encaminhavam para o Norte, cortada por velha estrada de boiadas, a localidade não tardou em prosperar. O distrito foi criado com a denominação <i>Alagoinhas</i>, pela resolução régia de 15-10-1816, subordinado ao município de Inhambupe, e elevado à categoria de vila com a denominação de <i>Alagoinhas</i>, pela lei provincial n. 442, de 16-06-1852, desmembrado de Inhambupe. A inauguração, em 13 de fevereiro de 1863, do trecho da Estrada de Ferro Bahia ao São Francisco, compreendido entre Pitanga e Alagoinhas, com sua estação terminal localizada a 3 quilômetros da sede municipal, provocou a decadência desta sede. Por esse motivo, a Resolução provincial n. 1.013, de 16-04-1868, removeu a sede municipal para onde se achava a estação da Estrada de Ferro, depois denominada Estação de São Francisco. Neste local, em que havia apenas algumas casas, a vila de <i>Alagoinhas</i> progrediu rapidamente, tornando-se cidade em 07-06-1880, pela Lei provincial n. 1.957. (IBGE, 1958, v. XX).</p>		

(115) TOPÔNIMO:	Catu	TAXIONOMIA:	Animotopônimo
ACIDENTE:	Humano/município		
LOCALIZAÇÃO:	TI 18		
ORIGEM:	Indígena. <i>KATU</i> , em tup. ant., 'bom, limpo' (NAVARRO, 2013).		
ESTRUTURA MORFOLÓGICA:	Elemento específico simples		

HISTÓRICO:	Catu < Santana do Catu Animotopônimo<hierotopônimo
INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS:	Na área onde foi edificada a cidade, habitavam os pataxós e tupiniquins, que mais tarde imigraram para os sertões, fugindo à penetração dos colonos portugueses. Coube à igreja católica dar o primeiro passo para a fundação, em 1787, da freguesia de Nossa Senhora de Santana do Catu, abrangendo a vastidão daquelas terras férteis e boas, propícias à cultura da cana-de-açúcar e do fumo, que tão bem se adaptou a ponto da produção ter sido exportada para países europeus. O distrito foi criado com a denominação de <i>Santana do Catu</i> , em 1796, e elevado à categoria de vila pela lei provincial n. 1.058, de 26-06-1868, desmembrado da vila de São Francisco. A vila foi elevada à condição de cidade com a denominação de <i>Santana do Catu</i> , pela lei estadual n. 979, de 29-07-1913. Pelos decretos estaduais n. 7.455, de 23-06-1931, ratificado pelo de n. 7.479, de 08-07-1931, o município passou a denominar-se simplesmente <i>Catu</i> (IBGE, 1958, v. XX).

(116) TOPÔNIMO:	Conde	TAXIONOMIA:	Axiotopônimo
ACIDENTE:	Humano/município		
LOCALIZAÇÃO:	TI 18		
ORIGEM:	Portuguesa. Do lat. <i>cōmes -ītis</i> , 'título de nobreza' (CUNHA, 2013).		
ESTRUTURA MORFOLÓGICA:	Elemento específico simples		
HISTÓRICO:	Conde < Nossa Senhora do Monte de Itapicuru da Praia < Itapicuru de Baixo Axiotopônimo<hierotopônimo<litotopônimo		
INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS:	O território onde hoje está situado o município era habitado primitivamente pelos aguerridos tupinambás. Os padres jesuítas que ali chegaram em missão de catequese adquiriram, em 1621, vasta área de terras, por sesmaria e concessão de Garcia d'Ávila, as quais lhes foram definitivamente doadas, em testamento, no ano de 1650. A aldeia, mais tarde, foi transformada em povoado, recebendo a denominação de <i>Itapicuru de Baixo</i> (<i>Itapicuru</i> , em tup. ant. significa 'rio das pedras compridas'). Em 1702 foi o povoado elevado à categoria de freguesia com a denominação de <i>Nossa Senhora do Monte de Itapicuru da Praia</i> . Em 17-12-1806, a requerimento do povo, o Conde dos Arcos deu ordens para a elevação do povoado à vila, com a denominação de <i>Conde</i> , sede do município nessa mesma data criado. Em virtude da Lei estadual n. 889, de 10-06-1912, a sede municipal foi transferida para o arraial de Esplanada, conservando, porém, o município o seu primitivo topônimo de <i>Conde</i> . Pelos Decretos estaduais n. 7.455, de 23-06-1931, e 7.499, de 08-07-1931, foi criado o município, restaurado pelo Decreto n. 9.662, de 10-08-1935 (IBGE, 1958, v. XX).		

(117) TOPÔNIMO:	Entre Rios	TAXIONOMIA:	Cardinotopônimo
ACIDENTE:	Humano/município		
LOCALIZAÇÃO:	TI 18		

ORIGEM:	Portuguesa. ENTRE , do lat. <i>inter</i> , ‘espaço que vai de um lugar a outro’; RIOS , do lat. <i>rīvus -ī</i> , ‘curso de água natural’ (CUNHA, 2013).
ESTRUTURA MORFOLÓGICA:	Elemento específico composto
HISTÓRICO:	Entre Rios < Nossa Senhora dos Prazeres do Inhambupe Cardinotopônimo<hierotopônimo
INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS:	A primeira penetração nas terras do atual município ocorreu no século XVI. Desbravando as terras marginais dos rios Joanes, Inhambupe, Itapicuru e outros, bandeirantes encontraram pontos aprazíveis onde se fixaram, numa elevação de terreno situada entre os rios Inhambupe e Subaúma. Essas terras atraíram, pela sua fertilidade, diversos colonos que, com suas famílias, deram início à nova comunidade. Na povoação foi erguida uma capela, tendo sido, pouco tempo depois, criada a freguesia de <i>Nossa Senhora dos Prazeres do Inhambupe</i> e o distrito do mesmo nome pela Resolução provincial n. 308, de 01-07-1848, desmembrada da freguesia do Divino Espírito Santo do Inhambupe a que a capela era subordinada. Foi elevado à categoria de vila pela Lei provincial n. 1.178, de 03-04-1872 com o nome de <i>Entre Rios</i> . A vila de <i>Entre Rios</i> recebeu a categoria de cidade em virtude do estabelecido pelo Decreto-lei estadual n. 10.724, de 30-03-1938 (IBGE, 1958, v. XX).

(118) TOPÔNIMO:	Esplanada	TAXIONOMIA:	Geomorfotopônimo
ACIDENTE:	Humano/município		
LOCALIZAÇÃO:	TI 18		
ORIGEM:	Portuguesa. Proveniente do ita. <i>spianata</i> , ‘terreno plano e descoberto’ (CUNHA, 2013).		
ESTRUTURA MORFOLÓGICA:	Elemento específico simples		
HISTÓRICO:	Esplanada Geomorfotopônimo		
INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS:	Colonos portugueses, na ânsia de novas aventuras, embrenhavam-se no interior da Bahia e, desbravando florestas virgens e hostis, lançavam sementes para a formação de pequenas comunidades como a que deu origem à cidade de <i>Esplanada</i> , edificada em terreno plano, largo e descoberto, o que determinou a origem do nome. Com o crescimento do seu efetivo populacional e o conseqüente aparecimento de grande número de casas, foi o povoado tomando vulto. Em 1904, os frades capuchinhos, em missão de catequese na região, deram início à construção de um convento que foi concluído em 1908. Tendo em vista o desenvolvimento do povoado, o governo do Estado, pela Lei estadual n. 889, de 10-06-1912, criou o distrito de <i>Esplanada</i> , que recebeu foros de cidade em face da Lei estadual n. 1.525, de 19-08-1921. Por força dos Decretos estaduais números 7.455, de 23-06-1931, e 7.479, de 08-07-1931, foi conferido o título de município com o nome de <i>Esplanada</i> (IBGE, 1958, v. XX).		

(119) TOPÔNIMO:	Inhambupe	TAXIONOMIA:	Zootopônimo
ACIDENTE:	Humano/município		
LOCALIZAÇÃO:	TI 18		
ORIGEM:	Indígena. <i>ĪAMBU-Y-PE</i> , em tup. ant., ‘no rio dos inhambus’ (NAVARRO, 2013). <i>Inhambu</i> , ave da família dos Tinamídeos (HOUAISS, 2001).		
ESTRUTURA MORFOLÓGICA:	Elemento específico simples		
HISTÓRICO:	Inhambupe < Inhambupe de Cima Zootopônimo<hidrotopônimo		
INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS:	Entre 1572 e 1582, desenvolveu-se a catequese indígena à margem esquerda do Rio Inhambupe, denominado Inhambupe de Cima. Posteriormente, os jesuítas estabeleceram um colégio e estimularam a povoação da região. A partir de 1624, começou a ser erguida uma igreja sob a invocação do Divino Espírito Santo de Inhambupe, em torno da qual foram surgindo casas, contribuindo para a formação e evolução da nova comunidade. Em 1718, a igreja foi desmembrada de Santo Amaro de Ipitanga, passando a pertencer à freguesia de Água Fria. A capela foi elevada à categoria de paróquia, ficando, porém, o povoado de <i>Inhambupe de Cima</i> subordinado a Água Fria. O distrito foi criado com a denominação de <i>Inhambupe</i> , pelo Alvará de 07-11-1816, e elevado à condição de cidade com a denominação de <i>Inhambupe</i> , pela Lei Estadual n. 134, de 06-08-1896 (IBGE, 1958, v. XX).		

(120) TOPÔNIMO:	Itapicuru	TAXIONOMIA:	Litotopônimo
ACIDENTE:	Humano/município		
LOCALIZAÇÃO:	TI 18		
ORIGEM:	Indígena. <i>ITÁ-PUKU-RY</i> , em tup. ant., ‘rio das pedras compridas’ (NAVARRO, 2013).		
ESTRUTURA MORFOLÓGICA:	Elemento específico simples		
HISTÓRICO:	Itapicuru < Vila Velha < Itapicuru de Cima Litotopônimo<poliotopônimo<litotopônimo		
INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS:	O desbravamento do território iniciou-se em 1648, por aventureiros que se estabeleceram em um local distante 6 km do Rio Itapicuru-Açu, desenvolvendo a agropecuária. A capela construída em louvor a Nossa Senhora de Nazaré, foi elevada a curato em 1680 e a freguesia em 1898. O arraial formado foi elevado à vila, em 1727, com o nome de <i>Itapicuru de Cima</i> . Em 1831, transferiu-se a sede da vila para o arraial de Nossa Senhora da Saúde, ficando a antiga vila como simples povoado, denominado <i>Vila Velha</i> . Supresso em 1931, o município foi restaurado novamente à categoria de município com a denominação de <i>Itapicuru</i> , pelo Decreto n. 8447, de 27-05-1933, desmembrado dos municípios de Inhambupe e Rio Real, e reinstalado em 24 de junho do mesmo ano. A vila foi elevada à categoria de cidade pelo Decreto estadual n. 10.724, de 3-03-1938 (IBGE, 1958, v. XX).		

(121) TOPÔNIMO:	Jandaíra	TAXIONOMIA:	Zootopônimo
ACIDENTE:	Humano/município		
LOCALIZAÇÃO:	TI 18		
ORIGEM:	Indígena. <i>JANDÊ-EIRA</i> , em tup. ant., 'a abelha de mel apreciado' (GREGÓRIO, 1980).		
ESTRUTURA MORFOLÓGICA:	Elemento específico simples		
HISTÓRICO:	Jandaíra < Cachoeira da Abadia < Abadia Zootopônimo<hidrotopônimo<hierotopônimo		
INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS:	O povoamento deve-se a colonos portugueses, que ali se estabeleceram e, no século XVII, construíram uma capela sob a invocação de Nossa Senhora de Abadia, elevada à categoria de freguesia pelo alvará régio, de 11-04-1718. O povoado foi elevado à categoria de vila com a denominação de <i>Abadia</i> , por deliberação régia ou em execução a ordem régia de 28-04-1728. Por força da Lei provincial n. 1.985, de 26-06-1880, a sede foi transferida para o arraial de Cachoeira, e, em 06-09-1898, para Cepa Forte. Em maio de 1903, a sede voltou para Cachoeira, tomando o município o nome de <i>Cachoeira da Abadia</i> . Em face da lei n. 2.045, de 17-08-1927, o topônimo foi mudado para <i>Jandaíra</i> (IBGE, 1958, v. XX).		

(122) TOPÔNIMO:	Mata de São João	TAXIONOMIA:	Fitotopônimo
ACIDENTE:	Humano/município		
LOCALIZAÇÃO:	TI 18		
ORIGEM:	Portuguesa. MATA , do lat. <i>matta</i> , 'terreno onde nascem árvores silvestres, bosque, selva'; SÃO , do lat. <i>sanctus -a -um</i> , 'sagrado' (CUNHA, 2013); JOÃO , do hebr. <i>Iehohanan, Iohanan</i> , 'Javé é cheio de graças' (GUÉRIOS, 1981).		
ESTRUTURA MORFOLÓGICA:	Elemento específico composto		
HISTÓRICO:	Mata de São João < Mata < Mata de São João Fitotopônimo<fitotopônimo<fitotopônimo		
INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS:	A sua formação histórica está ligada à do município de Camaçari, de cujo território fazia parte, como freguesia do Senhor do Bonfim da Mata de São João, criada em 1761. Em 1846, por efeito da Lei provincial n. 241, de 15 de abril foi o povoado elevado à categoria de vila e, por conseguinte, a município, com a denominação de <i>Mata de São João</i> , em alusão à capela, denominada "São João", em meio à grande extensão de terras ou matas despovoadas. Pelos Decretos n. 7.455, de 23 de junho de 1931 e 7.479, de 8 de julho do mesmo ano, foi seu nome simplificado para <i>Mata</i> , o que perdurou até que o Decreto 11.089, de 30-11-1938, reconstituiu o seu primitivo topônimo (IBGE, 1958, v. XXI).		

(123) TOPÔNIMO:	Pojuca	TAXIONOMIA:	Geomorfotopônimo
ACIDENTE:	Humano/município		
LOCALIZAÇÃO:	TI 18		

ORIGEM:	Indígena. <i>YAPÓ-JUCA</i> , em tup. ant., “brejo, pântano” (GREGÓRIO, 1980).
ESTRUTURA MORFOLÓGICA:	Elemento específico simples
HISTÓRICO:	Pojuca Geomorfotopônimo
INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS:	Data de 1608 a 1612 o movimento colonizador verificado nas terras marginais dos rios Pojuca, Jacuípe e Joanes, que atraíram pela sua fertilidade diversos colonos, os quais ali se fixaram, erguendo pequenas comunidades. A primeira povoação surgida no território do atual município data de 1684, quando famílias se fixaram às margens do Rio Pojuca, construindo moradias e engenhos. Com o decorrer do tempo foram nascendo as primeiras casas e as primeiras ruas, conchecendo a povoação apreciável progresso, consequência lógica do seu aumento populacional. O distrito foi criado com a denominação de <i>Pojuca</i> pela Lei municipal de 05-09-1892, como componente do município de Santana de Catu. Em virtude da Lei estadual n. 979, de 29-07-1913, criou-se o município de <i>Pojuca</i> , com território desmembrado do de Santana de Catu (atual Catu) (IBGE, 1958, v. XXI).

(124) TOPÔNIMO:	Rio Real	TAXIONOMIA:	Hidrotopônimo
ACIDENTE:	Humano/município		
LOCALIZAÇÃO:	TI 18		
ORIGEM:	Portuguesa. RIO , do lat. <i>rīvrus -ī</i> , ‘curso de água natural’; REAL , do lat. <i>rēālis</i> , ‘que existe de fato, verdadeiro’ (CUNHA, 2013).		
ESTRUTURA MORFOLÓGICA:	Elemento específico composto		
HISTÓRICO:	Rio Real < Barracão < Brejo Grande Hidrotopônimo < ecotopônimo < geomorfotopônimo		
INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS:	Nas terras do município de Itapicuru existia um brejo, que devido à pureza de suas águas, servia de ponto de referência para os colonizadores que penetravam pelo sertão no início do século XIX. À sua margem foi criado o povoado <i>Brejo Grande</i> . Com o desenvolvimento da agricultura e seu crescimento, foi, em 1855, através da Lei Provincial n. 538, de 8 de maio, elevado à categoria de freguesia, com o nome de Nossa Senhora do Livramento do Brejo Grande. Decorridos 25 anos da sua elevação à categoria de freguesia, foi o povoado de <i>Brejo Grande</i> elevado à categoria de vila, com o nome de <i>Barracão</i> , pela Resolução provincial n. 1.991, de 01-07-1880. A vila de <i>Barracão</i> recebeu o nome de <i>Rio Real</i> pelos Decretos estaduais n. 7.455, de 23-06-1931, e 7.479, de 8 de julho do mesmo ano, através do Decreto-lei estadual n. 10.724, de 30-03-1933, a vila de <i>Rio Real</i> recebeu foros de cidade (IBGE, 1958, v. XXI).		

4.1.19 TI 19: PORTAL DO SERTÃO

(125) TOPÔNIMO:	Conceição da Feira	TAXIONOMIA:	Hierotopônimo
ACIDENTE:	Humano/município		
LOCALIZAÇÃO:	TI 19		
ORIGEM:	Portuguesa. CONCEIÇÃO , do lat. <i>conceptiō -ōnis</i> , ‘ato de conceber’; FEIRA , do lat. <i>fēria</i> , ‘dia de festa’ (CUNHA, 2013).		
ESTRUTURA MORFOLÓGICA:	Elemento específico composto		
HISTÓRICO:	Conceição da Feira < Nossa Senhora da Conceição Nova da Feira Hierotopônimo <hierotopônimo		
INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS:	<p>No século XVII, alguns aventureiros iniciaram o desenvolvimento e a colonização do território. Formou-se o povoado. Em 1675, foi edificada a capela de Nossa Senhora da Conceição, que ficou filiada à freguesia de Nossa Senhora do Rosário, sediada no atual município de Cachoeira. Em 1830, outra capela foi edificada a Nossa Senhora da Conceição. O local escolhido situava-se no entroncamento de duas estradas reais, a do sertão e a do nordeste, onde tropas faziam pouso. Surgiram a feira livre e o comércio. Formou-se o arraial de <i>Nossa Senhora da Conceição Nova da Feira</i>. A capela inicial estava em ruínas, quando a segunda obteve as regalias de Matriz, criando-se a freguesia de Nossa Senhora da Conceição, em 1847, e o distrito com a denominação de <i>Conceição da Feira</i>, pela lei provincial n. 275, de 25-05-1847, subordinado ao município de Cachoeira. Elevado à categoria de município com a denominação de <i>Conceição da Feira</i>, pela lei estadual n. 1879, de 23-07-1926 (IBGE, 1958, v. XX).</p> <p>NOTA: Segundo Carvalho (2014), a imagem da Virgem da Conceição chegou ao Brasil em uma das naus de Pedro Álvares Cabral e sua devoção foi propagada de norte a sul do país pelos frades franciscanos.</p>		

(126) TOPÔNIMO:	Coração de Maria	TAXIONOMIA:	Hierotopônimo
ACIDENTE:	Humano/município		
LOCALIZAÇÃO:	TI 19		
ORIGEM:	Portuguesa. CORAÇÃO , do lat. <i>cor</i> , ‘principal órgão do aparelho circulatório’ (CUNHA, 2013); MARIA , dentre os muitos étimos, do hebr. <i>Miryám</i> , ‘excelsa, sublime’ (GUÉRIOS, 1981).		
ESTRUTURA MORFOLÓGICA:	Elemento específico composto		
HISTÓRICO:	Coração de Maria < Santíssimo Coração de Maria Hierotopônimo <hierotopônimo		
INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS:	<p>O povoamento do território iniciou-se na primeira metade do século XIX, com a construção da capela do Santíssimo Coração de Maria. Em 1848, os jesuítas iniciaram a construção da igreja matriz, elevada à freguesia, em 1853. O arraial sede da freguesia foi elevado à vila, em 1891, com o nome de <i>Santíssimo Coração de Maria</i>. Elevado à categoria de município com a denominação de <i>Santíssimo Coração de Maria</i>, por ato estadual n. 199, de 10-03-</p>		

	1891, desmembrado dos municípios de Purificação e Santo Amaro. Pelo ato estadual de 03-08-1892, <i>Santíssimo Coração de Maria</i> passou a denominar-se <i>Coração de Maria</i> . Pelo decreto-lei estadual n. 141, de 31-12-1943, é extinto o município de <i>Coração de Maria</i> , com o território anexado ao município de Irará. Elevado novamente à categoria de município com a denominação de <i>Coração de Maria</i> , pelo decreto lei estadual n. 12978, de 01-06-1944, desmembrado de Irará (IBGE, 1958, v. XX).
--	---

(127) TOPÔNIMO:	Feira de Santana	TAXIONOMIA:	Sociotopônimo
ACIDENTE:	Humano/município		
LOCALIZAÇÃO:	TI 19		
ORIGEM:	Portuguesa. FEIRA , do lat. <i>fēria</i> , ‘dia de festa’; SANTANA , agl. de Santa , do lat. <i>sanctus -a -um</i> , ‘tornado sagrado’ (CUNHA, 2013) e Ana , do hebr. <i>Hannah</i> , ‘graça, clemência, mercê’, sobrenome port. de origem religiosa (GUÉRIOS, 1981).		
ESTRUTURA MORFOLÓGICA:	Elemento específico composto		
HISTÓRICO:	Feira de Santana < Feira < Cidade Comercial de Feira de Santana < Santana da Feira Sociotopônimo<sociotopônimo<poliotopônimo<hierotopônimo		
INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS:	Originou-se, no começo do século XVIII, da Fazenda “Santana dos Olhos d'Água”, onde foi construída uma capela a São Domingos e Nossa Senhora Santana, em torno da qual surgiu a povoação. Ali se instituiu uma feira que se tornou um centro de permuta comercial e, por isso, pouso obrigatório de tropas e viajantes que, pela estrada real de Capoeiruçu, provinham do alto sertão da Bahia, de Minas, do Piauí e de Goiás, em demanda do porto de Nossa Senhora do Rosário de Cachoeira, à margem do Rio Paraguaçu. Formou-se então o arraial <i>Santana da Feira</i> . Do comércio incipiente originou-se pequena feira-livre e o seu desenvolvimento forçou a abertura de ruas adequadas ao trânsito de feirantes. A população cresceu e o desenvolvimento econômico levou à criação do município pelo Decreto de 13-11-1832, com território desmembrado do município de Cachoeira. A Lei provincial 1.320, de 16-06-1873, concedeu foros de cidade à sede municipal, com a denominação de <i>Cidade Comercial de Feira de Santana</i> . Os Decretos estaduais n. 7.455 e 7.479, de 23-06-1931 e 08-08-1931, respectivamente, simplificaram o nome para <i>Feira</i> , que, mais uma vez, foi modificada para o atual topônimo <i>Feira de Santana</i> , a partir da vigência do Decreto estadual n. 11.089, de 30-11-1938 (IBGE, 1958, v. XX).		

(128) TOPÔNIMO:	Irará	TAXIONOMIA:	Zootopônimo
ACIDENTE:	Humano/ município		
LOCALIZAÇÃO:	TI 19		
ORIGEM:	Indígena. EÍRA-ARA , em tup. ant., ‘papa-mel, jaguapé, animal carnívoro da família dos Mustelídeos’ (GREGÓRIO, 1980).		
ESTRUTURA MORFOLÓGICA:	Elemento específico simples		

HISTÓRICO:	<p>Irará < Purificação dos Campos < Nossa Senhora da Purificação dos Campos < São João de Água Fria < Água Fria</p> <p>Zootopônimo<hierotopônimo<hierotopônimo<hagiotopônimo<hidrotopônimo</p>
INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS:	<p>Com a chegada ao Brasil, nos meados do século XVI, os padres da Companhia de Jesus internaram-se pelos sertões da Bahia e chegaram ao território do atual município, onde encontraram uma aldeia tapuia, no ano de 1562, que veio a se chamar <i>Água Fria</i>. Ali construíram uma igreja em louvor a São João Batista. Outra capela foi construída dedicada a Nossa Senhora da Purificação. Em torno desta capela começou um povoamento. A igreja existente no arraial de <i>Água Fria</i> foi elevada à categoria de freguesia no ano de 1718 pelo Alvará Régio de 11 de abril com o nome de São João Batista de Água Fria. O arraial-sede da freguesia foi elevado à categoria de vila e de município, no ano de 1727, com o topônimo de <i>São João de Água Fria</i>. Em 1832, a Resolução de 10 de junho transferiu a sede da vila de São João Batista de Água Fria para o arraial de Purificação dos Campos, com o título de vila de <i>Nossa Senhora da Purificação dos Campos</i>. A Lei provincial n. 173, de 27-05-1842, criou o município e a vila com o nome de <i>Purificação dos Campos</i> e extinguiu o município de <i>São João Batista de Água Fria</i>, anexando o seu território, como distrito, ao município recém-criado. A vila de <i>Purificação dos Campos</i> foi elevada à categoria de cidade, com o nome de <i>Irará</i>, pela Lei estadual n. 100, de 08-08-1895, nome que se estendeu ao município (IBGE, 1958, v. XX).</p> <p>NOTA: Segundo Carvalho (2014), a devoção a Nossa Senhora da Purificação, ou das Candeias, foi trazida de Portugal para o Brasil no início da colonização.</p>

(129) TOPÔNIMO:	Santo Estevão	TAXIONOMIA:	Hagiotopônimo
ACIDENTE:	Humano/município		
LOCALIZAÇÃO:	TI 19		
ORIGEM:	Portuguesa. SANTO , do lat. <i>sanctus -a -um</i> , ‘sagrado’(CUNHA, 2013); ESTEVÃO , do gr. <i>Stéphanos</i> , ‘coroa, diadema’ (GUÉRIOS, 1981).		
ESTRUTURA MORFOLÓGICA:	Elemento específico composto		
HISTÓRICO:	Santo Estevão < Santo Estevão do Jacuípe < Santo Estevão Novo		
INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS:	<p>Hagiotopônimo<hagiotopônimo<hagiotopônimo</p> <p>A primeira penetração em terras do atual município data do ano de 1739, quando habitantes de um lugar conhecido por Santo Estevão Velho, foram obrigados pela seca a saírem em busca de recursos para o gado, indo encontrar manancial de água doce, que ainda hoje existe, na margem do riacho Salgado. A descoberta do líquido fez com que aí se fixassem, edificando currais, casas de moradia e uma capela sob o orago de Santo Estevão, nomeando o lugar de <i>Santo Estevão Novo</i>, que foi elevado à freguesia em 1754 com o nome de Santo Estevão do Jacuípe, situada entre os rios Paraguaçu e Jacuípe. Em 1827, criou-se o distrito de paz de <i>Santo Estevão do Jacuípe</i>, subordinado à Vila de Nossa Senhora de Cachoeira. A Lei n. 1.491, de 12-07-1921, elevou a povoação à categoria de vila e criou o</p>		

	município de <i>Santo Estevão de Jacuípe</i> com território desmembrado do de Cachoeira. Por força do Decreto estadual n. 7.455, de 23-06-1931, foi extinto o município e anexado ao de São Gonçalo, mas o Decreto não chegou a ser executado, sendo o município restaurado, logo em seguida, pelo Decreto estadual n. 7.479, de 08-07-1931, com a denominação alterada para <i>Santo Estevão</i> (IBGE, 1958, v. XXI).
--	---

(130) TOPÔNIMO:	São Gonçalo dos Campos	TAXIONOMIA:	Hagiotopônimo
ACIDENTE:	Humano/município		
LOCALIZAÇÃO:	TI 19		
ORIGEM:	Portuguesa. SÃO , do lat. <i>sanctus -a -um</i> , ‘sagrado’ (CUNHA, 2013); GONÇALO , do germ. <i>Gundisalvus</i> , ‘salvo na guerra’ (GUÉRIOS, 1981); CAMPOS , do lat. <i>campus -ī</i> , ‘terreno plano’ (CUNHA, 2013).		
ESTRUTURA MORFOLÓGICA:	Elemento específico composto		
HISTÓRICO:	São Gonçalo dos Campos < São Gonçalo < São Gonçalo dos Campos < Campos da Cachoeira Hagiotopônimo<hagiotopônimo<hagiotopônimo< Geomorfotopônimo		
INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS:	A penetração inicial no território do atual município ocorreu no século XVII quando bandeiras que penetraram nos sertões da Bahia demarcaram terras, fizeram plantações e estabeleceram currais no local que denominaram <i>Campos da Cachoeira</i> . O aparecimento da imagem de São Gonçalo onde pousaram os desbravadores motivou a construção de uma capela sob orago de São Gonçalo do Amarante, em torno da qual se formou o arraial de <i>São Gonçalo dos Campos</i> . Foi o arraial elevado à categoria de vila e criado o município, com o topônimo de <i>São Gonçalo dos Campos</i> , com território desmembrado do de Cachoeira, pela Lei provincial n. 2.460, de 28-06-1884. A sede municipal foi elevada à categoria de cidade, com a mesma denominação do município, por força da Lei estadual n. 176, de 25-06-1897. De acordo com os Decretos estaduais n. 7.455, de 23 de junho, e 7.479, de 8 de julho, ambos do ano de 1931, o seu topônimo foi simplificado para <i>São Gonçalo</i> . De conformidade com o Decreto-lei estadual n. 141, de 31-12- 1943, que fixou o quadro territorial a vigorar no quinquênio 1944-1948, foi restabelecido o antigo topônimo do município: <i>São Gonçalo dos Campos</i> (IBGE, 1958, v. XXI).		

4.1.20 TI 20: VITÓRIA DA CONQUISTA

(131) TOPÔNIMO:	Condeúba	TAXIONOMIA:	Fitotopônimo
ACIDENTE:	Humano/município		
LOCALIZAÇÃO:	TI 20		
ORIGEM:	Indígena. CUNDÁ-YBA , em tup. ant., ‘a árvore do caracol, ou do fruto retorcido’ (SAMPAIO, 1914).		

ESTRUTURA MORFOLÓGICA:	Elemento específico simples
HISTÓRICO:	Condeúba < Santo Antônio da Barra Fitotopônimo<hagiotopônimo
INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS:	Nos primórdios do século dezoito, a região circundada pela Serra Geral começou a ser explorada pelos portugueses, que principiavam a conhecer a imensa riqueza existente no subsolo brasileiro. As margens do Rio Gavião, em 1720, eram habitadas e dominadas pelos índios botocudos, que ali encontravam fáceis meios de subsistência na pesca e na caça. Em 1745, formou-se a primeira povoação no local onde hoje fica a sede do município, lugar em que foi erguida uma capela, com a denominação de Santo Antônio da Barra do Sítio de Condeúba. A povoação começou a progredir desde 1800 e a freguesia foi criada pela Lei provincial n. 413, de 19-05-1851. O município, com a denominação de <i>Santo Antônio da Barra</i> e território desmembrado do de Caetité, foi criado pela Lei n. 809, de 11-06-1860. À sede municipal foi concedido foro de cidade pela Lei provincial n. 2.673, de 28-06-1889, que também alterou o topônimo do município para <i>Condeúba</i> (IBGE, 1958, v. XX).

(132) TOPÔNIMO:	Encruzilhada	TAXIONOMIA:	Hodotopônimo
ACIDENTE:	Humano/município		
LOCALIZAÇÃO:	TI 20		
ORIGEM:	Portuguesa. Der. de Cruzamento , ‘lugar onde se cruzam estradas ou caminhos’, do lat. <i>crux crūcis</i> , ‘cruz’ (CUNHA, 2013).		
ESTRUTURA MORFOLÓGICA:	Elemento específico simples		
HISTÓRICO:	Encruzilhada < Macarani < Encruzilhada Hodotopônimo<fitotopônimo<hodotopônimo		
INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS:	No ano de 1885, às margens do Rio Água Preta, a fim de melhor dar saída aos produtos de sua fabricação, uma selaria foi instalada no cruzamento de estradas do estado de Minas Gerais para o Sul e Sudoeste da Bahia por ser passagem forçada dos boiadeiros e tropeiros procedentes do Estado de Minas Gerais. O arraial formado, de nome <i>Encruzilhada</i> , foi elevado à categoria de vila pela Lei estadual n. 1.483, de 17-06-1921, que também criou o município, desmembrando-o do de Conquista. O Decreto-lei estadual n. 141, de 31-12-1943, transferiu a sede municipal para a vila de Macarani, elevando-a a categoria de cidade. Esse mesmo decreto mudou o topônimo do município para <i>Macarani</i> , vocábulo de origem indígena que significa ‘rio da macarana’, planta cujo fruto se parece com a macaba, espécie de palmeira’. A Lei estadual n. 511, de 12-12-1952, restaurou o município com o nome de <i>Encruzilhada</i> e com território desmembrado de Macarani, com sede na vila <i>Encruzilhada</i> que foi elevada à categoria de cidade (IBGE, 1958, v. XX).		

(133) TOPÔNIMO:	Jacaraci	TAXIONOMIA:	Zootopônimo
ACIDENTE:	Humano/município		
LOCALIZAÇÃO:	TI 20		

ORIGEM:	Indígena. <i>ĪAKARĒ-ASY</i> , em tup. ant., ‘jacarés ruins, i.e. que atacam as pessoas’ (NAVARRO, 2013).
ESTRUTURA MORFOLÓGICA:	Elemento específico simples
HISTÓRICO:	Jacaraci < Boa Viagem e Almas < Almas Zootopônimo<animotopônimo<animotopônimo
INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS:	O município teve sua origem às margens do Rio Jacaraci, no povoado denominado <i>Almas</i> , pertencente ao município de Caetité, onde, nos princípios do século XIX, foi erguida uma capela, que ficou como filial da freguesia de Nossa Senhora do Rosário do Gentio. O distrito foi criado com a denominação de <i>Boa Viagem e Almas</i> , pela lei provincial n. 657, de 16-12-1857, e elevado à categoria de vila pela lei provincial n. 1.958, de 07-06-1880, desmembrado do município de Caetité. Em virtude da Lei estadual n. 464, de 19-08-1902, o município foi elevado à condição de cidade com a denominação de <i>Jacaraci</i> (IBGE, 1958, v. XX).

(134) TOPÔNIMO:	Poções	TAXIONOMIA:	Hidrotopônimo
ACIDENTE:	Humano/município		
LOCALIZAÇÃO:	TI 20		
ORIGEM:	Portuguesa. Pl. de Poço , do lat. <i>putĕus -ī</i> , ‘cavidade funda, aberta na terra, a fim de atingir o lençol aquífero mais próximo da superfície’ (CUNHA, 2013).		
ESTRUTURA MORFOLÓGICA:	Elemento específico simples		
HISTÓRICO:	Poções < Djalma Dutra < Poções Hidrotopônimo<antropotopônimo<hidrotopônimo		
INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS:	Por volta de 1732, começaram as explorações do território, por bandeirantes à procura de minas auríferas. Formou-se o povoado de <i>Poções</i> , pelo fato de existirem grandes poços com água em toda a parte baixa da localidade, e, entre 1830 e 1842, edificou-se a capela do Divino Espírito Santo, criando-se a freguesia, em 1880. O distrito foi criado pela lei provincial n. 1.848, de 16-09-1878, subordinado ao município de Vitória, e elevado à categoria de vila pela lei provincial 1.986, de 26-06-1880, desmembrado de Vitória. Pela lei estadual n. 522, de 17-09-1903, a vila de <i>Poções</i> foi transferida para Boa Nova. Pela lei estadual n. 1.238, de 20-05-1918, o município volta a denominar-se <i>Poções</i> e Boa Nova passa a ser distrito, sendo novamente extinto pela lei estadual n. 1.468, de 14-05-1921. Pela lei estadual n. 1.506, de 06-08-1921, o distrito de Boa Nova é elevado à categoria de município, passando <i>Poções</i> novamente a pertencer a este município. Pela lei estadual n. 1.564, de 21-07-1922, é recriado o município de <i>Poções</i> , desmembrado de Boa Nova, tendo seu topônimo modificado para <i>Djalma Dutra</i> em virtude do Decreto-lei estadual n. 141, de 31-12-1943. Por força da Constituição do Estado da Bahia de 1947, o município readquiriu a sua antiga denominação (IBGE, 1958, v. XXI).		

(135) TOPÔNIMO:	Tremedal	TAXIONOMIA:	Geomorfotopônimo
ACIDENTE:	Humano/município		
LOCALIZAÇÃO:	TI 20		
ORIGEM:	Portuguesa. Do lat. <i>tremebundus</i> , ‘terreno pantanoso, brejo’ (CUNHA, 2013).		
ESTRUTURA MORFOLÓGICA:	Elemento específico simples		
HISTÓRICO:	Tremedal < Bom Jesus do Tremedal < Tremedal dos Ferraz Geomorfotopônimo<hierotopônimo<geomorfotopônimo		
INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS:	O município originou-se da Fazenda “Brejo”, de onde provém o nome atual. Em 1895, sabedoras da fertilidade da região, famílias vieram juntar-se às primitivas, transformando o lugarejo numa povoação, que, pelo espírito progressista da família Ferraz, passou a ser conhecida por <i>Tremedal dos Ferraz</i> . Em virtude da decadência da sede do distrito de São Felipe, da qual fazia parte como povoado, a sede do distrito foi transferida em 1922 para o arraial de <i>Tremedal dos Ferraz</i> , com a denominação de <i>Bom Jesus do Tremedal</i> , até que o Decreto-lei estadual n. 10.724, de 30-03-1938, simplificou o seu topônimo para <i>Tremedal</i> (IBGE, 1958, v. XXI).		

(136) TOPÔNIMO:	Vitória da Conquista	TAXIONOMIA:	Animotopônimo
ACIDENTE:	Humano/município		
LOCALIZAÇÃO:	TI 20		
ORIGEM:	Portuguesa. VITÓRIA , do lat. <i>victōria</i> , ‘triunfo, bom êxito, sucesso’; CONQUISTA , substantivação da forma verbal do lat. <i>conquerer</i> ‘submeter pela força, vencer’ (CUNHA, 2013).		
ESTRUTURA MORFOLÓGICA:	Elemento específico composto		
HISTÓRICO:	Vitória da Conquista < Conquista < Vitória Animotopônimo<animotopônimo<animotopônimo		
INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS:	As origens do município estão ligadas ao esforço da administração colonial em estabelecer comunicações entre a zona litorânea e o sertão. Ao contrário do que sucedera à zona do litoral norte, a faixa costeira que corre ao sul da Baía de Todos os Santos permaneceu, até meados do século XVIII, completamente isolada do interior, até que, pelo ano de 1752, os bandeirantes obtiveram permissão do rei para guerrear os indígenas, a fim de evitar os constantes ataques às nascentes povoações. Em 1783, foi erguida uma capela dedicada a Nossa Senhora das Vitórias, no local do último combate; ali surgiu a primeira aglomeração humana, que depois se tornou distrito de <i>Vitória</i> , subordinado ao município de Caetitê. Pela lei provincial n. 124, de 19-05-1840, foi elevado à categoria de vila, desmembrado de Caetitê, e elevado à condição de cidade com a denominação de <i>Conquista</i> , por ato de 01-07-1891. Pelo decreto-lei estadual n. 141, de 31-12-1943, retificado pelo decreto estadual n. 12.978, de 01-06-1944, o município tomou a denominação de <i>Vitória da Conquista</i> , em celebração à vitória do colonizador sobre os índios mongoiós e imborés, que, durante muitos anos, defenderam suas terras contra a invasão (IBGE, 1958, v. XXI).		

4.1.21 TI 21: RECÔNCAVO

(137) TOPÔNIMO:	Cachoeira	TAXIONOMIA:	Hidrotopônimo
ACIDENTE:	Humano/município		
LOCALIZAÇÃO:	TI 21		
ORIGEM:	Portuguesa. Do lat. <i>coctiō -ōnis</i> , 'queda d'água' (CUNHA, 2013).		
ESTRUTURA MORFOLÓGICA:	Elemento específico simples		
HISTÓRICO:	Cachoeira < Nossa Senhora do Rosário do Porto de Cachoeira Hidrotopônimo<hierotopônimo		
INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS:	<p>O município foi um dos primeiros núcleos civilizados do território da Bahia. Sua história remontaria ao século XVI, quando, pelos anos de 1595-1606, teria sido fundada a capela de Nossa Senhora da Ajuda e o povoado às margens do Paraguaçu, próximo às quedas d'água presentes na cabeceira do rio. Em vista do grande desenvolvimento do povoado, foi criada a freguesia de Nossa Senhora do Rosário da Cachoeira e a aglomeração foi elevada à categoria de vila, com o nome de <i>Nossa Senhora do Rosário do Porto de Cachoeira</i>, pela ordem régia de 27-09-1693, e à condição de cidade com a denominação de <i>Cachoeira</i>, pela lei provincial n. 43, de 13-03-1837. A sua condição de grande empório comercial aliava-se à de movimentado centro industrial: ali era manufaturado o fumo e exportado em parte para a África, onde os mangotes – rolo curto e grosso de fumo de corda – preparados convenientemente, valiam como moeda na compra de escravos. Durante as lutas da independência a cidade foi um dos principais redutos rebeldes da Bahia. <i>Cachoeira, a Heroica</i>, assim denominada pela lei n. 43, de 13-03-1837, em virtude dos seus feitos, foi a Sede do Governo Provisório do Brasil durante a guerra da Independência em 1822 e, novamente, em 1837, quando ocorreu o levante da Sabinada (IBGE, 1958, v. XX).</p>		

(138) TOPÔNIMO:	Castro Alves	TAXIONOMIA:	Historiotopônimo
ACIDENTE:	Humano/município		
LOCALIZAÇÃO:	TI 21		
ORIGEM:	Portuguesa. CASTRO , sobrenome port. do lat. <i>castrum</i> 'castelo, fortaleza'; ALVES , sobrenome port. abrev. de <i>Álvares</i> (GUÉRIOS, 1981)		
ESTRUTURA MORFOLÓGICA:	Elemento específico composto		
HISTÓRICO:	Castro Alves < Curralinho Historiotopônimo<ergotopônimo		
INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS:	<p>A região do atual município era habitada pelos índios sabujás e cariris, descendentes dos tupinambás. No início do século XVIII, o donatário João Evangelista de Castro Tanajura, avô do poeta Antonio Frederico de Castro Alves, procurou pessoas para colonizá-</p>		

	<p>la, distribuindo terras do seu vasto domínio, com a condição de nelas iniciarem plantações, construírem moradias e currais. A primeira destas penetrações resultou na construção da casa-sede da Fazenda “Curralinho”, na nascente do Rio Jaguaripe, sendo aí estabelecido o povoamento que ficou conhecido como <i>Curralinho</i>. Pela lei provincial n. 1.334, de 28-06-1873, foi criado o distrito com a denominação de <i>Curralinho</i>, subordinado ao município de Cachoeira, e elevado à categoria de vila pela lei provincial n. 1.987, de 26-06-1880. A vila foi elevada à condição de cidade com a denominação de <i>Curralinho</i>, pela lei estadual n. 88, de 22-06-1895. O município de <i>Curralinho</i> tomou a denominação de <i>Castro Alves</i>, seu filho ilustre, pela lei estadual n. 360, de 25-07-1900. Segundo outra fonte, no entanto, a alteração toponímica decorre da lei estadual n. 790, de 25-06-1910 (IBGE, 1958, v. XX).</p>
--	---

(139) TOPÔNIMO:	Conceição do Almeida	TAXIONOMIA:	Hierotopônimo
ACIDENTE:	Humano/município		
LOCALIZAÇÃO:	TI 21		
ORIGEM:	Portuguesa. CONCEIÇÃO , do lat. <i>conceptiō -ōnis</i> , ‘ato de conceber’; ALMEIDA , sobrenome port. do ár. <i>al meida</i> , ‘a mesa; campo plano, planalto’ (CUNHA, 2013).		
ESTRUTURA MORFOLÓGICA:	Elemento específico composto		
HISTÓRICO:	Conceição do Almeida < Afonso Pena < Conceição do Almeida Hierotopônimo<antropotopônimo<hierotopônimo		
INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS:	<p>No ano de 1872, os primeiros donos do terreno, onde hoje está instalada a sede do município, construíram uma capela sob a invocação de Nossa Senhora da Conceição, vulgarmente denominada "Capela do Almeida", pelo fato de seus construtores serem membros da tradicional família Almeida Sande. O distrito foi criado com a denominação de <i>Conceição do Almeida</i>, pela Lei Provincial n. 1.872, de 23-03-1872, subordinado ao município de São Filipe, e elevado à categoria de vila pela Lei Provincial n. 1.176, de 18-07-1890, desmembrado de São Filipe. Pela Lei Estadual n. 761, de 17-08-1909, a vila foi elevada à condição de cidade com a denominação de <i>Afonso Pena</i> e, pelo Decreto-Lei Estadual n. 141, de 31-12-1943, retificado pelo Decreto-Lei Estadual n. 12.978, de 01-06-1944, o município de <i>Afonso Pena</i> voltou a denominar-se <i>Conceição do Almeida</i> (IBGE, 1958, v. XX).</p> <p>NOTA: Segundo Carvalho (2014), a imagem da Virgem da Conceição chegou ao Brasil em uma das naus de Pedro Álvares Cabral e sua devoção foi propagada de norte a sul do país pelos frades franciscanos.</p>		

(140) TOPÔNIMO:	Cruz das Almas	TAXIONOMIA:	Hierotopônimo
ACIDENTE:	Humano/município		
LOCALIZAÇÃO:	TI 21		
ORIGEM:	Portuguesa. CRUZ , do lat. <i>crux crūcis</i> , ‘antigo instrumento de suplício’; ALMA , do lat. <i>anīma</i> , ‘essência imaterial do ser humano, espírito’ (CUNHA, 2013).		

ESTRUTURA MORFOLÓGICA:	Elemento específico composto
HISTÓRICO:	Cruz das Almas < Nossa Senhora do Bonsucesso da Cruz das Almas < Nossa Senhora do Bonsucesso Hierotopônimo<hierotopônimo<hierotopônimo
INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS:	O município foi criado em 1897, quando precursores estabeleceram plantação de cana-de-açúcar, fundaram engenhos e iniciaram a construção do arraial no grande planalto, à margem da estrada real. Na antiga estrada de tropas que se dirigia para São Félix, havia, em uma encruzilhada, grande cruzeiro aos pés do qual eram feitas orações, frequentemente à noite. É tradição que viajantes que passavam por aquele local o indicavam pela expressão: "lá, ou ali, na cruz das almas". Surgiu ali o arraial de <i>Nossa Senhora do Bonsucesso</i> . A capela construída no local foi elevada depois à freguesia com o nome de <i>Nossa Senhora do Bonsucesso da Cruz das Almas</i> , em 1815. Pelo Alvará de 22-01-1815, foi criado o distrito, com a denominação de <i>Cruz das Almas</i> , subordinado ao município de São Félix, e elevado à categoria de vila pela Lei Estadual n. 190, de 29-07-1897, sendo desmembrado de São Félix. Pela Lei Estadual n. 1.537, de 31-08-1921, a vila foi elevada à condição de cidade, com a denominação de <i>Cruz das Almas</i> (IBGE, 1958, v. XX).

(141) TOPÔNIMO:	Maragogipe	TAXIONOMIA:	Etnotopônimo
ACIDENTE:	Humano/município		
LOCALIZAÇÃO:	TI 21		
ORIGEM:	Índigena. MARAG-GYP , em tup. ant., "braços invencíveis"; indígenas Marag-gyp (GREGÓRIO, 1980).		
ESTRUTURA MORFOLÓGICA:	Elemento específico simples		
HISTÓRICO:	Maragogipe < São Bartolomeu do Maragogipe Etnotopônimo<hagiotopônimo		
INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS:	A primeira penetração do território do município ocorreu em meados do século XVI, por uma tribo de índios que se dedicava ao cultivo do solo e lançava mãos também da pesca e da caça para sua subsistência. Denominados "Marag-gyp", sabiam manejar com maestria o arco e a flecha e jamais se deixaram subjugar, pois eram laboriosos e bravos guerreiros. Deslumbrados com a riqueza das matas e com a acessibilidade do porto a qualquer embarcação de grande ou pequeno calado, alguns exploradores resolveram ali fixar residência. Teve início então, o povoamento pelos portugueses em terras da sesmaria de Paraguaçu (ou Poroçu), com a extração de madeiras, a plantação de cana-de-açúcar e de mandioca e a construção de engenhos de açúcar e fábricas de farinha. A capela construída e dedicada a São Bartolomeu foi elevada à categoria de freguesia em 1640 com a denominação de <i>São Bartolomeu do Maragogipe</i> . Elevada à vila pela provisão régia de 09-02-1725, teve o nome simplificado para <i>Maragogipe</i> , de acordo com a denominação dos seus primitivos habitantes. A vila de <i>Maragogipe</i> recebeu foros de cidade pela Lei provincial n. 389, de 08-05-1850, agraciada com o título de "Patriota Cidade" (IBGE, 1958, v. XXI).		

(142) TOPÔNIMO:	Muritiba	TAXIONOMIA:	Fitotopônimo
ACIDENTE:	Humano/município		
LOCALIZAÇÃO:	TI 21		
ORIGEM:	Indígena. <i>MERITI-‘YBA</i> , em tup. ant., variedade de palmeira (NAVARRO, 2013).		
ESTRUTURA MORFOLÓGICA:	Elemento específico simples		
HISTÓRICO:	Muritiba < Buritiba Fitotopônimo<fitotopônimo		
INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS:	<p>A região, situada às margens do Rio Paraguaçu, foi habitada primitivamente pelos índios tupinambás. Iniciou-se a povoação por portugueses e jesuítas, que, em 1559, atingiram as regiões de Cachoeira e São Félix, escalando a serra que margeia o Rio Paraguaçu, alcançaram o planalto da margem direita e fundaram uma povoação que recebeu o nome de <i>Buritiba</i>, nome de uma palmeira existente em abundância na região, iniciando-a com a construção de um templo e um convento, arrasados pelos holandeses em 1624. Em 1705, criou-se a freguesia com o nome de São Pedro do Monte de Muritiba, e o distrito, com a denominação de <i>Muritiba</i>, em 1706. Elevado à categoria de vila com a denominação de <i>Muritiba</i>, pela lei estadual n. 1.349, de 08-08-1919, e elevado à condição de cidade pela lei estadual n. 1.567 ou 1.568, de 03-08-1922 (IBGE, 1958, v. XXI).</p>		

(143) TOPÔNIMO:	Nazaré	TAXIONOMIA:	Hierotopônimo
ACIDENTE:	Humano/município		
LOCALIZAÇÃO:	TI 21		
ORIGEM:	Portuguesa. Proveniente do hebr. <i>Nazareth</i> , ‘cidade da Galiléia’ (HOUAISS, 2001).		
ESTRUTURA MORFOLÓGICA:	Elemento específico simples		
HISTÓRICO:	Nazaré < Nossa Senhora de Nazaré < Nazaré das Farinhas < Nazaré Hierotopônimo<hierotopônimo<hierotopônimo<hierotopônimo		
INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS:	<p>O povoamento da região se iniciou em 1563, com colonizadores portugueses, que estabeleceram um engenho no local, aldeando índios e negros em torno da igreja que construíram. Tempos depois, correu a notícia que havia aparecido, a uma jovem camponesa, uma senhora de rara beleza, que diziam ser a Virgem de Nazaré. O povoado tornou-se alvo de crescentes romarias, que levou à construção de uma capela sob a invocação de Nossa Senhora de Nazaré. Em seu redor logo se formou uma povoação com o nome de <i>Nazaré</i>. Em virtude de os seus habitantes se dedicarem ao fabrico de farinha de mandioca, ficou a povoação conhecida por <i>Nazaré das Farinhas</i>. Foi promovida à vila, com o nome de <i>Nossa Senhora de Nazaré</i>, por Decreto de 25-10-1831, e a município com a denominação de <i>Nazaré</i>, pela Lei Provincial n. 368, de 10-11-1849 (IBGE, 1958, v. XXI).</p> <p>NOTA: Padroeira dos navegantes, foram eles que propagaram no Brasil o culto a Nossa Senhora de Nazaré, batizando com o seu nome diversas naus que cruzaram o Atlântico (CARVALHO, 2014).</p>		

(144) TOPÔNIMO:	Santo Amaro	TAXIONOMIA:	Hagiotopônimo
ACIDENTE:	Humano/município		
LOCALIZAÇÃO:	TI 21		
ORIGEM:	Portuguesa. SANTO , do lat. <i>sanctus -a -um</i> , ‘sagrado’ (CUNHA, 2013); AMARO , o mesmo que Mauro , do lat. <i>Maurus</i> , ‘nativo da Mauritània’ (GUÉRIOS, 198).		
ESTRUTURA MORFOLÓGICA:	Elemento específico composto		
HISTÓRICO:	Santo Amaro < Nossa Senhora da Purificação e Santo Amaro < Santo Amaro Hagiotopônimo<hierotopônimo<hagiotopônimo		
INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS:	Em 1557, nasceu e cresceu à margem do Rio Taripe, nas proximidades do mar, a povoação de <i>Santo Amaro</i> . Aí viveram os colonizadores e religiosos, por vários anos, construindo suas habitações, seus estabelecimentos, sua capela sob a invocação de Santo Amaro, orago pertencente à Ordem dos monges beneditinos, e tirando do rio e do mar peixes e crustáceos para sua subsistência. Antes de firmarem o seu domínio na região, tiveram de travar sucessivas guerrilhas com os primitivos habitantes das margens dos rios Sergi-Mirim e Subaé – os tupinambás. O povoado tinha a categoria de curato e, em 1604, a freguesia foi transferida para um novo sítio, a igreja de Nossa Senhora da Purificação, construída a um quilômetro do local onde estava a capela sob a invocação de Santo Amaro. O distrito foi criado com a denominação de <i>Nossa Senhora da Purificação e Santo Amaro</i> e elevado à categoria de vila com a denominação de <i>Nossa Senhora da Purificação e Santo Amaro</i> , em 05-01-1727. Pela lei provincial n. 43, de 13-03-1837, a vila foi elevada à condição de cidade com a denominação de <i>Santo Amaro</i> (IBGE, 1958, v. XXI).		

(145) TOPÔNIMO:	Santo Antônio de Jesus	TAXIONOMIA:	Hagiotopônimo
ACIDENTE:	Humano/município		
LOCALIZAÇÃO:	TI 21		
ORIGEM:	Portuguesa. SANTO , do lat. <i>sanctus -a -um</i> , ‘sagrado’ (CUNHA, 2013); ANTÔNIO , do lat. <i>Antonius</i> , ‘valioso, inestimável’; JESUS , do hebr. <i>Ieshu</i> , ‘Javé salva’ (GUÉRIOS, 1981).		
ESTRUTURA MORFOLÓGICA:	Elemento específico composto		
HISTÓRICO:	Santo Antônio de Jesus < Santo Antônio < Santo Antônio de Jesus Hagiotopônimo<hagiotopônimo<hagiotopônimo		
INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS:	Atraídos pela excelência das matas e fertilidade das terras, os primeiros colonos foram chegando à região, surgindo o primeiro povoado a partir do Oratório consagrado a Santo Antônio de Jesus, transformado em capela pela provisão de 23-09-1777, filiada à freguesia de Nossa Senhora de Nazaré, em cujas "roças" estava situada. O Distrito foi criado com a denominação de <i>Santo Antônio de Jesus</i> , pela lei provincial n. 448, de 19-06-1852, subordinado ao município de Nazaré, e elevado à categoria de vila com a denominação de <i>Santo Antônio de Jesus</i> , desmembrada de Nazaré. Por ato de 30-06-1891, a vila foi elevada à condição de cidade com		

	a denominação de <i>Santo Antônio de Jesus</i> . Pelos decretos estaduais n. 7.455, de 23-06-1931 e 7.479, de 08-07-1931, o município de <i>Santo Antônio de Jesus</i> tomou a denominação de <i>Santo Antônio</i> e, pelo decreto estadual n. 11.089, de 30-11-1938, o município de <i>Santo Antônio</i> voltou a denominar-se <i>Santo Antônio de Jesus</i> (IBGE, 1958, v. XXI).
--	---

(146) TOPÔNIMO:	São Félix	TAXIONOMIA:	Hagiotopônimo
ACIDENTE:	Humano/município		
LOCALIZAÇÃO:	TI 21		
ORIGEM:	Portuguesa. SÃO , do lat. <i>sanctus -a -um</i> , 'sagrado' (CUNHA, 2013); FÉLIX , do lat. <i>Felix</i> , 'feliz' (GUÉRIOS, 1981).		
ESTRUTURA MORFOLÓGICA:	Elemento específico composto		
HISTÓRICO:	São Félix < São Félix do Paraguassu Hagiotopônimo<hagiotopônimo		
INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS:	Era primitivamente uma aldeia de índios tupinambás, que em 1534 contava vinte palhoças habitadas por pouco mais de duzentos indígenas. Naquele ano, no dia consagrado a São Félix Catalício, chegaram os primeiros portugueses para explorar as terras e, juntamente com o braço indígena escravizado, deram início à plantação da cana-de-açúcar e à montagem de engenhos. A primeira freguesia foi criada pela Lei provincial de 01-06-1838, com a denominação "Nossa Senhora do Desterro do Outeiro Redondo". Dezenove anos depois, foi constituída a freguesia do "Senhor Deus Menino de São Félix", pela Resolução de 15-10-1857, e, na mesma data, foi criado o Distrito com a denominação de <i>São Félix do Paraguassu</i> , pela lei provincial n. 613, subordinado ao município de Cachoeira. Elevado à categoria de vila com denominação de <i>São Félix do Paraguassu</i> , por ato de 20-12-1889, desmembrado de Cachoeira. Pelo Ato Estadual de 25-10-1890, a Sede Municipal foi elevada à cidade, com o nome de <i>São Félix do Paraguassu</i> . Pelo decreto estadual n. 7.479, de 08-07-1931, o município de <i>São Félix do Paraguassu</i> tomou a denominação simplesmente de <i>São Félix</i> (IBGE, 1958, v. XXI).		

(147) TOPÔNIMO:	São Filipe	TAXIONOMIA:	Hagiotopônimo
ACIDENTE:	Humano/município		
LOCALIZAÇÃO:	TI 21		
ORIGEM:	Portuguesa. SÃO , do lat. <i>sanctus -a -um</i> , 'sagrado' (CUNHA, 2013); FELIPE , do gr. <i>Philippos</i> , 'amigo de cavalos' (GUÉRIOS, 1981).		
ESTRUTURA MORFOLÓGICA:	Elemento específico composto		
HISTÓRICO:	São Filipe ~ São Felipe < São Felipe das Cabeceiras < São Felipe das Roças Hagiotopônimo<hagiotopônimo<hagiotopônimo		

INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS:	<p>A região foi primitivamente habitada pelos índios maracás e maracanãs. Pouco antes de 1678, os irmãos Tiago e Felipe Dias Gato ocuparam um aprazível sítio nas proximidades do Rio Pequi, edificando ali a primeira moradia e uma capela, em 1681, sob a invocação dos apóstolos São Felipe e São Tiago, que se tornaram padroeiros da localidade. Tendo em vista a quantidade de lavouras de mandioca, fumo, cana-de-açúcar e cereais, o pequeno povoado se tornou logo conhecido pela designação de <i>São Felipe das Roças</i>, denominação esta mantida quando da criação da freguesia em 1718. Por verificarem que a localidade estava próxima às cabeceiras do Rio Capioba, chamaram-no também, por algum tempo, de <i>São Felipe das Cabeceiras</i>. O povoado foi elevado à categoria de vila com a denominação de <i>São Felipe</i>, pela lei provincial n. 1.952, de 29-05-1880, e criado o município, desmembrado de Maragogipe. Sua sede foi elevada à categoria de cidade pelo Decreto-lei estadual n. 10.724, de 30-03-1938, em obediência ao Decreto federal n. 311, de 2 de março do mesmo ano. Pelo decreto-lei estadual n. 141, de 31-12-1943 e 12.978, de 01-06-1944, o município de <i>São Felipe</i> passou a grafar <i>São Filipe</i> (IBGE, 1958, v. XXI).</p> <p>NOTA: Por recomendação da Academia Brasileira de Letras, em divisão de 1979, foi alterada a grafia de São Filipe para São Felipe.</p>
--	---

(148) TOPÔNIMO:	São Francisco do Conde	TAXIONOMIA:	Hagiotopônimo
ACIDENTE:	Humano/município		
LOCALIZAÇÃO:	TI 21		
ORIGEM:	Portuguesa. SÃO , do lat. <i>sanctus -a -um</i> , ‘sagrado’ (CUNHA, 2013); FRANCISCO , do lat. med. <i>Franciscus</i> , der. do germ. <i>Frank</i> com o sufixo <i>-isk</i> , ‘franco, francês’ (GUÉRIOS, 1981); CONDE , do lat. <i>cōmes -ītis</i> , ‘título de nobreza’ (CUNHA, 2013).		
ESTRUTURA MORFOLÓGICA:	Elemento específico composto		
HISTÓRICO:	São Francisco do Conde < São Francisco < São Francisco da Barra do Sergi do Conde < São Francisco do Sítio Hagiotopônimo < hagiotopônimo < hagiotopônimo < Hagiotopônimo		
INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS:	<p>Em 1618, por ordem do Conde de Linhares, foi construído, no alto de um monte, no Recôncavo Baiano, um convento e uma igreja, em terreno doado por ele aos religiosos franciscanos. Com a inauguração do convento e da igreja sob a invocação de São Francisco de Assis, o número de casas residenciais em suas adjacências aumentou, constituindo uma próspera povoação que passou a ser denominada <i>São Francisco do Sítio</i>. Pela Portaria de 27-11-1697 a povoação foi elevada à categoria de vila com o nome de <i>São Francisco da Barra do Sergi do Conde</i>, por estar situada na foz do Rio Sergi do Conde, assim chamado por passar pelas terras do Conde de Linhares. Pelos decretos estaduais n. 7.455, de 23-06-1931 e 7.479, de 08-07-1931, a vila tomou a denominação de <i>São Francisco</i>, e pelo decreto estadual n. 141, de 31-12-1943, retificado pelo decreto estadual n. 12.978, de 01-06-1944, o município de <i>São Francisco</i> passou a denominar-se <i>São Francisco do Conde</i> (IBGE, 1958, v. XXI).</p>		

(149) TOPÔNIMO:	São Sebastião do Passé	TAXIONOMIA:	Hagiotopônimo
ACIDENTE:	Humano/município		
LOCALIZAÇÃO:	TI 21		
ORIGEM:	Hibridismo. SÃO , do lat. <i>sanctus -a -um</i> , ‘sagrado’ (CUNHA, 2013); SEBASTIÃO , do lat. <i>Sebastianus</i> , ‘augusto, venerável’ (GUÉRIOS, 1981); PASSÉ , indígena pertencente ao grupo dos passés, hoje considerado extinto (HOUAISS, 2001).		
ESTRUTURA MORFOLÓGICA:	Elemento específico composto híbrido		
HISTÓRICO:	São Sebastião do Passé < São Sebastião < São Sebastião das Cabeceiras do Passé < São Sebastião Hagiotopônimo<hagiotopônimo<hagiotopônimo<hagiotopônimo		
INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS:	Os terrenos que hoje constituem o município pertenciam na sua origem à vila de São Francisco, atual São Francisco do Conde, e abrigavam um arraial relativamente próspero, dotado de alguns engenhos e conhecido por <i>São Sebastião</i> , em virtude de aí existir uma capela dedicada a esse santo, subordinada à freguesia de Nossa Senhora da Encarnação do Passé. Pelo Alvará régio de 11-04-1718, foi desta desmembrado e elevado à categoria de freguesia, sob o nome de <i>São Sebastião das Cabeceiras do Passé</i> . Elevado à categoria de vila com a denominação de <i>São Sebastião</i> , pela lei estadual n. 1.870, de 19-07-1926, desmembrado do município de São Francisco, foi extinta pelos decretos estaduais n. 7.455, de 23-06-1931 e 7.479, de 08-07-1931, sendo seu território novamente anexado à vila de São Francisco como simples distrito. Pelo decreto estadual n. 7.600, de 11-09-1931, foi elevado novamente à categoria de município com a denominação de <i>São Sebastião</i> , desmembrado do município de São Francisco. Pelo decreto estadual n. 141, de 31-12-1943, retificado pelo decreto estadual n. 12.978, de 01-06-1944, o distrito de <i>São Sebastião</i> tomou a denominação de <i>São Sebastião do Passé</i> (IBGE, 1958, v. XXI).		

(150) TOPÔNIMO:	Sapeaçu	TAXIONOMIA:	Fitotopônimo
ACIDENTE:	Humano/município		
LOCALIZAÇÃO:	TI 21		
ORIGEM:	Indígena. EÇÁ-APÉ-AÇU , em tup. ant., “sapé comprido”, planta da família das Gramíneas, própria para cobrir casas (GREGÓRIO, 1980).		
ESTRUTURA MORFOLÓGICA:	Elemento específico simples		
HISTÓRICO:	Sapeaçu < Sapé < Nossa Senhora da Conceição do Sapé < Sapé Fitotopônimo<fitotopônimo<hierotopônimo<fitotopônimo		
INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS:	Expulsos os aborígenes no século XVIII, na localidade do município se formou a Fazenda “Sapé Grande”, onde foi construída uma capela dedicada a Nossa Senhora da Conceição. O proprietário da fazenda cedeu terrenos a vários colonos que construíram as suas		

	<p>habitações em torno da capela, formando-se o povoado <i>Sapé</i>, pertencente ao município de São Félix do Paraguaçu, cuja capela foi elevada à categoria de freguesia, com o nome de Nossa Senhora da Conceição do Sapé, pela Lei provincial n. 2.548, de 09-09-1885. Pelo Ato de 08-08-1890, a freguesia de <i>Nossa Senhora da Conceição do Sapé</i> foi elevada à categoria de vila e de município, com o território desmembrado do de São Félix do Paraguaçu, tendo sido extinta pelo Ato de 25-08-1890. Com a criação do município de Cruz das Almas, por força da Lei estadual n. 190, de 29-07-1897, passou o seu território a pertencer a esse município, como distrito de paz, sendo desanexado de São Félix do Paraguaçu. Em virtude do estabelecido pelo Decreto-lei estadual n. 141, de 31-12-1943, modificado pelo de n. 12.978, de 01-06-1944, foi o nome da sede do distrito mudado de <i>Sapé</i> para <i>Sapeaçu</i>. Com o topônimo <i>Sapeaçu</i>, foi o município restaurado com sede na vila do mesmo nome pela Lei estadual n. 549, de 27-04-1957 (IBGE, 1958, v. XXI).</p>
--	---

4.1.22 TI 22: MÉDIO RIO DE CONTAS

(151) TOPÔNIMO:	Boa Nova	TAXIONOMIA:	Hierotopônimo
ACIDENTE:	Humano/município		
LOCALIZAÇÃO:	TI 22		
ORIGEM:	Portuguesa. BOA , do lat. <i>bōnus -a</i> , ‘benévolo, benigno’; NOVA , do lat. <i>nōvus -a</i> , ‘novidade’ (CUNHA, 2013).		
ESTRUTURA MORFOLÓGICA:	Elemento específico composto		
HISTÓRICO:	Boa Nova < Boca da Mata Hierotopônimo<cardinotopônimo		
INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS:	<p>Os primeiros habitantes de <i>Boca do Mato</i>, hoje cidade de <i>Boa Nova</i>, foram bandeirantes com a ambição de descobrirem as lendárias minas auríferas existentes na serra do Timorante. O nome de <i>Boa Nova</i> surgiu mais ou menos em 1860, quando ao passar, por essa região, certo frade, que voltando de uma missão na Imperial Vila de Vitória, se perdera nas selvas, sendo afinal socorrido por moradores da zona. Em recompensa, o frade ofereceu a um dos moradores uma estampa de Nossa Senhora da Boa Nova, pedindo que se erigisse no local uma capela com a sua invocação. A capela foi construída no período de 1860 a 1870, posteriormente remodelada e ampliada, sendo hoje a matriz da sede da freguesia de Nossa Senhora de Boa Nova. O distrito foi criado pela Lei provincial n. 1.848, datada de 16-09-1878. O município de <i>Boa Nova</i> foi restaurado pela Lei estadual n. 1.468, de 14-05-1921, com sede na vila do mesmo nome, que foi elevada a cidade pela Lei estadual n. 1.506, de 06-08-1921 (IBGE, 1958, v. XX).</p>		

(152) TOPÔNIMO:	Ipiaú	TAXIONOMIA:	Hidrotopônimo
ACIDENTE:	Humano/município		
LOCALIZAÇÃO:	TI 22		
ORIGEM:	Indígena. <i>Y-PYSASU</i> , em tup. ant., 'rio novo' (NAVARRO, 2013).		
ESTRUTURA MORFOLÓGICA:	Elemento específico simples		
HISTÓRICO:	Ipiaú < Rio Novo < Alfredo Martins < Rapa-tição Hidrotopônimo<hidrotopônimo<antropotopônimo<dirrematopônimo		
INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS:	<p>Habitada por indígenas da tribo tapuia, a região onde o município se desenvolveu era procurada com frequência por criminosos e aventureiros. Daí o primitivo nome de <i>Rapa-tição</i>, topônimo que significava "roubo de tições", ou, segundo outra versão, "barulho ou desordem", devido a uma situação em que o tição foi usado como uma arma. Em 1916, foi criado um Distrito de Paz no povoado com a denominação de <i>Alfredo Martins</i>. Os primeiros movimentos referentes à emancipação da vila datam de 1924, quando o distrito estava em franca prosperidade, passando a sede à categoria de subprefeitura, em 1930, com o nome de <i>Rio Novo</i>, em referência ao Rio Água Branca, que fora descoberto na ocasião de sua formação. Elevado à categoria de município com a denominação de <i>Rio Novo</i>, pelo decreto estadual n. 8.725, de 07-12-1933, desmembrada do município de Jequié. A nova comuna passou a denominar-se <i>Ipiaú</i>, em virtude do Decreto-lei estadual n. 141, retificado pelo Decreto estadual n. 12.978, de 01-06-1944 (IBGE, 1958, v. XX).</p>		

(153) TOPÔNIMO:	Jequié	TAXIONOMIA:	Ergotopônimo
ACIDENTE:	Humano/município		
LOCALIZAÇÃO:	TI 22		
ORIGEM:	Indígena. <i>ĪEKY-Ē</i> , em tup. ant., 'cesto ou covo para apanhar peixes, cisterna diferente' (NAVARRO, 2013).		
ESTRUTURA MORFOLÓGICA:	Elemento específico simples		
HISTÓRICO:	Jequié Ergotopônimo		
INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS:	<p>O território ocupado pelo atual município originou-se da antiga Fazenda "Borda da Mata", em cujos terrenos, infestados pelos índios cotoxós, foi construído um grande sobrado – ainda hoje existente – a três léguas da atual cidade. Em 1789, com a morte do proprietário, a fazenda foi dividida entre os herdeiros em vários lotes. Um deles foi chamado <i>Jequié</i> ou <i>Barra de Jequié</i>, à margem do Rio de Contas. Em pouco tempo, <i>Jequié</i> tornou-se distrito de Maracás, pela Lei Provincial ou Resolução Provincial n. 2.078, de 13-08-1880, e dele se desmembrou. Elevado à categoria de vila com a denominação de <i>Jequié</i>, pela Lei Estadual n. 180, de 10-07-1897, desmembrado do município de Maracás, e elevado à condição de cidade com a denominação de <i>Jequié</i>, pela Lei Estadual n. 779, de 13-06-1910, tornando-se um dos maiores e mais ricos municípios baianos (IBGE, 1958, v. XX).</p>		

(154) TOPÔNIMO:	Ubatã	TAXIONOMIA:	Fitotopônimo
ACIDENTE:	Humano/município		
LOCALIZAÇÃO:	TI 22		
ORIGEM:	Indígena. <i>UYBA-ATÃ</i> , em tup. ant., ‘madeira dura, árvore da família das Anacardiáceas’ (GREGÓRIO, 1980).		
ESTRUTURA MORFOLÓGICA:	Elemento específico simples		
HISTÓRICO:	Ubatã < Alfredo Martins < Dois Irmãos < São Sebastião < Dois Irmãos Fitotopônimo<antropotopônimo<numerotopônimo<hagiotopônimo<numerotopônimo		
INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS:	O povoamento da região teve início no ano de 1909 com a fundação da povoação de <i>Dois Irmãos</i> às margens do Rio de Contas, pertencendo ao distrito de Orojó, do município de Camamu. Em 1918 o arraial foi elevado a distrito de paz, integrando o município de Camamu. Em 1932 passou a integrar o município de Maraú, sendo mudada sua denominação para <i>São Sebastião</i> . No ano seguinte voltou ao domínio de Camamu. Em 1933, por força do Decreto estadual n. 8.729, de 12 de dezembro do mesmo ano, foi desmembrado do distrito de Orojó, passando a constituir o distrito de <i>Dois Irmãos</i> , do município de Rio Novo, atual Ipiaú. Pelo Decreto estadual n. 141, de 31-12-1943, retificado pelo de n. 12.978, de 01-07-1944, o distrito de <i>Dois Irmãos</i> , depois de chamar-se <i>Alfredo Martins</i> , passou a denominar-se <i>Ubatã</i> . Em 1952, por força da Lei estadual n. 514, de 12 de dezembro do mesmo ano, foi criado o município de <i>Ubatã</i> e elevada a sede à categoria de cidade, ocorrendo a instalação em 07-04-1955 (IBGE, 1958, v. XXI).		

4.1.23 TI 23: BACIA DO RIO CORRENTE

(155) TOPÔNIMO:	Correntina	TAXIONOMIA:	Hidrotopônimo
ACIDENTE:	Humano/município		
LOCALIZAÇÃO:	TI 23		
ORIGEM:	Portuguesa. Do lat. <i>currēns -ēntis</i> , ‘curso d’água, correnteza’ (CUNHA, 2013).		
ESTRUTURA MORFOLÓGICA:	Elemento específico simples		
HISTÓRICO:	Correntina < Nossa Senhora da Glória do Rio das Éguas < Rio das Éguas Hidrotopônimo<hierotopônimo<hidrotopônimo		
INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS:	Em 1791, as bandeiras que rumavam para as minas goianas e mato-grossenses faziam caminho através da via fluvial do São Francisco e pelo território do município, que, então, ainda integrava o de Carinhanha. A notícia da existência do ouro do Rio das Éguas (atual Correntina), assim chamado porque bandos desses animais tinham nele o bebedouro, correu terras, fazendo com que para lá convergissem muitas pessoas, inclusive vários sertanistas da Bahia. Surgiu, assim, o primitivo povoado de <i>Rio das Éguas</i> . Crescendo		

	com o tempo, a povoação, agora denominada <i>Nossa Senhora da Glória do Rio das Éguas</i> , em 1806 passou à classe de freguesia com o mesmo nome. Em 15-05-1866, a Lei provincial n. 973 criou um município com terras desmembradas do de Carinhanha e elevou à categoria de vila a povoação, com o nome de <i>Nossa Senhora da Glória do Rio das Éguas</i> . Pelas leis Provinciais n. 1960, de 08-06-1880, e 2579, de 04-05-1988, a vila é extinta. Elevado novamente à categoria de município com a denominação de <i>Correntina</i> , pelo ato n. 319, de 05-05-1891 (IBGE, 1958, v. XX).
--	--

(156) TOPÔNIMO:	Santa Maria da Vitória	TAXIONOMIA:	Hagiotopônimo
ACIDENTE:	Humano/município		
LOCALIZAÇÃO:	TI 23		
ORIGEM:	Portuguesa. SANTA , do lat. <i>sanctus -a -um</i> , ‘sagrado’ (CUNHA, 2013); MARIA , dentre os muitos étimos, do hebr. <i>Miryám</i> , ‘excelsa, sublime’ (GUÉRIOS, 1981); VITÓRIA , do lat. <i>victōria</i> , ‘triunfo, bom êxito, sucesso’ (CUNHA, 2013).		
ESTRUTURA MORFOLÓGICA:	Elemento específico composto		
HISTÓRICO:	Santa Maria da Vitória < Santa Maria < Santa Maria da Vitória < Porto de Santa Maria da Vitória Hagiototopônimo<hagiotopônimo<hagiotopônimo< sociotopônimo		
INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS:	A sede do atual município teve origem, nos meados do século XIX, em um arraial formado na margem do Rio Corrente, em território então pertencente ao município do Rio das Éguas (hoje Correntina), por pessoas que para ali ocorreram para exploração de ouro nas proximidades. A capela construída por seus fundadores foi dedicada a Nossa Senhora da Vitória, ficando filiada à freguesia de Nossa Senhora da Glória do Rio das Éguas. Em 1880, já um grande aglomerado humano para a época, foi o arraial do <i>Porto de Santa Maria da Vitória</i> elevado à categoria de vila e criado o município, com o nome de <i>Santa Maria da Vitória</i> , pela Lei provincial número 1960 de 8 de junho, que também elevou à categoria de freguesia a capela existente. Pela Lei estadual número 737, de 26-06-1909, que alterou o nome do município para <i>Santa Maria</i> , foi a vila elevada à categoria de cidade. Pelo decreto-lei estadual n. 141, de 31-12-1943, retificado pelo decreto estadual n. 12978, de 01-06-1944, o topônimo <i>Santa Maria</i> foi alterado para <i>Santa Maria da Vitória</i> (IBGE, 1958, v. XXI).		

(157) TOPÔNIMO:	Santana	TAXIONOMIA:	Hagiotopônimo
ACIDENTE:	Humano/município		
LOCALIZAÇÃO:	TI 23		
ORIGEM:	Portuguesa. Forma agl. de Santa , do lat. <i>sanctus -a -um</i> , ‘tornado sagrado’ (CUNHA, 2013) e Ana , do hebr. <i>Hannah</i> , ‘graça, clemência, mercê’, sobrenome port. de origem religiosa (GUÉRIOS, 1981).		

ESTRUTURA MORFOLÓGICA:	Elemento específico simples
HISTÓRICO:	Santana < Santana dos Brejos Hagiototopônimo<hagiotopônimo
INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS:	A região era primitivamente habitada pelos índios tupiniquins. Em 1760, com a fundação de uma fazenda para plantio de cana-de-açúcar e criação de gado, e com a construção de uma capela à Santa Ana, formou-se o arraial de <i>Santana dos Brejos</i> , pertencente ao distrito de São Gonçalo, do município de Rio das Éguas, atual Correntina. Pela lei provincial n. 1.018, de 02-05-1868, foi criado o distrito com a denominação de <i>Santana dos Brejos</i> , subordinado ao município de Santa Maria da Vitória, elevado à categoria de vila com a denominação de <i>Santana dos Brejos</i> , pelo ato de 26-08-1890, desmembrado de Santa Maria da Vitória. Pela lei estadual n. 410, de 25-04-1901, a vila foi elevada à condição de cidade com a denominação de <i>Santana dos Brejos</i> . Pelos decretos estaduais n. 7.455, de 23-06-1931, e 7.479, de 08-07-1931, o município de <i>Santana dos Brejos</i> tomou a denominação simplesmente de <i>Santana</i> (IBGE, 1958, v. XXI).

4.1.24 TI 24: ITAPARICA

(158) TOPÔNIMO:	Chorrochó	TAXIONOMIA:	Hidrotopônimo
ACIDENTE:	Humano/município		
LOCALIZAÇÃO:	TI 24		
ORIGEM:	Indígena. CHORÓ-CHORÓ , em tup. ant., ‘muito correntoso, muito impetuoso’ (SAMPAIO, 1914).		
ESTRUTURA MORFOLÓGICA:	Elemento específico simples		
HISTÓRICO:	Chorrochó Hidrotopônimo		
INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS:	A cidade está localizada nas terras de uma antiga fazenda no vale do São Francisco, rio considerado pelo gentio como muito impetuoso. Em 1842, contava apenas oito casebres cobertos de palha, onde viviam poucas famílias cultivando o solo para a sua manutenção. Pouco tempo depois, o povoado de <i>Chorrochó</i> , que integrava o município de Curaçá, atraiu moradores de localidades próximas os quais ali se fixaram com suas famílias. Em 1844 ali chegou Antônio Conselheiro, que iniciou a construção de uma igreja, contando com o auxílio material de grande número dos seus seguidores. Essa igreja recebeu, mais tarde, a invocação do Senhor do Bonfim. Foi o povoado elevado à categoria de vila e sede de distrito pelo Ato de 20-09-1891 e a município pela Lei n. 1.371, de 22-08-1919. Supresso, voltou à condição de distrito do município de Curaçá, até que, restaurado pela Lei n. 510, de 12-12-1952, foi reinstalado em 07-04-1955 (IBGE, 1958, v. XX).		

(159) TOPÔNIMO:	Glória	TAXIONOMIA:	Hierotopônimo
ACIDENTE:	Humano/município		
LOCALIZAÇÃO:	TI 24		
ORIGEM:	Portuguesa. Do lat. <i>glória</i> , 'bem-aventurança, esplendor' (CUNHA, 2013).		
ESTRUTURA MORFOLÓGICA:	Elemento específico simples		
HISTÓRICO:	Glória < Santo Antônio da Glória < Santo Antônio do Curral dos Bois < Curral dos Bois Hierotopônimo<hagiotopônimo<hagiotopônimo<ergotopônimo		
INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS:	<p>A região era primitivamente habitada pelos índios mariquitas e pancarus, dos quais, ainda hoje, existem remanescentes em aldeamento no vizinho município de Rodelas. Por volta de 1705, chega a uma aldeia de silvícolas um grupo de bandeirantes portugueses. Aí se estabeleceram, formando o primeiro núcleo habitacional da região, às margens do Rio São Francisco, que, após a chegada de missões religiosas e o surgimento de casas comerciais, assumiu aspecto de povoado, àquela altura já denominado <i>Curral dos Bois</i>, por causa do avultado número de boiadas que para ali afluíam em trânsito para outras localidades. O primitivo <i>Curral dos Bois</i> teve seu nome mudado para <i>Santo Antônio do Curral dos Bois</i> pela lei provincial n. 160, de 08-04-1842 que criou o distrito. Elevado à categoria de vila com a denominação de <i>Santo Antônio da Glória</i>, pela lei provincial n. 2.553, de 01-04-1886. Pelos decretos leis estaduais n. 7.455, de 23-06-1931 e 7.479, e 08-07-1931, o município de <i>Santo Antônio da Glória</i> tomou a denominação simplesmente de <i>Glória</i> (IBGE, 1958, v. XX).</p> <p>NOTA₁: Segundo Carvalho (2014), Nossa Senhora da Glória é uma das invocações mais recorrentes no período inicial da colonização portuguesa e a primeira igreja dedicada ao seu culto foi construída em Porto Seguro em 1503.</p> <p>NOTA₂: A construção da Barragem do Moxotó, que represou as águas do São Francisco entre Paulo Afonso (BA) e Petrolândia (PE), determinou a submersão da cidade de Glória. Para substituição, a Companhia Hidroelétrica do São Francisco (CHESF) implantou a nova cidade de Glória que passou a ser habitada a partir de 6 de janeiro de 1975, quando, em solene romaria, foi para lá conduzida a imagem do seu padroeiro, Santo Antônio da Glória.</p>		

4.1.25 TI 25: PIEMONTE NORTE DO ITAPICURU

(160) TOPÔNIMO:	Campo Formoso	TAXIONOMIA:	Geomorfotopônimo
ACIDENTE:	Humano/município		
LOCALIZAÇÃO:	TI 25		
ORIGEM:	Portuguesa. CAMPO , do lat. <i>campus -ī</i> , 'terreno plano, extensão de terra sem mata'; FORMOSO , do lat. <i>formosus</i> , 'de bela aparência' (CUNHA, 2013).		
ESTRUTURA MORFOLÓGICA:	Elemento específico composto		

HISTÓRICO:	Campo Formoso < Freguesia Velha de Santo Antônio de Jacobina < Santo Antônio da Jacobina Geomorfotopônimo<poliotopônimo<hagiotopônimo
INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS:	A região era primitivamente habitada pelos índios pataxós. No século XVII, chegaram os jesuítas ao aldeamento indígena. Formou-se o povoado <i>Santo Antônio da Jacobina</i> e, em 1682, criou-se a freguesia. Por volta de 1720, com a emancipação do município de Jacobina com o mesmo topônimo, a freguesia teve seu nome mudado para <i>Freguesia Velha de Santo Antônio de Jacobina</i> . Elevou-se a vila, em 1880, com o nome de <i>Campo Formoso</i> . Pelo Decreto Estadual n. 10.724, de 30-03-1938, a Sede Municipal elevou-se a cidade, com a denominação de <i>Campo Formoso</i> (IBGE, 1958, v. XX).

(161) TOPÔNIMO:	Jaguarari	TAXIONOMIA:	Zootopônimo
ACIDENTE:	Humano/município		
LOCALIZAÇÃO:	TI 25		
ORIGEM:	Indígena. <i>ĪAGŪARA-Y</i> , em tup. ant., ‘rio das onças’ (NAVARRO, 2013).		
ESTRUTURA MORFOLÓGICA:	Elemento específico simples		
HISTÓRICO:	Jaguarari Zootopônimo		
INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS:	Foram os pataxós, dentre outros índios, os primitivos habitantes da região. A área da cidade integrava, no século XVII, as terras da Fazenda "Sítio Jaguarari". Colonos procedentes de localidades vizinhas, atraídos pela fertilidade das terras, formaram um povoado que em 1888, estava bastante desenvolvido. Em 1893, foi criado o Distrito com a denominação de <i>Jaguarari</i> , pela lei municipal n. 11, de 23-10-1893, subordinado ao município de Bonfim, atual Senhor do Bonfim. Elevado à categoria de vila com a denominação de <i>Jaguarari</i> , pela lei estadual n. 1.905, de 06-08-1926, desmembrado de Bonfim. Pelo decreto estadual n. 7.202, de 16-01-1931, o município foi extinto, sendo seu território anexado ao município de Bonfim. Elevado novamente à categoria de município com a denominação de <i>Jaguarari</i> , pelo decreto estadual n. 8.545, de 15-07-1933, desmembrado de Bonfim (IBGE, 1958, v. XX).		

(162) TOPÔNIMO:	Pindobaçu	TAXIONOMIA:	Fitotopônimo
ACIDENTE:	Humano/município		
LOCALIZAÇÃO:	TI 25		
ORIGEM:	Indígena. <i>PINDOBA-AÇU</i> , em guar., ‘palmeira grande’ (GREGÓRIO, 1980).		
ESTRUTURA MORFOLÓGICA:	Elemento específico simples		
HISTÓRICO:	Pindobaçu < Lamarão Fitotopônimo<litotopônimo		

INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS:	A atual cidade nasceu de um pouso de tropeiros, localizado na estrada que demandava a Jacobina. Transformado em povoado com o nome de <i>Lamarão</i> , posteriormente modificado para <i>Pindobaçu</i> , em razão da considerável quantidade de palmeiras de grande porte existentes na região, foi criado o distrito pela Lei estadual n.º 2 041, de 21-08-1927, e elevado à categoria de vila pelo Decreto-lei estadual n. 10.724, de 30-03-1938, como sede do distrito do mesmo nome, pertencente ao município de Campo Formoso. Pela Lei estadual n. 542, de 04-03-1953, foi criado o município de <i>Pindobaçu</i> , nome proposto em virtude da abundância de palmeiras de babaçu naquela região, sendo inaugurado a 07-04-1955. Ficou constituído de território desmembrado do município de Campo Formoso (IBGE, 1958, v. XXI).
------------------------------------	--

(163) TOPÔNIMO:	Senhor do Bonfim	TAXIONOMIA:	Hierotopônimo
ACIDENTE:	Humano/município		
LOCALIZAÇÃO:	TI 25		
ORIGEM:	Portuguesa. SENHOR , do lat. <i>seniore</i> , ‘mais velho’. Na baixa latinidade, tornou-se um termo de respeito, equivalente a <i>dominus</i> (NASCENTES, 1955); BONFIM , agl. de Bom , do lat. <i>bônus bôna</i> , ‘benévolo, benigno’ e Fim , do lat. <i>finis -is</i> , ‘acabamento, intenção’ (CUNHA, 2013).		
ESTRUTURA MORFOLÓGICA:	Elemento específico composto		
HISTÓRICO:	Senhor do Bonfim < Bonfim < Vila Nova da Rainha < Senhor do Bonfim da Tapera Hierotopônimo<hierotopônimo<poliotopônimo<hierotopônimo		
INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS:	O município teve origem no povoamento da região por portugueses, com elementos escravos e indígenas, ao seguirem a rota das bandeiras que se dirigiam às margens do Rio São Francisco, ou às minas de ouro de Jacobina, que atraíram inúmeros aventureiros. Ainda no século XVII, a área abrigava apenas rancharia de tropeiros. Em torno da primitiva rancharia foram construídas novas habitações à margem da "estrada das boiadas", depois Estrada Real Bonfim-Juazeiro, desenvolvendo-se uma povoação que, em 1750, recebeu oficialmente o nome de arraial do <i>Senhor do Bonfim da Tapera</i> . Em 1797, atendendo ao pedido da população local, o arraial foi elevado à categoria de vila pela Carta Régia de 1º de julho, com o topônimo de <i>Vila Nova da Rainha</i> . Pela Lei provincial n. 2.499, de 28-05-1885, a <i>Vila Nova da Rainha</i> foi elevada à categoria de cidade, com o topônimo de <i>Bonfim</i> . Em face do Decreto-lei n. 141, de 30-12-1943, que fixou o quadro territorial para o período 1944-1948, o município e a cidade tiveram o nome alterado para <i>Senhor do Bonfim</i> (IBGE, 1958, v. XXI).		

4.1.26 TI 26: METROPOLITANO DE SALVADOR

(164) TOPÔNIMO:	Camaçari	TAXIONOMIA:	Fitotopônimo
ACIDENTE:	Humano/município		
LOCALIZAÇÃO:	TI 26		
ORIGEM:	Indígena. <i>KAMA-ESÁ-Y</i> , em tup. ant., ‘árvore que chora; espécie de árvore que produz líquido branco resinoso’ (NAVARRO, 2013).		
ESTRUTURA MORFOLÓGICA:	Elemento específico simples		
HISTÓRICO:	Camaçari ~ Camassari < Montenegro < Camassari < Espírito Santo da Nova Abrantes Fitotopônimo<antropotopônimo<fitotopônimo<hierotopônimo		
INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS:	A história do município começa às margens do Rio Joanes, em 1558, com a formação da Aldeia do Divino Espírito Santo, atualmente chamada de Vila de Abrantes, pelos jesuítas, nascendo daí o povoado onde, entre os anos de 1700 a 1800, com a sua evolução, foram construídos um convento e uma igreja, obras das mais suntuosas dos tempos coloniais. Por Provisão do Conselho Ultramarino, de 27-09-1758, o povoado foi elevado à categoria de vila, com a denominação de vila do <i>Espírito Santo da Nova Abrantes</i> . Em 1846 a vila foi extinta pela Resolução provincial n. 241, de 16 de abril, sendo restabelecida pela Resolução n. 310, de 03-06-1848, com território desmembrado do município de Mata de São João. Pela lei municipal de 22-03-1920, aprovada pela lei estadual n. 1.422, de 04-08-1920, o distrito foi criado, subordinado ao município de Abrantes, com a denominação de <i>Camassari</i> , em virtude da presença comum na região da árvore “Camassary”, usada como medicamento natural, na cura de feridas. A Lei estadual n. 1.809, de 28-07-1925, modificou-lhe o topônimo para <i>Montenegro</i> , sobrenome do desembargador Tomaz Garcez Paranhos Montenegro, proprietário das terras, e transferiu-lhe a sede para o arraial de <i>Camassari</i> , elevando-o à categoria de vila. Em razão do Decreto-lei estadual n. 10724, de 30-03-1938, o município voltou a denominar-se <i>Camassari</i> e, pela Lei Estadual n. 628, de 03-12-1953, a grafia foi alterada para <i>Camaçari</i> (IBGE, 1958, v. XX).		

(165) TOPÔNIMO:	Itaparica	TAXIONOMIA:	Litotopônimo
ACIDENTE:	Humano/município		
LOCALIZAÇÃO:	TI 26		
ORIGEM:	Indígena. <i>ITÁ-PARI-CA</i> , em tup. ant., “cercado de pedras” (GREGÓRIO, 1980).		
ESTRUTURA MORFOLÓGICA:	Elemento específico simples		
HISTÓRICO:	Itaparica < Ponta das Baleias Litotopônimo<geomorfotopônimo		
INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS:	A região foi primitivamente habitada pelos índios tupinambás. O primeiro núcleo de povoamento foi fundado pelos jesuítas em 1560, erguendo-se, então, a igreja do Senhor de Vera Cruz. Pela Resolução régia de 02-12-1814 e por Alvará de 19-01-1815, foi criado o distrito, subordinado ao município de Salvador, com sede na primitiva povoação da <i>Ponta das Baleias</i> , nome referente à pesca		

	da baleia, a maior atividade econômica da ilha, sobretudo durante os séculos XVII e XVIII. Pelo Decreto de 25 de outubro de 1831, o distrito foi elevado à categoria de vila, desmembrado de Salvador, com a denominação de <i>Itaparica</i> , em referência aos arrecifes que contornam toda a costa da ilha. A sua elevação à categoria de cidade deu-se por força do ato estadual de 31-10-1890. Procurada como estação de cura e repouso, a cidade de <i>Itaparica</i> foi oficializada Estância Hidromineral, em 1937. Os seus antigos e belíssimos sobrados, existentes até hoje, hospedaram imperadores brasileiros como D. Pedro I e D. Pedro II (IBGE, 1958, v. XX).
--	---

(166) TOPÔNIMO:	Salvador	TAXIONOMIA:	Hierotopônimo
ACIDENTE:	Humano/município		
LOCALIZAÇÃO:	TI 26		
ORIGEM:	Portuguesa. Do lat. <i>salvātor -ōris</i> , ‘que ou aquele que salva, ampara e protege’ (HOUAISS, 2001).		
ESTRUTURA MORFOLÓGICA:	Elemento específico simples		
HISTÓRICO:	Salvador Hierotopônimo		
INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS:	<p>O primeiro contato dos portugueses com a terra, aonde veio a ser fundada a cidade, ocorreu na viagem da nau pela qual Cabral mandara levar ao Reino a mensagem da boa nova do descobrimento. A expedição que viera de Portugal para reconhecer a nova conquista da coroa, a 01-11-1501, encontrou uma baía ampla, cheia de ilhas e muitos habitantes, à qual, sob inspiração da própria data, deu o nome de “Baía de Todos os Santos”. Embora tenha havido outro núcleo de povoação, a Vila do Pereira, coube a Tomé de Sousa a glória da fundação da cidade em 29-03-1549, data incontestada de sua chegada, como resultado da decisão da metrópole de situar a sede do governo em lugar apropriado. Assim, por Alvará de 07-01-1549, determinou o monarca português D. João III: “mandar fazer numa fortaleza e povoação grande e forte na Baya de Todos os Santos por ser yso o mais conveniente lugar que bem nas ditas terras do Brazil...” “ Nas décadas seguintes, <i>Salvador</i> tornou-se uma das principais cidades da América, recebeu várias ordens católicas que fundaram suas igrejas, o primeiro bispado e a primeira catedral do Brasil. Em 1763, perdeu a sua condição de capital da Colônia, transferida esta para a cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, mais próxima das minas e em melhor posição estratégica para vigilância do vice-rei sobre as coisas do sul (IBGE, 1958, v. XXI).</p> <p>NOTA: Primeira cidade fundada nas terras do Brasil, a cidade-fortaleza de Salvador teve plano, estatuto e nome determinados por D. João III, rei de Portugal. O nome é adjetivo, mas serve também por alcunha para designar Jesus Cristo (COELHO FILHO, 2012). No entanto, em documentos históricos, obras literárias e no uso popular, Salvador é também identificada pelo topônimo Cidade da Bahia, ou simplesmente Bahia.</p>		

4.1.27 TI 27: COSTA DO DESCOBRIMENTO

(167) TOPÔNIMO:	Belmonte	TAXIONOMIA:	Corotopônimo
ACIDENTE:	Humano/município		
LOCALIZAÇÃO:	TI 27		
ORIGEM:	Portuguesa. Topônimo de vila portuguesa. Do lat. <i>bellus</i> , ‘bonito, encantador’, e <i>mons mōntis</i> , ‘elevação de terreno acima do solo’ (CUNHA, 2013).		
ESTRUTURA MORFOLÓGICA:	Elemento específico simples		
HISTÓRICO:	Belmonte < Vila de Nossa Senhora do Carmo do Belmonte < São Pedro do Rio Grande Corotopônimo<poliotopônimo<hagiotopônimo		
INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS:	No começo do século XVIII os colonos portugueses iniciaram o povoamento nas proximidades do Rio Grande, atual Rio Jequitinhonha. Naquela época, a região encontrava-se habitada por índios catequizados, originários das tribos manham e camacan. Ali foi fundada uma capela sob a invocação de Nossa Senhora da Madre de Deus, formando uma povoação com o topônimo <i>São Pedro do Rio Grande</i> . Em 1718, foi criada a freguesia de Nossa Senhora do Carmo pelo Alvará Régio de 11 de abril. No ano de 1764 o povoado foi elevado à categoria de vila e criou-se o município, nomeado <i>Vila de Nossa Senhora do Carmo do Belmonte</i> , instalado em 1765. A escolha de Belmonte seguiu instruções do governo do Reino dirigidas ao Ouvidor Tomé Couceiro de Abreu, redigidas nos termos seguintes: "Ordena também S. Magestade que assim naquelas povoações chamadas Aldeyas que estão já domesticadas, como as que de novo se estabelecerem índios descidos; logo que êstes se desceram no competente número, se vão estabelecendo novas Vilas e se vão abolindo nellas os barbaros e antigos nomes que tiverem; e se lhes vão impondo outros novos de cidades ou vilas deste Reyno". A sede foi elevada à categoria de cidade por Ato Estadual de 23.05.1891, com a denominação de <i>Belmonte</i> (IBGE, 1958, v. XX).		

(168) TOPÔNIMO:	Porto Seguro	TAXIONOMIA:	Geomorfotopônimo
ACIDENTE:	Humano/município		
LOCALIZAÇÃO:	TI 27		
ORIGEM:	Portuguesa. PORTO , do lat. <i>pōrtus -ūs</i> , ‘lugar que, por oferecer às embarcações certo abrigo, lhes permite fundear e estabelecer contatos com a terra’; SEGURO , do lat. <i>sēcūrus</i> , ‘livre de perigo, firme’ (CUNHA, 2013).		
ESTRUTURA MORFOLÓGICA:	Elemento específico composto		
HISTÓRICO:	Porto Seguro Geomorfotopônimo		
INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS:	A origem do município liga-se aos capítulos iniciais da história do Brasil. Em seu território está a primeira porção de terra avistada pelas embarcações do almirante Pedro Álvares Cabral em 21 de		

	<p>abril de 1500. Conforme explica Pero Vaz de Caminha, “na distância de dez léguas onde tínhamos levantado ferro, acharam os ditos navios pequenos um recife com um porto dentro, muito bom e muito seguro, com uma mui larga entrada”. O lugar avistado era o monte Pascoal, sessenta e dois quilômetros ao sul de Porto Seguro. No dia seguinte, 22 de abril, os portugueses desembarcaram em terra firme pela primeira vez no atual território brasileiro. O povoamento iniciou-se no local hoje denominado "cidade alta", quando foi criada uma feitoria destinada à vigilância da costa. O povoado foi elevado à categoria de vila com a denominação de <i>Porto Seguro</i>, por Carta Régia de 27-05-1534. A vila de <i>Porto Seguro</i> é elevada à condição de cidade pelo Ato n. 499, de 30-06-1891 (IBGE, 1958, v. XXI).</p>
--	---

(169) TOPÔNIMO:	Santa Cruz Cabrália	TAXIONOMIA:	Hierotopônimo
ACIDENTE:	Humano/município		
LOCALIZAÇÃO:	TI 27		
ORIGEM:	Portuguesa. SANTA , do lat. <i>sanctus -a -um</i> , ‘sagrado’; CRUZ , do lat. <i>crux crūcis</i> , ‘cruz’ (CUNHA, 2013); CABRÁLIA , der. de Cabral , sobrenome português (GUÉRIOS, 1981).		
ESTRUTURA MORFOLÓGICA:	Elemento específico composto		
HISTÓRICO:	Santa Cruz Cabrália < Santa Cruz < Vera Cruz Hierotopônimo<hierotopônimo<hierotopônimo		
INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS:	<p>A história do município iniciou-se no ano de 1500, com a chegada dos navegantes portugueses ao Brasil, tendo a primeira missa em solo brasileiro sido celebrada em 26 de abril de 1500, no ilhéu da Coroa Vermelha, e a segunda em 1º de maio de 1500, na foz do Rio Mutarí. Registros da época permitem concluir ter havido mais de uma povoação na região. As duas primeiras se sucederam em ambas as margens do Mutarí e na parte final do curso. Mas, devido à brevidade desse trecho do rio e à distância de poucos metros de um lado a outro, as duas povoações estariam tão próximas, que se pode admitir como fases no desenvolvimento do mesmo povoado. Em 1536, na enseada da baía, foi fundada a povoação de <i>Vera Cruz</i>, arrasada pelos aimorés em 1564. Os habitantes mudaram-se então para as margens do Rio Sernampetiba, surgindo nova povoação conhecida por <i>Santa Cruz</i>. A vila de <i>Santa Cruz</i> foi criada em 09-05-1833 e manteve-se autônoma até 08-07-1931, quando foi extinta e anexada ao município de Porto Seguro. Pelo decreto n. 8.594, de 04-08-1933, a vila foi elevada à categoria de município com a denominação de <i>Santa Cruz</i>, desmembrado do município de Porto Seguro. Pelo decreto estadual n. 9.400, de 09-03-1935, o município de <i>Santa Cruz</i> tomou a denominação de <i>Santa Cruz Cabrália</i> (IBGE, 1958, v. XXI).</p> <p>NOTA: Em 29 de janeiro de 1981, o núcleo histórico de Santa Cruz Cabrália foi tombado como Patrimônio Histórico, Cultural e Paisagístico. (IBGE, 1958, v. XXI).</p>		

5 A MEMÓRIA PRESERVADA: ANALISANDO E DISCUTINDO OS RESULTADOS

*Chega mais perto e contempla as palavras.
Cada uma tem mil faces secretas sob a face neutra
e te pergunta, sem interesse pela resposta,
pobre ou terrível que lhe deres:
Trouxeste a chave?*

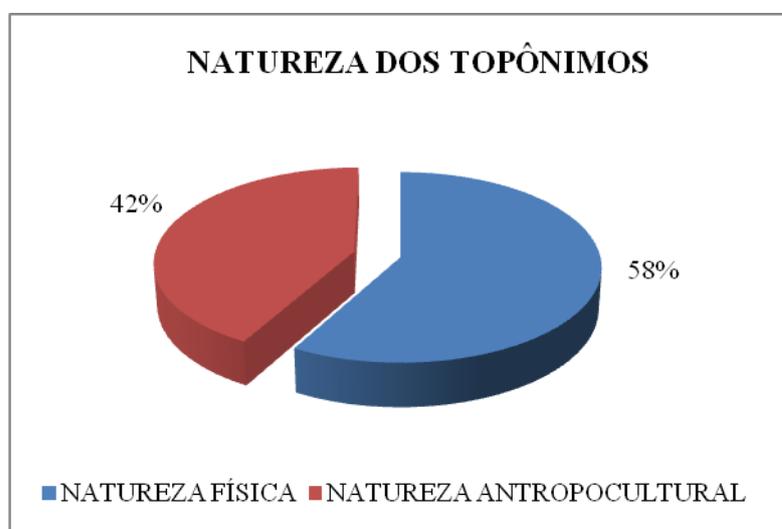
Carlos Drummond de Andrade³¹

Após o levantamento dos dados referentes aos 169 topônimos que constituem o *corpus* da pesquisa e a sistematização das informações em fichas lexicográfico-toponímicas, dá-se sequência à análise quantitativa e discussão dos resultados do estudo.

5.1 A natureza: o homem e o meio ambiente

No *corpus* analisado, observa-se a predominância de topônimos de natureza física – 98 – o que representa um percentual de 58% em relação à natureza antropocultural – 71 – representando 42% do total de 169 topônimos estudados, resultado que pode ser verificado no **Gráfico 1**. Entende-se com esse resultado que a visão da terra e os diversos elementos da natureza (a flora, a fauna, a geomorfologia, a hidrografia, os recursos minerais) foram motivações mais significativas do que aquelas relacionadas a aspectos sociais, históricos e culturais no processo de nomeação do território baiano.

Gráfico 1 – Identificação percentual dos topônimos em relação à natureza.



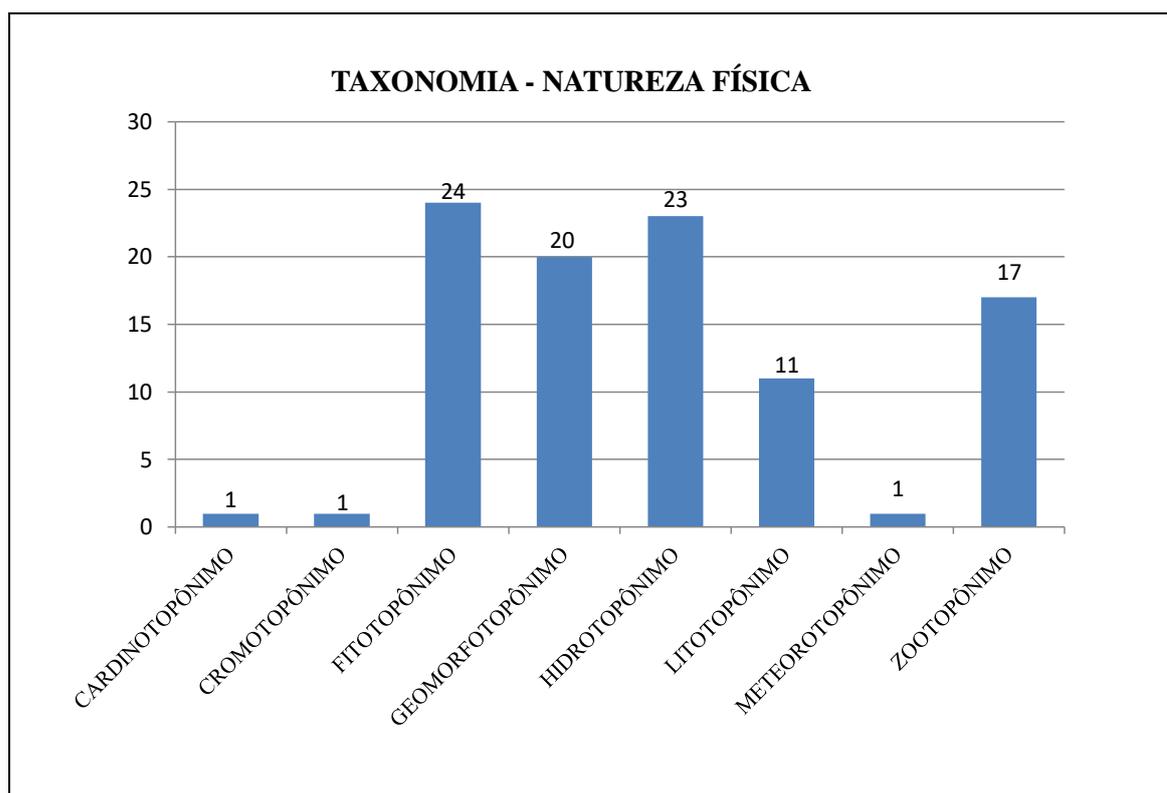
³¹ ANDRADE, Carlos Drummond de. A procura da poesia. In *A rosa do povo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. p. 11.

5.2 A classificação taxionômica e a causa nominativa

Das taxionomias de natureza física, foram identificados registros de cardinotopônimos (Entre Rios); cromotopônimos (Una); fitotopônimos (Palmeiras); geomorfotopônimos (Ilhéus); hidrotopônimos (Cachoeira); litotopônimos (Itaberaba); meteorotopônimos (Brumado) e zootopônimos (Guanambi). As taxionomias astrotopônimos, dimensiotopônimos e morfotopônimos não tiveram registro no *corpus* estudado.

Dos 98 topônimos classificados como sendo de natureza física, identificou-se uma preponderância de fitotopônimos – 24 – uma evidência da riqueza da flora do Estado em seus três biomas predominantes: Mata Atlântica, Cerrado e Caatinga. Os hidrotopônimos³² representam a segunda taxa com maior número de registros – 23 –, relacionados tanto à presença e importância dos rios São Francisco, Paraguaçu e seus afluentes, no processo de povoamento e ocupação do solo e na vida do povo ribeirinho, quanto à escassez da água na região da Caatinga. Na sequência, identificam-se os geomorfotopônimos – 20 – testemunhos da importância das formas de relevo no processo de localização e de nomeação. O **Gráfico 2** apresenta os números referentes às taxionomias de natureza física identificadas no *corpus*.

Gráfico 2 – Identificação numérica dos topônimos de natureza física em relação à taxionomia.



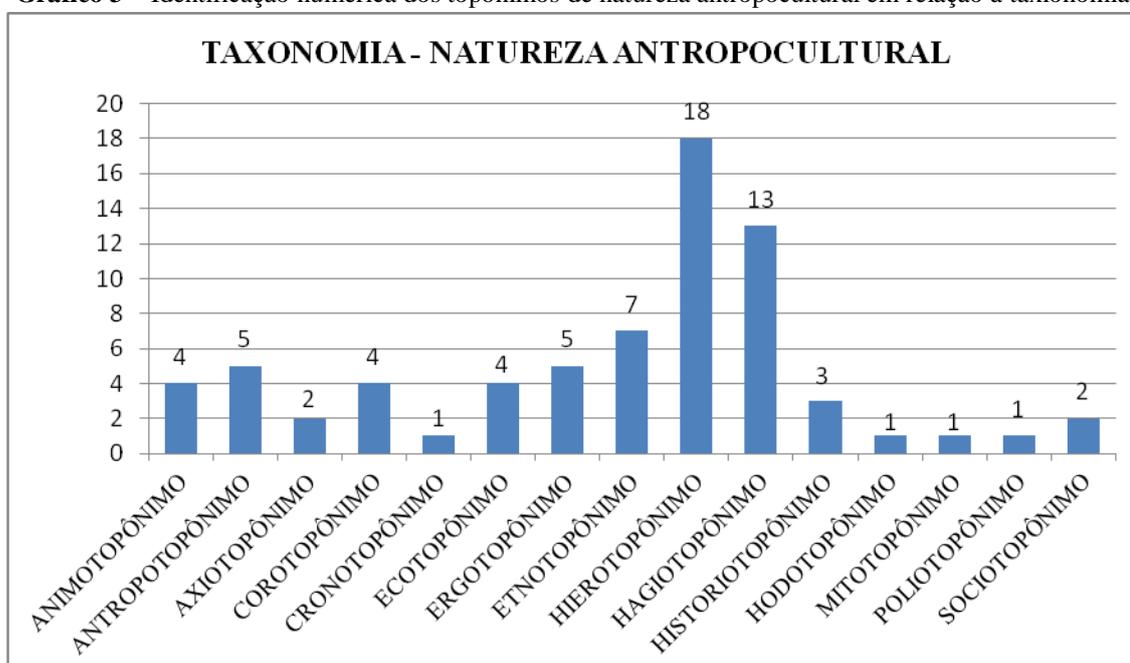
³² Para classificação dos topônimos de origem indígena como hidrotopônimos, inseriu-se nesta taxa apenas aqueles que apresentam a lexia tupi y em seu significado de água ou rio, em posição sintagmática inicial, como em Ipirá, concordando com as considerações de Dick (1990) para essas formações aglutinadas.

Das taxionomias de natureza antropocultural, foram identificados animotopônimos (Vitória da Conquista); antropotopônimos (Miguel Calmon); axiotopônimos (Conde); corotopônimos (Alcobaça); cronotopônimos (Nova Soure); ecotopônimos (Casa Nova); ergotopônimos (Caravelas); etnotopônimos (Maracás); hierotopônimos (Salvador); hagiotopônimos (Santo Antonio de Jesus); historiopotônimos (Castro Alves); hodotopônimos (Encruzilhada); mitotopônimos (Coaraci); poliotopônimos (Ubaitaba); sociotopônimos (Feira de Santana).

Para as seguintes taxas de natureza antropocultural, foram encontrados exemplos apenas em formas toponímicas de fases anteriores aos designativos que formam o *corpus* analisado: dirrematopônimos (Rapa-tiçã > Alfredo Martins > Rio Novo > Ipiaú) e numerotopônimos (Cinco Várzeas > Piritiba). A taxionomia somatotopônimo não teve registro no *corpus* estudado.

Os dados coletados referentes à natureza antropocultural confirmam os resultados apresentados em estudos toponímicos realizados em outras regiões do Brasil: a predominância das taxionomias ligadas à religiosidade do povo brasileiro e à força da colonização portuguesa. Dos 71 topônimos, 18 são hierotopônimos, 13 são hagiotopônimos e 1 mitotopônimo, o que representa um total de 32 topônimos relacionados à fé do nomeador. O **Gráfico 3** apresenta os números referentes às taxionomias de natureza antropocultural identificadas no *corpus*.

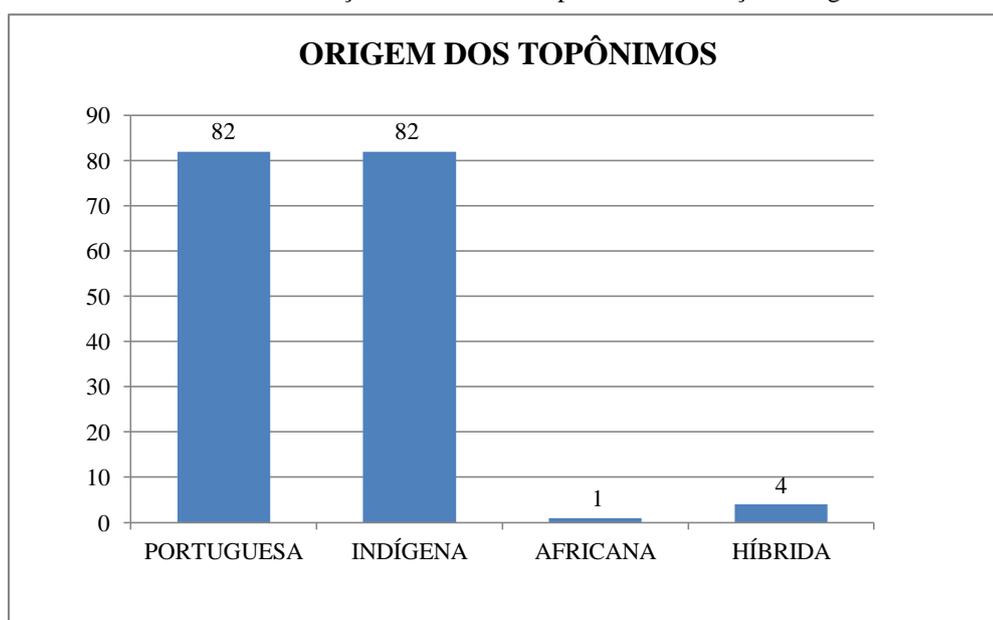
Gráfico 3 – Identificação numérica dos topônimos de natureza antropocultural em relação à taxionomia.



5.3 A origem dos nomes e os agentes da nomeação

O **Gráfico 4** apresenta o resultado da pesquisa referente à origem de cada um dos 169 topônimos que se constituem o *corpus* deste estudo, resultado este que se distanciou do esperado por duas razões: o insignificante número de locativos de origem africana (apenas Caculé) e o surpreendente equilíbrio entre a quantidade de designativos de origem portuguesa e indígena (82 a 82).

Gráfico 4 – Identificação numérica dos topônimos em relação à origem.



As razões encontradas para a discreta presença africana na toponímia da Bahia relacionam-se ao processo de desvalorização da cultura e das línguas da imensa população traficada da África para o Brasil durante o período colonial, o que faz com que esse estrato linguístico ocupe, como afirma Dick (1992), um papel secundário em relação ao processo denominativo.

Outro aspecto a ser considerado em relação a essa pouca representatividade africana na toponímia baiana tem a ver com a função identificadora do topônimo, que, por diferenciar e especificar o lugar, também facilita a sua localização. Dessa forma, entende-se que, ao escapar da situação degradante de povo subjugado e escravizado e buscar refúgio em zonas cuja geografia não permitisse que fossem encontrados, os fugitivos, certamente, não tinham nenhum interesse em nomear seu “mocambo” (esconderijo, em banto). Essa estratégia, considerada como uma forma de resistência, fez com que as comunidades formadas por

escravizados fugitivos permanecessem “invisíveis” por muito tempo. Segundo Germani³³ (2009, p. 6), “foi tão bem-sucedida que, na Constituição de 1988, os legisladores não imaginavam que havia tantas comunidades quilombolas pelo Brasil”.

Observa-se ainda que, em alguns casos, topônimos de origem africana foram, durante os processos de divisões territoriais, mudança de sede e municipalização, trocados por outros de etimologia indígena ou portuguesa. Embora a origem da palavra *orobó* seja controversa³⁴, é provável que esse seja o caso do arraial de Orobó, que, ao ser elevado à categoria de município, perdeu seu designativo africano, possivelmente derivado do quilombo de mesmo nome que existiu na região, e recebeu a denominação de Itaberaba, um litotopônimo de etimologia tupi, o mesmo acontecendo com a vila Orobó Grande, que foi municipalizada com o designativo Ruy Barbosa, um historiopotopônimo de etimologia portuguesa.

Para se entender o equilíbrio entre os números referentes às etimologias portuguesa e indígena, resultado expresso no quadro a seguir e que difere de outros estudos toponímicos já desenvolvidos em outras regiões do país³⁵, é importante destacar os processos de “lusitanização” e “tupinização” pelo quais passaram a toponímia brasileira.

Quadro 1 – Identificação dos topônimos de origem portuguesa e indígena.

PORTUGUESA		INDÍGENA	
Alagoinhas	Mundo Novo	Acajutiba	Jacobina
Alcobaça	Nazaré	Andaraí	Jaguaquara
Amargosa	Nilo Peçanha	Angical	Jaguarari
Antas	Nova Soure	Aratuípe	Jaguaripe
Baixa Grande	Oliveira dos Brejinhos	Caetité	Jandaíra
Barra	Palmas de Monte Alto	Caíru	Jequié
Barra da Estiva	Palmeiras	Camaçari	Jeremoabo
Barreiras	Pilão Arcado	Camamu	Jiquiriçá
Belmonte	Poções	Carinhanha	Juazeiro
Boa Nova	Porto Seguro	Catu	Macajuba
Bom Jesus da Lapa	Prado	Chorrochó	Macarani

³³ Guiomar Germani é pesquisadora e coordenadora do projeto *Geografar* - Geografia dos Assentamentos na Área Rural, da Universidade Federal da Bahia.

³⁴ A EMB (1958) considera a tradição oral que a entende como uma corruptela de “ouro bom”, logo, de etimologia portuguesa. Ramos (R., 2008) a considera uma variação de *urubu*, de etimologia tupi. Já Houaiss *et al* (2001) a define como a fruta *noz-de-cola*, e reconhece sua origem na palavra iorubá *orogbó*. Segundo Castro (2001), esse fruto africano é usado nos sacrifícios religiosos e é a comida predileta de Xangô.

³⁵ No *Atlas Toponímico do Estado de São Paulo*, Dick (1992) identifica, dentre os 573 municípios analisados, 353 registros de designativos portugueses, 180 indígenas, 2 africanos e 37 formações híbridas indígeno-portuguesas. O estudo desenvolvido por Seabra (2004) na Região do Carmo de Minas Gerais identificou 172 ocorrências de origem portuguesa, 16 de origem indígena, 7 formações híbridas indígeno-portuguesas, 5 de origem africana, 1 formação híbrida africano-portuguesa e 5 de origem estrangeira diversa. Dos 78 topônimos dos municípios do Estado do Mato Grosso do Sul, 62,8% são formados por termos vernáculos, 27% são de origem indígena e 10,2% constituem-se em nomes híbridos, conforme a pesquisa desenvolvida por Isquierdo (2008).

Brejões	Queimadas	Cipó	Macaúbas
Brumado	Remanso	Coaraci	Mairi
Cachoeira	Riacho de Santana	Condeúba	Maracás
Campo Formoso	Ribeira do Pombal	Cotegipe	Maragogipe
Canaveiras	Rio de Contas	Curaçá	Maraú
Caravelas	Rio Real	Guanambi	Mucugê
Casa Nova	Ruy Barbosa	Ibicaraí	Mucuri
Castro Alves	Salvador	Ibicuí	Muritiba
Cícero Dantas	Santa Cruz Cabrália	Ibipetuba	Mutuípe
Conceição da Feira	Santa Inês	Ibitiara	Paramirim
Conceição do Almeida	Santa Maria da Vitória	Iguaí	Paratinga
Conde	Santa Teresinha	Inhambupe	Paripiranga
Coração de Maria	Santaluz	Ipiaú	Piatã
Correntina	Santana	Ipirá	Pindobaçu
Cruz das Almas	Santo Amaro	Irará	Piritiba
Encruzilhada	Santo Antônio de Jesus	Irecê	Pojuca
Entre Rios	Santo Estevão	Itaberaba	Potiraguá
Esplanada	São Félix	Itabuna	Sapeaçu
Euclides da Cunha	São Filipe	Itacaré	Sento Sé
Feira de Santana	São Francisco do Conde	Itajuípe	Taperoá
Gentio do Ouro	São Gonçalo dos Campos	Itambé	Tucano
Glória	São Miguel das Matas	Itaparica	Uauá
Ilhéus	Saúde	Itapetinga	Ubaíra
Laje	Seabra	Itapicuru	Ubaitaba
Lençóis	Senhor do Bonfim	Itaquara	Ubatã
Livramento do Brumado	Serra Preta	Itiruçu	Una
Mata de São João	Serrinha	Itiúba	Urandi
Miguel Calmon	Tremedal	Ituaçu	Uruçuca
Monte Santo	Valença	Ituberá	Utinga
Morro do Chapéu	Vitória da Conquista	Jacaraci	Xique-Xique

A substituição de topônimos de origem indígena por outros de origem portuguesa teve início com a chegada do colonizador europeu e foi intensificada durante o período das reformas pombalinas. Dentre as várias diretrizes do poderoso Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Reino, Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal, destaca-se a lei de 6 de junho de 1755 que transformava as povoações indígenas em vilas, à semelhança das existentes em Portugal, batizadas com nomes portugueses, como determinado nas instruções do governo do Reino, dirigidas ao Ouvidor de Porto Seguro, Thomé Couceiro de Abreu, na Carta Régia de 3 de março de 1765, que deram origem aos quatro corotopônimos portugueses identificados no *corpus*, fundadas pelos ouvidores régios no período pombalino (1759-1822): Alcobaça, Belmonte, Prado e Valença.

Ordena também S. Magestade que assim naquelas povoações chamadas Aldeyas que estão já domesticadas, como as que de novo se estabelecerem índios descidos; logo que êstes se desceraem no competente número, se vão estabelecendo novas Vilas e se vão abolindo nellas os barbaros e antigos nomes que tiverem; e se lhes vão impondo outros novos de cidades ou vilas deste Reyno (IBGE, 1958, v. XX, p. 70).

No caminho inverso, identifica-se um processo de “tupinização”. Iniciado após a independência do Brasil, em 1822, período marcado por forte nacionalismo cultural, em que se buscava afirmar a identidade nacional em oposição a Portugal, o processo de mudança de designativos de origem portuguesa por outros de origem nativa foi intensificado com o movimento romântico de exaltação do indígena como antepassado da nacionalidade e guardião da terra, deflagrado a partir da década de 1840. Consideram-se como resultantes desse movimento as alterações efetuadas até o final do século XIX nos seguintes topônimos: (1867) Caetité < Vila Nova do Príncipe; (1889) Condeúba < Santo Antônio da Barra; (1890) Curaçá < Capim Grosso; (1895) Irapá < Purificação dos Campos; (1897) Ituaçu < Vila Agrícola de Nossa Senhora do Alívio do Brejo Grande.

No entanto, essa alteração toponímica adquire força de lei no período do Estado Novo, como efeito dos Decretos-lei n. 311, de 2 de março de 1938, conhecido como Lei Geográfica, e n. 5.901, de 21 de outubro de 1943, que tinham por propósito a normalização, sistematização e padronização da toponímia brasileira.

O Artigo 10 do Decreto-lei n. 311, de 2 de março de 1938, que dispunha sobre a divisão territorial do país, determinava que “não haverá, no mesmo Estado, mais de uma cidade ou vila com a mesma denominação” (BRASIL, 1938). Já o Artigo 7 do Decreto-lei n. 5.901, de 21 de outubro de 1943, estabelecia as normas para a eliminação, em todo o Brasil, da repetição de topônimos de cidades e vilas, determinando, no parágrafo III, que “como novos topônimos, deverão ser evitadas designações de datas, vocábulos estrangeiros, nomes de pessoas vivas, expressões compostas de mais de duas palavras sendo, no entanto, recomendável a adoção de nomes indígenas ou outros com propriedade local” (BRASIL, 1943).

Em atendimento a essas exigências da Lei, foram substituídos por designativos indígenas, alguns literalmente traduzidos do português para o tupi, o que indica uma alteração feita no gabinete dos legisladores, os seguintes topônimos de origem portuguesa que fazem parte do *corpus* do trabalho, influenciando no equilíbrio encontrado com relação ao número de designativos de origem portuguesa e de origem indígena: Água Preta > Uruçuca; Alfredo Martins > Ubatã; Anchieta > Piatã; Areia > Ubaíra; Bom Sucesso > Ibitiara; Encruzilhada > Macarani; Monte Alegre > Mairi; Natal > Potiraguá; Palestina > Ibicaraí; Rio Branco > Paratinga; Rio Novo > Ipiaú; Rio Preto > Ibipetuba.

Apresenta-se a seguir um quadro de sistematização dos dados referentes à origem e às taxinomias dos topônimos no *corpus* analisado.

Quadro 2 – Identificação dos topônimos em relação à origem e à taxionomia.

ORIGEM		PORTUGUESA	INDÍGENA	AFRICANA	HÍBRIDA
TAXIONOMIA					
NATUREZ FÍSICA	Cardinotopônimo	1. Entre Rios			
	Cromotopônimo		1. Una		
	Fitotopônimo	2. Canavieiras 3. Mata de São João 4. Palmas de Monte Alto 5. Palmeiras	2. Acajutiba 3. Angical 4. Caetité 5. Camaçari 6. Cipó 7. Condeúba 8. Curaçá 9. Jeremoabo 10. Juazeiro 11. Macajuba 12. Macarani 13. Macaúbas 14. Mucugê 15. Mucuri 16. Muritiba 17. Pindobaçu 18. Piritiba 19. Sapeaçu 20. Ubatã 21. Xique-Xique		
	Geomorfotopônimo	6. Baixa Grande 7. Barreiras 8. Brejões 9. Campo Formoso 10. Esplanada 11. Serra Preta 12. Serrinha 13. Ilhéus 14. Monte Santo 15. Morro do Chapéu 16. Porto Seguro 17. Tremedal	22. Ibipetuba 23. Ibitiara 24. Itaquara 25. Itiruçu 26. Itiúba 27. Jacobina 28. Pojuca 29. Potiraguá		
	Hidrotopônimo	18. Alagoinhas 19. Barra 20. Barra da Estiva 21. Cachoeira 22. Correntina 23. Poções 24. Remanso 25. Riacho de Santana 26. Ribeira do Pombal 27. Rio de Contas 28. Rio Real	30. Camamu 31. Chorrochó 32. Iguai 33. Ipiaú 34. Ipirá 35. Irecê 36. Ituaçu 37. Ituberá 38. Paramirim 39. Paratinga 40. Utinga		1. Riachão do Jacuípe
Litotopônimo	29. Laje	41. Ibicuí 42. Itaberaba 43. Itabuna 44. Itacaré 45. Itajuípe			

NATUREZ ANTROPOCULTURAL			46. Itambé 47. Itaparica 48. Itapetinga 49. Itapicuru 50. Jiquiriçá		
	Meteorotopônimo	30. Brumado			
	Zootopônimo	31. Amargosa 32. Antas	51. Andaraí 52. Aratuípe 53. Cairu 54. Carinhanha 55. Guanambi 56. Inhambupe 57. Irará 58. Jacaraci 59. Jaguarari 60. Jaguaripe 61. Jandaíra 62. Mutuípe 63. Uauá 64. Ubaíra 65. Urandi		
	Animotopônimo	33. Mundo Novo 34. Vitória da Conquista	66. Catu 67. Piatã		
	Antropotopônimo	35. Cícero Dantas 36. Miguel Calmon 37. Nilo Peçanha 38. Seabra		1. Caculé	
	Axiotopônimo	39. Conde	68. Cotegipe		
	Corotopônimo	40. Alcobaça 41. Belmonte 42. Prado 43. Valença			
	Cronotopônimo	44. Nova Soure			
	Ecotopônimo	45. Casa Nova	69. Jaguaquara 70. Uruçuca 71. Tucano		
	Ergotopônimo	46. Caravelas 47. Lençóis 48. Pilão Arcado	72. Jequié 73. Paripiranga		
Etnotopônimo	49. Gentio do Ouro	74. Maracás 75. Maragogipe 76. Maraú 77. Mairi 78. Sento Sé 79. Taperoá			
Hierotopônimo	50. Boa Nova 51. Bom Jesus da Lapa 52. Conceição da Feira 53. Conceição do Almeida 54. Coração de Maria 55. Cruz das Almas 56. Glória	80. Ibicaraí		2. Brotas de Macaúbas 3. Conceição do Coité	

	57. Livramento do Brumado 58. Nazaré 59. Oliveira dos Brejinhos 60. Salvador 61. Santa Cruz Cabrália 62. Santaluz 63. Saúde 64. Senhor do Bonfim			
Hagiotopônimo	65. Santana 66. Santa Inês 67. Santa Maria da Vitória 68. Santa Teresinha 69. Santo Amaro 70. Santo Antônio de Jesus 71. Santo Estevão 72. São Félix 73. São Gonçalo dos Campos 74. São Filipe 75. São Francisco do Conde 76. São Miguel das Matas			4. São Sebastião do Passé
Historiotopônimo	77. Castro Alves 78. Euclides da Cunha 79. Ruy Barbosa			
Hodotopônimo	80. Encruzilhada			
Mitotopônimo		81. Coaraci		
Poliotopônimo		82. Ubaitaba		
Sociotopônimo	81. Feira de Santana 82. Queimadas			

5.4 A estrutura morfológica dos topônimos

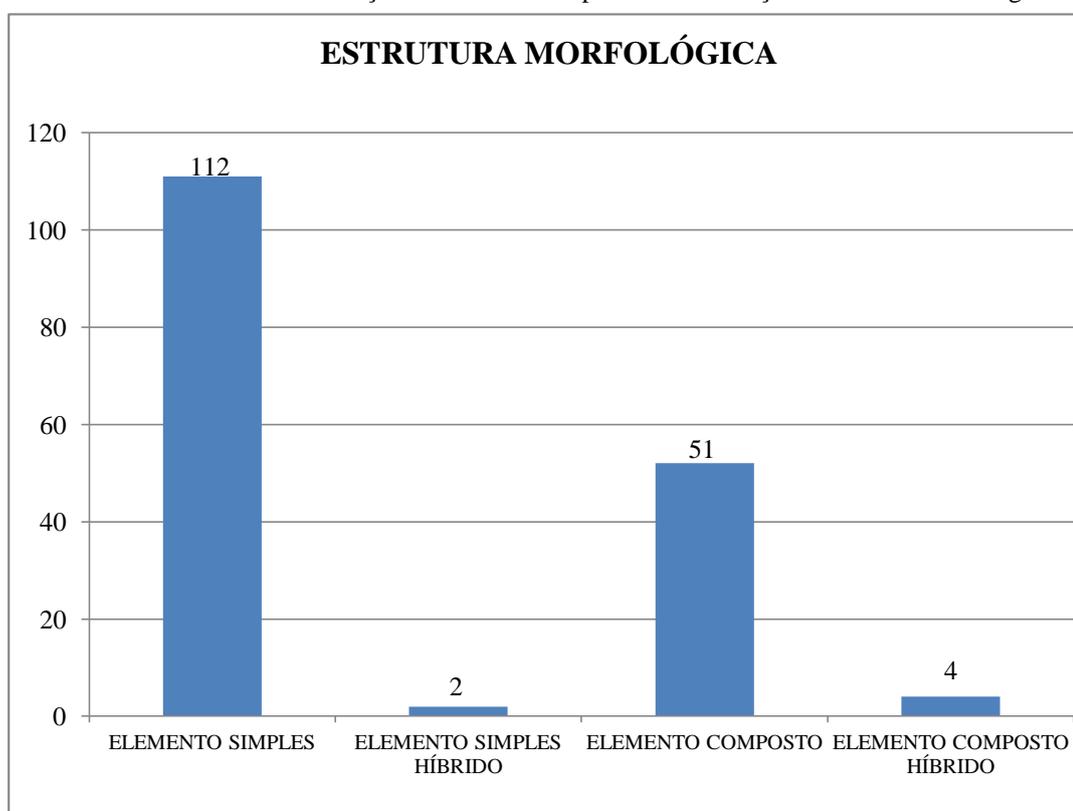
Conforme expresso no **Gráfico 5**, dos 169 topônimos que se constituem o *corpus* da pesquisa, 112 são formados por um elemento específico simples (Ex: Caculé); 2, por elemento específico simples híbrido (Juazeiro e Angical); 51, por elemento específico composto (Ex: Baixa Grande); e 4, por elemento específico composto híbrido (Ex: Brotas de Macaúbas).

São considerados como elemento específico simples todos os topônimos com uma só palavra, ainda que resultante de um processo de composição por aglutinação, como em Paratinga e Santaluz; e como elemento simples híbrido quando apresentar mais de um estrato

linguístico no mesmo nome, como os topônimos de origem indígena com sufixos de origem portuguesa Angical e Juazeiro.

Como elemento específico composto, são considerados aqueles com mais de um elemento formador, todos de mesma origem, sendo identificadas formações compostas de substantivo e adjetivo (Serra Preta); adjetivo e substantivo (Nova Soure); substantivo, preposição e substantivo (Rio de Contas); preposição e substantivo (Entre Rios); prenome e sobrenome (Nilo Peçanha); onomatopeia (Xique-Xique); e uma forma resultante da modificação ortográfica do etnotopônimo *centucé* (Sento Sé). Como elemento específico composto híbrido, são considerados os topônimos compostos resultantes da união de palavras de diferentes etimologias. Os quatro exemplos encontrados no *corpus* apresentam formação híbrida de português e tupi: Brotas de Macaúbas, Conceição do Coité, Riachão do Jacuípe e São Sebastião do Passé.

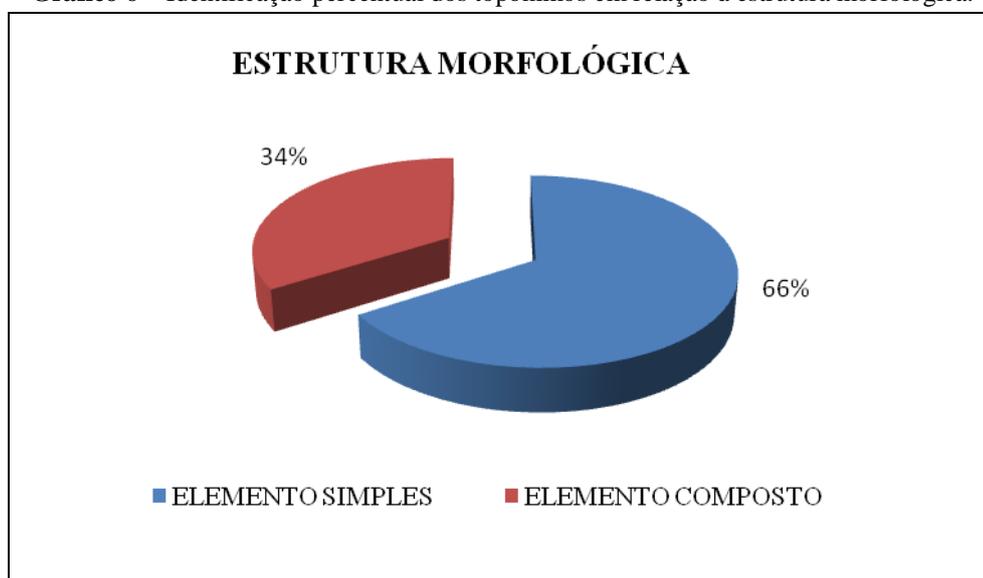
Gráfico 5 – Identificação numérica dos topônimos em relação à estrutura morfológica.



A preponderância de elementos simples (66%), evidenciada no **Gráfico 6**, é, em parte, resultante do processo de simplificação dos topônimos determinado pelos Decretos-lei estaduais n. 7.455, de 23 de junho de 1931, e 7.479, de 08 de julho de 1931, dos quais resultaram as seguintes alterações: Barra < Barra do Rio Grande; Casa Nova < São José da Casa Nova; Glória < Santo Antônio da Glória; Rio de Contas < Minas do Rio de Contas;

Santana < Santana dos Brejos; São Félix < São Félix do Paraguassu; Seabra < Dr. Seabra. O Decreto-lei estadual n. 10.724, de 30 de março de 1938, simplificou Tremedal < Bom Jesus do Tremedal; enquanto o Decreto n. 141, de 31 de dezembro de 1943, simplificou Santaluz < Santa Luzia; Utinga < Bela Vista de Utinga.

Gráfico 6 – Identificação percentual dos topônimos em relação à estrutura morfológica.



5.5 Bahia de todos os cantos³⁶: as marcas identitárias nos signos toponímicos

*Nas sacadas dos sobrados
Da velha São Salvador
Há lembranças das donzelas
Do tempo do imperador
Tudo, tudo na Bahia
Faz a gente querer bem
A Bahia tem um jeito
Que nenhuma terra tem*

Dorival Caymmi³⁷

O que faz o jeito de ser de um lugar? Qual o jeito de ser da Bahia? Com base nas músicas de Dorival Caymmi, nas obras literárias de Jorge Amado e nas propagandas dos órgãos de turismo, o jeito de ser da Bahia, gravado no imaginário nacional e internacional, reflete a imagem da boa terra, da terra da felicidade, um lugar diferente, místico e sensual,

³⁶ Título inspirado em publicação do Governo do Estado, através da Secretaria de Cultura, impresso pela Empresa Gráfica da Bahia em 2009.

³⁷ CAYMMI, Dorival. *Você já foi à Bahia?* Disponível em: <http://www.mpbnet.com.br/musicos/dorival.caymmi/letras/voce_ja_foi_a_bahia.htm>.

“um caso à parte do Nordeste e, mais ainda, um caso à parte no Brasil” (VASCONCELOS, 2012, p. 96). Esse discurso, no entanto, não representa a realidade de toda a Bahia, excluindo uma enorme variedade de referências culturais oriundas dos diversos cantos do Estado.

Berço da colonização portuguesa, de onde partiram as expedições e movimentos de ocupação do território nacional, a Bahia enfrenta dificuldades na integração do seu território, com o isolamento de muitos dos seus municípios, especialmente aqueles mais distantes da capital, situados próximos às áreas de fronteira. “Dar visibilidade a todos os seus cantos, recantos e encantos não é um trabalho fácil” (REVISTA..., 2009, p. 3). Como consequência, a identidade cultural baiana afirmada no cenário nacional limita-se à cultura da cidade de Salvador e do Recôncavo. Apesar de ser tão plural, a Bahia ainda transmite uma imagem muito singular, porque, segundo Germani (2009, p. 13), “não se valoriza o que está além [dos próprios olhos] por não se conhecer e, ao mesmo tempo, não se conhece porque não se valoriza”. As razões para a invisibilidade da diversidade cultural de todos os cantos da Bahia, sobretudo das regiões mais pobres, são explicadas por Souza (2013),

Em grande parte pelo fato de que, entre os anos 1994 e 2006, a política pública de cultura da Bahia era responsabilidade da então Secretaria de Cultura e Turismo do Estado. A submissão da cultura à lógica do turismo levou ao estreitamento da concepção de cultura e subsequente ação limitada do Governo do Estado neste campo. A cultura era pensada quase que exclusivamente enquanto produção artística e/ou instrumento de atração turística. Os investimentos da Secretaria de Cultura e Turismo concentravam-se maciçamente no litoral, na capital e no Recôncavo e os principais esforços da Secretaria estavam voltados para ‘vender’ uma imagem específica de Bahia para outros estados e países. As atividades, manifestações e expressões culturais que não se encaixavam nesse modelo deixavam de ser consideradas pelo Governo do Estado (SOUZA, 2013, p. 5).

Nesse contexto, a utilização do topônimo Bahia para identificar a cidade de Salvador, uma duplicidade antiga que remonta ao período colonial, favorece a manutenção do pensamento de que a Bahia é somente a Baía de Todos os Santos. Em pesquisa publicada sobre o assunto na *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*, Edelweiss (1946) considera a forma Bahia como de uso popular e informa que o nome oficial da capital, fundada por Tomé de Souza em 1549, é Salvador, considerando “intrusa” a forma São Salvador. De acordo com esse historiador, o nome São Salvador foi dado à primeira Diocese do Brasil, criada em 25 de fevereiro de 1551.

Para Araújo (2011), a denominação Cidade da Bahia se consolidou na memória popular porque Salvador constituiu-se no centro urbano do sistema geo-histórico da Baía de Todos os Santos, determinado por sua posição geográfica, plantada na entrada da baía, e pelo

fato de ter sido criada para ser sede administrativa, posto militar e porto ligado às rotas atlânticas portuguesas e à expansão para o interior das terras americanas. Já Edelweiss (*ibidem*, p. 289) defende a popularidade da forma Bahia pelo fato de que “Cidade do Salvador”, “nome oficial dado por instruções do governo português, trouxe do seu berço o cunho burocrático, que o relegou, mais e mais, às dependências governamentais, onde a custo faz valer os seus legítimos direitos”.

Concordando com esse ponto de vista, Jorge Amado, em *Bahia de Todos os Santos: guia de ruas e mistérios*, defende o uso de Bahia para identificar a cidade de Salvador como sendo uma preferência popular.

Podem eles perder o tempo que quiserem, podem encher colunas de jornais com massudos e maçantes artigos, escrever grossos volumes que ninguém lê, xingar, esbravejar, o povo continua chamando sua cidade pelo doce nome de Bahia. Esta é a cidade da Bahia. Assim a trata o povo de suas ruas desde a sua fundação em 1º de novembro de 1549 (AMADO, 2002, p. 25).

Brandão (2015) afirma que essa preferência ultrapassa as páginas das histórias imaginadas por Jorge Amado, fazendo parte do imaginário da população interiorana. “É comum, principalmente entre os mais velhos, ouvir as frases: ‘vou para a Bahia’, ‘cheguei da Bahia’, usando o nome do Estado como o nome da cidade” (*ibidem*, p. 37).

No entanto, além de uso popular, em obras literárias e correspondências de antigos moradores da cidade, a forma Bahia é também encontrada em documentos históricos e oficiais. Em documento de 6 de junho de 1619 do *Livro Velho do Tombo*, do Mosteiro de São Bento da Bahia, além de Cidade do Salvador, Telles (2015, p. 65-66) encontra a cidade fortaleza identificada como Bahia, Cidade da Bahia, Bahia de Todos os Santos e Cidade do Salvador (da) Bahia de Todos os Santos.

O topônimo Bahia tem origem na denominação dada por Américo Vespúcio à grande baía encontrada em sua primeira viagem ao litoral brasileiro, em 1º de novembro de 1501. Seguindo determinação da metrópole de nomear os acidentes geográficos encontrados na nova terra com os nomes dos santos do dia, a exuberante Kirimurê, o “grande mar interior do povo Tupinambá”, como a identifica Araújo (2011), foi renomeada Bahia de Todos os Santos. Bahia com h, que é a forma portuguesa antiga para baía. A grafia foi conservada no Brasil por uma questão de tradição e foi consagrada como exceção no *Formulário Ortográfico de 1943*, conjunto de instruções estabelecido pela Academia Brasileira de Letras para a organização do *Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa* desse ano, no item 42: “Os topônimos de tradição histórica secular não sofrem alteração alguma na sua grafia, quando já esteja

consagrada pelo consenso diuturno dos brasileiros. Sirva de exemplo o topônimo ‘Bahia’, que conservará esta forma quando se aplicar em referência ao Estado e à cidade que têm esse nome” (ACORDO..., [198-]).

Segundo Tavares (2008, p. 50), o nome Bahia de Todos os Santos foi aplicado em 1548 à Capitania doada a Francisco Pereira Coutinho, se estendendo “folgadoamente ao litoral e ao interior na segunda metade do Século XVI” e englobando os territórios das antigas Capitânicas de Porto Seguro e São Jorge dos Ilhéus. O autor acrescenta que, na *Annua da Província da Bahia* (1624/1625), o padre Antonio Vieira afirma que, por ser “formosa”, a baía deu nome à cidade, e complementa com a afirmação do Frei Vicente do Salvador, um dos primeiros historiadores da Bahia, sobre a adoção do nome pela Capitania: “Toma esta capitania o nome de Bahia por ter huma tão grande, que por antonomázia e excelência se levanta com o nome commum e apropriando-se a si se chama Bahia” (*ibidem*, p. 50).

Entende-se assim que, identificando o estado da Bahia ou a cidade de Salvador, o topônimo Bahia encontra-se profundamente ligado ao local que designa, atendendo, desse modo, à exigência de Dick (1992), o que o torna insubstituível:

O valor de um topônimo transcende, certamente, ao próprio momento do batismo, na medida em que se presta a um fim utilitário – a identificação dos lugares. Mais evidente se torna esse aspecto, quando houver uma ‘adequação’ entre o nome escolhido e o local por ele designado. Um topônimo que se revista de tais caracteres tende a se tornar insubstituível no seio da comunidade, porque lhes exprime a ‘marca da história’ (DICK, 1992, p. 207).

Por considerar que, além do topônimo Bahia, os demais designativos de municípios do Estado que constituem o *corpus* dessa pesquisa também apresentam uma “adequação” com o local designado, desenvolve-se em seguida uma análise desses signos, buscando identificar o que os tornam também insubstituíveis no seio de suas comunidades. Para tanto, considera-se os aspectos relativos aos recursos naturais, os processos produtivos e de ocupação territorial, os grupos étnicos e as manifestações culturais por eles compartilhadas.

Desse modo, buscando encontrar a “marca da história” em cada um dos topônimos analisados, apresentam-se as relações identificadas entre esses signos onomásticos e os aspectos culturais e identitários de seus respectivos Territórios de Identidade, responsáveis pela construção do sentimento de pertencimento e por caracterizar a especificidade de cada região.

5.5.1 TI 01

Figura 4 – Localização do TI 01.

Fonte: BAHIA, 2011, v. 20, p. 17.

Localizado no centro-oeste da Bahia, na zona fisiográfica da Chapada Diamantina Setentrional, o TI Irecê está representado na EMB por três municípios: (01) Irecê, (02) Gentio do Ouro e (03) Xique-Xique, cujos topônimos guardam as marcas históricas do seu processo de povoamento e das restrições climáticas a que a região está sujeita. A ocupação da região teve início no século XVI, com a busca por metais preciosos. Mais tarde, a exploração de minérios na Serra do Assuruá deu origem ao etnotopônimo Gentio do Ouro, uma alusão ao contingente humano que participava dessa atividade.

Por estar localizado no Polígono da Seca, o clima é classificado como semiárido, assim definido por apresentar uma estação de estiagem que perdura aproximadamente nove meses no ano, com um breve período de chuva de três meses. Em decorrência disso, Miranda (2010) afirma que a sua população adotava como estratégia de sobrevivência, na fase inicial de povoamento, dispersar-se em busca de água nos períodos de muita escassez. O hidrotopônimo Irecê, nome dado pelo tupinólogo Theodoro Sampaio e que significa “sobre águas ou rio subterrâneo” (IBGE, 1958, v. XX, p. 291), representa um testemunho dessa característica do TI 01.

A má distribuição de chuvas constitui-se em traço identificador dessa região que tem a caatinga como vegetação predominante. Permanecendo a maior parte do tempo seca e aparentemente morta, na caatinga preponderam os mandacarus, os xiquexiques, os facheiros, os umbuzeiros, as aroeiras, as quixabeiras e as barrigudas, vegetação capaz de resistir a períodos longos de estiagem. É dessa vegetação resistente que surgiu o fitotopônimo Xique-Xique, nome pelo qual os nativos identificavam o cacto muito comum na região.

Figura 5 – Cacto xiquexique (*Pilosocereus gounellei*).



Fonte: CASAPRO, [20--].

Apresenta-se a seguir um quadro resumo dos dados constantes nas fichas lexicográfico-toponímicas do TI 01.

Quadro 3 – Resumo dos dados coletados referentes aos topônimos do TI 01.

Natureza do topônimo	Taxionomia	Topônimo	Origem	Estrutura
Física	Fitotopônimo	Xique-Xique	Indígena	Elemento composto
	Hidrotopônimo	Irecê	Indígena	Elemento simples
Antropo-cultural	Etnotopônimo	Gentio do Ouro	Portuguesa	Elemento composto

5.5.2 TI 02

Figura 6 – Localização do TI 02.

Fonte: BAHIA, 2010, v. 10, p. 17.

O TI Velho Chico é constituído pelos municípios situados no Vale do São Francisco, envolvendo as regiões econômicas do Médio São Francisco, da Chapada Diamantina e da Serra Geral. É representado na EMB por sete municípios: (04) Barra, (05) Bom Jesus da Lapa, (06) Brotas de Macaúbas, (07) Carinhanha, (08) Oliveira dos Brejinhos, (09) Paratinga e (10) Riacho de Santana.

O Rio São Francisco representa, efetivamente, a identidade desse TI. Desde o período inicial de colonização do país, é tido como o rio da integração nacional, em função da sua localização (entre a região aurífera e Salvador, então capital da colônia) e por ser uma via de comunicação da Região Nordeste com o sul do país. Considerado como o principal responsável pela chegada do colonizador à região, “fez-se presente na formação da cultura e dos hábitos de seus moradores, constituindo-se no seu mais importante meio de sobrevivência e concentrando em suas margens grande parte dos residentes do território” (SOUZA, 2013, p. 74).

Figura 7 – Carrancas do Rio São Francisco.



Fonte: NATUREZA..., [20--].

Também conhecido como “Rio dos Currais”, em função da atividade pecuária desenvolvida em suas margens, o Rio São Francisco vem determinando a vida dos habitantes da região, que seguem o seu ritmo, à mercê de suas enchentes e vazantes.

Tendo o rio como a força motriz do povo, a região do Médio São Francisco é ‘singular e plural’. Singular pelas peculiaridades individuais, pela presença marcante do Rio São Francisco, fator determinante do desenvolvimento regional; e plural pela diversidade de culturas e de modos de vida presentes, pela identidade dos seus povos. É esta mistura cultural que forma a identidade territorial do Velho Chico, pautada nas condições econômica, social e cultural ligada ao rio. Rio que é o fio de inspiração dos artistas, da cultura e do povo ribeirinho (PTDRS-VELHO CHICO, 2008, p. 13).

Considerando a importância do São Francisco, esperava-se essa presença também na toponímia do TI 02, o que foi comprovado nos dados coletados: dos sete municípios que o representam na EMB, três são hidrotopônimos e fazem referência às águas do Velho Chico e seus afluentes: Barra, Paratinga e Riacho de Santana.

Outra característica também marcante no TI 02 está presente na toponímia: a influência religiosa, nos hierotopônimos Bom Jesus da Lapa, cujo município, conhecido pelo turismo religioso, é responsável pela segunda maior festa religiosa católica do país, a Procissão ou Romaria de Bom Jesus; e em Brotas de Macaúbas e Oliveira dos Brejinhos, testemunhos dos cultos a Nossa Senhora das Brotas e Nossa Senhora das Oliveiras, trazidos

ao Brasil pelos primeiros agricultores e pecuaristas durante o período colonial, como afirma Carvalho (2014).

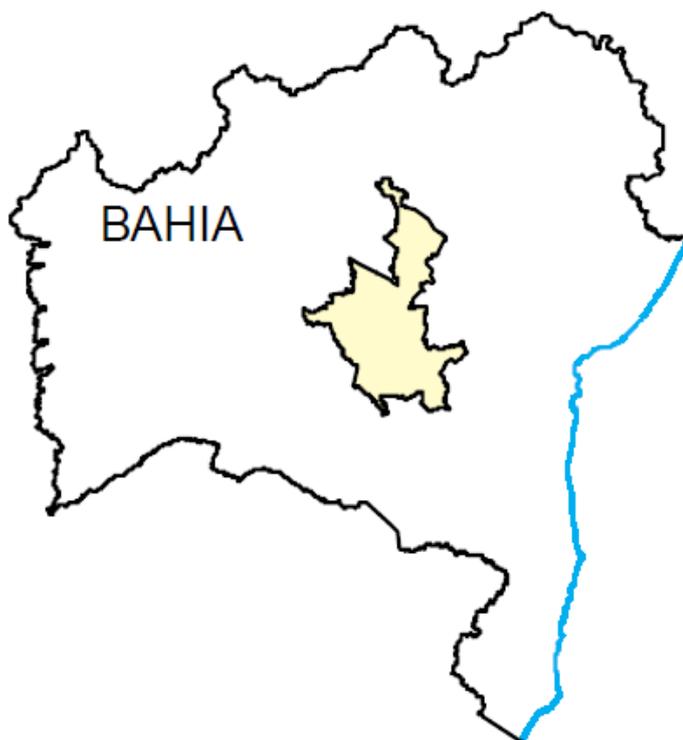
Apresenta-se a seguir um quadro resumo dos dados constantes nas fichas lexicográfico-toponímicas do TI 02.

Quadro 4 – Resumo dos dados coletados referentes aos topônimos do TI 02.

Natureza do topônimo	Taxionomia	Topônimo	Origem	Estrutura
Física	Hidrotopônimo	Barra	Portuguesa	Elemento simples
		Riacho de Santana	Portuguesa	Elemento composto
		Paratinga	Indígena	Elemento simples
	Zootopônimo	Carinhanha	Indígena	Elemento simples
Antropo-cultural	Hierotopônimo	Bom Jesus da Lapa	Portuguesa	Elemento composto
		Brotas de Macaúbas	Híbrida	Elemento composto híbrido
		Oliveira dos Brejinhos	Portuguesa	Elemento composto

5.5.3 TI 03

Figura 8 – Localização do TI 03.



Fonte: BAHIA, 2011, v. 15, p. 17.

Localizado no centro do Estado, na Mesorregião Centro-Sul Baiano, o TI Chapada Diamantina abriga, em sua vasta extensão, um grande conjunto de serras de considerável heterogeneidade em relação ao clima, ao solo, à fauna e à vegetação. É representado na EMB por onze municípios: (11) Andaraí, (12) Barra da Estiva, (13) Ibitiara, (14) Lençóis, (15) Morro do Chapéu, (16) Mucugê, (17) Palmeiras, (18) Piatã, (19) Rio de Contas, (20) Seabra e (21) Utinga.

A formação econômica e social da Chapada Diamantina teve como fator principal o ciclo da mineração, que se estendeu dos séculos XVIII a XIX, sendo a formação cultural da região calcada no garimpo e na figura do garimpeiro. Segundo Oliveira (2008), a principal comemoração da cidade de Lençóis ainda é a festa do Senhor Bom Jesus dos Passos, o padroeiro dos garimpeiros. O ergotopônimo Lençóis é um testemunho desse período, quando o grande número de aventureiros em busca de riqueza mineral exigiu um improvisado nas moradias.

A conjugação dos fatores relevo, flora, fauna e recursos hídricos proporcionam ao TI 03 uma singular beleza. Os geomorfotopônimos Ibitiara e Morro do Chapéu representam a deslumbrante riqueza do seu relevo, marcado por grandiosas cadeias de montanhas, enquanto os fitotopônimos Mucugê e Palmeiras são exemplos da diversidade de plantas existentes, comparada à da Amazônia. Os hidrotopônimos Barra da Estiva, Rio de Contas e Utinga, por sua vez, fazem referência aos dois maiores rios baianos: o Rio de Contas e o Rio Paraguauçu, que nascem nesse TI.

Figura 9 – Morro do Pai Inácio, Parque Nacional da Chapada Diamantina.



Fonte: NATUREZA..., [20--].

Apresenta-se a seguir um quadro resumo dos dados constantes nas fichas lexicográfico-toponímicas do TI 03.

Quadro 5 – Resumo dos dados coletados referentes aos topônimos do TI 03.

Natureza do topônimo	Taxionomia	Topônimo	Origem	Estrutura
Física	Fitotopônimo	Mucugê	Indígena	Elemento simples
		Palmeiras	Portuguesa	Elemento simples
	Geomorfotopônimo	Ibitiara	Indígena	Elemento simples
		Morro do Chapéu	Portuguesa	Elemento composto
	Hidrotopônimo	Barra da Estiva	Portuguesa	Elemento composto
		Rio de Contas	Portuguesa	Elemento composto
		Utinga	Indígena	Elemento simples
Zootopônimo	Andaraí	Indígena	Elemento simples	
Antropo-cultural	Animotopônimo	Piatã	Indígena	Elemento simples
	Antropotopônimo	Seabra	Portuguesa	Elemento simples
	Ergotopônimo	Lençóis	Portuguesa	Elemento simples

5.5.4 TI 04

Figura 10 – Localização do TI 04.



Fonte: BAHIA, 2011, v. 23, p. 17.

O TI Sisal, mais conhecido como Região Sisaleira da Bahia, está localizado no domínio morfoclimático do semiárido, o nordeste do Estado. É representado na EMB por sete

municípios: (22) Conceição do Coité, (23) Itiúba, (24) Monte Santo, (25) Queimadas, (26) Santaluz, (27) Serrinha e (28) Tucano.

É caracterizado pela predominância da economia agrícola, sendo a produção do sisal (*agave sisalana*), planta rústica originária do México e cultivada em pequenas propriedades, sua principal fonte de renda, assumindo relevante função social por ocupar grande parte da força de trabalho da região (PROJETO..., 2011).

Figura 11– Secagem do sisal (*Agave sisalana*)



Fonte: DIÁRIO..., [20--].

Ainda de acordo com o Projeto do MDA, os historiadores reconhecem que, encravada no sertão, a região do sisal é marcada pelo mesmo tipo de expansão político-econômica da região semiárida e do conjunto do Nordeste: dos tempos coloniais herdou a cultura do latifúndio, o assistencialismo, o paternalismo e uma forte visão místico-religiosa de mundo, marca característica do sertanejo, que concilia a produção, a cultura e a fé.

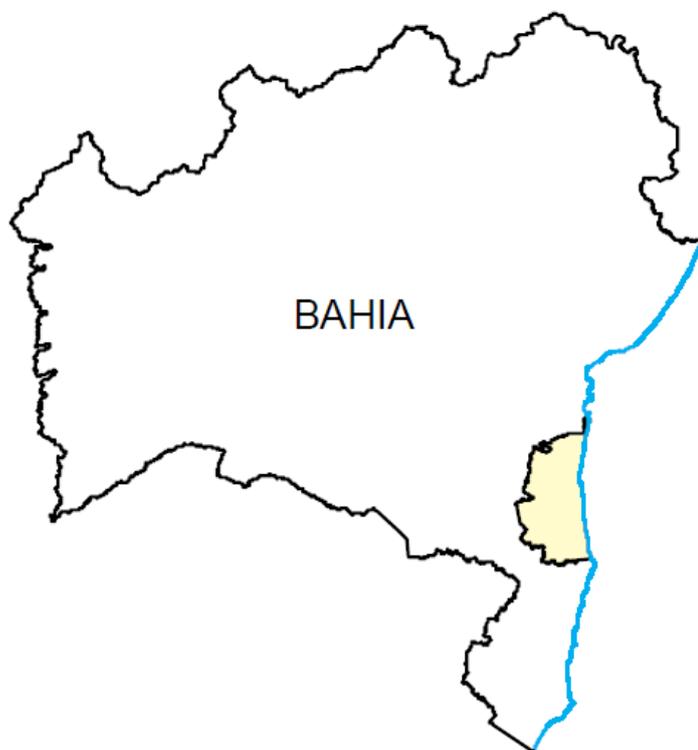
A visão místico-religiosa do sertanejo é evidenciada nos hierotopônimos Conceição do Coité e Santaluz, enquanto os geomorfotopônimos Itiúba, Monte Santo e Serrinha relacionam-se às formas de relevo do TI 04.

Apresenta-se a seguir um quadro resumo dos dados constantes nas fichas lexicográfico-toponímicas do TI 04.

Quadro 6 – Resumo dos dados coletados referentes aos topônimos do TI 04.

Natureza do topônimo	Taxionomia	Topônimo	Origem	Estrutura
Física	Geomorfotopônimo	Itiúba	Indígena	Elemento simples
		Monte Santo	Portuguesa	Elemento composto
		Serrinha	Portuguesa	Elemento simples
Antropo-cultural	Ecotopônimo	Tucano	Indígena	Elemento simples
	Hierotopônimo	Santaluz	Portuguesa	Elemento simples
		Conceição do Coité	Híbrida	Elemento composto híbrido
	Sociotopônimo	Queimadas	Portuguesa	Elemento simples

5.5.5 TI 05

Figura 12 – Localização do TI 05.

Fonte: BAHIA, 2009, v. 2, p. 17.

Caracterizado por apresentar alta diversidade e complexidade cultural, o TI Litoral Sul localiza-se, em sua maior parte, na região litorânea sul do Estado, e é representado na EMB por onze municípios: (29) Canavieiras, (30) Coaraci, (31) Ibicaraí, (32) Ilhéus, (33) Itabuna, (34) Itacaré, (35) Itajuípe, (36) Marauá, (37) Ubaitaba, (38) Una e (39) Uruçuca.

Embora a manifestação de identidade descrita no Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável do Território Litoral Sul (PTDS-LITORAL SUL, 2010) seja

baseada na expressão socioeconômica, identificada pela cultura do cacau, o TI 05 é também marcado pela forte presença de agricultores, assentados de reforma agrária, membros das comunidades quilombolas, indígenas, povos de terreiro, pequenas comunidades de pescadores e uma expressiva diversidade de manifestações culturais.

A história da cacauicultura na Bahia se confunde com a própria história da região, pois, como afirmado no PTDS, o cacau promoveu o desbravamento para o interior, fundando cidades, formando gerações e criando uma civilização no sul da Bahia, um patrimônio, uma identidade histórico-cultural determinada por essa atividade agrícola. O geomorfotopônimo Ilhéus constitui-se um patrimônio da história dessa região, que teve o seu processo de colonização iniciado com a implantação do sistema de capitanias e a criação da Capitania São Jorge dos Ilhéus em 1534. Graças ao ciclo do cacau, Ilhéus ganhou fama em todo o Brasil, enriquecendo proprietários de terra e embalando o sonho dos lavradores.

Figura 13 – Cacaueiro (*Theobroma cacao*).



Fonte: CEPLAC, 2015.

Outro aspecto de grande expressividade observado no TI 05 refere-se à questão indígena e à demarcação de suas terras, aspecto esse que se reflete no número significativo de topônimos de origem indígena presentes na região, tanto instituídos no período colonial, como Marau e Una, quanto resultantes das mudanças toponímicas para atender aos decretos nacionalistas do Estado Novo: Coaraci, Ibicarai, Itajuípe, Ubaitaba e Uruçuca, que, como

anteriormente esclarecido, recomendava, em casos de mudança, “a adoção de nomes indígenas ou outros com propriedade local” (BRASIL, 1943, p. 15750).

Apresenta-se a seguir um quadro resumo dos dados constantes nas fichas lexicográfico-toponímicas do TI 05.

Quadro 7 – Resumo dos dados coletados referentes aos topônimos do TI 05.

Natureza do topônimo	Taxionomia	Topônimo	Origem	Estrutura
Física	Cromotopônimo	Una	Indígena	Elemento simples
	Fitotopônimo	Canavieiras	Portuguesa	Elemento simples
	Geomorfotopônimo	Ilhéus	Portuguesa	Elemento simples
	Litotopônimo	Itabuna	Indígena	Elemento simples
		Itacaré	Indígena	Elemento simples
	Itajuípe	Indígena	Elemento simples	
Antropo-cultural	Ecotopônimo	Uruçuca	Indígena	Elemento simples
	Etnotopônimo	Marauá	Indígena	Elemento simples
	Hierotopônimo	Ibicaí	Indígena	Elemento simples
	Mitotopônimo	Coaraci	Indígena	Elemento simples
	Poliotopônimo	Ubaitaba	Indígena	Elemento simples

5.5.6 TI 06

Figura 14 – Localização do TI 06.



Fonte: BAHIA, 2011, v. 14, p. 17.

O TI Baixo Sul pertence ao domínio da Mata Atlântica, atualmente reconhecida internacionalmente como um dos conjuntos de ecossistemas de maior biodiversidade do mundo, e é representado na EMB por oito municípios: (40) Aratuípe, (41) Cairu, (42) Camamu, (43) Ituberá, (44) Jaguaripe, (45) Nilo Peçanha, (46) Taperoá e (47) Valença.

Historicamente, a região caracterizou-se como uma área pioneira no processo de ocupação do Brasil no século XVI, tendo em vista que as principais vias de penetração para o interior tiveram como ponto de origem os municípios de Cairu e Valença. Esses designativos registram o contato inicial entre as duas culturas: a indígena, preservada no zootopônimo Cairu, e a portuguesa, no corotopônimo Valença, nome de vila transplantada da metrópole por determinação das reformas pombalinas, no período compreendido entre 1759 e 1822, quando aldeias de índios pacificados pelos jesuítas foram transformadas em vilas e receberam nomes de vilas portuguesas.

Figura 15 – Prédio da Câmara Municipal de Valença (1854).



Fonte: BAHIAURSA, 2013.

Inserido na região da Bacia Hidrográfica do Recôncavo Sul, o TI 06 constitui-se em uma área extremamente rica em recursos hídricos, com cursos d'água e expressivos complexos de mangues e quedas d'água de grande poder de atração turística, o que, segundo o Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável do Território Baixo Sul (PTDS-BAIXO SUL, 2010), denota um valor ambiental e significado econômico, sobretudo para as

populações ribeirinhas. Considerando que os principais centros urbanos da região foram formados nas proximidades destes cursos d'água, entende-se a presença de hidrotônimos nesse território, com as povoações formadas adotando e preservando os primitivos nomes dos seus acidentes hídricos: Camamu e Ituberá, enquanto que a diversidade ambiental da Mata Atlântica se expressa nos zootônimos Aratuípe, Cairu e Jaguaripe.

Apresenta-se a seguir um quadro resumo dos dados constantes nas fichas lexicográfico-toponímicas do TI 06.

Quadro 8 – Resumo dos dados coletados referentes aos topônimos do TI 06.

Natureza do topônimo	Taxionomia	Topônimo	Origem	Estrutura
Física	Hidrotopônimo	Camamu	Indígena	Elemento simples
		Ituberá	Indígena	Elemento simples
	Zootopônimo	Aratuípe	Indígena	Elemento simples
		Cairu	Indígena	Elemento simples
		Jaguaripe	Indígena	Elemento simples
Antropo-cultural	Antropotopônimo	Nilo Peçanha	Portuguesa	Elemento composto
	Corotopônimo	Valença	Portuguesa	Elemento simples
	Etnotopônimo	Taperoá	Indígena	Elemento simples

5.5.7 TI 07

Figura 16 – Localização do TI 07.



Fonte: BAHIA, 2010, v. 11, p. 17.

O espaço identificado como TI Extremo Sul, inserido no bioma Mata Atlântica, constitui-se em um dos pontos de referência nos estudos sobre a chegada dos portugueses no Brasil e o início do processo de colonização, o que o classifica cronologicamente como uma região antiga, representada na EMB pelos seguintes municípios: (48) Alcobaça, (49) Caravelas, (50) Mucuri e (51) Prado.

A região, que tem no turismo uma das suas principais atividades econômicas, possui várias unidades de conservação: Área de Proteção Permanente (APA) da Ponta da Baleia/Abrolhos, Parque Nacional Marinho dos Abrolhos, Reserva Extrativista de Cassurubá, APA da Costa Dourada e o Parque Nacional do Descobrimento, criado em 20 de abril de 1999, nas comemorações dos 500 anos do Brasil, no município de Prado, como tentativa de preservar remanescentes de Mata Atlântica (SIPAC..., [201-]).

Figura 17 – Índios Pataxó (Parque Nacional do Descobrimento).



Fonte: INDÍGENAS..., 2014.

Os processos de ocupação e ordenamento do espaço da região remetem às primeiras ocupações do território nacional com suas principais cidades apresentando um forte padrão arquitetônico histórico colonial. Nessas cidades é possível encontrar fragmentos de culturas passadas, seja na forma material e imaterial, de grupos indígenas, que habitam de forma difusa o litoral, e de antigos escravos que resistem dentro dos pequenos núcleos de quilombolas (CERQUEIRA NETO, 2011).

Esses fragmentos também podem ser encontrados nos topônimos que estão inseridos no TI 07 e constituem-se marcas culturais do processo de colonização e ocupação do território brasileiro. A referência à chegada do colonizador está registrada no ergotopônimo Caravelas, enquanto os corotopônimos Alcobaça e Prado evidenciam a forte presença portuguesa na região, representada nos nomes transplantados de Portugal.

Apresenta-se a seguir um quadro resumo dos dados constantes nas fichas lexicográfico-toponímicas do TI 07.

Quadro 9 – Resumo dos dados coletados referentes aos topônimos do TI 07.

Natureza do topônimo	Taxionomia	Topônimo	Origem	Estrutura
Física	Fitotopônimo	Mucuri	Indígena	Elemento simples
Antropo-cultural	Corotopônimo	Alcobaça	Portuguesa	Elemento simples
		Prado	Portuguesa	Elemento simples
	Ergotopônimo	Caravelas	Portuguesa	Elemento simples

5.5.8 TI 08

Figura 18 – Localização do TI 08.



Fonte: BAHIA, 2010, v. 8, p. 17.

Caracterizado pela grande diversidade climática, com áreas semiáridas coexistindo com espaços úmidos a subúmidos, o TI Médio Sudoeste integra, junto com os TI de Vitória da Conquista, Bacia do Paramirim e Sertão Produtivo, a região sociocultural denominada Serra Geral/Sudoeste, e está representado na EMB pelos seguintes municípios: (52) Ibicui, (53) Iguai, (54) Itambé, (55) Itapetinga, (56) Macarani e (57) Potiraguá.

Analisando o passado comum a todos os municípios do TI 08, especialmente os marcos simbólicos da principal atividade que originou a sua ocupação territorial, a pecuária, e o ambiente onde ela é praticada, Matos (2014) reconhece que é possível perceber como é forte essa herança rural e o sentimento de pertencimento à terra, à roça, ao chão, mesmo para quem vive na cidade. É nesse contexto que se localiza culturalmente esse TI que guarda suas raízes entre as serras, vales e fazendas da região, evidenciadas nos topônimos que o representam, todos de origem indígena e de natureza física, relacionados à constituição do solo, os litotopônimos Itambé, Itapetinga e Ibicui; aos acidentes hidrográficos, o hidrotopônimo Iguai; aos recursos vegetais, o fitotopônimo Macarani; e às formas topográficas, o geomorfotopônimo Potiraguá. Com 1.226 metros de altitude, a Serra do Ouro, no município de Iguai, é um exemplo da beleza topográfica da região.

Figura 19 – Serra do Ouro (Iguai).



Fonte: ROMARIA..., 2014.

Apresenta-se a seguir um quadro resumo dos dados constantes nas fichas lexicográfico-toponímicas do TI 08.

Quadro 10 – Resumo dos dados coletados referentes aos topônimos do TI 08.

Natureza do topônimo	Taxionomia	Topônimo	Origem	Estrutura	
Física	Fitotopônimo	Macarani	Indígena	Elemento simples	
	Geomorfotopônimo	Potiraguá	Indígena	Elemento simples	
	Hidrotopônimo	Iguaí	Indígena	Elemento simples	
	Litotopônimo		Itambé	Indígena	Elemento simples
			Itapetinga	Indígena	Elemento simples
			Ibicuí	Indígena	Elemento simples

5.5.9 TI 09

Figura 20 – Localização do TI 09.

Fonte: BAHIA, 2011, v. 17, p. 17.

O TI Vale do Jiquiriçá está situado a oeste do Recôncavo da Bahia e envolve os municípios que fazem parte da bacia hidrográfica do Rio Jiquiriçá. Na EMB está representado pelos seguintes municípios: (58) Amargosa, (59) Brejões, (60) Itaquara, (61) Itiruçu, (62) Jaguaquara, (63) Jiquiriçá, (64) Laje, (65) Maracás, (66) Mutuípe, (67) Santa Inês, (68) São Miguel das Matas e (69) Ubaíra.

A região ocupa quatro regiões fito climáticas distintas, possuindo desde o clima ameno do litoral Atlântico até os rigores do semiárido, o que determina uma paisagem bem diversificada, seja natural ou decorrente da ação humana, com altitudes que atingem 1000m

em contraste com as baixadas litorâneas, com culturas agrícolas praiieras (dendê e coco-da-baía) e o sertão castigado pelas estiagens (ALMEIDA, 2008).

A diversidade do seu território está expressa em sua toponímia, predominantemente de natureza física: os geomorfotopônimos Brejões, Itaquara e Itiruçu, e os zootopônimos Amargosa, Mutuípe e Ubaíra. No entanto, é mais evidente no litotopônimo Jiquiriçá, mesmo nome do rio que serve como referência cultural comum e sempre representou o eixo de comunicação natural para a população.

Figura 21 – Foz do Rio Jiquiriçá.



Fonte: MOSS, 2012.

Apresenta-se a seguir um quadro resumo dos dados constantes nas fichas lexicográfico-toponímicas do TI 09.

Quadro 11 – Resumo dos dados coletados referentes aos topônimos do TI 09.

Natureza do topônimo	Taxionomia	Topônimo	Origem	Estrutura
Física	Geomorfotopônimo	Brejões	Portuguesa	Elemento simples
		Itaquara	Indígena	Elemento simples
		Itiruçu	Indígena	Elemento simples
	Litotopônimo	Jiquiriçá	Indígena	Elemento simples
		Laje	Portuguesa	Elemento simples
	Zootopônimo	Amargosa	Portuguesa	Elemento simples
		Mutuípe	Indígena	Elemento simples
Ubaíra		Indígena	Elemento simples	
Antropo-cultural	Ecotopônimo	Jaguaquara	Indígena	Elemento simples
	Etnotopônimo	Maracás	Indígena	Elemento simples
	Hagiotopônimo	Santa Inês	Portuguesa	Elemento composto
		São Miguel das Matas	Portuguesa	Elemento composto

5.5.10 TI 10

Figura 22 – Localização do TI 10.

Fonte: BAHIA, 2010, v. 7, p. 17.

Localizado no extremo norte do Estado, o TI Sertão do São Francisco faz divisa com os estados do Piauí e de Pernambuco, tendo o Rio São Francisco como marco divisório com este Estado. Na EMB, está representado pelos seguintes municípios: (70) Casa Nova, (71) Curaçá, (72) Juazeiro, (73) Pilão Arcado, (74) Remanso, (75) Sento Sé e (76) Uauá.

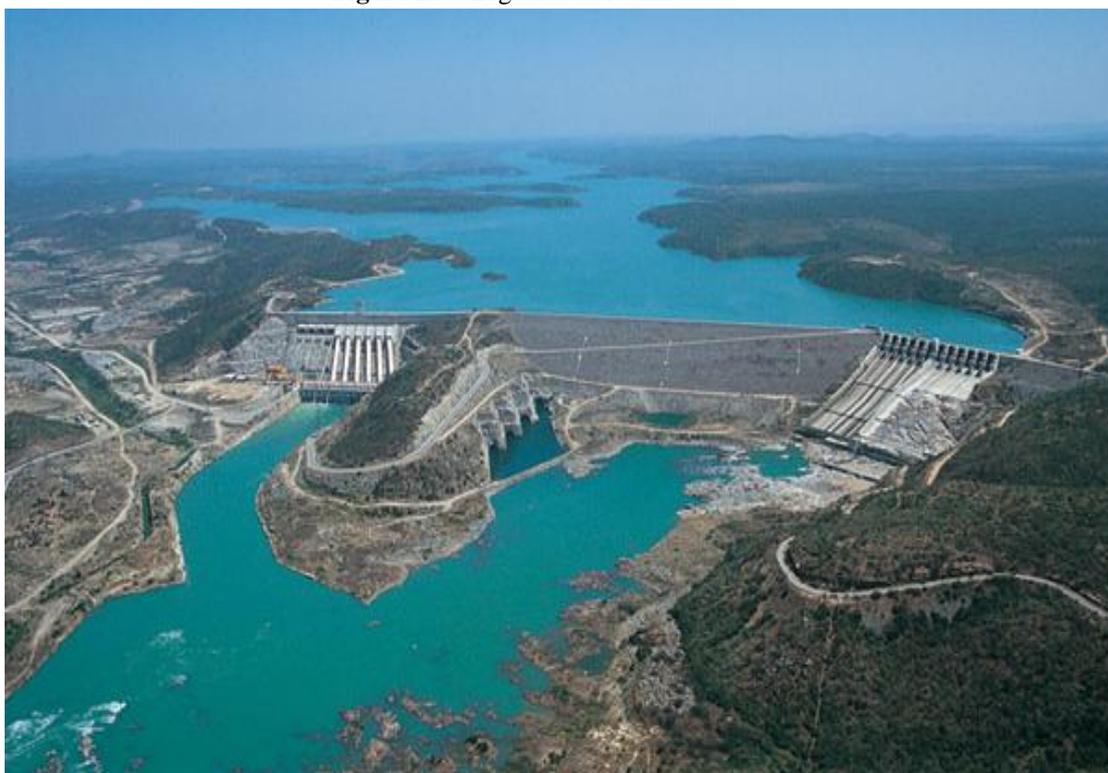
De acordo com informações presentes no Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Território Sertão do São Francisco (PTDRS-SERTÃO DO SÃO FRANCISCO, 2008), a construção da identidade da região está intimamente relacionada ao processo histórico de ocupação, iniciado ainda no século XVI, caracterizado pelo desenvolvimento da pecuária extensiva e dos garimpos, que, desde seus primórdios, foi viabilizado pelas condições oferecidas pelo Rio São Francisco. O fitotopônimo Juazeiro guarda o registro desse processo, quando a árvore serviu para identificar o “ponto de descanso” das boiadas vindas de Piauí e Pernambuco que atravessavam o rio.

Tanto o hidrotopônimo Remanso, que se refere à diminuição da correnteza desse rio, quanto o ergotônimo Pilão Arcado, ligado à lenda da descoberta, à sua margem, do

utensílio utilizado para moer o sal para salgar o peixe, guardam na memória a importância do São Francisco, que além de fator determinante do ponto de vista econômico, moldou a face política, social e cultural da região.

Inserido no bioma Caatinga, tem, entre os seus recursos naturais, o Lago de Sobradinho, um dos maiores lagos artificiais do mundo, construído com o represamento das águas do Rio São Francisco.

Figura 23 – Lago de Sobradinho.



Fonte: PORTAL..., 2015.

Apresenta-se a seguir um quadro resumo dos dados constantes nas fichas lexicográfico-toponímicas do TI 10.

Quadro 12 – Resumo dos dados coletados referentes aos topônimos do TI 10.

Natureza do topônimo	Taxionomia	Topônimo	Origem	Estrutura
Física	Fitotopônimo	Curaçá	Indígena	Elemento simples
		Juazeiro	Indígena	Elemento simples
	Hidrotopônimo	Remanso	Portuguesa	Elemento simples
	Zootopônimo	Uauá	Indígena	Elemento simples
Antropo-cultural	Ecotopônimo	Casa Nova	Portuguesa	Elemento composto
	Etnotopônimo	Sento Sé	Indígena	Elemento composto
	Ergotopônimo	Pilão Arcado	Portuguesa	Elemento composto

5.5.11 TI 11

Figura 24 – Localização do TI 11.

Fonte: BAHIA, 2009, v. 3, p. 17.

O TI Bacia do Rio Grande localiza-se no oeste da Bahia nos limites da bacia do Rio Grande, principal afluente do São Francisco na Bahia, considerada a mais extensa, mais densa hidrograficamente e também a mais ocupada pela produção agrícola no Estado. Na EMB, está representado pelos seguintes municípios: (77) Angical, (78) Barreiras, (79) Cotegipe e (80) Ibipetuba, que teve o seu topônimo alterado para Santa Rita de Cássia, pela Lei Estadual n. 3.080, de 11 de dezembro de 1972.

Apresentando realidades bem diversas nos seus municípios em termos de economia, população, extensão territorial, entre outros aspectos, o TI 11 insere-se predominantemente no bioma Cerrado, cuja rica vegetação encontra-se registrada e preservada no fitotopônimo Angical, nome motivado pelas matas de angico, uma espécie de acácia brasileira, comum na região.

Figura 25 – Flor do angico-branco (*Anadenanthera falcata*).



Fonte: INSTITUTO..., [20--].

O início do povoamento remonta à primeira metade do século XVI, período no qual o território pertencia à capitania hereditária que compreende hoje o estado de Pernambuco, e está totalmente atrelado à dinâmica social e econômica do Rio São Francisco e à grande circulação de mercadorias por ele propiciada (SANTOS, E., 2014). O geomorfotopônimo Barreiras, uma referência aos altos barrancos existentes na margem direita do Rio Grande, marca a forte dependência dos seus acidentes hídricos, que tornaram essa cidade um dos principais entrepostos comerciais da região até o final do século XVIII.

Apresenta-se a seguir um quadro resumo dos dados constantes nas fichas lexicográfico-toponímicas do TI 11.

Quadro 13 – Resumo dos dados coletados referentes aos topônimos do TI 11.

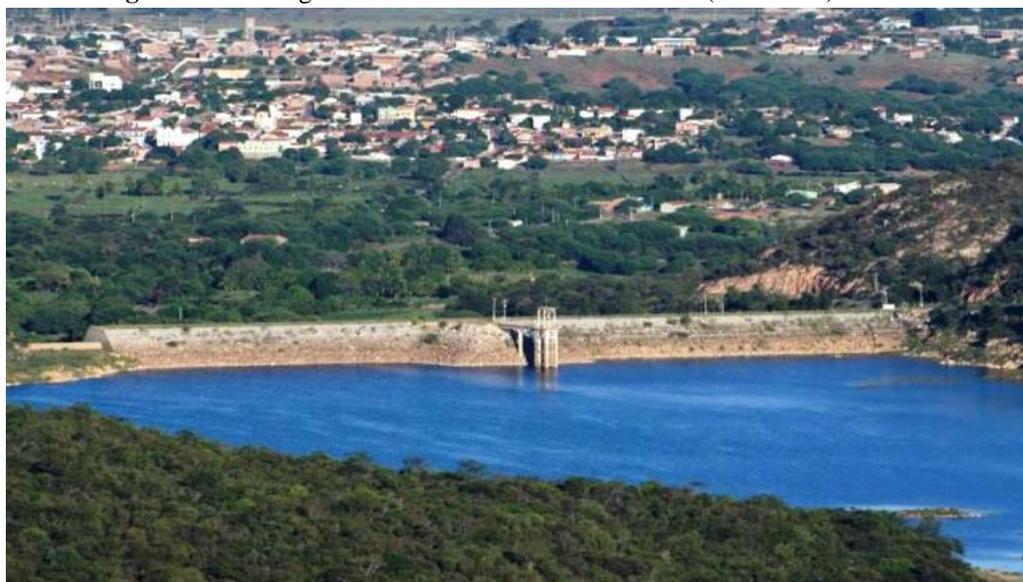
Natureza do topônimo	Taxionomia	Topônimo	Origem	Estrutura
Física	Geomorfotopônimo	Barreiras	Portuguesa	Elemento simples
		Ibipetuba (atual Santa Rita de Cássia)	Indígena	Elemento simples
	Fitotopônimo	Angical	Indígena	Elemento simples
Antropo-cultural	Axiotopônimo	Cotegipe	Indígena	Elemento simples

5.5.12 TI 12

Figura 26 – Localização do TI 12.

Fonte: BAHIA, 2011, v. 19, p. 17.

O TI Bacia do Paramirim localiza-se integralmente no semiárido baiano, no chamado Polígono das Secas, com clima variando de tropical semiárido para subúmido a seco. O Rio Paramirim – que batiza o território – é a principal fonte hídrica e o referente identitário da região (PERFIL..., 2015). Na EMB, está representado pelos seguintes municípios: (81) Macaúbas e (82) Paramirim.

Figura 27 – Barragem do Zabumbão no Rio Paramirim (Paramirim).

Fonte: UNIÃO..., 2016.

A formação do seu povo é marcada pela forte presença da miscigenação indígena com o branco de origem portuguesa, bandeirantes que transitavam pelo rio em busca de ouro e diamantes no início do século XVIII. O hidrotopônimo Paramirim registra a importância do rio para a construção da identidade do território, enquanto o fitotopônimo Macaúbas guarda a lembrança dos primeiros habitantes da região, conservada no nome da espécie de palmeira, outrora abundante e atualmente em extinção.

Apresenta-se a seguir um quadro resumo dos dados constantes nas fichas lexicográfico-toponímicas do TI 12.

Quadro 14 – Resumo dos dados coletados referentes aos topônimos do TI 12.

Natureza do topônimo	Taxionomia	Topônimo	Origem	Estrutura
Física	Fitotopônimo	Macaúbas	Indígena	Elemento simples
	Hidrotopônimo	Paramirim	Indígena	Elemento simples

5.5.13 TI 13

Figura 28 – Localização do TI 13.



Fonte: BAHIA, 2010, v. 9, p. 17.

A região do denominado TI Sertão Produtivo se encontra dentro da Serra Geral e serve de ligação entre a Chapada Diamantina e a Serra do Espinhaço. Na EMB, está representado

pelos seguintes municípios: (83) Brumado, (84) Caculé, (85) Caetité, (86) Guanambi, (87) Ituaçu, (88) Livramento do Brumado (atual Livramento de Nossa Senhora), (89) Palmas de Monte Alto e (90) Urandi.

O TI 13 começou o seu processo atual de concepção social, político-administrativa e cultural entre os séculos XVII e XVIII, quando teve início a ocupação de todo o Alto Sertão da Bahia. Antes a região era habitada pelos indígenas tapuias ou gês, da tribo dos aimorés, e tamoios, estes considerados os mais antigos e mais primitivos indígenas do Brasil. Ocupando os sertões após serem banidos do litoral pelos tupis, foram absorvidos como mão de obra na agropecuária e perderam sua identidade étnico-cultural, conforme informações presentes no Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Território Sertão Produtivo (PTDRS-SERTÃO PRODUTIVO, 2010). Ainda que, possivelmente, não expressem as línguas de seus antigos habitantes, a presença indígena, no entanto, permanece gravada nos topônimos Caetité, Ituaçu, Guanambi e Urandi, como marcas da identidade da região.

Ainda segundo o PTDRS, com relação ao processo de colonização, os aspectos que mais distinguiram o povoamento do Alto Sertão Baiano são os estabelecimentos de fazendas de gado no vale do Rio São Francisco e a exploração de ouro e diamantes. Nesse contexto de colonização, os primeiros habitantes da região foram fazendeiros, administradores de fazendas, vaqueiros, livres e escravos, tornando o antropotopônimo Caculé, com sua história do quilombo de um homem só gravada no imaginário coletivo da região, um exemplo significativo da presença africana no sertão da Bahia.

Figura 29 – Lagoa Manoel Caculé (Caculé).



Fonte: SANTOS, [20--].

Apresenta-se a seguir um quadro resumo dos dados constantes nas fichas lexicográfico-toponímicas do TI 13.

Quadro 15 – Resumo dos dados coletados referentes aos topônimos do TI 13.

Natureza do topônimo	Taxionomia	Topônimo	Origem	Estrutura
Física	Fitotopônimo	Caetitê	Indígena	Elemento simples
		Palmas de Monte Alto	Portuguesa	Elemento composto
	Hidrotopônimo	Ituaçu	Indígena	Elemento simples
	Meteorotopônimo	Brumado	Portuguesa	Elemento simples
	Zootopônimo	Guanambi	Indígena	Elemento simples
		Urandi	Indígena	Elemento simples
Antropo-cultural	Antropotopônimo	Caculé	Africana	Elemento simples
	Hierotopônimo	Livramento do Brumado (atual Livramento de Nossa Senhora)	Portuguesa	Elemento composto

5.5.14 TI 14

Figura 30 – Localização do TI 14.



Fonte: BAHIA, 2011, v. 16, p. 17.

O TI Piemonte do Paraguaçu está inserido no bioma Caatinga e o regime climático mais comum é o tropical semiárido. Possui, como principal bacia hidrográfica, a do Rio

Paraguaçu, considerada a mais importante do estado (PERFIL..., 2015). Na EMB, está representado pelos seguintes municípios: (91) Itaberaba, (92) Macajuba, (93) Mundo Novo, (94) Piritiba, (95) Ruy Barbosa e (96) Santa Terezinha.

Pleno de contrastes, no qual convivem formas extremas de pobreza e riqueza, escassez e abundância, o TI 14 reflete os dilemas mais característicos das terras secas do Nordeste brasileiro (SANTOS *et al*, 2005). A marca do clima e dos recursos naturais que o identificam evidencia-se no fitotopônimo Macajuba. Conforme informações da Agência Embrapa de Informação Tecnológica (AGEITEC), a *Acrocomia aculeata*, também chamada popularmente como macajuba, macaúba, coco-baboso ou coco-de-espinho, é uma planta perene que dura até cem anos e necessita de pouca água para sua sobrevivência, o que a faz se adaptar ao clima semiárido (MACAÚBA..., [20--]).

Figura 31 – Palmeira macajuba (*Acrocomia aculeata*).



Fonte: CENTRO..., 2012.

A ocupação da região iniciou-se com o descobrimento do Rio Paraguaçu, atribuído aos franceses no início do século XVI, e, posteriormente, com a colonização pelos portugueses. A exclamação "Isto aqui é um mundo novo!", atribuída ao colonizador encantado com a riqueza das terras banhadas pelo rio e seus afluentes, as matas e a farta vegetação nativa, ficou gravada no animotopônimo Mundo Novo.

Nesse TI encontra-se a área de relevante interesse ecológico da Serra do Orobó, cujo topônimo compõe o histórico de designativos do município Itaberaba. Inicialmente

denominado Orobó, provavelmente em virtude do quilombo existente na região, o brilho da pedra Itaberaba ofuscou o antigo topônimo, de possível origem africana. Na estrutura do imponente bloco de granito é possível encontrar pinturas rupestres feitas pelos Maracás, primeiros habitantes da região.

Apresenta-se a seguir um quadro resumo dos dados constantes nas fichas lexicográfico-toponímicas do TI 14.

Quadro 16 – Resumo dos dados coletados referentes aos topônimos do TI 14.

Natureza do topônimo	Taxionomia	Topônimo	Origem	Estrutura
Física	Fitotopônimo	Macajuba	Indígena	Elemento simples
		Piritiba	Indígena	Elemento simples
	Litotopônimo	Itaberaba	Indígena	Elemento simples
Antropo-cultural	Animotopônimo	Mundo Novo	Portuguesa	Elemento composto
	Hagiotopônimo	Santa Terezinha	Portuguesa	Elemento composto
	Historiotopônimo	Ruy Barbosa	Portuguesa	Elemento composto

5.5.15 TI 15

Figura 32 – Localização do TI 15.



Fonte: BAHIA, 2011, v. 22, p. 17.

Encravado no sertão baiano, o TI Bacia do Jacuípe insere-se no bioma Caatinga e é caracterizado por um clima semiárido, com solos rasos e pedregosos e vegetação rasteira. Na

EMB, está representado pelos seguintes municípios: (97) Baixa Grande, (98) Ipirá, (99) Mairi, (100) Riachão do Jacuípe e (101) Serra Preta.

Marcado pela aridez do clima e pela escassez de recursos hídricos que dificulta e, em muitos casos, inviabiliza as atividades econômicas, o TI 15 é cortado pela bacia do Rio Jacuípe. No entanto, conforme informações presentes no Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável do Território Bacia do Jacuípe (PTDS-BACIA DO JACUÍPE, 2010), o substrato geológico cristalino da região é responsável pelo teor de sais que são dissolvidos pelas águas de origem pluvial e incorporados aos aquíferos subterrâneos, fato agravado pela elevada evaporação da água de superfície em decorrência das altas temperaturas existentes, tornando as águas salobras, de sabor desagradável, mas de uso obrigatório para boa parte da população.

Considerado um bem cultural que confere uma identidade singular a esse TI, a figura do vaqueiro está entre um dos mais representativos símbolos do sertão nordestino e da Bahia, da cultura de força e resignação do sertanejo frente ao ambiente árido, bem como de suas estratégias criativas de sobrevivência, principalmente nos períodos de secas mais severas. Reconhecido como Patrimônio Cultural Imaterial da Bahia, o vaqueiro tem importância marcante na formação do território da Bahia e no estabelecimento dos primeiros currais e casas de fazenda que deram origem a muitos dos municípios baianos. “Os vaqueiros foram desbravadores e os maiores responsáveis pela fixação do homem no território baiano” (SANTOS, 2013, p. 23).

Figura 33 – Vaqueiros.



Fonte: AGORA..., 2013.

Com sua barragem que abastece os municípios do TI 15, o Rio Jacuípe, principal recurso hídrico da região, tem sua importância registrada no hidrotópônimo Riachão do Jacuípe, município localizado de forma privilegiada à sua margem direita. Já o hidrotópônimo Ipirá guarda a memória do Rio do Peixe, um rio piscoso que corta a região.

Apresenta-se a seguir um quadro resumo dos dados constantes nas fichas lexicográfico-toponímicas do TI 15.

Quadro 17 – Resumo dos dados coletados referentes aos topônimos do TI 15.

Natureza do topônimo	Taxionomia	Topônimo	Origem	Estrutura
Física	Geomorfotópônimo	Baixa Grande	Portuguesa	Elemento composto
		Serra Preta	Portuguesa	Elemento composto
	Hidrotópônimo	Ipirá	Indígena	Elemento simples
		Riachão do Jacuípe	Híbrida	Elemento composto híbrido
Antropo-cultural	Etnotópônimo	Mairi	Indígena	Elemento simples

5.5.16 TI 16

Figura 34 – Localização do TI 16.



Fonte: BAHIA, 2011, v. 21, p. 17.

Integralmente localizado na região semiárida da Bahia, o TI Piemonte da Diamantina possui clima predominantemente tropical semiárido e se insere no bioma Caatinga. É banhado pela Bacia do Rio Itapicuru (Itapicuru Mirim), importante para o seu desenvolvimento. Na EMB, está representado pelos seguintes municípios: (102) Jacobina, (103) Saúde e (104) Miguel Calmon.

Conhecida como “Cidade do Ouro”, uma herança das minas de ouro que atraíram os bandeirantes paulistas no início do século XVII, Jacobina tem seu rico patrimônio histórico-cultural conservado no geomorfotopônimo descritivo, que representa o espaço vasto, despido de vegetação, que se abre em meio aos grandes paredões, serras auríferas e grutas, que ainda fazem da mineração uma atividade de destaque no TI 16 (SIPAC..., [201-].).

Figura 35 – Igreja Matriz de Santo Antônio (Jacobina).



Fonte: HISTÓRIA..., 2016.

A influência religiosa evidencia-se no hierotopônimo Saúde, em alusão a Nossa Senhora da Saúde, cujo culto foi trazido para o Brasil pelos portugueses no período inicial da colonização.

Apresenta-se a seguir um quadro resumo dos dados constantes nas fichas lexicográfico-toponímicas do TI 16.

Quadro 18 – Resumo dos dados coletados referentes aos topônimos do TI 16.

Natureza do topônimo	Taxionomia	Topônimo	Origem	Estrutura
Física	Geomorfotopônimo	Jacobina	Indígena	Elemento simples
Antropo-cultural	Antropotopônimo	Miguel Calmon	Portuguesa	Elemento composto
	Hierotopônimo	Saúde	Portuguesa	Elemento simples

5.5.17 TI 17

Figura 36 – Localização do TI 17.

Fonte: BAHIA, 2011, v. 25, p. 17.

O TI Semiárido Nordeste II localiza-se na região semiárida do nordeste baiano, com o predomínio do bioma Caatinga e clima quente e seco, típico das regiões tropicais semiáridas. Na EMB, está representado pelos seguintes municípios, cada um com suas identidades e semelhanças geofísicas, culturais e econômicas: (105) Antas, (106) Cícero Dantas, (107) Cipó, (108) Euclides da Cunha, (109) Jeremoabo, (110) Nova Soure, (111) Paripiranga e (112) Ribeira do Pombal.

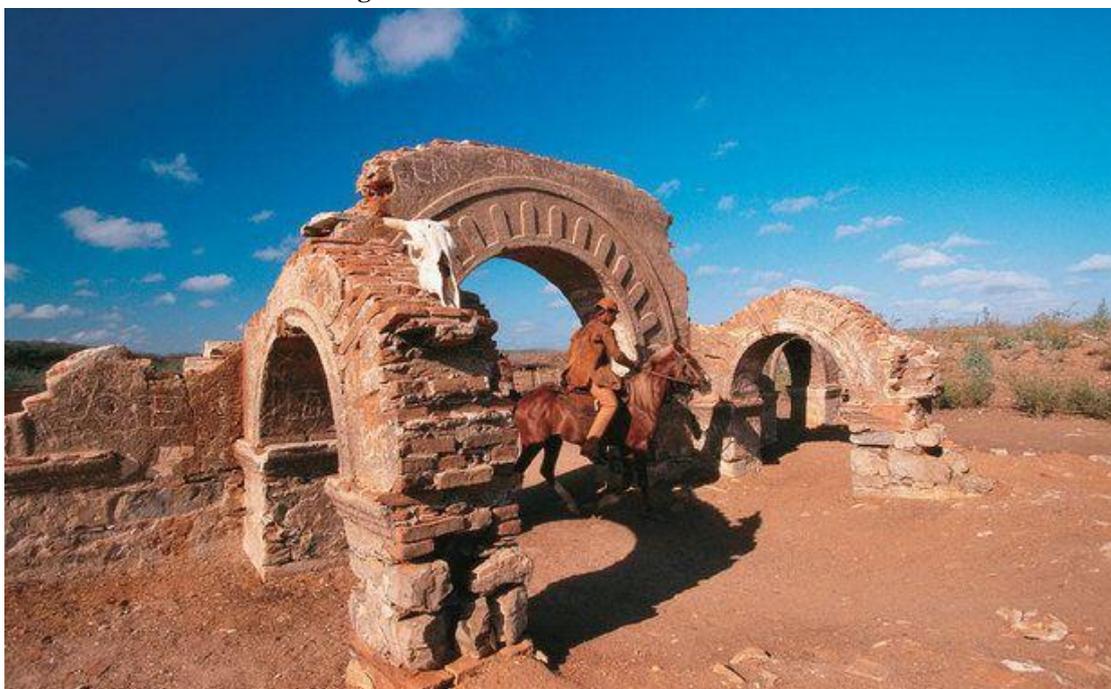
Com índices pluviométricos extremamente baixos, solos rasos, arenosos e cascalhentos, incapazes de reter grande volume de água, vegetação adaptada (sobretudo cactos e bromélias) e altas temperaturas, situa-se, no TI 17, parte do Raso da Catarina, porção mais seca do Estado, classificada como zona de transição entre os climas árido e semiárido, onde as temperaturas variam dos 15 aos 43 graus centígrados (FREIRE, 2015). Segundo Ribeiro (2001), a área de cinco mil quilômetros quadrados, delimitada por muitas rochas e cânions que, esculpidos pela ação do tempo e da erosão, formam imensos obeliscos, é a região mais áspera do Nordeste, “o sertão dos sertões”.

O Raso da Catarina é marcado por fatos históricos que construíram a identidade do povo sertanejo e remetem a revoltas sangrentas com grandes personagens da vida nordestina.

Além de Lampião e seu bando de cangaceiros, que ali conseguiam se esconder e escapar das volantes, a região ficou marcada pelos conflitos de Canudos, episódio militar que levou o interior da Bahia às manchetes de jornais no final do século XIX e que marcou uma das mais sangrentas guerras civis da história do Brasil, documentada por Euclides da Cunha, com precisão poética, em *Os Sertões*, uma das maiores narrativas épicas da moderna literatura brasileira.

As águas do açude de Cocorobó submergiram a vila de Canudos, erguida sobre as ruínas do arraial de Antonio Conselheiro após o fim da revolta, sepultando uma parte da história do sertão. No entanto, como uma ferida, as lembranças teimam em permanecer. Em 1999, uma terrível seca baixou tanto as águas do Cocorobó que fizeram ressurgir na areia as ruínas do arraial. “Canudos ressuscitou, para assombro dos sertanejos” (RIBEIRO, 2001).

Figura 37 – Ruínas do arraial de Canudos.



Fonte: RIBEIRO, 2001.

Além das lembranças ressuscitadas pela seca, a epopeia de Canudos está registrada no historiopônimo Euclides da Cunha, uma homenagem àquele que, segundo Ribeiro (*ibidem*), “para o bem ou para o mal”, tirou do anonimato e divulgou os costumes de uma região esquecida do Brasil. Distrito de Euclides da Cunha, o arraial de Canudos foi elevado à categoria de município em 1985.

Outros aspectos marcantes ajudam a construir a identidade cultural do TI 17. Contrariando a ideia de que todo sertão é seco, quente e sem vida, identifica-se, no fitotopônimo Cipó, a lembrança do grande cipoal, às margens do Rio Itapicuru, lugar da fonte

termal com propriedades medicinais e terapêuticas que se integra ainda hoje ao roteiro turístico do município. O cronotopônimo Nova Soure guarda a lembrança da pátria dos jesuítas da Companhia de Jesus, oriundos da cidade do Soure em Portugal, que deram início ao povoamento da região.

Apresenta-se a seguir um quadro resumo dos dados constantes nas fichas lexicográfico-toponímicas do TI 17.

Quadro 19 – Resumo dos dados coletados referentes aos topônimos do TI 17.

Natureza do topônimo	Taxionomia	Topônimo	Origem	Estrutura
Física	Fitotopônimo	Cipó	Indígena	Elemento simples
		Jeremoabo	Indígena	Elemento simples
	Hidrotopônimo	Ribeira do Pombal	Portuguesa	Elemento composto
	Zootopônimo	Antas	Portuguesa	Elemento simples
Antropo-cultural	Cronotopônimo	Nova Soure	Portuguesa	Elemento composto
	Antropotopônimo	Cícero Dantas	Portuguesa	Elemento composto
	Ergotopônimo	Paripiranga	Indígena	Elemento simples
	Historiotopônimo	Euclides da Cunha	Portuguesa	Elemento composto

5.5.18 TI 18

Figura 38 – Localização do TI 18.



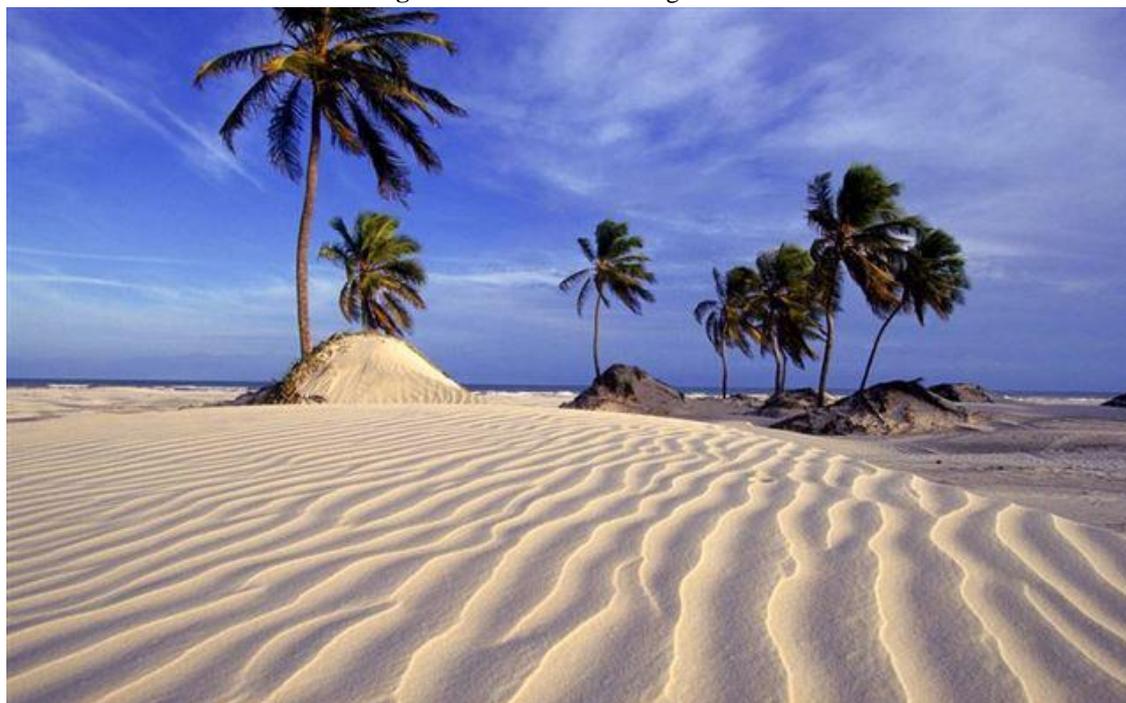
Fonte: BAHIA, 2009, v. 1, p. 17.

Inserido no bioma da Mata Atlântica e no agreste, o TI Litoral Norte e Agreste Baiano possui uma variedade climática muito ampla, abrangendo do tropical úmido a subúmido, úmido, subúmido a seco e até semiárido (ROCHA, 2012). Na EMB, está representado pelos seguintes municípios: (113) Acajutiba, (114) Alagoinhas, (115) Catu, (116) Conde, (117) Entre Rios, (118) Esplanada, (119) Inhambupe, (120) Itapicuru, (121) Jandaíra, (122) Mata de São João, (123) Pojuca e (124) Rio Real.

Além de áreas alagadas, como brejos, lagoas, manguezais e cascatinhas, a região é marcada pela presença de importantes bacias, como as dos rios Real, Itapicuru, Itariri, Inhambupe, Subáuma, Sauípe, Imbassaí e Pojuca, que ajudaram no desenvolvimento do Estado, atraindo, pela sua fertilidade, diversos colonos que ali se fixaram, erguendo pequenas comunidades. Essa importância histórica se evidencia na conservação dos nomes desses recursos hídricos fundamentais no período inicial do processo de colonização: Inhambupe, Itapicuru, Pojuca e Rio Real.

Atualmente a atividade de destaque na região é o turismo, principalmente na faixa litorânea, a Costa dos Coqueiros, incentivado pelas belezas naturais do Litoral Norte baiano e pelas áreas de proteção ambiental do Litoral Norte do Estado, Mangue Seco e a Plataforma Continental do Litoral Norte (SIPAC..., [201-].).

Figura 39 – Dunas de Mangue Seco.



Fonte: BAHIA..., 2014.

Apresenta-se a seguir um quadro resumo dos dados constantes nas fichas lexicográfico-toponímicas do TI 18.

Quadro 20 – Resumo dos dados coletados referentes aos topônimos do TI 18.

Natureza do topônimo	Taxionomia	Topônimo	Origem	Estrutura
Física	Cardinotopônimo	Entre Rios	Portuguesa	Elemento composto
	Fitotopônimo	Acajutiba	Indígena	Elemento simples
		Mata de São João	Portuguesa	Elemento composto
	Geomorfotopônimo	Esplanada	Portuguesa	Elemento simples
		Pojuca	Indígena	Elemento simples
	Hidrotopônimo	Alagoinhas	Portuguesa	Elemento simples
		Rio Real	Portuguesa	Elemento composto
	Litotopônimo	Itapicuru	Indígena	Elemento simples
	Zootopônimo	Inhambupe	Indígena	Elemento simples
		Jandaíra	Indígena	Elemento simples
Antropo-cultural	Animotopônimo	Catu	Indígena	Elemento simples
	Axiotopônimo	Conde	Portuguesa	Elemento simples

5.5.19 TI 19

Figura 40 – Localização do TI 19.



Fonte: BAHIA, 2010, v. 12, p. 17.

O TI Portal do Sertão, representado na EMB pelos seguintes municípios: (125) Conceição da Feira, (126) Coração de Maria, (127) Feira de Santana, (128) Ipirá, (129) Santo

Estevão e (130) São Gonçalo dos Campos, se distribui em duas regiões com características relativamente distintas com relação a clima, vegetação, atividades agropecuárias e culturais: o Recôncavo e o Semiárido.

A denominação do TI 19 decorre do fato de Feira de Santana ser considerada a porta de entrada para o interior. Localizado em uma área de transição, o agreste, entre o litoral e o sertão, esse município exerce papel de relevante importância na região e constitui-se em um centro de convergência regional e o maior entroncamento rodoviário de todo o Norte-Nordeste do país (OLIVEIRA; SANTOS, 2010).

Considerado o segundo maior município do Estado, "a Princesa do Sertão", como apelidado por Ruy Barbosa, traz, no sociotopônimo Feira de Santana, características que, desde suas raízes, fazem parte de seu cotidiano: a religiosidade, a situação de entroncamento de estradas, e as intensas atividades comerciais, que se constituem marcas identitárias do TI 19. O centro comercial conhecido como "Feiraguai", composto por "434 boxes, onde trabalham 2.400 pessoas. Fora as 60 lojas que se abrem no entorno, bares com bilhar, a 'ilha dos automóveis', barraquinhas de lanches e uma infinidade de ambulantes" (VAI-E-VEM..., 2010, p.18), é considerado um dos maiores do país. Para Franklin Maxado, advogado, jornalista e cordelista, "a identidade de Feira de Santana é justamente o comércio, aqui tudo tem preço. O nome da cidade já está dizendo, Feira, surgida de um ponto de troca, de um entroncamento de caminhos" (*ibidem*, p.18).

Figura 41 – Centro comercial "Feiraguai" (Feira de Santana).



Fonte: CENTRO..., [20--].

A religiosidade que marcou o processo de povoamento do Recôncavo baiano e que tem reflexos na cultura de seu povo também está evidenciada na predominância de signos toponímicos de natureza antropocultural relacionados à fé do homem: os hierotopônimos Conceição da Feira e Coração de Maria, e os hagiotopônimos Santo Estevão e São Gonçalo dos Campos.

Apresenta-se a seguir um quadro resumo dos dados constantes nas fichas lexicográfico-toponímicas do TI 19.

Quadro 21 – Resumo dos dados coletados referentes aos topônimos do TI 19.

Natureza do topônimo	Taxionomia	Topônimo	Origem	Estrutura
Física	Zootopônimo	Irará	Indígena	Elemento simples
Antropo-cultural	Hagiotopônimo	Santo Estevão	Portuguesa	Elemento composto
		São Gonçalo dos Campos	Portuguesa	Elemento composto
	Hierotopônimo	Conceição da Feira	Portuguesa	Elemento composto
		Coração de Maria	Portuguesa	Elemento composto
	Sociotopônimo	Feira de Santana	Portuguesa	Elemento composto

5.5.20 TI 20

Figura 42 – Localização do TI 20.



Fonte: BAHIA, 2009, v. 4, p. 17.

O TI Vitória da Conquista situa-se integralmente na porção semiárida da Bahia. O clima, portanto, varia entre o tropical semiárido e o subúmido a seco. Com temperaturas que costumam oscilar entre 16° e 36°, o TI 20 constitui uma das regiões economicamente mais dinâmicas do semiárido baiano (PERFIL..., 2015). Na EMB, está representado pelos seguintes municípios: (131) Condeúba, (132) Encruzilhada, (133) Jacaraci, (134) Poções, (135) Tremedal e (136) Vitória da Conquista.

Um aspecto importante na caracterização do TI 20 relaciona-se à existência de água, fundamental para o surgimento das povoações, registrado no hidrotopônimo Poções, que se refere aos grandes poços encontrados pelos colonizadores em suas explorações à procura de minas auríferas. Dos primeiros colonos portugueses e dos missionários jesuítas o município herdou o costume que se tornou a principal tradição religiosa e cultural da região: a centenária festa do Divino Espírito Santo.

Figura 43 – Chegada da bandeira do Divino Espírito Santo (Poções).



Fonte: FESTA..., 2016.

Segundo Santos (Janio, 2014), as ocupações portuguesas no TI 20 tiveram início a partir do século XVII e, de forma mais intensa, entre meados dos séculos XVIII e XIX, quando a colonização se voltou para o interior à procura das minas de metais preciosos. Durante longa fase da vida colonial, os sertões permaneceram insulados, servindo de habitação para tribos indígenas locais ou de refúgio para tribos expulsas de suas terras no litoral. O ano de 1752 representa um marco no processo de colonização da região, e a redundância do animotopônimo Vitória da Conquista celebra a vitória dos conquistadores

sobre os índios mongoiós e imborés, que, durante muitos anos, defenderam suas terras contra a invasão.

Ainda que o povoamento da região tenha relação com o massacre dos índios, realizado pelos bandeirantes, outros povoados tiveram sua origem ligada à passagem dos boiadeiros e tropeiros procedentes de Minas Gerais. Esse fato histórico permanece gravado no hodotopônimo Encruzilhada, que nomeia o aglomerado humano formado no cruzamento das estradas de Minas Gerais para o sul e sudoeste da Bahia.

Apresenta-se a seguir um quadro resumo dos dados constantes nas fichas lexicográfico-toponímicas do TI 20.

Quadro 22 – Resumo dos dados coletados referentes aos topônimos do TI 20.

Natureza do topônimo	Taxionomia	Topônimo	Origem	Estrutura
Física	Fitotopônimo	Condeúba	Indígena	Elemento simples
	Geomorfotopônimo	Tremedal	Portuguesa	Elemento simples
	Hidrotopônimo	Poções	Portuguesa	Elemento simples
	Zootopônimo	Jacaraci	Indígena	Elemento simples
Antropo-cultural	Animotopônimo	Vitória da Conquista	Portuguesa	Elemento composto
	Hodotopônimo	Encruzilhada	Portuguesa	Elemento simples

5.5.21 TI 21

Figura 44 – Localização do TI 21.



Fonte: BAHIA, 2010, v. 13, p. 17.

Caracterizado pelo clima tropical, o TI Recôncavo insere-se no bioma Mata Atlântica, incluindo parte da Baía de Todos os Santos, com manguezais, restingas e zonas costeiras, e as bacias dos rios Paraguaçu, Subaé e Jaguaripe (PERFIL..., 2015). Apresenta o maior número de municípios na EMB e está representado por: (137) Cachoeira, (138) Castro Alves, (139) Conceição do Almeida, (140) Cruz das Almas, (141) Maragogipe, (142) Muritiba, (143) Nazaré, (144) Santo Amaro, (145) Santo Antonio de Jesus, (146) São Félix, (147) São Filipe, (148) São Francisco do Conde, (149) São Sebastião do Passé e (150) Sapeaçu.

Um dos espaços mais antigos no processo de ocupação do território brasileiro, o Recôncavo é reconhecido pela forte influência na construção da história e da cultura do Estado. As marcas da colonização portuguesa estão presentes em todo o TI 21 e, sobretudo, nos hagiotopônimos Santo Amaro, Santo Antonio de Jesus, São Félix, São Filipe, São Francisco do Conde e São Sebastião do Passé, que conservam a forte herança religiosa cristã do período colonial.

A religiosidade do Recôncavo também se evidencia nas atividades que unem a religião católica a religiões de matriz africana. Reconhecida como Patrimônio Imaterial da Bahia, a procissão da Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte, que percorre as ruas históricas de Cachoeira desde 1820, é um exemplo dessa manifestação sincrética de tradição e fé.

Figura 45 – Procissão da Irmandade da Boa Morte (Cachoeira).



Fonte: FESTA..., 2015.

Situada próximo às quedas d'água presentes na cabeceira do Rio Paraguaçu, Cachoeira, “a Heroica”, assim denominada em virtude dos seus feitos durante a guerra da Independência, guarda em seu hidrotopônimo a lembrança desse que é o maior e mais importante recurso hídrico do TI 21, e que por muito tempo foi a principal via de transporte e comunicação da região. Em suas águas, o simbólico “Vapor de Cachoeira” fazia a ligação entre Salvador e todo o Recôncavo.

Segundo Farias (2010), a economia da região, no período colonial, tinha por base a agricultura escravista da cana de açúcar e do fumo, produtos de exportação, além de uma agricultura voltada para o abastecimento interno da colônia, cujo produto básico era a farinha de mandioca. A produção da farinha fez surgir a povoação Nazaré das Farinhas, como continua sendo conhecida a cidade de Nazaré, um dos maiores centros de cerâmica popular do Brasil.

Espaço profundamente marcado pela presença africana, o TI 21 também registra o triste período da escravidão negra no historiotopônimo Castro Alves, uma homenagem ao Poeta dos Escravos, um ilustre filho da terra.

Apresenta-se a seguir um quadro resumo dos dados constantes nas fichas lexicográfico-toponímicas do TI 21.

Quadro 23 – Resumo dos dados coletados referentes aos topônimos do TI 21.

Natureza do topônimo	Taxionomia	Topônimo	Origem	Estrutura
Física	Fitotopônimo	Muritiba	Indígena	Elemento simples
		Sapeaçu	Indígena	Elemento simples
	Hidrotopônimo	Cachoeira	Portuguesa	Elemento simples
Antropo-cultural	Enotopônimo	Maragogipe	Indígena	Elemento simples
	Hierotopônimo	Conceição do Almeida	Portuguesa	Elemento composto
		Cruz das Almas	Portuguesa	Elemento composto
		Nazaré	Portuguesa	Elemento simples
	Historiotopônimo	Castro Alves	Portuguesa	Elemento composto
	Hagiotopônimo	Santo Amaro	Portuguesa	Elemento composto
		Santo Antonio de Jesus	Portuguesa	Elemento composto
		São Filipe	Portuguesa	Elemento composto
		São Félix	Portuguesa	Elemento composto
		São Francisco do Conde	Portuguesa	Elemento composto
São Sebastião do Passé	Portuguesa	Elemento composto		

5.5.22 TI 22

Figura 46 – Localização do TI 22.

Fonte: BAHIA, 2011, v. 18, p. 17.

O TI Médio Rio de Contas é caracterizado por ampla diversidade climática, registrando climas tropicais úmidos, subúmidos e secos. Localiza-se na zona de transição entre os biomas Mata Atlântica e Caatinga e apresenta paisagens contrastantes (SIPAC..., [201-]). Na EMB, está representado pelos seguintes municípios: (151) Boa Nova, (152) Ipiaú, (153) Jequié e (154) Ubatã.

Entre suas bacias hidrográficas estão o Rio Gongogi e o Rio de Contas, que batiza o TI 22. Chamado de Jussiape pelos índios Pataxó, o Rio de Contas, um dos maiores em extensão de curso, faz parte do patrimônio ambiental e tem todo o seu vale protegido pela Constituição do Estado da Bahia. De importância fundamental para a subsistência e as atividades econômicas da região (PERFIL..., 2015), o Rio de Contas é fruto da contribuição de dezenas de riachos, córregos, ribeirões e rios perenes ou temporários, como o Rio Água Branca, que guarda uma relação direta com o hidrotópônimo Ipiaú, cujo significado “rio novo” faz referência a sua descoberta na ocasião da formação do povoado.

A religiosidade que marcou o período inicial da colonização do território brasileiro e da fundação dos povoados se faz presente no hierotópônimo Boa Nova, preservando, na

memória cultural da região, a lembrança da estampa de Nossa Senhora da Boa Nova, ofertada pelo frade que, perdido nas selvas, foi socorrido por moradores do local. A tradição e a fé da região se expressam também nas manifestações religiosas, com destaque para as festas juninas em homenagem aos santos reverenciados no mês de junho: Santo Antônio, São João e São Pedro. Com brincadeiras dançantes, comidas típicas, muitas superstições e “simpatias”, Jequié inicia, com o Trezenário de Santo Antônio, padroeiro da cidade, os festejos juninos considerados como a mais expressiva celebração popular do TI 22.

Figura 47 - Festejos na Vila Junina (Jequié).



Fonte: SÃO JOÃO..., 2015.

Apresenta-se a seguir um quadro resumo dos dados constantes nas fichas lexicográfico-toponímicas do TI 22.

Quadro 24 – Resumo dos dados coletados referentes aos topônimos do TI 22.

Natureza do topônimo	Taxionomia	Topônimo	Origem	Estrutura
Física	Fitotopônimo	Ubatã	Indígena	Elemento simples
	Hidrotopônimo	Ipiaú	Indígena	Elemento simples
Antropo-cultural	Ergotopônimo	Jequié	Indígena	Elemento simples
	Hierotopônimo	Boa Nova	Portuguesa	Elemento composto

5.5.23 TI 23

Figura 48 – Localização do TI 23.

Fonte: BAHIA, 2009, v. 5, p. 17.

O TI Bacia do Rio Corrente situa-se na região oeste da Bahia, em uma das extremidades do Estado, limitando-se ao sul com a bacia do Rio Carinhanha (divisa com Minas Gerais), ao norte com a bacia do Rio Grande, a leste com o Rio São Francisco e a oeste com a bacia do Rio Tocantins, limite da divisa entre os estados da Bahia e de Goiás. Insere-se no bioma Cerrado, caracterizado por diversos tipos de vegetação, solo, clima e topografia bastante heterogênea, conforme informações presentes no Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável do Território Bacia do Rio Corrente (PTDS-BACIA DO RIO CORRENTE, 2010). Na EMB, está representado pelos seguintes municípios: (155) Correntina, (156) Santa Maria da Vitória e (157) Santana.

O TI 23 encontra no Rio Corrente, afluente do Rio São Francisco, não apenas a causa nominativa, mas sua base de vida e marca de identidade. Faz parte da memória da população a época em que todo o comércio local era feito pelo rio e os remeiros remavam cantando para animar a viagem. O hidrotopônimo Correntina reconhece, no Rio Correntina (antigo Rio das Éguas), um dos afluentes formadores do Rio Corrente, a importância dos rios para o surgimento e desenvolvimento da região.

A fé cristã, característica principal do processo de colonização e urbanização do território brasileiro, encontra-se preservada nos hagiotopônimos Santa Maria da Vitória e Santana. Segundo a página eletrônica *Culturas Corrente*, a religiosidade do TI 23 expressa-se, principalmente, nas tradições dos reisados, manifestação da cultura popular que comemora a visita dos Reis Magos ao Menino Jesus, presente em todos os seus municípios. De origem portuguesa, herança do Brasil colonial, na região a comemoração ganhou aspectos que reforçaram o regionalismo. “Cada um ao seu modo mantém a tradição e proporciona às novas gerações a possibilidade de apreciar uma manifestação secular, além de reafirmar respeito e responsabilidade em valorizar esse potencial cultural que se perpetua há anos” (CULTURAS..., 2015).

Figura 49 – Terno de Reis (Correntina)



Fonte: CORRENTINA..., 2015.

Apresenta-se a seguir um quadro resumo dos dados constantes nas fichas lexicográfico-toponímicas do TI 23.

Quadro 25 – Resumo dos dados coletados referentes aos topônimos do TI 23.

Natureza do topônimo	Taxionomia	Topônimo	Origem	Estrutura
Física	Hidrotopônimo	Correntina	Portuguesa	Elemento simples
Antropo-cultural	Hagiotopônimo	Santa Maria da Vitória	Portuguesa	Elemento composto
		Santana	Portuguesa	Elemento simples

5.5.24 TI 24

Figura 50 – Localização do TI 24.

Fonte: BAHIA, 2011, v. 26, p. 17.

O TI Itaparica insere-se no bioma Caatinga, caracterizando-se pelo clima semiárido e com pouca incidência de chuvas. Tem a maioria de seus municípios banhados pelo Rio São Francisco, sendo composto por cidades da Bahia e de Pernambuco. Considerando apenas os municípios localizados na Bahia, está representado na EMB por (158) Chorrochó e (159) Glória.

Com uma identidade cultural marcada pela junção de culturas, sua principal atividade econômica é o fornecimento de energia elétrica para a Bahia e demais estados nordestinos. Segundo informações presentes na página eletrônica da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF), a partir da década de 80, o desenvolvimento industrial do Nordeste determinou a urgência de aumentar a oferta de energia elétrica, acelerando a construção de usinas para aproveitar o potencial do Rio São Francisco – recurso básico e essencial para o desenvolvimento energético, hidroagrícola e industrial da região. A Usina Hidrelétrica de Itaparica, atualmente conhecida como Usina Hidrelétrica Luiz Gonzaga, em homenagem ao cantor e compositor brasileiro Luiz Gonzaga do Nascimento, é a causa nominativa do TI 24.

Figura 51 – Usina Hidrelétrica de Itaparica (Luiz Gonzaga).



Fonte: SILVA, 2016.

A forte relação identitária do TI 24 com o Rio São Francisco perpetua-se no hidrotopônimo Chorrochó, que em tupi antigo significa ‘muito correntoso, muito impetuoso’ (SAMPAIO, 1914), como o gentio considerava esse rio. O município integra a Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco e teve o seu maior distrito, Barra do Tarrachil, inundado pelas águas da represa de Itaparica e sua comunidade reassentada pela Companhia Hidroelétrica do São Francisco.

Apresenta-se a seguir um quadro resumo dos dados constantes nas fichas lexicográfico-toponímicas do TI 24.

Quadro 26 – Resumo dos dados coletados referentes aos topônimos do TI 24.

Natureza do topônimo	Taxionomia	Topônimo	Origem	Estrutura
Física	Hidrotopônimo	Chorrochó	Indígena	Elemento simples
Antropo-cultural	Hierotopônimo	Glória	Portuguesa	Elemento simples

5.5.25 TI 25

Figura 52 – Localização do TI 25.**Fonte:** BAHIA, 2011, v. 24, p. 17.

O TI Piemonte Norte do Itapicuru insere-se no bioma Caatinga e caracteriza-se pelo clima semiárido, com baixa incidência pluviométrica. Dos recursos hídricos, apenas o Rio Itapicuru faz o seu percurso no TI 25. Na EMB, está representado pelos seguintes municípios: (160) Campo Formoso, (161) Jaguarari, (162) Pindobaçu e (163) Senhor do Bonfim.

O nome Piemonte Norte do Itapicuru decorre da Serra da Jacobina, seu principal componente geográfico, que corta a região ao meio. Tendo em vista que os municípios são localizados ao sopé ou pé do monte (piemonte) dessa pequena cordilheira, entrada da Chapada Diamantina pelo lado norte, e que a cordilheira abriga as principais nascentes formadoras do Rio Itapicuru, identificam-se aí as características responsáveis pela denominação do TI 25 (PERFIL..., 2015).

Representando a grandeza e resistência da população sertaneja, o fitotopônimo Pindobaçu, a palmeira grande, um dos nomes pelos quais a palmeira babaçu é conhecida, preserva a riqueza da flora da região. Palmeira alta, elegante, podendo atingir 10 a 30 metros

de altura, e extremamente resistente, é encontrada na Amazônia, na Mata Atlântica, no Cerrado e na Caatinga, ocorrendo espontaneamente em vários estados brasileiros (CARRAZZA *et al*, 2012).

Figura 53 – Palmeira pindobaçu (*Attalea Speciosa*).



Fonte: CERRATINGA, [20--].

Apresenta-se a seguir um quadro resumo dos dados constantes nas fichas lexicográfico-toponímicas do TI 25.

Quadro 27 – Resumo dos dados coletados referentes aos topônimos do TI 25.

Natureza do topônimo	Taxionomia	Topônimo	Origem	Estrutura
Física	Fitotopônimo	Pindobaçu	Indígena	Elemento simples
	Geomorfotopônimo	Campo Formoso	Portuguesa	Elemento composto
	Zootopônimo	Jaguarari	Indígena	Elemento simples
Antropo-cultural	Hierotopônimo	Senhor do Bonfim	Portuguesa	Elemento composto

5.5.26 TI 26

Figura 54 – Localização do TI 26.

Fonte: BAHIA, 2009, v. 6, p. 17.

O TI Metropolitano de Salvador caracteriza-se pela total integração ao bioma Mata Atlântica, com a prevalência do clima tropical úmido. Concentrando a maior população do Estado na menor extensão territorial, é predominantemente urbano e está representado na EMB pelos seguintes municípios: (164) Camaçari, (165) Itaparica e (166) Salvador.

Com fronteiras no Atlântico e incluindo parte da Baía de Todos os Santos, ilhas e ilhotas fazem parte do TI 26, com destaque para a ilha de Itaparica, a maior de todas as ilhas da área, cujos arrecifes que contornam toda a sua costa estão preservados no litotopônimo Itaparica, o cercado de pedras.

Local de miscigenação e pluralidade de grupos culturais, a região é palco de típicas manifestações que evidenciam a sua importância como patrimônio histórico do Brasil. Fundada no início do período colonial, com funções político-administrativas e mercantis, sediando o governo geral do Brasil até 1763, Salvador é uma referência urbana importante no Brasil, e preserva em seu hierotopônimo em homenagem a Jesus Cristo, o Salvador no

cristianismo, toda a religiosidade do seu povo, marcada pela forte influência africana e pelo sincretismo (GOVERNO..., 2013).

A mistura de raças, culturas e credos, os diversos terreiros de candomblé, igrejas e templos, além das lavagens e festas religiosas combinam santos católicos e orixás, como São Lázaro e Omolu, Nossa Senhora da Conceição e Iemanjá, Senhor do Bonfim e Oxalá, e têm na Lavagem do Bonfim sua representação máxima.

Figura 55 – Lavagem do Bonfim (Salvador).



Fonte: BAHIATURSA..., 2013.

Apresenta-se a seguir um quadro resumo dos dados constantes nas fichas lexicográfico-toponímicas do TI 26.

Quadro 28 – Resumo dos dados coletados referentes aos topônimos do TI 26.

Natureza do topônimo	Taxionomia	Topônimo	Origem	Estrutura
Física	Fitotopônimo	Camaçari	Indígena	Elemento simples
	Litotopônimo	Itaparica	Indígena	Elemento simples
Antropo-cultural	Hierotopônimo	Salvador	Portuguesa	Elemento simples

5.5.27 TI 27

Figura 56 – Localização do TI 27.

Fonte: BAHIA, 2011, v. 27, p. 17.

Nenhum outro TI tem suas marcas identitárias tão fortemente gravadas na toponímia de seus municípios quanto o Costa do Descobrimento, representado na EMB por (167) Belmonte, (168) Porto Seguro e (169) Santa Cruz Cabrália. Uma das áreas de povoamento pioneiro do litoral brasileiro, o TI 27, inserido no bioma Mata Atlântica e com ampla diversidade ambiental, é considerado o berço da história e da cultura do Brasil, com marcas da primeira ocupação europeia e as primeiras formações urbanas da colonização portuguesa, que justificam o tombamento da área como Patrimônio Natural Mundial pela Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), em 1999.

O hierotopônimo Santa Cruz Cabrália registra e guarda a memória da época em que as primeiras páginas da história do Brasil foram escritas, quando a esquadra de Pedro Álvares Cabral escolheu a enseada da Baía Cabrália como lugar seguro para atracar e onde a cruz foi erguida para as primeiras missas na terra descoberta, a primeira no ilhéu da Coroa Vermelha e a segunda na foz do Rio Mutari.

A memória da região, oficialmente a primeira a ser descoberta pelos navegadores portugueses no atual território brasileiro, está gravada, tanto no geomorfotopônimo Porto Seguro, quanto na carta de Pero Vaz de Caminha: “dez léguas d’onde nos levantamos,

acharam os ditos navios pequenos um recife com um porto dentro, muito bom e muito seguro, com uma mui larga entrada” (CARTA..., 1998 [1500], p. 187). Além do Monte Pascoal, primeira visão da terra brasileira, o município ostenta o Marco do Descobrimento, trazido de Portugal entre 1503 e 1526 para simbolizar o poder da coroa portuguesa e demarcar suas terras.

Figura 57 – Marco do Descobrimento (Porto Seguro).



Fonte: MEMORIAL..., [201-]

O corotopônimo Belmonte, por sua vez, resgata o período colonial, quando o processo de povoamento e urbanização determinado pelas reformas pombalinas, exigiu que as povoações indígenas já existentes fossem destituídas de seus locativos originais, que foram substituídos por nomes transplantados de cidades portuguesas (CANCELA, 2012), possivelmente em homenagem a Pedro Álvares Cabral, nascido na vila portuguesa de Belmonte.

Apresenta-se a seguir um quadro resumo dos dados constantes nas fichas lexicográfico-toponímicas do TI 27.

Quadro 29 – Resumo dos dados coletados referentes aos topônimos do TI 27.

Natureza do topônimo	Taxionomia	Topônimo	Origem	Estrutura
Física	Geomorfotopônimo	Porto Seguro	Portuguesa	Elemento composto
Antropo-cultural	Corotopônimo	Belmonte	Portuguesa	Elemento simples
	Hierotopônimo	Santa Cruz Cabrália	Portuguesa	Elemento composto

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Perto de lá tem vila grande – que se chamou Alegres – o senhor vá ver. Hoje, mudou de nome, mudaram. Todos os nomes eles vão alterando. É em senhas. São Romão todo não se chamou de primeiro Vila Risonha? O Cedro e o Bagre não perderam o ser? O Tabuleiro-Grande? Como é que podem remover uns nomes assim? O senhor concorda? Nome de lugar onde alguém já nasceu, devia de estar sagrado.

Guimarães Rosa³⁸

Compreendendo a língua como manifestação da cultura de um povo, a análise semântico-lexical e sociocultural dos topônimos da Bahia, desenvolvida neste trabalho dissertativo, teve por objetivo verificar os aspectos culturais e as marcas identitárias evidenciadas nesses signos onomásticos e comprovar a importância da pesquisa toponímica para a reconstituição do passado e compreensão do presente, contribuindo assim para a preservação da memória cultural do Estado. Embora os conhecimentos de outras áreas do saber científico, especialmente a História e a Geografia, tenham sido indispensáveis para a sua realização, a preocupação constante em não distanciar muito do contexto linguístico-toponímico acompanhou todo o percurso dessa viagem pelos caminhos da Bahia a partir dos designativos de seus municípios.

Antes de iniciar a jornada, foi preciso traçar o roteiro e o percurso seguro para chegar ao destino desejado, ou seja, definir os pressupostos teóricos que norteariam a pesquisa. Ressaltando a importância do ato de nomear como um processo ligado a causas motivacionais que estabelecem um vínculo de identidade entre o designativo escolhido, o lugar nomeado e o povo que nele habita, a rota traçada na primeira seção, *Léxico, toponímia e cultura: construindo relações e identidades*, tomou por base a teoria taxionômica proposta por Dick (1990) para a realidade toponímica brasileira e o reconhecimento do léxico de uma língua como um repertório da memória de uma comunidade.

Em *Toponímia e história: a construção da memória social nas terras da Bahia*, a jornada começou com o levantamento dos aspectos históricos e geográficos que determinaram os contatos étnico-culturais responsáveis tanto pela formação do povo e da cultura brasileira, quanto das camadas toponímicas no solo baiano. Continuando em *A memória toponímica: apresentando os dados coletados*, com a apresentação das fichas lexicográfico-toponímicas

³⁸ ROSA, Guimarães. *Grande Sertão: Veredas*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994 [1956]. p. 52.

que sistematizam os dados recolhidos no caminho, o percurso se encerrou em *A memória preservada: analisando e discutindo os resultados*, com a análise desses dados e a concretização do desejo que motivou a viagem: encontrar, em cada um dos topônimos analisados, a “marca da história” que os tornam insubstituíveis no seio da comunidade em que se inserem e profundamente ligados ao seu território.

Os resultados encontrados, alguns inesperados, permitem que sejam feitas as seguintes afirmações:

- i.* Ao articular história, linguagem, política territorial e identidade cultural, o signo toponímico constitui-se em um elemento identitário poderoso, capaz de recuperar fatos da memória de uma comunidade;
- ii.* A força da memória toponímica expressa-se na permanência inalterada de topônimos que remetem aos anos iniciais da colonização brasileira, como Salvador, que conserva a fé cristã do colonizador português, e Jacobina, que registra a característica dos povos nativos em preservar nos topônimos a descrição dos aspectos físicos do lugar. Em alguns casos, os povoados chegaram a ser extintos ou mudaram de lugar e seus designativos permaneceram, como Canudos, que desapareceu sob as águas do açude de Cocorobó, e Pilão Arcado, Remanso e Sento Sé, submersos pelas águas da barragem de Sobradinho;
- iii.* A predominância de taxes de natureza física no *corpus* analisado reflete a importância dos elementos da natureza (a flora, a fauna, a geomorfologia, a hidrografia, os recursos minerais) para aqueles que formaram o povo da Bahia, um estado que envolve três dos seis biomas do Brasil: Mata Atlântica, Cerrado e Caatinga, cada um com sua diversidade biológica. Tal riqueza se sobrepõe aos valores e realizações do homem na nomeação do espaço baiano;
- iv.* No percurso toponomástico dos designativos analisados, constatou-se o predomínio do processo de simplificação do sintagma toponímico, como Juazeiro < Nossa Senhora das Grotas do Juazeiro, um procedimento que foi intensificado pela interferência de leis do Estado Novo;
- v.* Fatores históricos, econômicos, políticos e sociais podem explicar a desvalorização étnica responsável pela pouca representatividade da etimologia africana na toponímia da Bahia. Nesse contexto, defende-se a complementação desse estudo para que possa envolver os atuais 417 municípios da Bahia e verificar a continuidade ou não dessa desvalorização nos atos de municipalização;

- vi. Os processos de “luzitanização” e “tupinização” da toponímia na Bahia comprovam que os nomes dos lugares não são escolhas aleatórias, mas representações simbólicas, político e ideologicamente planejadas (CLAVAL, 2014). Esses processos foram responsáveis, no *corpus* analisado, pelo equilíbrio perfeito e inesperado no número de designativos de origem indígena e portuguesa, resultado que se contrapõe ao encontrado em outras regiões do país;
- vii. A partir dos traços semânticos recuperados pelo item lexical, com o apoio das fontes históricas consultadas, constata-se que a investigação toponímica sugere pistas e indica caminhos interpretativos a respeito da real intenção do denominador, sendo passíveis de contestação, como em toda pesquisa científica, e de outras interpretações.

Reconhecendo os topônimos como elementos de identificação cultural, capazes de representar, unificar e fortalecer os vínculos de um grupo social a partir de sua história, seus valores, crenças, costumes e tradições, reitera-se o valor do estudo aqui realizado por buscar preservar a história desses nomes e compreender as forças políticas que agiram sobre eles. Desse modo, a partir desse estudo, pode-se pensar em estratégias de preservação desses signos carregados de história, considerando, como Guimarães Rosa, que “nome de lugar onde alguém já nasceu, devia de estar sagrado”³⁹.

³⁹ ROSA, op. cit., p. 52.

REFERÊNCIAS

ABBADE, Celina Márcia de Souza. Vocabulário sisaleiro: a língua revelando traços culturais. In: *Cadernos do CNLF*. Rio de Janeiro: CiFEFil, v. XIV, n. 2, t. 2. p. 1760-1771. XIV Congresso Nacional de Linguística e Filologia. 2010. (Congresso). Disponível em: <http://www.filologia.org.br/xiv_cnlf/tomo_2/1760-1771.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2016.

ABBADE, Celina Márcia de Souza. A Lexicologia e a Teoria dos Campos Lexicais. In: *Cadernos do CNLF*. Rio de Janeiro: CiFEFil, v. XV, n. 5, t. 2. p. 1332-1343. XV Congresso Nacional de Linguística e Filologia. 2011. (Congresso). Disponível em: <http://www.filologia.org.br/xv_cnlf/tomo_2/105.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2016.

ABRANTES, Vera Lucia Cortes. O IBGE e a formação da nacionalidade: território, memória e identidade em construção. In: *Anais do ANPUH - XXIV Simpósio Nacional de História*. São Leopoldo, 15 a 20 de julho de 2007. Disponível em: <anais.anpuh.org/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S24.0894.pdf>. Acesso em 20 abr. 2016.

ABRANTES, Vera Lucia Cortes. Era preciso redescobrir o Brasil. In: *Terra Brasilis* (revista online), 2014. Disponível em: <<http://terrabrasilis.revues.org/982>>. Acesso em 20 abr. 2016.

ACORDO Ortográfico. *Formulário Ortográfico de 1943*: Oficial no Brasil. Portal da Língua Portuguesa ([198-]). Disponível em: <<http://www.portaldalinguaportuguesa.org/index.php?action=acordo&version=1943>>. Acesso em 10 jul. 2016.

AGORA é Profissão: Senado aprovou a legalização da profissão de Vaqueiro. 2013. Disponível em: <<http://www.exatasnews.com.br/agora-e-profissao-senado-aprovou-a-legalizacao-da-profissao-de-vaqueiro/>>. Acesso em 10 jul. 2016.

ALMEIDA, Lana Cristina Santana de. *O léxico toponímico das comunidades rurais de Santo Antônio de Jesus*: uma análise semântica e sociocultural. 2012. Dissertação (Mestrado). Instituto de Letras, UFBA. Salvador, 2012. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/15540>>. Acesso em 31 jul. 2015.

ALMEIDA, Luciene Santos de. *O Vale do Jiquiriçá no contexto do circuito espacial produtivo do cacau*. 2008. Dissertação (Mestrado). Instituto de Geociências, UFBA. Salvador, 2008. Disponível em: <<http://www.posgeo.ufba.br/disserta%20C3%A7oes/O%20vale%20do%20Jiquir%20C3%A7%C3%A1%20no%20contexto%20do%20circuito%20espa%20cial%20produtiv.pdf>>. Acesso em 20 abr. 2016.

ALVES, Castro. Navio Negreiro. In: *Obras Completas*, 1869. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bv000068.pdf>>. Acesso em 20 abr. 2016.

AMADO, Jorge. *Bahia de todos os santos*: guia de ruas e mistérios. 42. ed. Rio de Janeiro: Record, 2002.

ANDRADE, Carlos Drummond de. O poema da Bahia que não foi escrito. In: *Amar se aprende amando*: poesia de convívio e de humor. 22. ed. Rio de Janeiro: Record, 1999.

ANDRADE, Carlos Drummond de. A procura da poesia. In: *A rosa do povo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

ANTUNES, Alessandra Martins; CARVALHINHOS, Patrícia de Jesus. Toponímia brasileira. Origens históricas. O nome próprio. In: *Cadernos do CNLF*. Rio de Janeiro: CiFEFil, v. XI, n. 3 – Livro dos Minicursos, p. 141-158. XI Congresso Nacional de Linguística e Filologia. 2007. (Congresso). Disponível em: <<http://www.filologia.org.br/xicnlf/3/Cad%2003%20XICNLF.pdf>>. Acesso em 20 mar. 2016.

ANTUNES, Irandé. *Território das palavras*: estudo do léxico em sala de aula. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.

ARAÚJO, Ubiratan Castro de. A Baía de Todos os Santos: um sistema geo-histórico resistente. In: CAROSO, C.; TAVARES, F.; PEREIRA, C. (Org.). *Baía de Todos os Santos*: aspectos humanos. Salvador: EDUFBA, 2011. p. 49-68.

ASSIS, Harmensz Van Rin Moraes de. *Topônimos no Sul da Bahia*: nomações dos municípios originados da Capitania Hereditária de São Jorge dos Ilhéus (1950 a 1960). 2014. Dissertação (Mestrado). Instituto de Letras, UFBA. Salvador, 2014. Disponível em: <<http://www.ppglinc.letras.ufba.br/sites/ppglinc.letras.ufba.br/files/Disserta%C3%A7%C3%A3o-Harmensz%20Assis.pdf>>. Acesso em 20 abr. 2016.

BACHELARD, G. O primeiro obstáculo: a experiência primeira. In: BACHELARD, G. *A formação do espírito científico*. Trad. Estela S. Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

BAHIA. *Bahia em números*. v. 3. Edição bilíngue: português e inglês. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia-SEI. Salvador: SEI, 2001. Disponível em: <<http://www.sei.ba.gov.br>>. Acesso em: 20 abr. 2016.

BAHIA. Decreto n. 12354 de 25 de agosto de 2010. Institui o Programa de Territórios de Identidade e dá outras providências. *Diário Oficial do Estado*, 26 de agosto, 2010. Disponível em: <<http://dovirtual.ba.gov.br/egba/reader2/>>. Acesso em 20 abr. 2016.

BAHIA. *Estatísticas dos Municípios Baianos*. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia-SEI. Salvador: SEI, 2012.

BAHIA. *Estatísticas dos Municípios Baianos*. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia-SEI. Salvador: SEI, v. 1, 2009.

BAHIA. *Estatísticas dos Municípios Baianos*. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia-SEI. Salvador: SEI, v. 2, 2009.

BAHIA. *Estatísticas dos Municípios Baianos*. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia-SEI. Salvador: SEI, v. 3, 2009.

BAHIA. *Estatísticas dos Municípios Baianos*. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia-SEI Salvador: SEI, v. 4, 2009.

BAHIA. *Estatísticas dos Municípios Baianos*. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia-SEI. Salvador: SEI, v. 5, 2009.

BAHIA. *Estatísticas dos Municípios Baianos*. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia-SEI Salvador: SEI, v. 6, 2010.

BAHIA. *Estatísticas dos Municípios Baianos*. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia-SEI Salvador: SEI, v. 7, 2010.

BAHIA. *Estatísticas dos Municípios Baianos*. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia-SEI. Salvador: SEI, v. 8, 2010.

BAHIA. *Estatísticas dos Municípios Baianos*. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia-SEI Salvador: SEI, v. 9, 2010.

BAHIA. *Estatísticas dos Municípios Baianos*. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia-SEI Salvador: SEI, v. 10, 2010.

BAHIA. *Estatísticas dos Municípios Baianos*. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia-SEI Salvador: SEI, v. 11, 2010.

BAHIA. *Estatísticas dos Municípios Baianos*. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia-SEI Salvador: SEI, v. 12, 2010.

BAHIA. *Estatísticas dos Municípios Baianos*. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia-SEI Salvador: SEI, v. 13, 2010.

BAHIA. *Estatísticas dos Municípios Baianos*. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia-SEI. Salvador: SEI, v. 14, 2011.

BAHIA. *Estatísticas dos Municípios Baianos*. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia-SEI Salvador: SEI, v. 15, 2011.

BAHIA. *Estatísticas dos Municípios Baianos*. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia-SEI Salvador: SEI, v. 16, 2011.

BAHIA. *Estatísticas dos Municípios Baianos*. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia-SEI Salvador: SEI, v. 17, 2011.

BAHIA. *Estatísticas dos Municípios Baianos*. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia-SEI Salvador: SEI, v. 18, 2011.

BAHIA. *Estatísticas dos Municípios Baianos*. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia-SEI. Salvador: SEI, v. 19, 2011.

BAHIA. *Estatísticas dos Municípios Baianos*. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia-SEI Salvador: SEI, v. 20, 2011.

BAHIA. *Estatísticas dos Municípios Baianos*. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia-SEI. Salvador: SEI, v. 21, 2011.

BAHIA. *Estatísticas dos Municípios Baianos*. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia-SEI. Salvador: SEI, v. 22, 2011.

BAHIA. *Estatísticas dos Municípios Baianos*. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia-SEI. Salvador: SEI, v. 23, 2011.

BAHIA. *Estatísticas dos Municípios Baianos*. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia-SEI. Salvador: SEI, v. 24, 2011.

BAHIA. *Estatísticas dos Municípios Baianos*. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia-SEI. Salvador: SEI, v. 25, 2011.

BAHIA. *Estatísticas dos Municípios Baianos*. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia-SEI. Salvador: SEI, v. 26, 2011.

BAHIA. *Estatísticas dos Municípios Baianos*. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia-SEI. Salvador: SEI, v. 27, 2011.

BAHIA prime. As belezas paradisíacas de Mangue Seco. 2014. Disponível em: <<http://bahiaprime.com.br/prime-trip/as-belezas-paradisiacas-de-mangue-seco.html>>. Acesso em 15 jul. 2016.

BAHIATURSA. Governo do Estado da Bahia. 2013. Disponível em: <<http://www.bahiatursa.ba.gov.br/noticias/destinos-turisticos-tradicionais-da-bahia-ganham-novos-voos-diretos-de-salvador/>>. Acesso em 15 jul. 2016.

BAHIATURSA prepara cortejo especial para lavagem do Bonfim. 2013. Disponível em: <http://geraldojose.com.br/index.php?sessao=noticia&cod_noticia=34713>. Acesso em 15 jul. 2016.

BAIXAR MAPAS. *Mapa da Bahia: Mesorregiões*. ([199-]). Disponível em: <<http://www.baixarmapas.com.br/mapa-da-bahia-mesorregioes/>>. Acesso em: 15 abr. 2015.

BEN JOR, Jorge. *Todo dia era dia de índio*. Disponível em: <<http://www.letras.com.br/baby-do-brasil/todo-dia-era-dia-de-indio>>. Acesso em 15 jun. 2016.

BIDERMAN, Maria Tereza. As ciências do léxico. In: OLIVEIRA, A. M.; ISQUERDO, A. N. (Org.). *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia*. Campo Grande: EFMS, 2001. p. 13-22.

BOSI, Alfredo. *Dialética da Colonização*. 4. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

BRANDÃO, Analídia dos Santos. *Guia de Ruas, (Bairros) e Mistérios: A Toponímia como Elemento Identitário em Bahia de Todos os Santos*. Dissertação (Mestrado). 2015. Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens, UNEB. Disponível em: <http://www.ppgel.uneb.br/wp/wp-content/uploads/2015/04/brandao_analidia.pdf>. Acesso em: 31 jul. 2015.

BRASIL. Decreto-lei n. 311, de 02 de março de 1938. Dispõe sobre a divisão territorial do país. *Diário Oficial da União*, Seção 1,7 mar.1938, p. 4249. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-311-2-marco-1938-351501-publicacao-original-1-pe.html>>. Acesso em 20 abr. 2016.

BRASIL. Decreto-lei n. 5.901, de 21 de outubro de 1943. Dispõe sobre as normas nacionais para a revisão quinquenal da divisão administrativa e judiciária do país. *Diário Oficial da União*, Seção 1, 23 out.1943, p. 15750. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-5901-21-outubro-1943-415891-norma-pe.html>>. Acesso em 20 abr. 2016.

BUENO, Eduardo. *Brasil, uma História: a incrível saga de um país*. 2. ed. rev. São Paulo: Ática, 2003.

CÂMARA JR., Mattoso. *Introdução às línguas indígenas brasileiras*. Rio de Janeiro: Universidade do Brasil, Museu Nacional, 1965.

CAMÕES, Luis Vaz de. *Os Lusíadas*, Canto I. 1556. Disponível em: <http://www.lpm.com.br/livros/Imagens/os_lusiadas.pdf>. Acesso em 20 mar. 2016.

CANCELA, Francisco Eduardo Torres. *De projeto a processo colonial: índios, colonos e autoridades régias na colonização reformista da antiga capitania de Porto Seguro, 1763-1808*. 2012. Tese (Doutorado). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, UFBA. Salvador, 2012. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/13311/1/CANCELA%2c%20Francisco.%20De%20projeto%20C3%A0%20processo%20colonial.pdf>>. Acesso em 20 abr. 2016.

CARDOSO, Luciene Pereira Carris. O IBGE através de seus geógrafos. In: *Terra Brasilis* (revista online), 2014. Disponível em: <<http://terrabrasilis.revues.org/1023>>. Acesso em 20 abr. 2016.

CARRAZZA, Luis Roberto; SILVA, Mariane Lima da; ÁVILA, João Carlos Cruz. *Manual Tecnológico de Aproveitamento Integral do Fruto do Babaçu*. Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN). Brasília-DF, 2012. Disponível em: <http://www.ispn.org.br/arquivos/Mont_babacu006.pdf>. Acesso em 20 abr. 2016.

CARTA de Pero Vaz de Caminha a El-Rei D. Manuel, dando-lhe notícia do descobrimento da terra de Vera-Cruz, hoje Brazil, pela armada de Pedro Alvares Cabral. In: *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*. Ano 1, set.1894. ed. fac-similar. Salvador: IGHB, 1998 [1500]. p. 185-205.

CARVALHINHOS, Patrícia de Jesus. Onomástica e lexicologia: o léxico toponímico como catalisador e fundo de memória. Estudo de caso: os sociotopônimos de Aveiro (Portugal). In: *Revista USP*, n.56, dez./fev. São Paulo: USP, 2002-2003. p. 172-179.

CARVALHINHOS, Patrícia de Jesus. *Estudos de Onomástica em língua portuguesa no Brasil: perspectivas para inserção mundial*. 2008. Disponível em: <http://dlcv.fflch.usp.br/sites/dlcv.fflch.usp.br/files/01_10.pdf>. Acesso em: 05 jun. 2015.

CARVALHO, Ana Paula Mendes Alves de. *Hagiotoponímia em Minas Gerais*. 2014. Tese. (Doutorado em Linguística). UFMG. Belo Horizonte, 2014. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/handle/1843/MGSS-9PMR2U>>. Acesso em: 06 out. 2016.

CARVALHO FILHO, Antônio Balbino de. Introdução. *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*. Vol. XX. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE, 1958. p. 13-15.

CASAPRO. Editora Abril. [20--]. Disponível em: <<http://pro.casa.abril.com.br/group/produtorescolecionadoresdebromliaseorquedeas/forum/topics/xique-xique-pilosocereus>>. Acesso em 15 jul. 2016.

CASTRO, Yeda Pessoa de. *Falares africanos na Bahia: um vocabulário afro-brasileiro*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras; Topbooks, 2001.

CAYMMI, Dorival. *Você já foi à Bahia?* Disponível em: <http://www.mpbnet.com.br/musicos/dorival.caymmi/letras/voce_ja_foi_a_bahia.htm>. Acesso em 20 abr. 2016.

CENTRO comercial em Feira de Santana. [20--]. Disponível em: <<http://www.omb100.com/feiradesantana-centro/categoria/complexo-comercial/centro-comercial>>. Acesso em 20 abr. 2016.

CENTRO de Inteligência em Florestas. *Macaúba-Boas Novas!* 2012. Disponível em: <<http://www.ciflorestas.com.br/conteudo.php?id=8097>>. Acesso em 20 abr. 2016.

CERQUEIRA NETO, Sebastião Pinheiro Gonçalves de. O extremo sul da Bahia que não pertence à Bahia: da fragmentação estadual à busca de uma identidade regional. In: *Caminhos de Geografia* (revista online), 2011. Disponível em: <<http://www.ig.ufu.br/revista/caminhos.html>>. Acesso em 20 abr. 2016.

CERRATINGA. Produção Sustentável e Consumo Consciente. *Babaçu*. [20--]. Disponível em: <<http://www.cerratinga.org.br/babacu/>>. Acesso em 20 abr. 2016.

CEPLAC. Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira. 2015. Disponível em: <<http://www.ceplac.gov.br/restrito/lerNoticia.asp?id=2262>>. Acesso em 15 jul. 2016.

CLAVAL, Paul. *A Geografia cultural*. 4. ed. rev. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2014.

CODEVASF. Sistema Itaparica. Disponível em: <http://www2.codevasf.gov.br/programas_acoas/sistema-itaparica-1>. Acesso em 21 jun. 2016.

COELHO FILHO, Luiz Walter. *A fortaleza do Salvador na Baía de Todos os Santos*. Petrópolis: KBR, 2012.

COELHO, Raimundo dos Santos; GIMÉNEZ, Célia Beatriz. *Bahia Indígena*. Encontro de dois mundos. Verdade do descobrimento do Brasil. Petrópolis: Topbooks, 2005.

CORRENTINA realiza Encontro de Ternos e Reisados. 2015. Disponível em: <<https://jornal.oexpresso.wordpress.com/2015/01/10/correntina-realiza-encontro-de-ternos-e-reisados/>>. Acesso em 21 jun. 2016.

CUCHE, Denys. *A noção de cultura nas ciências sociais*. Tradução: Viviane Ribeiro. 2. ed. Bauru: EDUSC, 2002.

CULTURAS Corrente. *Culturas do Território de Identidade Bacia do Rio Corrente*. Disponível em: <<http://culturascorrente.blogspot.com.br/2015/01/ii-encontro-de-reisado-reune-grupos-e.html>>. Acesso em 21 jun. 2016.

CUNHA, Antônio Geraldo da. *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. 4. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2013.

DIÁRIO do Sisal. [20--]. Disponível em: <<http://www.diariodosisal.com.br/pg-noticia.php?id=3275&cat=30&sub=>>. Acesso em 15 jul. 2016.

DICK, M^a Vicentina de Paula do Amaral. Toponímia e imigração no Brasil. In: *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*. n. 29. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1988. p. 83-92.

DICK, M^a Vicentina de Paula do Amaral. *A motivação toponímica e a realidade brasileira*. São Paulo: Edições do Arquivo do Estado, 1990.

DICK, M^a Vicentina de Paula do Amaral. *Coletânea de Estudos*. 3. ed. São Paulo: FFLCH/USP, 1992.

DICK, M^a Vicentina de Paula do Amaral. Aspectos de Etnolinguística: a toponímia carioca e paulistana contrastes e confrontos. In: *Revista USP*, n.56, dez./fev. São Paulo: USP, 2002-2003. p. 180-191.

DICK, M^a Vicentina de Paula do Amaral. Atlas Toponímico do Brasil: Teoria e Prática II. In: *Revista Trama*, v. 3, n. 5. Universidade Estadual do Oeste do Paraná, 2007. p. 141-111.

DIÉGUES JUNIOR, Manuel. *Etnias e Culturas no Brasil*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1980.

DRUMOND, Carlos. Prefácio. In: DICK, M^a Vicentina de Paula do Amaral. *A motivação toponímica e a realidade brasileira*. São Paulo: Edições do Arquivo do Estado, 1990.

EDELWEISS, Frederico. “Bahia” e “Cidade do Salvador”. In: *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*, n. 73. Salvador, 1946. p. 283-289.

EMICIDA. 8. In: *Álbum Sobre Crianças, Quadris, Pesadelos e Lições de Casa*. 2016. Disponível em: <<http://emicida.lyrics.com.br/letras/2756267/>>. Acesso em 10 jan. 2017.

FARIAS, Terezinha Flôr De Jesus. *Maragogipe – da Villa de São Bartholomeu à “Cidade Histórica”* (entre o “Colonial” e o “Moderno”). Dissertação (Mestrado). 2010. Faculdade de Arquitetura, UFBA. Salvador, 2010. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/12297/1/DISSERTA%C3%87%C3%83O_MARAGOGIPE.pdf>. Acesso em 15 mai. 2016.

FERREIRA, Jurandyr Pires. Prefácio. In: *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE, v. XX/XXI, 1958. p. 7-11.

FESTA da Boa Morte. Cachoeira (BA). 2015. Disponível em: <<http://passarferias.com.br/bahia/festa-da-boa-morte-cachoeira/>>. Acesso em 10 jul. 2016.

FESTA do Divino. Prefeitura Municipal de Poções. 2016. Disponível em: <<http://poco.es.ba.gov.br/poco/festa-do-divino/>>. Acesso em 10 jul. 2016.

GERMANI, Guiomar. Identidade territorial e desenvolvimento sustentável: uma conversa com a professora Guiomar Germani. Entrevista. In: *Revista Bahia de Todos os Cantos*, n. 1, ano 1. Salvador: EGBA, 2009. p. 6.

GOMES, Paulo. *Mapa ilustrado da Bahia*. Salvador, 2017.

GOVERNO do Estado da Bahia. *Territórios de Identidade: Região Metropolitana de Salvador (RMS)*. V Conferência Estadual de Cultura da Bahia. 2013. Disponível em: <<https://conferenciadecultura.wordpress.com/2011/10/29/territorios-de-identidade-regiao-metropolitana-de-salvador-rms/>>. Acesso em 10 jul. 2016.

GREGÓRIO, Irmão José. *Contribuição indígena ao Brasil*. Belo Horizonte: União Brasileira de Educação e Ensino, 1980.

GUÉRIOS, Rosário Farâni Mansur. *Dicionário etimológico de nomes e sobrenomes*. 3. ed. rev. e aum. São Paulo: Ed. Ave Maria, 1981.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 10. ed. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2005.

HISTÓRIA de Jacobina Bahia. 2016. Disponível em: <<http://www.jacobinanoticia.com.br/historia/>>. Acesso em 15 jun. 2016.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Sales; FRANCO, Francisco Manoel de Mello. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia, 2001.

IBGE Cidades. Disponível em: <<http://www.ibge.com.br/cidadesat/>>. Acesso em 15 fev. 2015.

IBGE. *Mapa de Biomas do Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 2004. Disponível em: <<http://www.terrabrasil.org.br/ecotecadigital/index.php/estantes/mapas/563-mapa-de-biomas-do-brasil>>. Acesso em 15 jan. 2016.

IBGE. *Divisão Regional do Brasil em Mesorregiões e Microrregiões Geográficas*. v.1. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE, 1990.

IBGE. *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*. v. XX/XXI. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE, 1958.

INDÍGENAS ocupam Parque Nacional do Descobrimento em Prado, na BA. 2014. Disponível em: <<http://ubaitaba.com/indigenas-ocupam-parque-nacional-do-descobrimento-em-prado-na-ba/>>. Acesso em: 20 jul. 2016.

INSTITUTO Brasileiro de Florestas. [20--]. *Angico Branco do Cerrado*. Disponível em: <<http://ibflorestas.org.br/loja/mudas/muda-60a1m-angico-branco-do-cerrado.html>>. Acesso em: 20 jul. 2016.

ISQUERDO, Aparecida Negri. O nome do município. Um estudo etnolinguístico e sócio-histórico na toponímia sul-mato-grossense. In: *Revista Prolíngua*, v. 2, n. 2, jul/dez, 2008. p. 34-52.

JUNCAL, Benito; XAVIER, Thiago. Os Territórios de Identidade da Bahia. In: *Revista Bahia de Todos os Cantos*, n. 1, ano 1. Salvador: EGBA, 2009. p. 34.

KANTOR, Iris. Cartografia e diplomacia: usos geopolíticos da informação toponímica (1750-1850). In: *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*, v.17, n. 2, jul/dez, São Paulo, 2009. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0101-47142009000200004>>. Acesso em: 10 mai. 2016.

LACERDA, Gustavo Biscaia de. Formação étnica e independência nacional na “teoria do Brasil” dos positivistas ortodoxos brasileiros. In: *Anais do IX Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política*, Brasília, 2014. Disponível em <http://filosofiasocialepositivismo.blogspot.com.br/2014_08_01_archive.html>. Acesso em: 10 mai. 2016.

LIMA, Adriana Tavares. *De Bracara Augusta a Braga: análise toponímica de um concelho português*. São Paulo: FFLCH/USP, 2012.

LUCIANO, Gersem dos Santos. *O Índio Brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil hoje*. Coleção Educação Para Todos, Série Vias dos Saberes, vol. 1. Ministério de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Rio de Janeiro: LACED/Museu Nacional, 2006.

MACAÚBA. Agência Embrapa de Informação Tecnológica-AGEITEC. [20--]. Disponível em: <<http://www.agencia.cnptia.embrapa.br/gestor/agroenergia/arvore/CONT000fbl23vmz02wx5eo0sawqe363t6iak.html>>. Acesso em 10 jul. 2016.

FREIRE, Neison Cabral Ferreira (Coord.). *Mapeamento e Análise Espectro-Temporal das Unidades de Conservação de Proteção Integral da Administração Federal no Bioma Caatinga*. Estação Ecológica Raso da Catarina. Relatório Parcial da Pesquisa. Universidade Federal de Campina Grande. Recife, 2015. Disponível em: <<http://www.fundaj.gov.br/images/stories/cieg/CAPITULOS/cap.%206%20raso%20da%20catarina.pdf>>. Acesso em 20 jun. 2016.

MARTINS, J. Cândido. *Mensageiro*. Braga: Ed. A. O.,1998. Disponível em: <<http://alfarrabio.di.uminho.pt/vercial/letras/candid02.htm>>. Acesso em 20 mar. 2016.

MATOS, Eliane Cristal Ferraz. *Desafios e caminhos para a implementação da política pública de cultura nos municípios do Território Médio Sudoeste da Bahia*. 2014. Monografia. Curso de Formação de Gestores Culturais dos Estados do Nordeste. Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, UFBA. Salvador, 2014. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/17403>>. Acesso em 20 mar. 2016.

MEMORIAL da Epopeia do Descobrimento. *Prêmio O descobridor*. [201-]. Disponível em: <<http://memorialdodescobrimento.com.br/odescobridor/>>. Acesso em 20 mar. 2016.

MIRANDA, Dayse Lago de. *Universidade do Estado da Bahia/UNEB e o desenvolvimento territorial sustentável: estudo da relação do campus XVI com o Território de Identidade de Irecê*. 2010. Dissertação (Mestrado). PPGEduc, UNEB. Salvador, 2010. Disponível em: <http://www.cdi.uneb.br/pdfs/educacao/2010/dayse_lago_de_miranda.pdf>. Acesso em 20 mar. 2016.

MONTEIRO, Júlia; SERPA; Ângelo. Políticas de Desenvolvimento Territorial e Cultural no Território de Identidade de Vitória Da Conquista: uma análise geográfica da lógica de localização de projetos e recursos. In: *Revista Eletrônica Ateliê Geográfico*, v. 5, n. 3, p.150-171. Goiânia, 2011. Disponível em: <<http://www.revistas.ufg.br/atelie/article/view/16983/10294>>. Acesso em 20 jun. 2016.

MOSS, Margi. Muadiê Maria. 2012. Disponível em: <http://mariamuadie.blogspot.com.br/2012_03_01_archive.html>. Acesso em: 20 jul. 2016.

MOSTEIRO de Alcobaça. Patrimônio Cultural da República Portuguesa. Disponível em: <<http://www.mosteiroalcobaca.pt/pt/index.php?s=white&pid=188>>. Acesso em 20 jul. 2015.

MUSEU de Caculé. *Caculé, uma cidade do milênio*. Disponível em: <<https://museudecacule.wordpress.com/2011/01/01/cacule-o-quilombo-de-um-homem-so/>>. Acesso em 10 jul. 2016.

NASCENTES, Antenor. A saudade portuguesa na toponímia brasileira. In: *Letras: Revista da Faculdade de Filosofia da Universidade do Paraná*, n. 11. Curitiba: UFPR, 1960. p. 102-107.

NATUREZA Brasileira (banco de imagens). [20--]. Disponível em: <http://www.natureza-brasileira.com.br/foto/20097/carrancas_do_rio_sao_francisco___pe.aspx>. Acesso em 15 jul. 2016.

NATUREZA Brasileira (banco de imagens). [20--]. Disponível em: <http://www.natureza-brasileira.com.br/foto/22583/vista_do_morro_do_pai_inacio___chapada_diamantina___ba.aspx>. Acesso em 15 jul. 2016.

NAVARRO, Eduardo de Almeida. *Dicionário de Tupi Antigo*. A língua indígena clássica do Brasil. São Paulo: Global, 2013.

OJEDA, Eduardo Aparício Baez; PETTA, Nicolina Luiza de. *História: uma abordagem integrada*. 2. ed. São Paulo: Moderna, 2003.

OLIVEIRA, Carlos Eduardo de. *Iconicidade toponímica na Chapada Diamantina: estudo de caso*. Dissertação (Mestrado). 2008. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP. São Paulo, 2008. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8139/tde-31032009-171949/pt-br.php>>. Acesso em 31 jul. 2015.

OLIVEIRA, Humberto; PERAFÁN, Mireya Valencia. *Território e identidade*. Coleção Política e Gestão. Salvador: P55 Edições, 2013.

OLIVEIRA, Ildo Rodrigues de; SANTOS, Pitágora Oliveira dos. Desenvolvimento local e agricultura familiar no estado da Bahia: uma análise sobre o Território de Identidade Portal do Sertão. In: *Anais do XVI Encontro Nacional dos Geógrafos*. Porto Alegre, 25 a 31 de julho 2010. Disponível em: <www.agb.org.br/evento/download.php?idTrabalho=2858>. Acesso em 20 abr. 2016.

OLIVEIRA, Manoela Freire de. *Significações históricas do "índio": leituras da mídia impressa e da literatura*. Dissertação (Mestrado). 2005. Instituto de Letras, UFBA. Salvador, 2005. Disponível em: <<http://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/10830>>. Acesso em 15 ago. 2015.

PERFIL Sintético. *Território de Identidade Piemonte Norte do Itapicuru*. Secretaria de Desenvolvimento Rural. Governo da Bahia. Salvador, 2015. Disponível em: <<http://www.sdr.ba.gov.br/arquivos/File/PerfilPiemonteNortedoItapicuru.pdf>>. Acesso em 15 jul. 2016.

PERFIL Sintético. *Território de Identidade Piemonte do Paraguaçu*. Secretaria de Desenvolvimento Rural. Governo da Bahia. Salvador, 2015. Disponível em: <<http://www.sdr.ba.gov.br/arquivos/File/PerfilPiemontedoParaguacu.pdf>>. Acesso em 15 jul. 2016.

PERFIL Sintético. *Território de Identidade Vitória da Conquista*. Secretaria de Desenvolvimento Rural. Governo da Bahia. Salvador, 2015. Disponível em: <<http://www.sdr.ba.gov.br/arquivos/File/PerfilVitoria-da-Conquista.pdf>>. Acesso em 15 jul. 2016.

PERFIL Sintético. *Território de Identidade Bacia do Paramirim*. Secretaria de Desenvolvimento Rural. Governo da Bahia. Salvador, 2015. Disponível em: <<http://www.sdr.ba.gov.br/arquivos/File/PerfilBaciadoParamirim.pdf>>. Acesso em 15 jul. 2016.

PERFIL Sintético. *Território de Identidade Médio Rio de Contas*. Secretaria de Desenvolvimento Rural. Governo da Bahia. Salvador, 2015. Disponível em: <<http://www.sdr.ba.gov.br/arquivos/File/PerfilMedioRiodeContas.pdf>>. Acesso em 15 jul. 2016.

PERFIL Sintético. *Território de Identidade Recôncavo*. Secretaria de Desenvolvimento Rural. Governo da Bahia. Salvador, 2015. Disponível em: <<http://www.sdr.ba.gov.br/arquivos/File/PerfilReconcavo.pdf>>. Acesso em 15 jul. 2016.

PESSOA, Fernando. Mar Português. In: *Mensagem*. 10. ed. Lisboa: Ática, 1972 [1934].

PINSKY, Jaime. *A escravidão no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1988.

PORTAL Cidade Luz. 2015. Disponível em: <<http://portalcidadeluz.com.br/decreto-de-situacao-de-emergencia-nas-areas-comuns-de-irrigacao-proxima-ao-lago/>>. Acesso em: 20 jul. 2016.

PROJETO Gestão de Territórios Rurais. *Território de Cidadania do Sisal*. Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT). Feira de Santana, 2011. Disponível em: <<http://sit.mda.gov.br/download/ra/ra043.pdf>>. Acesso em: 20 jul. 2016.

PTDRS-SERTÃO DO SÃO FRANCISCO. *Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Sertão do São Francisco*. Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT). Brasília: MDA, 2008. Disponível em <http://sit.mda.gov.br/download/ptdrs/ptdrs_qua_territorio143.pdf>. Acesso em 20 abr. 2016.

PTDRS-VELHO CHICO. *Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Velho Chico*. Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT). Brasília: MDA, 2008. Disponível em: <http://sit.mda.gov.br/download/ptdrs/ptdrs_qua_territorio015.pdf>. Acesso em 20 abr. 2016.

PTDRS-SERTÃO PRODUTIVO. *Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Sertão Produtivo*. Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT). Brasília: MDA, 2010. Disponível em: <http://sit.mda.gov.br/download/ptdrs/ptdrs_qua_territorio142.pdf>. Acesso em 20 abr. 2016.

PTDS-BACIA DO JACUÍPE. *Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável da Bacia do Jacuípe*. Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT). Brasília: MDA, 2010. Disponível em: <http://sit.mda.gov.br/download/ptdrs/ptdrs_qua_territorio014.pdf>. Acesso em 20 abr. 2016.

PTDS-BACIA DO RIO CORRENTE. *Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável da Bacia do Rio Corrente*. Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT). Brasília: MDA, 2010. Disponível em: <http://sit.mda.gov.br/download/ptdrs/ptdrs_qua_territorio015.pdf>. Acesso em 20 abr. 2016.

PTDS-BAIXO SUL. *Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável do Baixo Sul*. Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT). Brasília: MDA, 2010. Disponível em: <http://sit.mda.gov.br/download/ptdrs/ptdrs_qua_territorio021.pdf>. Acesso em 20 abr. 2016.

PTDS-LITORAL SUL. *Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável do Litoral Sul*. Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT). Brasília: MDA, 2010. Disponível em: <http://sit.mda.gov.br/download/ptdrs/ptdrs_qua_territorio090.pdf>. Acesso em 20 abr. 2016.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. *Por uma lingüística crítica: linguagem, identidade e a questão ética*. São Paulo: Parábola Editorial, 2013.

RAMOS, Fábio Pestana. *Por mares nunca dantes navegados*. São Paulo: Contexto, 2008.

RAMOS, Ricardo Tupiniquim. *Toponímia dos municípios baianos: descrição, história e mudança*. 2008. 3 vol. Tese (Doutorado), Instituto de Letras, UFBA/ PPGLL, Salvador, 2008.

RATTS, Alex. *Traços étnicos: espacialidades e culturas negras e indígenas*. Coleção Outras Histórias. Fortaleza: Museu do Ceará/Secult, 2009.

REVISTA Bahia de Todos os Cantos. Editorial. N. 1, Ano 1, Março 2009. Salvador: EGBA, 2009.

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro. A formação e o sentido do Brasil*. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

RIBEIRO, Ronaldo. Raso da Catarina, Bahia: a Região Mais Áspera do Nordeste. In: *National Geographic Brasil*. Edição 10. Fevereiro 2001. Disponível em: <<http://viajeaqui.abril.com.br/materias/luz-e-espinhos>>. Acesso em 20 abr. 2016.

ROCHA, Luiz Carlos. *Políticas públicas de esporte e lazer na Bahia: um estudo analítico do Território Litoral Norte e Agreste Baiano*. 2012. Tese (Doutorado). Faculdade de Educação, UFBA. Salvador, 2012. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/14570>>. Acesso em 20 abr. 2016.

ROMARIA da Serra do Ouro completa 10 anos. 2014. Disponível em: <<http://www.iguaimix.com/v2/2014/07/10/romaria-da-serra-do-ouro-completa-10-anos/>>. Acesso em: 20 jul 2016.

ROSA, Guimarães. *Grande Sertão: Veredas*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994 [1956].

SAMPAIO, Theodoro. *O tupi na geografia nacional*. 2. ed. São Paulo: O Pensamento, 1914.

SANTOS, Cristiano. *Lagoa Manoel Caculé*. [20--]. Disponível em: <<http://www.ferias.tur.br/fotogr/125936/lagoamanoelcaculeporcristianosantos/cacule/#ixzz4F5Ft3rHZ>>. Acesso em 20 abr. 2016.

SANTOS, Elisama Carvalho dos. *O estado da arte e as dimensões do controle social: atuação dos Conselhos Municipais de Assistência Social da Bacia do Rio Grande*. 2014. Dissertação (Mestrado Multidisciplinar e Profissional). Escola de Administração, UFBA. Salvador 2014. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/18390>>. Acesso em 20 abr. 2016.

SANTOS, Jadilson Pimentel dos. A imaginária sacra colonial da Igreja de Santa Ana de Tucano e suas iconografias. In: *Anais do IX Colóquio Luso-Brasileiro de História da Arte: em homenagem aos 200 anos da morte de Antônio Francisco Lisboa - o Aleijadinho*. Belo Horizonte, de 02 a 05 de novembro de 2014. Disponível em: <<http://www.forumpatrimonio.com.br/aleijadinho/artigos/pdf/37.pdf>>. Acesso em 10 out. 2016.

SANTOS, Janio. A Dinâmica Urbana no/do Território de Identidade de Vitória da Conquista: Processos e Escalas; Políticas e Ações. In: *Anais do VII Congresso Brasileiro de Geógrafos*. Vitória, 10 a 16 de agosto 2014. Disponível em: http://www.cbg2014.agb.org.br/resources/anais/1/1405620740_ARQUIVO_ADINAMICAURBANANODOTERRITORIOD EIDENTIDADEDEVITORIADACONQUISTA.pdf>. Acesso em 20 abr. 2016.

SANTOS, Maria Elisabete Pereira dos; SAMPAIO, Rosely Moraes; ROSSI, Renata Alvarez. Gestão das águas e participação no Comitê da Bacia do Rio Paraguaçu. In: *Anais do XI Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional-ANPUR*. Salvador, 23 a 27 de maio 2005. Disponível em: <<http://unuhospedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/anais/article/viewFile/2789/2728>>. Acesso em 20 abr. 2016.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. 12. ed. Rio de Janeiro: Record, 2005.

SANTOS, Nívea Alves dos. O Desenvolvimento da Pecuária no Sertão Baiano. In: *Ofício de Vaqueiro*. Cadernos do IPAC. Salvador: Secretaria de Cultura do Estado da Bahia, 2013.

SÃO JOÃO: onde ficar, o que comer e quais festas aproveitar no interior do estado. 2015. Disponível em: <<http://www.grupobmais.com.br/canal-entretenimento/sao-joao-onde-ficar-o-que-comer-e-quais-festas-aproveitar-no-interior-do-estado/>>. Acesso em 20 abr. 2016.

SAPIR, Edward. Língua e ambiente. In: *Linguística como ciência*. Ensaios. Tradução: Mattoso Câmara Jr. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1961.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de Linguística Geral*. São Paulo: Cultrix, 1995 [1916].

SEABRA, M. Cândida Trindade Costa de. *A formação e a fixação da língua portuguesa em Minas Gerais*. 2004. 2 v. Tese. (Doutorado em Linguística). FALE/UFMG. Belo Horizonte, 2004. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/handle/1843/ALDR-64KQ9A>>. Acesso em: 20 abr. 2016.

SEABRA, Maria Cândida Trindade Costa de. ATEMIG Atlas Toponímico do Estado de Minas Gerais: variante regional do ATB. In: *Múltiplas perspectivas em linguística: Anais do XI Simpósio Nacional e I Simpósio Internacional de Letras e Linguística (XI SILEL)*. Uberlândia: ILEEL, 2006a.

SEABRA, Maria Cândida Trindade Costa de. Referência e onomástica. In: *Múltiplas perspectivas em linguística: Anais do XI Simpósio Nacional e I Simpósio Internacional de Letras e Linguística (XI SILEL)*. Uberlândia: ILEEL, 2006b.

SILVA, Severino. 2016. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/economia/petroleo-e-energia/com-deficit-de-geracao-em-fevereiro-hidreletricas-terao-gastos-de-33-bi-15218722#ixzz4F63wheGq>>. Acesso em: 20 abr. 2016.

SISTEMA de Gestão Estratégica. *Identidade Territorial*. Ministério do Desenvolvimento Agrário-MDA. Secretaria de Desenvolvimento Territorial-SDT. Brasília, 2011. Disponível em: <http://sge.mda.gov.br/sge/doc/SGE_documento_referencia.pdf />. Acesso em 10 nov. 2015.

SIPAC. Sistema de Informações do Patrimônio Cultural da Bahia. *Território de Identidade Extremo Sul*. [201-]. Disponível em: <<http://patrimonio.ipac.ba.gov.br/territorio/extremo-sul/>>. Acesso em 10 nov. 2015.

SIPAC. Sistema de Informações do Patrimônio Cultural da Bahia. *Território de Identidade Litoral Norte e Agreste Baiano* [201-]. Disponível em: <<http://patrimonio.ipac.ba.gov.br/territorio/litoral-norte-agreste-baiano/>>. Acesso em 10 nov. 2015.

SIPAC. Sistema de Informações do Patrimônio Cultural da Bahia. *Território de Identidade Médio Rio de Contas* [201-]. Disponível em: <<http://patrimonio.ipac.ba.gov.br/territorio/medio-rio-de-contas/>>. Acesso em 10 nov. 2015.

SIPAC. Sistema de Informações do Patrimônio Cultural da Bahia. *Território de Identidade Piemonte da Diamantina* [201-]. Disponível em: <<http://patrimonio.ipac.ba.gov.br/territorio/piemonte-da-diamantina/>>. Acesso em 10 nov. 2015.

SOUZA, Ivna Herbênia da Silva. *Educação ambiental e desenvolvimento territorial sustentável: entrelaçando políticas e práticas que envolvam educação, desenvolvimento e sustentabilidade no Território de Identidade Velho Chico/BA*. 2013. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade, UNEB. Salvador, 2013. Disponível em: <<http://www.cdi.uneb.br/pdfs/educacao/2013/2808141705.pdf>>. Acesso em 20 jun. 2015.

SOUZA, Lícia Soares. *Introdução às teorias semióticas*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

SOUZA, Luciano Simões de. Me Conta Universidade Livre do Médio Rio das Contas: Cultura, Identidade e Desenvolvimento Local. In: *Anais do IX ENECULT: Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura*, v.1. Salvador, 2013. Disponível em: <<http://www.cult.ufba.br/enecult/anais/edicao-2013/>>. Acesso em 20 jun. 2015.

TAVARES, Luís Henrique Dias. *História da Bahia*. 11. ed. rev. e ampl. Salvador: EDUFBA, 2008.

TELLES, Célia Marques. Variantes lexicais ou lapsus calami? In: ALMEIDA, A.; SANTOS, E.; SOLEDADE, J. (Org.) *Saberes lexicais: mundos, mentes e usos*. Salvador: EDUFBA, 2015. p. 53-72.

TIBIRIÇÁ, Luiz Caldas. *Dicionário de topônimos brasileiros de origem tupi*. São Paulo: Traço Editora, 1985.

UNIÃO dos Municípios da Bahia. *Prefeitura de Paramirim assumirá a energia elétrica referente a alimentação da comporta da Barragem do Zabumbão*. 2016. Disponível em: <<http://www.upb.org.br/noticias/prefeitura-de-paramirim-assumira-a-energia-eletrica-referente-a-alimentacao-da-comporta-da-barragem-do-zabumbao/>>. Acesso em 20 jun. 2016.

VAI-E-VEM movimenta metrópole sertaneja. In: *Revista Bahia de Todos os Cantos*, n. 3. ano 2, fev. 2010. Salvador: EGBA, 2010. p.18.

VASCONCELOS, Cláudia Pereira. *Ser-Tão Baiano: a baianidade e a sertanidade no jogo identitário da cultura baiana*. Salvador: EDUFBA, 2012.

VAZ, Henrique C. de Lima. *Cultura e universidade*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1966.

VICENTINO, Cláudio; DORIGO, Gianpaolo. *História Geral e do Brasil*. São Paulo: Scipione, 2010.

APÊNDICE – Quadro dos municípios em ordem alfabética

N.	Município	Território de Identidade
1	Acajutiba	Litoral Norte e Agreste Baiano
2	Alagoinhas	Litoral Norte e Agreste Baiano
3	Alcobaça	Extremo Sul
4	Amargosa	Vale do Jiquiriçá
5	Andaraí	Chapada Diamantina
6	Angical	Bacia do Rio Grande
7	Antas	Semiárido Nordeste II
8	Aratuípe	Baixo Sul
9	Baixa Grande	Bacia do Jacuípe
10	Barra	Velho Chico
11	Barra da Estiva	Chapada Diamantina
12	Barreiras	Bacia do Rio Grande
13	Belmonte	Costa do Descobrimento
14	Boa Nova	Médio Rio das Contas
15	Bom Jesus da Lapa	Velho Chico
16	Brejões	Vale do Jiquiriçá
17	Brotas de Macaúbas	Velho Chico
18	Brumado	Sertão Produtivo
19	Cachoeira	Recôncavo
20	Caculé	Sertão Produtivo
21	Caetité	Sertão Produtivo
22	Cairu	Baixo Sul
23	Camaçari	Metropolitano de Salvador
24	Camamu	Baixo Sul
25	Campo Formoso	Piemonte Norte do Itapicuru
26	Canavieiras	Litoral Sul
27	Caravelas	Extremo Sul
28	Carinhanha	Velho Chico
29	Casa Nova	Sertão do São Francisco
30	Castro Alves	Recôncavo
31	Catu	Litoral Norte e Agreste Baiano
32	Chorrochó	Itaparica
33	Cícero Dantas	Semiárido Nordeste II
34	Cipó	Semiárido Nordeste II
35	Coaraci	Litoral Sul
36	Conceição da Feira	Portal do Sertão
37	Conceição do Almeida	Recôncavo
38	Conceição do Coité	Sisal
39	Conde	Litoral Norte e Agreste Baiano
40	Condeúba	Vitória da Conquista
41	Coração de Maria	Portal do Sertão
42	Correntina	Bacia do Rio Corrente
43	Cotegipe	Bacia do Rio Grande
44	Cruz das Almas	Recôncavo

45	Curacá	Sertão do São Francisco
46	Encruzilhada	Vitória da Conquista
47	Entre Rios	Litoral Norte e Agreste Baiano
48	Esplanada	Litoral Norte e Agreste Baiano
49	Euclides da Cunha	Semiárido Nordeste II
50	Feira de Santana	Portal do Sertão
51	Gentio do Ouro	Irecê
52	Glória	Itaparica
53	Guanambi	Sertão Produtivo
54	Ibicaraí	Litoral Sul
55	Ibicaú	Médio Sudoeste
56	Ibipetuba (atual Santa Rita de Cássia)	Bacia do Rio Grande
57	Ibitiara	Chapada Diamantina
58	Iguaí	Médio Sudoeste
59	Ilhéus	Litoral Sul
60	Inhambupe	Litoral Norte e Agreste Baiano
61	Ipiaú	Médio Rio das Contas
62	Ipirá	Bacia do Jacuípe
63	Irará	Portal do Sertão
64	Irecê	Irecê
65	Itaberaba	Piemonte do Paraguaçu
66	Itabuna	Litoral Sul
67	Itacaré	Litoral Sul
68	Itajuípe	Litoral Sul
69	Itambé	Médio Sudoeste
70	Itaparica	Metropolitano de Salvador
71	Itapetinga	Médio Sudoeste
72	Itapicuru	Litoral Norte e Agreste Baiano
73	Itaquara	Vale do Jiquiriçá
74	Itiruçu	Vale do Jiquiriçá
75	Itiúba	Sisal
76	Ituaçu	Sertão Produtivo
77	Ituberá	Baixo Sul
78	Jacaraci	Vitória da Conquista
79	Jacobina	Piemonte da Diamantina
80	Jaguaquara	Vale do Jiquiriçá
81	Jaguarari	Piemonte Norte do Itapicuru
82	Jaguaripe	Baixo Sul
83	Jandaíra	Litoral Norte e Agreste Baiano
84	Jequié	Médio Rio das Contas
85	Jeremoabo	Semiárido Nordeste II
86	Jiquiriçá	Vale do Jiquiriçá
87	Juazeiro	Sertão do São Francisco
88	Laje	Vale do Jiquiriçá
89	Lençóis	Chapada Diamantina
90	Livramento do Brumado (atual Livramento de Nossa Senhora)	Sertão Produtivo
91	Macajuba	Piemonte do Paraguaçu

92	Macarani	Médio Sudoeste
93	Macaúbas	Bacia do Paramirim
94	Mairi	Bacia do Jacuípe
95	Maracás	Vale do Jiquiriçá
96	Maragogipe	Recôncavo
97	Maraú	Litoral Sul
98	Mata de São João	Litoral Norte e Agreste Baiano
99	Miguel Calmon	Piemonte da Diamantina
100	Monte Santo	Sisal
101	Morro do Chapéu	Chapada Diamantina
102	Mucugê	Chapada Diamantina
103	Mucuri	Extremo Sul
104	Mundo Novo	Piemonte do Paraguaçu
105	Muritiba	Recôncavo
106	Mutuípe	Vale do Jiquiriçá
107	Nazaré	Recôncavo
108	Nilo Peçanha	Baixo Sul
109	Nova Soure	Semiárido Nordeste II
110	Oliveira dos Brejinhos	Velho Chico
111	Palmas de Monte Alto	Sertão Produtivo
112	Palmeiras	Chapada Diamantina
113	Paramirim	Bacia do Paramirim
114	Paratinga	Velho Chico
115	Paripiranga	Semiárido Nordeste II
116	Piatã	Chapada Diamantina
117	Pilão Arcado	Sertão do São Francisco
118	Pindobaçu	Piemonte Norte do Itapicuru
119	Piritiba	Piemonte do Paraguaçu
120	Poções	Vitória da Conquista
121	Pojuca	Litoral Norte e Agreste Baiano
122	Porto Seguro	Costa do Descobrimento
123	Potiraguá	Médio Sudoeste
124	Prado	Extremo Sul
125	Queimadas	Sisal
126	Remanso	Sertão do São Francisco
127	Riachão do Jacuípe	Bacia do Jacuípe
128	Riacho de Santana	Velho Chico
129	Ribeira do Pombal	Semiárido Nordeste II
130	Rio de Contas	Chapada Diamantina
131	Rio Real	Litoral Norte e Agreste Baiano
132	Rui Barbosa	Piemonte do Paraguaçu
133	Salvador	Metropolitano de Salvador
134	Santa Cruz Cabrália	Costa do Descobrimento
135	Santa Inês	Vale do Jiquiriçá
136	Santaluz	Sisal
137	Santa Maria da Vitória	Bacia do Rio Corrente
138	Santana	Bacia do Rio Corrente
139	Santa Teresinha	Piemonte do Paraguaçu

140	Santo Amaro	Recôncavo
141	Santo Antônio de Jesus	Recôncavo
142	Santo Estevão	Portal do Sertão
143	São Félix	Recôncavo
144	São Filipe (atual São Felipe)	Recôncavo
145	São Francisco do Conde	Recôncavo
146	São Gonçalo dos Campos	Portal do Sertão
147	São Miguel das Matas	Vale do Jiquiriçá
148	São Sebastião do Passé	Recôncavo
149	Sapeaçu	Recôncavo
150	Saúde	Piemonte da Diamantina
151	Seabra	Chapada Diamantina
152	Senhor do Bonfim	Piemonte Norte do Itapicuru
153	Sento Sé	Sertão do São Francisco
154	Serra Preta	Bacia do Jacuípe
155	Serrinha	Sisal
156	Taperoá	Baixo Sul
157	Tremedal	Vitória da Conquista
158	Tucano	Sisal
159	Uauá	Sertão do São Francisco
160	Ubaíra	Vale do Jiquiriçá
161	Ubaitaba	Litoral Sul
162	Ubatã	Médio Rio das Contas
163	Una	Litoral Sul
164	Urandi	Sertão Produtivo
165	Uruçuca	Litoral Sul
166	Utinga	Chapada Diamantina
167	Valença	Baixo Sul
168	Vitória da Conquista	Vitória da Conquista
169	Xique-Xique	Irecê